



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MOISÉS CRUZ SOUZA

**FLORENTINO TELES DE MENEZES, CRIADOR DE SISTEMAS:
UMA INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA DO SEU PENSAMENTO (1946-1953)**

RECIFE
2024

MOISÉS CRUZ SOUZA

**FLORENTINO TELES DE MENEZES, CRIADOR DE SISTEMAS:
UMA INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA DO SEU PENSAMENTO (1946-1953)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Sociologia. Área de concentração: Mudança social

Orientador (a): Alexandre Zarias.

RECIFE
2024

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S729f Souza, Moisés Cruz.
Florentino Teles de Menezes, criador de sistemas : uma interpretação sociológica do seu pensamento (1946-1953) / Moisés Cruz Souza. – 2024.
200 f. : 30 cm.

Orientador : Alexandre Zarias.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2024.

Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Menezes, Florentino, n. 1886. 3. Sociologia do conhecimento. 4. História da sociologia. 5. Socialismo. 6. Sergipe. I. Zarias, Alexandre (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2024-038)

MOISÉS CRUZ SOUZA

**FLORENTINO TELES DE MENEZES, CRIADOR DE SISTEMAS:
UMA INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA DO SEU PENSAMENTO (1946-1953)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, na área de concentração Mudança Social para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 29/01/2024

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Zarias (Presidente/Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Aristeu Portela Júnior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Simone Meucci (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Paraná

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a todos e todas que contribuíram para a realização desta dissertação. Em especial:

Ao Prof. Dr. Alexandre Zarias, meu orientador, cuja orientação e apoio constante foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

À minha família, em especial a minha mãe, Josefa, e ao meu pai, Sérgio, pelo amor incondicional, paciência e incentivo ao longo desta jornada.

Ao meu amigo Kelton, pelo companheirismo e por sempre estar ao meu lado, além de ter revisado uma boa parte dos meus manuscritos.

À Rafaela, por também ter lido e revisado os meus manuscritos e me oferecido comentários valiosos quanto ao texto.

Aos meus amigos Lucas e Fernando, pelo apoio nos momentos anteriores e iniciais ao ingresso no mestrado; à Natan, pelo suporte, atenção e cuidado e ao Max Weber, pelo amor e carinho.

Aos meus amigos e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, que compartilharam conhecimento, experiências e apoio, tornando esta jornada acadêmica mais rica e significativa.

Aos professores e professoras do programa, que contribuíram significativamente para a minha formação acadêmica.

À Prof^ª. Dr^ª. Eliane Veras e à Prof^ª. A Dr^ª. Simone Meucci, por participarem da minha qualificação e pelos comentários valiosos.

Ao Prof. Dr. Ivan Barbosa, pelo incentivo e pelos comentários valiosos a esta investigação.

Aos funcionários da Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe, da Biblioteca Epiphânio Dória e do Arquivo Público de Sergipe, pela receptividade na minha busca por documentos e livros raros.

À FACEPE, pelo financiamento desta pesquisa por meio da bolsa de estudos, que possibilitou a dedicação integral a este trabalho, assim como também à CAPES, que me concedeu a bolsa nos primeiros dois meses de investigação.

A todos que, direta ou indiretamente, de alguma forma, contribuíram para o sucesso deste trabalho, o meu mais sincero agradecimento.

Obrigado a todos e todas!

Moisés Cruz Souza

RESUMO

Esta dissertação realiza uma análise histórica e sociológica do pensamento do intelectual sergipano Florentino Teles de Menezes (1886-1959), com foco na relação entre seu pensamento e os condicionantes socioculturais em Sergipe nas décadas de 1940 e 1950. Embora seu pensamento seja amplamente desconhecido, especialmente no período mencionado, esta pesquisa se concentra em duas de suas obras: as publicações parciais de *Sociedade e sacrifício* no periódico *Sergipe-Jornal*, em 1946, e o livro *Grandeza, decadência e renovação da vida* em 1953. A análise destas publicações revela relações desconhecidas pela literatura especializada em Florentino Menezes, tanto em termos de similaridades (ideias e textos comuns) quanto de discontinuidades (supressões nos textos compartilhados). A pesquisa utiliza a Sociologia do Conhecimento de base mannheimiana, enfocando a relação entre as obras e seus contextos socioculturais. A chave analítica reside no debate sobre autonomia intelectual e institucionalismo no Brasil, especialmente no desenvolvimento do pensamento sociológico em posições periféricas. Os resultados indicam que a leitura conjunta das publicações de 1946 e 1953 revela um sistema de pensamento completo, não acessível ao considerar as obras isoladamente, pois Menezes nunca as publicou integralmente, embora pretendesse. Além disso, as diferenças entre as duas publicações não se limitam a temas específicos, como o socialismo, mas envolvem supressões sistemáticas desses temas. Essas supressões e a forma de cada publicação, em 1946 e 1953, só podem ser compreendidas plenamente quando relacionadas aos contextos sociais, culturais e políticos específicos de cada obra.

Palavras-chave: Florentino Menezes; sociologia do conhecimento; história da sociologia; socialismo; Sergipe.

ABSTRACT

This dissertation carries out a historical and sociological analysis of the thought of Sergipe intellectual Florentino Teles de Menezes (1886-1959), focusing on the relationship between his thought and the socio-cultural conditioning factors in Sergipe in the 1940s and 1950s. Although his thinking is largely unknown, especially in the period mentioned, this research focuses on two of his works: the partial publications of *Sociedade e Sacrifício* in the periodical *Sergipe-Jornal* in 1946, and the book *Grandeza, decadência e renovação da vida* in 1953. The analysis of these publications reveals relationships unknown to the specialized literature on Florentino Menezes, both in terms of similarities (common ideas and texts) and discontinuities (deletions in the shared texts). The research uses the Mannheimian Sociology of Knowledge, focusing on the relationship between the works and their socio-cultural contexts. The analytical key lies in the debate on intellectual autonomy and institutionalism in Brazil, especially in the development of sociological thought in peripheral positions. The results indicate that reading the 1946 and 1953 publications together reveals a complete system of thought, not accessible when considering the works in isolation, as Menezes never published them in full, although he intended to. Furthermore, the differences between the two publications are not limited to specific themes, such as socialism, but involve systematic deletions of these themes. These deletions and the form of each publication, in 1946 and 1953, can only be fully understood when related to the specific social, cultural and political contexts of each work.

Keywords: Florentino Menezes; sociology of knowledge; history of sociology; socialism; Sergipe.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	COMO PENSAR UM INTELLECTUAL IRRELEVANTE?.....	13
2.1	DEFININDO O CAMPO.....	13
2.2	CONTATO INICIAL E ESTRANHAMENTO.....	19
2.3	FORMULAÇÃO INICIAL DA PESQUISA: QUASE UM EXPERIMENTO ESTRUTURALISTA.....	22
2.4	REELABORAÇÃO DA PESQUISA: A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO.....	29
2.5	O MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	32
2.6	CONCLUSÃO.....	38
3	FLORENTINO MENEZES, VIDA E PENSAMENTO.....	39
3.1	BIOGRAFIA E HISTÓRIA.....	41
3.1.1	A urbanização e a modernização de Sergipe.....	45
3.1.2	O pensamento cientificista em Sergipe.....	52
3.1.3	Reconhecimento e investimento intelectual.....	55
3.2	PENSAMENTO E HISTÓRIA.....	62
3.3	CONCLUSÃO.....	74
4	FLORENTINO MENEZES, CRIADOR DE SISTEMAS.....	76
4.1	SOBRE AS CARACTERÍSTICAS E DIFICULDADES INERENTES AO CORPUS.....	76
4.2	“GRANDEZA, DECADÊNCIA E RENOVAÇÃO DA VIDA”, UMA PARTE DE “SOCIEDADE E SACRIFÍCIO”.....	81
4.3	CONCLUSÃO.....	91
5	O SISTEMA DE PENSAMENTO: A TEORIA SOCIALISTA DA QUINTA ECLOSÃO DA VIDA.....	92
5.1	PRESSUPOSTOS DO SISTEMA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA.....	93
5.1.1	O mutacionismo de Jean Rostand.....	94

5.1.2	Sociedade, natureza e cultura: aspectos metateóricos do pensamento de Florentino Menezes.....	102
5.2	O SOCIALISMO ARISTOCRÁTICO E A QUINTA ECLOSÃO DA VIDA.....	104
5.2.1	As cinco eclosões de vida.....	105
5.2.2	A quinta eclosão da vida e a revolução socialista.....	107
5.3	A NOÇÃO DE SACRIFÍCIO E A OPOSIÇÃO ENTRE INDIVÍDUO E SOCIEDADE.....	110
5.3.1	O poder do mundo social sobre os indivíduos animais e humanos.....	111
5.3.2	A centralidade da noção de sacrifício no sistema de pensamento de Florentino Menezes.....	115
5.3.2.1	Tipologia e pesquisas sobre os sacrifícios: a questão de sua utilidade.....	117
5.3.2.2	Os sacrifícios inúteis e as críticas à sociedade moderna.....	118
5.4	CONCLUSÃO.....	123
6	“SOCIEDADE E SACRIFÍCIO”, UM LIVRO DE COMBATE.....	126
6.1	A CONJUNTURA CULTURAL E POLÍTICA EM 1946.....	126
6.2	O LIVRO COMO PROJETO E COMO PÁGINA DE JORNAL.....	132
6.3	A NOÇÃO DE “SACRIFÍCIO” E OS EFEITOS DA GUERRA EM SERGIPE.....	138
6.4	A CRÍTICA AOS SACRIFÍCIOS INÚTEIS COMO CRÍTICA AO CAPITALISMO.....	146
6.5	EM DEFESA DO SOCIALISMO OU EM DEFESA DOS INTELLECTUAIS?.....	150
6.6	OS CAPITALISTAS DO VATICANO.....	155
6.7	CONCLUSÃO.....	161
7	“GRANDEZA, DECADÊNCIA E RENOVAÇÃO DA VIDA”, UM LIVRO ANIQUILADO.....	162
7.1	A CONJUNTURA CULTURAL E POLÍTICA EM 1953.....	163
7.2	“LIMITADO NAS PÁGINAS REDUZIDAS DE UM OPÚSCULO”.....	168
7.3	CONCLUSÃO.....	179

8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
	REFERÊNCIAS.....	186

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação realiza uma análise sociológica e histórica do pensamento de Florentino Teles de Menezes (1886-1959), com ênfase naquilo que diz respeito à relação entre seu pensamento e os condicionantes socioculturais para o desenvolvimento de sua Sociologia em Sergipe, entre as décadas de 1940 e 1950.

Florentino Menezes foi um intelectual que dedicou toda a sua produção à Sociologia. Ao longo de toda a primeira metade do século XX, ele foi o único a se autodeclarar um “sociólogo” no meio cultural sergipano. Não se trata de um intelectual amplamente conhecido. Sua obra foi, em grande medida, ignorada por seus contemporâneos, possivelmente por tê-la produzido em Sergipe, à margem dos centros intelectuais da época. A reputação que deteve, em vida, decorreu, por um lado, de sua defesa dos ideais socialistas naquele estado e, por outro, da sua atuação como um dos primeiros professores de Sociologia do país, no Colégio Atheneu sergipense, ao longo da década de 1930.

Menezes não deixou um legado intelectual duradouro, no sentido de ter formado alguma espécie de escola de pensamento ou de discípulos dispostos a seguir seus princípios e ideias. Mas essa pretensão existia, pelo menos, desde sua obra *Escola Social Positiva*, de 1917, na qual intencionava fundar uma verdadeira e inovadora escola de pensamento socialista. Essa sua pretensão de fundar um pensamento original e não limitado à mera reprodução das ideias importadas dos centros intelectuais de sua época é uma constante em toda a sua produção, apesar de seu posicionamento marginal no contexto cultural da época, não apenas em relação à Europa ou aos Estados Unidos, mas também no contexto nacional.

Uma vez que foi pouco explorado na academia, seu pensamento permanece ainda bastante desconhecido, especialmente aquele encontrado nas suas obras entre as décadas de 1940 e 1950, bem como a relação que esse pensamento estabelece com a vida cultural e política da sociedade sergipana e brasileira de sua época. Esse constitui o objeto fundamental do presente trabalho, que se debruça especificamente sobre a relação entre duas de suas publicações e o contexto na qual elas foram realizadas. A primeira é a publicação, no periódico de Sergipe denominado *Sergipe-Jornal*, em 1946, de uma série de capítulos previstos para compor um livro denominado de *Sociedade e sacrifício*. *Sociedade e sacrifício*, conforme divulgado nessa ocasião, jamais foi publicado pelo autor. A segunda

publicação é a do livro *Grandeza, decadência e renovação da vida*, realizada em 1953, por meio do Movimento Cultural de Sergipe, instituição dedicada ao fomento da cultura e ao auxílio dos intelectuais pobres do estado. Há, entre essas duas publicações, uma série de continuidades e também de descontinuidades que impõem o questionamento a respeito de sua relação mútua. Não obstante, o caráter das descontinuidades existentes entre elas direcionam a análise à relação que elas estabelecem tanto com a conjuntura cultural e política em que se encontram quanto com as condições bastante particulares de suas efetivas publicações, tanto em 1946, quanto em 1953. As questões a respeito da inter-relação entre essas duas publicações e entre elas e suas conjunturas específicas constituem, como tal, o cerne do problema de pesquisa aqui investigado.

Com o objetivo de responder aos questionamentos trazidos por essa problemática, esta dissertação se subdivide em seis capítulos.

O primeiro capítulo é denominado “Como pensar um intelectual irrelevante?”. Ele define o campo de pesquisa, com suas dificuldades específicas e os pressupostos teórico-metodológicos adotados a partir da retrospectiva do processo concreto de elaboração e execução da investigação. O segundo capítulo, “Florentino Menezes, vida e pensamento”, apresenta Florentino Teles de Menezes, sua biografia e os traços gerais de seu pensamento em conexão com as características gerais da sociedade sergipana ao longo da primeira metade do século XX. O terceiro, “Florentino menezes, criador de sistemas”, se dedica à análise das relações entre os textos que compõem o *corpus* desta dissertação, ou seja, entre os capítulos de *Sociedade e sacrifício* publicados em jornal, em 1946, e o livro *Grandeza, decadência e renovação da vida*, publicado em 1953. Ela pretende argumentar que uma leitura conjunta desses textos (isto é, a partir da hipótese de que eles formam uma totalidade, apesar das distâncias entre as publicações) permite reconstituir os traços gerais da totalidade do pensamento de Florentino Teles de Menezes, totalidade pretendida por ele, mas jamais realizada em uma única publicação.

O quarto capítulo, “O sistema de pensamento: a teoria socialista da quinta eclosão de vida”, se dedica a uma exposição das linhas gerais do pensamento de Florentino Menezes entre 1946 e 1953, seus pressupostos, conceitos e teses, compreendido como um todo unitário e coerente. O quinto, “*Sociedade e sacrifício*, um livro de combate”, enfatiza a conjuntura cultural e política em 1946 e as suas relações com o conteúdo interno efetivamente publicado de *Sociedade e Sacrifício*

naquele ano. Por fim, o capítulo sexto, “*Grandeza, decadência e renovação da vida, um livro aniquilado*”, trata da relação entre *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), as transformações operadas no seu conteúdo interno em relação ao sistema de pensamento do autor e também em relação àquilo que fora previamente publicado em 1946, em jornal, e o seu contexto cultural e político no Sergipe da década de 1950.

A referência ao contexto social na qual essas obras foram produzidas e publicadas oferecem um referencial sem o qual o sentido que elas carregam não pode ser plenamente apreendido. Dessa forma, este trabalho se vale dos pressupostos da Sociologia do Conhecimento de base mannheimiana, compreendido como um empreendimento sociológico fundamentalmente interpretativo. Por outro lado, o trabalho se debruça também sobre a questão do sistema de pensamento de Florentino Menezes, de sua autonomia em relação aos centros intelectuais da época e também de suas limitações e possibilidades, decorrentes, justamente, de sua posição periférica. Essa chave interpretativa permite situar o pensamento de Menezes no interior da História da Sociologia no Brasil e nas questões que constituem esse campo de debate desde, pelo menos, a década de 1970, ao se dedicar, por exemplo, à relação entre o exercício do pensamento sociológico e racional e os setores conservadoras e dirigentes da sociedade brasileira.

2 COMO PENSAR UM INTELLECTUAL IRRELEVANTE?

Em termos de sua inserção no debate acadêmico especializado sobre a história e a sociologia da Sociologia no Brasil, a presente investigação oferece ao debate o caso da produção do intelectual Florentino Teles de Menezes (1886-1959) entre as décadas de 1940 e 1950. Esse momento de sua trajetória se destaca por ser ainda pouco explorado pela bibliografia especializada, como é, aliás, quase toda a produção do autor. Considera-se que Menezes é um intelectual relevante para se pensar os condicionantes sociais e históricos da produção sociológica no país, especialmente quando se questiona a relação que o conhecimento sociológico mantém com contextos distantes dos centros intelectuais, especialmente daqueles contextos que marcaram as primeiras elaborações teóricas sobre o mundo social no cenário europeu e que serviram de base para as primeiras formulações da Sociologia do Conhecimento (Mannheim, 1986) sobre os condicionantes sociais para o desenvolvimento do pensamento sistemático.

O objetivo deste capítulo é definir o campo de pesquisa, com suas dificuldades específicas e os pressupostos teórico-metodológicos adotados a partir da retrospectiva do processo concreto de elaboração e execução da investigação. Ele se constitui em três momentos, compreendidos como fases daquilo que Fernandes (1977) denomina de “a reconstrução da realidade nas ciências sociais”. O primeiro se concentra sobre o contato inicial com a obra de Florentino Menezes e o interesse despertado pelo sentimento de estranhamento. O segundo momento constitui-se da explicitação da primeira formulação do problema de pesquisa e construção do objeto, finalizando com as dificuldades enfrentadas para a sua operacionalização. O terceiro e último momento mostra a reelaboração do projeto com vistas a sua melhor operacionalização e os caminhos teórico-metodológicos por fim adotados.

2.1 DEFININDO O CAMPO

O presente estudo se insere no conjunto de debates concernentes à história e à sociologia da própria Sociologia. Mais especificamente, trata-se de tomar o caso específico da produção intelectual do sociólogo sergipano Florentino Teles de

Menezes (1886-1959) para refletir sobre as questões dos limites e das possibilidades da autonomia e da criatividade intelectual em contextos sociais periféricos.

Ao longo de toda a primeira metade do século XX, Florentino Menezes foi o único intelectual em Sergipe a abertamente se posicionar como um “sociólogo” e defender o estatuto e a importância dessa ciência. Especialmente entre as décadas de 1940 e 1950, após a sua aposentadoria, Menezes passa por um período de crescente isolamento, não apenas por Sergipe encontrar-se às margens dos centros intelectuais da época, mas também pelo adoecimento e pelas dificuldades financeiras do autor. Nesse momento histórico, o contexto cultural sergipano constituiu-se a partir de uma grande tensão entre grupos conservadores e ligados aos setores religiosos e aqueles mais voltados à esquerda, especialmente na defesa dos ideais socialistas e comunistas. Trata-se de uma tensão sempre presente na produção intelectual do autor, que, desde 1917, pelo menos, reconhecia-se como um socialista, por vezes envolvendo-se em conflitos com a elite clerical local. A análise de sua produção em tal contexto, especialmente aquela desenvolvida entre as décadas de 1940 e 1950, realimenta as questões da interpretação clássica sobre secularismo e Sociologia e as suas consequências para o pensamento constituído nessas condições, como na clássica formulação de Florestan Fernandes (1977), ao analisar os fatores do atraso no desenvolvimento da Sociologia no Brasil e do livre exercício do pensamento científico e racional em geral em relação ao seu desenvolvimento em sociedades como a europeia e a norte-americana.

Trata-se de um campo de debates que se volta à reflexão sobre a própria disciplina, na sua história e seus determinantes. Ele se concentra sobre as questões que envolvem a relação entre periferia, criatividade e autonomia intelectual na produção de conhecimento sociológico, uma linha de investigação premente tanto no contexto internacional, quanto no nacional, e que tem se destacado na busca por compreender a relação entre as diferentes produções sociológicas nacionais periféricas, como a brasileira, e aquelas centrais, notadamente europeias e norte-americanas.

Maia (2015), em revisão do debate contemporâneo nesse campo de estudos, destaca as abordagens que demonstram o caráter ativo da recepção das ideias e teorias pelos autores do Sul global. Um nome importante no debate e que reflete sobre o eurocentrismo das ciências sociais é Raewyn Connell (2007) em *Southern*

theory: the social sciences and the global dynamics of knowledge, ao defender que boa parte da Sociologia ao redor do mundo se desenvolve a partir de teorias construídas com base na experiência social específica do hemisfério norte. A autora propõe um programa de investigações que opere o resgate de tradições sociológicas do hemisfério sul, constituídas a partir de bases empíricas e conceituais próprias. Fernanda Beigel (2013), por sua vez, na análise da Sociologia sul-americana, destaca o caráter estruturalmente dependente de sua produção local em relação aos centros globais, mas defende que isso não impediu a constituição de espaços de produção de conhecimento relativamente autônomos em contextos regionais. O trabalho de Beigel também é importante ao demonstrar a existência de trocas internamente ao contexto sul-americano, rompendo a com a imagem de que a Sociologia aqui desenvolvida teria se constituído em uma relação unilateral entre periferia e centro. Já Wiebke Keim (2014), em oposição à sociologia internacional da ideias de Pierre Bourdieu, propõe que, apesar da importância de se observar as relações de dominação envolvidas na recepção das ideias, é possível observar casos nos quais há “cocriação”, revelando um papel mais ativo por parte dos intelectuais periféricos.

No contexto brasileiro, os estudiosos do Pensamento Social têm, há tempos, se dedicado a entender se a produção nacional simplesmente adota as teorias originadas nos principais centros globais ou se, de fato, reflete uma autonomia e criatividade distintas dos autores nacionais. As análises iniciais da área, que datam do período entre os anos de 1960 e 1970, tendem a apontar a dependência das ideias aqui produzidas em relação ao saber importado do Norte global, tomando como principal marco interpretativo a institucionalização da disciplina no contexto universitário por volta das décadas de 1930 e 1940.

Em seu *O espetáculo das raças*, a respeito das variações da utilização das teorias raciais no Brasil, Lilia Schwarcz (1993, p.13-15) destaca como o pensamento brasileiro voltado às teorias raciais entre o final do século XIX e início do XX “acabaram recebendo um tratamento particularmente caricatural no que se refere ao seu conteúdo, pairando uma espécie de má consciência em relação à larga adoção dessas doutrinas em território nacional”. A autora referencia, nesse sentido, obras como *História da literatura brasileira*, de 1938, por Nelson Werneck Sodré; *O caráter nacional brasileiro*, de 1954, por Dante Moreira Leite; *Contribuição à história das ideias no Brasil de 1956*, por João Cruz Costa, e mesmo Thomas Skidmore, em

Preto no branco, de 1976, ao afirmar que o pensamento racial europeu “chegava no Brasil via de regra sem nenhum espírito crítico”.

Como destaca Maia (2015), esse tipo de compreensão da recepção das ideias no Brasil parte de um critério institucionalista, que compreende uma ruptura bem demarcada entre a sociologia institucionalizada nas universidades e aquela anterior, praticada sobretudo por bacharéis autodidatas, o que, aliás, desconsidera a anterioridade da institucionalização da Sociologia ainda no ensino secundário (Meucci, 2007). Essa base interpretativa parte de pressupostos bem consolidados na Sociologia do conhecimento a respeito do surgimento histórico de práticas intelectuais relativamente autônomas desde a sua formulação inicial com Karl Mannheim (1986). No caso brasileiro, a relação entre as bases teóricas da Sociologia do conhecimento e o critério institucionalista é bem evidenciada nas formulações de Florestan Fernandes em *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento* (1977).

Nessa obra, Fernandes destaca a importância da secularização como pressuposto histórico e social necessário para o surgimento da Sociologia científica no país, em uma formulação inspirada nas análises de base mannheimiana sobre o surgimento da inteligência na Europa a partir de sua desagregação do monopólio do saber pela classe clerical. Conforme Fernandes, o pensamento sociológico possui um duplo condicionamento histórico e social e que são válidos para o seu desenvolvimento em qualquer sociedade: a secularização e a racionalização da ordem social (Fernandes, 1977, p. 31). Conforme a Sociologia surgiu na Europa, ela era recepcionada, quase que de imediato, em terras nacionais, mas a partir de suas condições de possibilidade particulares e limitantes.

Em solo nacional, a sociologia se defrontava com basicamente dois obstáculos principais. O primeiro, de ordem econômica, decorria da incompatibilidade da ordem patrimonial e escravocrata com o exercício do livre pensamento. A elite intelectual então se constituiu a partir de um “peneiramento” que se realizava, “de modo a garantir a *fideliade manifesta à ordem patrimonial*: aos interesses sociais, políticos e econômicos das grandes famílias e da dominação senhorial” (Fernandes, 1977, p. 30). O segundo obstáculo se encontrava nas resistências culturais a uma compreensão racional e científica do mundo, decorrentes, sobretudo, da dominação religiosa. Quando a questão era pensar cientificamente os objetos sociais, a sociologia “encontrava natural resistência em

uma sociedade na qual as atitudes aprovadas diante desses objetos eram pautadas pelas tradições, por interesses conservadores e por valores religiosos" (Fernandes, 1977, p. 30).

Tais fatores, especialmente no final do século XIX e início do século XX, teriam levado a um pensamento com pouca autonomia em relação às elites locais e pouca criatividade em relação às ideias importadas, sobretudo da Europa. Somente com o início da desagregação da ordem escravocrata e senhorial é que começam a se desenvolver fatores similares àqueles provocados pela revolução burguesa na Europa e, embora de forma desigual e em ritmo instável, começam a surgir intelectuais radicais, mas isolados, que não reagem de modo uniforme ao controle das elites rurais, dentre os quais, por exemplo, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero e o próprio Florentino Menezes, em *Escola Social Positiva*, de 1917 (1977, p. 33). Mas seria somente com o surgimento das primeiras universidades que se desenvolvem complexos institucionais que possibilitam o início do pleno florescimento do pensamento sociológico científico autônomo.

Esses limitantes sociais de desenvolvimento da Sociologia seriam causa da recepção passiva do conhecimento sociológico dos intelectuais no Brasil; um conhecimento que servia como forma de ostentação literária e demonstração de erudição, mas que não possuía a forma de uma exploração sistemática e, como tal, científica da realidade. Apesar de assentadas sobre bases teóricas sólidas da Sociologia do Conhecimento, formulações como as de Florestan Fernandes, Werneck Sodré, Dante Moreira Leite, João Cruz Costa e Thomas Skidmore não deixaram de ser problematizadas pela literatura especializada. Contemporaneamente, a crítica ao pressuposto institucionalista e à tese da recep o passiva e acrítica das teorias do Norte global em solo brasileiro delineiam um debate fértil.

As críticas ao institucionalismo na análise da história da Sociologia no Brasil foram pioneiramente empreendidas por Wanderley Guilherme dos Santos ao apontar "as limita es desse método, que terminava por opor a ciência social institucionalizada a outras formas de reflexão, ignorando a qualidade dos argumentos e suas dimensões mais propriamente cognitivas" (Maia, 2015, p. 119). Essa crítica se desenvolve em múltiplas frentes no debate contemporâneo. João Maia destaca uma série de investiga es que refletem criticamente sobre a questão da autonomia e da criatividade na produ o sociológica a partir da análise da

literatura nacional, como o trabalho de Nísia Lima (1999), ao evidenciar como as ideias de Euclides da Cunha sobre os sertões foram recepcionadas pela obra de Florestan Fernandes. O trabalho da autora também é relevante ao realçar “a forma criativa pela qual cientistas e pensadores numa sociedade periférica como a brasileira se valem de argumentos geográficos desenvolvidos em outras paragens” (Maia, 2015, p. 119).

Marcos Chor Maio (1997), por sua vez, em sua análise sobre o projeto Unesco, demonstra como “as ciências sociais nacionais dialogam de forma criativa com a Unesco, pois as pesquisas ganharam certa autonomia em relação aos propósitos originais” (Maio, 2015, 120). O trabalho de Botelho (2007) evidencia o cerne da questão agrária na história da sociologia rural brasileira e sua matriz empírica deslocado daquela sociologia rural desenvolvida no norte global. Já Brasil Jr. (2013) demonstra o caráter criativo da recepção das teorias do desenvolvimento norte-americanas no pós-segunda guerra mundial por intelectuais brasileiros, com ênfase nos textos de Florestan Fernandes e Gino Germani.

Ao refletir sobre o pensamento de Florentino Menezes entre as décadas de 1940 e 1950, esta dissertação visa contribuir para esse debate. Menezes parece oferecer boas oportunidades de reflexão para a problematização da história da Sociologia no Brasil, na medida em que é um intelectual cuja produção ocorreu quase completamente à margem dos centros intelectuais da época. Não apenas por ser um intelectual brasileiro, mas, mesmo no contexto cultural nacional, ele estava localizado no cenário sergipano, na região Nordeste do país (então classificado como Leste setentrional, que englobava os estados de Bahia e Sergipe) e, à época, bastante afastado dos centros de produção intelectual.

Especialmente na produção do autor entre as décadas de 1940 e 1950, as questões sobre a relação entre conservadorismo, religião e autonomia intelectual são fundamentais para contextualizar e realmente compreender o conteúdo das suas obras. O trabalho intelectual de Menezes parece ter sido bastante afetado pelas intempéries de sua conjuntura, especialmente quando se trata da análise do seu pensamento de teor socialista, marca reconhecida de sua produção desde pelo menos a década de 1910. Além disso, apesar de sua localização marginal, ele não deixou de se relacionar com as teorias desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos e que despontavam no Brasil à época, apropriando-se delas de forma

bastante original, ainda que seu valor científico contemporâneo seja bastante questionável, de fato.

Essa formulação final da investigação e sua interlocução com o debate contemporâneo, no entanto, não revela o processo real de confecção da pesquisa e o transcurso da elaboração de seus marcos conceituais e metodológicos. Como expõe Florestan Fernandes em *A reconstrução da realidade nas ciências sociais* (1997), a observação é uma etapa fundamental na consecução da pesquisa das ciências sociais, mas sua realização compõe uma relação dialética com a construção teórica através da qual a realidade empírica é reconstruída analiticamente. Sem a atenção aos pressupostos teóricos da investigação, o mundo social é um emaranhado de fatos caóticos. Somente com os objetivos e a circunscrição teórica é que se pode efetivamente delinear o objeto da investigação. O que se segue trata justamente das etapas através das quais o material empírico da pesquisa foi acumulado, delimitado, descrito e analisado em fases estreitamente interrelacionadas.

Retrospectivamente, a presente investigação se desenvolveu em dois grandes momentos fundamentais: um primeiro momento mais teoricamente orientado e um segundo momento guiado pela lógica prática da pesquisa empírica de base documental. No primeiro momento, a pesquisa seguiu por uma orientação de ordem dedutiva, o que fez com que a apreensão inicial do material documental procedesse a partir de objetivos bastante específicos, mas distanciados da descrição e da observação detalhada das fontes e de suas características. O segundo momento se desenvolveu a partir de uma maior atenção às fontes e a sua crítica documental atenta, revelando novos aspectos da realidade e impondo a necessidade da reconstrução teórica da investigação. Assim simplificados em retrospecto, a exposição preserva o essencial da consecução lógica da investigação, mesmo que, no cotidiano da pesquisa, cada um desses momentos tenha, por vezes, se sobreposto ao outro.

2.2 CONTATO INICIAL E ESTRANHAMENTO

O primeiro contato com o pensamento de Florentino Teles de Menezes ocorreu através da curiosidade de visitar a primeira edição da Revista TOMO, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe

(UFS), publicada em 1997. Essa curiosidade foi despertada pela busca de um tema para compor o trabalho final da disciplina de Sociologia brasileira, também na Universidade Federal de Sergipe, ainda em 2020. O objetivo era o de encontrar em fontes mais antigas, e concernentes à realidade local sergipana, alguma referência intelectual pouco conhecida, mas relevante o suficiente para permitir compor um trabalho que não se prendesse aos cânones da Sociologia brasileira. Nessa busca, deparei-me com o artigo de Adriana Silva (1998) sobre Florentino Menezes, um autor sergipano e “pioneiro da sociologia no Brasil”, mas também alguém a respeito do qual eu jamais havia ouvido falar na universidade; um objeto aparentemente ideal.

Por meio da descrição oferecida por Silva (1998), o primeiro contato com o pensamento de Menezes me trouxe a imagem de um intelectual engajado que viveu e produziu em Sergipe ao longo do início do século XX. Em um contexto social distante do metropolitano, Menezes havia alcançado algum prestígio intelectual durante certo tempo, nomeadamente nas décadas de 1920 e 1930, mesmo fora de seu estado, além de ter figurado em uma diversidade de ações de notável interesse público, como a divulgação do socialismo em Sergipe e a produção de um dos primeiros manuais didáticos de Sociologia do país, o seu *Tratado de sociologia* (1931). Menezes havia sido também o primeiro professor formal de Sociologia em Sergipe. A ênfase do trabalho de Silva (1998) recai, sobretudo, no quanto Florentino Menezes não alcançou grande reconhecimento, especialmente na literatura sobre a História da Sociologia, apesar de figurar entre os pioneiros do debate sobre a disciplina em solo nacional, anteriormente à institucionalização da disciplina nos cursos superiores.

A questão do “esquecimento” do autor, como diz Silva, ou do seu “desconhecimento”, e de sua ausência dos textos e manuais da História da Sociologia no Brasil, era o mote que guiava esse pioneiro trabalho sobre o autor em terreno acadêmico. No entanto, em seu artigo, a autora quase não se demorava sobre o conteúdo efetivo do pensamento de Menezes e suas propostas intelectuais a respeito de questões, tais como: a questão racial, a identidade nacional ou mesmo em que consistia, precisamente, sua defesa do socialismo. Isso me levou a buscar o primeiro contato efetivo com a obra do autor, através do livro *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953).

Como todas as outras obras do autor, *Grandeza decadência e renovação da vida* teve apenas uma edição e, felizmente, uma de suas cópias estava disponível para consulta na seção reservada da Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe. O primeiro contato com a obra foi acompanhado de grande estranhamento, que decorria de dois fatores principais. O primeiro advinha do contato direto com as ideias do autor, quase não exploradas por Silva em seu artigo, e que, notavelmente, se inserem na tradição evolucionista e social-darwinista presente em solo brasileiro desde pelo menos a segunda metade do século XX. Os traços gerais desse “estilo de pensamento”, para falar como Karl Mannheim, me eram familiares, mas não o contato direto com um livro formulado em tais bases e a respeito do qual eu deveria dedicar uma leitura atenta e comprometida. O estranhamento decorria, como tal, do contraste da minha visão da Sociologia com aquela que era apresentada pelo autor já nos primeiros capítulos da sua obra, dedicados à exposição das idades geológicas da Terra, das fases da vida e da evolução das espécies no planeta.

Toda a obra de Menezes está construída em uma reflexão que dialoga muito abertamente com conhecimentos das ciências biológicas, como a paleontologia. O livro compreende, por exemplo, capítulos dedicados às sociedades de insetos, como as abelhas e as formigas e uma visão do “social” que não parece levar em consideração a especificidade dos seres humanos em produzir significado, em seres que vivem imersos em significado e cultura. Mas, ao mesmo tempo, não era um trabalho de Biologia. Seu livro se propunha a ser um trabalho estrito de Sociologia e que dialogava com autores ainda hoje conhecidos na disciplina, tais como Donald Pierson (Maio, 2022) e, mais marginalmente, Josué de Castro (Silva; Nunes, 2017).

À essa primeira fonte de estranhamento se seguiu outra, concernente aos próprios pressupostos da obra e o sentido de sua inserção na produção nacional associada à influência do social-darwinismo e do evolucionismo, especialmente quando se pensa, por exemplo, no racismo científico, na questão da miscigenação e no tema do eugenismo presente ainda, com peso, no debate brasileiro da primeira metade do século XX. *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) não assumia os pressupostos naturalistas com as marcas das “fortes tintas das teorias raciais deterministas” (Schwarcz, 1992, p. 149) que toda a tradição associada às teorias raciais dos meados do início do século XX parecia aceitar e em relação a qual sua obra me parecia claramente associada. Antes, Menezes formulava uma crítica ao determinismo do social pelos fatores biológicos e o seu diálogo com a

Biologia é inteiramente construído a partir do esforço de demonstrar que a biologia dos seres sociáveis, como os seres humanos, sua anatomia e fisiologia, etc. é crescentemente determinada pelos fenômenos sociais.

Foi essa inquietação inicial que me levou a empreender uma investigação sobre Menezes e suas curiosas, por vezes absurdas, formulações. Mas o primeiro momento de formulação da pesquisa ocorreu a partir de uma base teórica bastante específica, que não seguiu até o final da pesquisa, mas constitui boa parte dos primeiros momentos de exploração da obra e do pensamento do autor.

2.3 FORMULAÇÃO INICIAL DA PESQUISA: QUASE UM EXPERIMENTO ESTRUTURALISTA

A formulação inicial do problema de pesquisa pressupunha uma certa compreensão da investigação sociológica e dos objetivos da Sociologia do Conhecimento que partiam de uma interpretação particular do estruturalismo antropológico. Essa base analítica decorria do efeito que as leituras iniciais a respeito do estruturalismo na Antropologia tiveram sobre mim ainda durante a graduação, de forma que a pesquisa se constituiu, inicialmente, como uma espécie de experimento de determinadas formulações e teorias retiradas dessa literatura particular, notadamente de alguns textos de Claude Lévi-Strauss em *Antropologia estrutural* (2017) e, particularmente, de *A casa kabyle ou o mundo às avessas*, de Pierre Bourdieu (1999). Sem os traços gerais dessa teoria, conforme eu as interpretava à época, o movimento inicial da investigação não pode ser compreendido.

O efeito que o primeiro contato com o estruturalismo antropológico teve sobre mim foi o de permitir um tratamento dos fenômenos humanos e sociais de forma análoga àquela que era direcionada aos fenômenos naturais sem, no entanto, deixar de lado o aspecto inerentemente simbólico da experiência humana. Eu experienciei, então, com algumas décadas de atraso, o que considerava ser uma verdadeira revolução na ordem do conhecimento, na qual “pela primeira vez, uma ciência social consegue formular relações necessárias” (Lévi-Strauss, 2017, p. 43).

A formulação inicial da pesquisa, portanto, pode ser compreendida como um experimento destinado a testar a pertinência de um modelo que revelasse a estrutura por detrás do pensamento de Florentino Menezes e permitisse identificar

os determinantes do seu surgimento em 1953, uma proposta que então me parecia bastante coerente com uma Sociologia do Conhecimento. A maneira como o pensamento do autor foi problematizado decorre da leitura comparativa, por um lado, das teses de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) e, por outro, de um conjunto de textos introdutórios à história da Sociologia no Brasil, notadamente trabalhos de periodização.

Essas periodizações forneciam um conjunto bem delimitado de características que opunha dois momentos bem definidos da história da Sociologia no Brasil e tendo como marco principal a década de 1930 (Azevedo, 1958; Silva, 2007; Filho, 2005; Nogueira, 1978; Fernandes; 1972; Queiroz; 1992; Cândido, 1960). Florentino Menezes me parecia especialmente interessante pois, apesar de poder ser enquadrado em todo um conjunto de características da tradição de pensamento predominante no final do século XIX e início do século XX, como o caráter ensaístico de seu texto, seu diálogo estreito com as ciências biológicas, suas teses grandiloquentes e peremptórias, a ausência de pesquisa empírica sistemática, etc. ele não propunha a redução do biológico ao social, em termos de raça ou de sexo, por exemplo, mas antes o extremo oposto. Sua tese, em 1953, e que será melhor explicitada nos capítulos seguintes, era a de que os fenômenos biológicos crescentemente perdiam suas “propriedades ativas”, por assim dizer; aquelas propriedades que um dia fizeram a vida surgir e evoluir no planeta. Crescentemente seriam as “energias” que decorrem do mundo social que direcionam a evolução das espécies na Terra. Menezes chega mesmo a propor que a natureza orgânica estaria se deteriorando, assim como a matéria inorgânica, e a vida social seria então o único fator a sustar o seu desaparecimento. Em sua obra, ele caracteriza fenômenos como a fome, a loucura e mesmo propriedades biológicas das mulheres como sendo causados pela sociedade.

Dessa observação surgiu a hipótese de que talvez esse seu posicionamento teórico revelasse um elemento estruturante daquele campo de debate. Ao invés de ser entendido como sendo dominado pelo determinismo social-darwinista, especialmente pelo viés racial e biológico, ele deveria ser caracterizado a partir de um conjunto de posições intelectuais que variavam, entre, por um lado, a defesa absoluta da determinação dos fenômenos humanos pelo reino biológico e, por outro, a determinação absoluta dos fenômenos humanos pelo reino social (que se apresentava na obra de Menezes). Na medida em que princípio de constituição das

diferenças funcionava como uma espécie de eixo de constituição de um espaço social estruturado, ele permitiria hipotetizar a existência de outras posições intelectuais, todas elas variações dessa oposição e desses dois termos extremos mais básicos, compondo, por exemplo, análises que mesclavam explicações de teor mais biologizantes com explicações de teor mais sociologizante em diferentes níveis¹.

Com o desenvolvimento da pesquisa, especialmente com o aprofundamento da revisão bibliográfica, essa primeira formulação da investigação foi se tornando cada vez mais problemática. A literatura especializada desde há muito havia elaborado uma crítica à descrição da sociologia no Brasil entre os séculos XIX e XX a partir da defesa irrestrita do determinismo de base biológica e da separação entre esses dois momentos do pensamento sociológico no país a partir da oposição entre biologia e sociedade ou biologia e cultura. Antes, o que uma série de estudos já haviam demonstrado, era o de que essa intelectualidade refletia sobre noções como a de raça, por exemplo, a partir do uso de explicações que variavam desde as de ordem biológica às de ordem mais sociológica ou cultural, mesclando-as em diferentes variações. Conforme Ramos,

Tem-se chamado atenção para o fato de que o discurso sociológico e antropológico no século XX foi construído por sobre uma separação entre o biológico e o cultural na explicação dos fenômenos sociais e por uma opção pelo segundo (Ortiz, 1975; Laplantine, 1991 p. 63). Contudo, como mostra a literatura mais recente, esta separação não se revela no que se convencionou chamar de “pensamento social brasileiro” (Ramos, 1996, p. 61).

A obra de Gilberto Freyre é um exemplo disso, com diferentes análises que demonstram o uso de noções tanto biológicas quanto culturais no seu tratamento da questão racial, especialmente pela base neolamarckiana de seu pensamento (Maio,

¹ Essa formulação se inspirava nas fórmulas de Bourdieu (1999) sobre a casa *kabyle* e as oposições entre o “masculino” e o “feminino” que delimitaram, por exemplo, espaços no interior da casa que não eram nem simplesmente “masculinos”, nem simplesmente “femininos”, mas ambos. A sala de estar é um exemplo, ao ser simultaneamente um espaço destinado a recepção das visitas e, como tal, o exercício da atividade pública e política própria do “masculino”, mas também um espaço do exercício da cordialidade e das boas maneiras, da agência em relação aos assuntos pessoais da família, por oposição ao público e, como tal, associado ao “feminino”; sem contar que ela se localiza já no interior da casa que, por oposição à aldeia, era já um espaço associado ao feminino. Da mesma forma, em uma dupla oposição ao oposto masculino partes da casa, como a cozinha, eram “duplamente femininas”, já que demarcavam relações de sentido tanto em oposição à sala quanto, como parte interior da casa, em oposição à aldeia.

1995; Meucci, 2006, p. 209). No entanto, essa constatação se estende a todo um conjunto de intelectuais do período, mesmo que sem a sua sofisticação teórica.

O que essa literatura nos permite assinalar é a presença, mesmo sem alcançar o grau de sofisticação do discurso de Freyre, de inúmeras sínteses, as mais variadas e ecléticas possíveis, entre o biológico e o cultural, o que aparecem por detrás do termo raça no discurso de intelectuais e políticos brasileiros na primeira metade do século XX (Ramos, 1996, p. 61).

Apesar disso, essa primeira formulação da pesquisa permitiu uma compreensão ampla do trabalho intelectual do autor, o que, posteriormente, permitiria uma melhor e mais precisa delimitação do *corpus*. Nesse primeiro momento, a relação com os documentos foi orientada pelas hipóteses de pesquisa então formuladas. Disso decorre a busca inicial por uma ampla gama de textos de Florentino Menezes, especialmente interessada em observar as transformações em seu pensamento ao longo do século XX, principalmente nas obras anteriores a de 1953. A questão a ser respondida então era a de se as ideias presentes no texto de 1953 estavam já presentes nas suas obras de 1910 a 1930, por exemplo, ou se elas surgem em um determinado momento do tempo e sob que influências ou condições.

Ao se valer de fontes secundárias sobre o autor, a pesquisa se concentrou primeiro em reunir o conjunto de sua produção em livros. Menezes havia publicado um total de 15 livros em vida, além de outros dois livros escritos, mas nunca publicados: *Sociedade e sacrifício* e *A velhice*. Todos eles, sem exceção, receberam, até hoje, apenas uma edição e com um número de cópias limitado, especialmente porque a maior parte de suas obras foi custeada pelo próprio autor, em Sergipe. Encontrar a totalidade da produção de Menezes ainda é um desafio. Na Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe, foram encontradas apenas duas de suas obras. Na Biblioteca Epiphany Dória, também em Sergipe, encontrou-se o maior número de volumes, reunindo cinco livros do autor, os quais foram disponibilizados para consulta em 2022. A biblioteca do Atheneu Sergipense, colégio no qual Florentino Menezes lecionou ao longo da década de 1930, quando consultada, estava fechada em decorrência da pandemia do COVID-19. Conforme informado à época, seu acervo poderia conter material relacionado às aulas de Menezes naquela instituição, mas esse não era o objetivo primário da pesquisa naquele momento. O Arquivo

Público Estadual de Sergipe (APES) também foi consultado, sem que existisse lá qualquer obra disponível do autor para consulta.

Adriana Silva, autora de uma dissertação de mestrado sobre Menezes (1997), conta com o arquivo pessoal da família do autor, o qual também foi posto à disposição desta investigação. Pelas informações dadas por Silva, o seu arquivo não continha muito mais documentos além daqueles já encontrados nas bibliotecas de Sergipe, salvo por algumas notícias guardadas pelo autor e que também estavam disponíveis em acervos sergipanos. Muito desse material encontrava-se já exposto e analisado em sua dissertação de mestrado. Cumpre salientar que, por conta da distância geográfica em relação à Silva, que, em 2021, se encontrava em São Paulo e o estado de isolamento social no qual nos encontrávamos, todo o contato com o seu material ocorreu por intermédio dela e do envio de fotocópias por e-mail. Foi especialmente importante, nesse sentido, ela ter disponibilizado a versão completa da sua dissertação, então inacessível para consulta online e que contém uma análise muito mais pormenorizada do que aquela presente no seu artigo. O mais especial do seu estudo certamente são as entrevistas com amigos, ex-alunos e familiares do autor ainda na década de 1990 e o registro de suas memórias sobre Florentino Menezes, o que ofereceu à pesquisa uma imagem muito mais clara de sua personalidade e de sua biografia de um modo geral.

Também Jackson da Silva Lima, importante referência para a compreensão da história intelectual em Sergipe, especialmente com o seu *História das ideias filosóficas em Sergipe* (1995), disponibilizou o acesso a parte do seu arquivo de áudios. Nele, havia a gravação de uma exposição de Menezes a respeito de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), então recentemente publicada. O áudio se trata de uma exposição de um dos capítulos da obra aos ouvintes da então Rádio Difusora de Sergipe, em evento organizado por um mecenas do estado, José Augusto Garcez. Também nesse momento da investigação, no início de 2022, a pesquisa se encontrava dificultada pelo estado de isolamento social no qual todos nós nos encontrávamos, mas a coleta dos documentos pôde continuar.

Por fim, vale mencionar o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e que muito provavelmente é o mais rico a respeito do autor. Conforme foi informado em visita ao instituto, em julho de 2023, consta em seu acervo um arquivo pessoal de Florentino Menezes e que pode conter informações até hoje não conhecidas a seu respeito. Esse seu arquivo ainda não foi catalogado

pelo instituto. Infelizmente, ao longo de quase três anos de investigação sobre o autor, um percurso que iniciou ainda na graduação, o acesso aos documentos do IHGSE não foi possível. Isso se deve ao fato de o instituto estar em reforma ao longo de todo o período desta pesquisa.

Em novembro de 2021, Anglaé D'Ávila Fontes, atual presidente do IHGSE, publicou no Instagram do instituto o post "IHGSE pede socorro", à época, também publicado no site oficial da instituição. Ela escreve sobre a necessidade de uma reforma no instituto, já conhecido pelo seu antecessor, o Prof. Samuel Albuquerque. Fontes descreve seu empenho para angariar recursos para o IHGSE junto aos deputados do estado. Ela se dizia desesperançosa: "É doloroso dizer que meu estoque de esperança foi todo consumido. Pobre IHGSE! Com seus 109 anos!" Apenas em 2022 a reforma pôde se iniciar e estava prevista para durar quatro meses, período no qual ele continuaria fechado para a pesquisa. Ainda no final de 2023, a instituição permanece fechada, com uma reforma que anda a passos lentos.

O pedido de socorro do IHGSE e sua luta por recursos e visibilidade junto à classe política de Sergipe mantém uma relação curiosa com a biografia de Florentino Menezes, seu idealizador, ainda em 1912. Menezes, especialmente na década de 1940, via-se distante da cena pública, amargurado e desesperançoso diante do descaso que sentia em relação aos seus conterrâneos, não apenas em relação à sua obra, mas à cultura em geral. Isso para não falar das dificuldades financeiras que enfrentava e que serão melhor expostas no capítulo seguinte, dedicado à sua obra e biografia. Assim como no caso do IHGSE, sua situação levou-o a buscar auxílio e reconhecimento junto à classe política daquele momento. Um conjunto de semelhanças que talvez nos informe algo sobre os aspectos estruturais da sociedade sergipana a respeito da posição que nela ocupa as obras culturais.

Os 17 livros escritos por Florentino Menezes são: *Estudo Chorográfico e Social do Brasil* (1912), *Leis de sociologia aplicadas ao Brasil* (1913), *Desenvolvimento intelectual dos povos* (1916), *Influência dos fatores geográficos na formação da sociedade brasileira* (1916), *Escola social positiva, vol. I* (1917), *Escola social positiva, vol. II* (1917), *O partido socialista sergipano* (1918), *O voto secreto* (1924), *Complemento a o voto secreto* (1925), *Estudo de sociologia: processos de seleção das sociedades* (1926), *Influência do clima nas civilizações* (1926), *Tratado de sociologia* (1931), *Classificações das sociedades: estudo de sociologia* (1931), *A*

ilusão comunista e a realidade soviética (1934), *Sociedade e sacrifício: Quinta Parte* (1946), *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) e *A velhice*, cujo manuscrito jamais foi publicado, mas é a última obra escrita pelo autor antes da sua morte, em 1959. Desse conjunto de livros, apenas não estavam disponíveis nos arquivos consultados os livros *Leis de sociologia aplicadas ao Brasil* (1913), *Desenvolvimento intelectual dos povos* (1916), *Influência dos fatores geográficos na formação da sociedade brasileira* (1916), *Classificações das sociedades: estudo de sociologia* (1931) e *A ilusão comunista e a realidade soviética* (1934), este último também não encontrado por Silva em 1997, mas que parece ter sido lido por Ibarê Dantas, que comenta suas teses em 2009, provavelmente a partir de seu arquivo pessoal.

No acervo da Biblioteca Nacional, em consulta online, foi encontrado apenas uma carta de Silva Melo², datada de 1950 e negando a publicação do livro de Florentino Menezes denominado *Onipotência e Piedade*, provavelmente o título atribuído à *Grandeza, decadência e renovação da vida* naquele momento, mas que posteriormente, passaria a ser o título atribuído a um de seus capítulos. Essa mesma carta foi publicada no livro de 1953, mas com o título “Um cientista de renome universal tudo fez para conseguir a publicação da obra do Prof. Florentino Menezes” (Menezes, 1953, p. 01). Também no catálogo da Biblioteca Nacional, mesmo nas Obras Raras, não há obras do autor, assim como também na Biblioteca Euclides da Cunha. No acervo online da Biblioteca Nacional há algumas publicações em jornal realizadas pelo autor, mas também disponibilizadas pela biblioteca da Universidade Federal de Sergipe, com sua coleção digitalizada de jornais do estado, mais completa, neste caso, que a da Biblioteca Nacional. No acervo do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, o IHGB, consta apenas o livro *Influência dos fatores geográficos na formação da sociedade brasileira* (1916), também disponível na Biblioteca Epiphânio Dória, em Sergipe.

Esse primeiro momento da investigação constituiu-se sobretudo a partir de uma base teoricista e, por que não dizer, dedutiva de pesquisa e que guiou a orientação geral da busca pelas fontes documentais. Mas os rumos da investigação começam a mudar quando ela se volta à atividade mais concreta de análise

² Antônio da Silva Melo (1886-1973) foi médico, escritor e ensaísta. Possui uma vasta literatura, especialmente ligada aos temas da medicina, mas também relativos à realidade social. É especialmente conhecido pelos seus trabalhos sobre os efeitos da radioatividade sobre os organismos biológicos.

documental. A operacionalização da pesquisa impunha dificuldades e revelava elementos antes imprevisos sobre o objeto que a pura especulação teórica não poderia abarcar. Isso levou a redefinição, não apenas no que se compreenderia como o *corpus* final da pesquisa como também as suas bases teórico-metodológicas.

2.4 REELABORAÇÃO DA PESQUISA: A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

Ao se deparar com a análise concreta dos documentos, a pesquisa imediatamente se defronta com questões fundamentais concernentes à objetividade do significado e dos sentidos apreendidos nos produtos culturais e os limites que a esfera simbólica constitutiva do universo cultural impõe à investigação sociológica. Trata-se, fundamentalmente, do procedimento de reconstrução da realidade, conforme Fernandes (1997), no qual a pesquisa sociológica se volta à prática da observação, da descrição e da explicitação da realidade a partir da formação de unidades investigativas sobre as quais o tratamento analítico dos fatos é finalmente possível. Como *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) constitui o cerne da pesquisa, que até então partia de uma série de teses do autor apreendidas a partir de uma leitura bastante preliminar e exploratória, ela foi tomada como o primeiro objeto de investigação, por meio de uma crítica rigorosa da obra, tomada como um documento (Cellard, 2008). Ao se valer dessa técnica de pesquisa, própria das investigações históricas tradicionais, a pesquisa se defrontou com uma série de dificuldades e especificidades que a leitura anterior, menos preparada, não tinha permitido observar.

Primeiro, *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) não dispunha de uma edição padronizada nos moldes dos livros atuais, o que, aliás, contribuiu para a necessidade de tratá-lo como um documento e não como um livro a ser alvo de uma pesquisa bibliográfica. Menezes não dispõe de uma lista de referências ao final da obra e, mesmo ao se referir a intelectuais e obras no interior de seu texto, ele não faz questão de deixar claro aos leitores quem são, especificamente, aqueles autores ou obras aos quais ele se refere. A investigação precisava, portanto, reconstituir o quadro de referências da obra, por vezes se utilizando de indícios para chegar àqueles intelectuais ou trabalhos que mais provavelmente seriam os que estavam sendo citados pelo autor.

Um bom exemplo são as referências de Florentino Menezes a “Wells”. Ele não nos informa com precisão a quem se referia por “Wells”, nem mesmo o título do trabalho. Tampouco o esclarecimento é feito em suas obras anteriores e disponíveis para consulta. Disso se segue a necessidade de pesquisar os intelectuais com sobrenome “Wells” e que tivessem tratado das ideias a respeito das quais Menezes se referia naquele momento de seu livro; tudo para, no fim, descobrir que Herbert George Wells, o reconhecido autor de *A guerra dos mundos*, além de literato, era também o autor de livros de divulgação científica. Em 1910 e 1920, respectivamente, Wells havia publicado *The outline of History* e *A short History of the world*, livros de divulgação científica cujos temas parecem ser semelhantes aos indicados por Menezes, como por exemplo, o tratamento sobre as idades geológicas da terra.

Pouco a pouco se tornava claro que encaixar na pesquisa um número amplo de títulos do autor não era viável, pois não se tratava apenas de “ler” os seus textos. Outra dificuldade se soma a isso, que é o caráter parcial descoberto em *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) e cuja verdadeira extensão somente foi plenamente compreendida após o aprofundamento da crítica documental.

Mais especificamente, a crítica documental da obra teve como principal consequência para a consecução da pesquisa a demonstração de que a sua unidade interna e, conseqüentemente, a validade das interpretações até então formuladas sobre ela precisavam ser questionadas. As particularidades e dificuldades próprias do *corpus* desta investigação serão mais bem exploradas no capítulo seguinte. Para os objetivos deste capítulo, cumpre destacar que *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) já não poderia mais ser tão facilmente tomada como uma obra acabada; ela era, na verdade, parte de um projeto maior elaborado por Florentino Menezes ainda no início da década de 1940 sob o título de *Sociedade e sacrifício*.

Em alguns capítulos de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), há a indicação de que eles já haviam sido publicados anteriormente, em jornal. Ao buscar essas matérias nos jornais mencionados, havia casos nos quais podiam ser notadas diferenças entre as duas versões dos capítulos e que certamente precisavam compor o *corpus* e entrar no processo de análise. A maior surpresa, no entanto, foi a de explorar mais a fundo as publicações em períodos de tempo próximas aos daqueles capítulos e constatar que, entre setembro e dezembro de 1946, Florentino Menezes havia publicado, no *Sergipe-Jornal*, toda a quinta parte de

sua obra *Sociedade e sacrifício*, uma obra anunciada por ele, mais jamais publicada como livro e de cujos manuscritos não se tem notícia (Silva, 1997). Eram mais de 17 capítulos, alguns deles constantes também no livro de 1953, mas a grande maioria ainda desconhecidos para mim, mesmo que já mencionada por Dantas (2009) em seu texto sobre o autor.

Os capítulos de *Sociedade e sacrifício* publicados, em 1946, no *Sergipe-Jornal* e em *Grandeza, decadência e renovação da vida*, 1953, pareciam ter muito mais em comum, mas somente uma análise aprofundada das duas publicações poderia revelar a real ligação entre elas. Não obstante, o primeiro contato com as publicações em jornal e, especialmente, as diferenças entre os artigos presentes em ambas as publicações, com suas supressões, começaram a despertar meu interesse. Entre ambas havia a clara supressão, e de forma sistemática, de partes do texto mais politicamente orientadas, especialmente em relação ao tema do socialismo.

Dessa observação surgiu a questão de saber a extensão das diferenças entre as duas publicações e seus impactos nas teses do autor. Mas a principal questão que a análise documental suscitou foi: a que se deviam as supressões entre as duas publicações? Por que o texto de 1946 é muito claramente direcionado politicamente e o de 1953, apesar das semelhanças, suprimiu ou deixou de fora tais questões tão importantes na obra do autor desde, pelo menos, 1917, como o tema do seu socialismo aristocrático? Essas transformações entre as publicações guardavam alguma relação com o contexto cultural e político vivido pelo autor na sociedade sergipana daquele período? Após essa última formulação, alcançava-se, enfim, a elaboração da problemática de pesquisa que seria levada até o final da investigação.

Ao pretender compreender a relação entre o pensamento do autor e seu contexto social, a investigação se concentrou mais demoradamente sobre os recursos analíticos fornecidos pela Sociologia do Conhecimento de base mannheimiana. A Sociologia do Conhecimento, de fato, possui uma longa tradição e perspectivas diferentes de investigação, que vão de Karl Mannheim à Norbert Elias, passando pela Sociologia da ciência de Robert Merton até o chamado programa forte liderado por David Bloor e também a sociologia de Pierre Bourdieu (Miguel, 2017; Coelho, 2017). Mas foi com a descoberta do livro *Karl Mannheim's Sociology of Knowledge* (1978), de A. P. Simonds, que as questões postas ao *corpus*

finalmente adquiriam um significado mais preciso enquanto empreendimento sociológico.

2.5 O MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO

No primeiro momento da investigação, o contato com a Sociologia do Conhecimento de Mannheim tinha sido guiado pela pretensão de encontrar nele elementos que cooperassem com a busca por revelar a estrutura subjacente ao pensamento de Menezes, em 1953. O *método documentário de interpretação* era visto, então, como aquilo que ofereceria o instrumental analítico necessário para abordar as obras de Menezes e operá-las a partir de índices objetivos de seu conteúdo e identificar suas origens sociais, uma abordagem inspirada em alguns dos trabalhos de Claude Lévi-Strauss (2017) e de Pierre Bourdieu (1999).

Contrariamente às minhas expectativas, os textos de Karl Mannheim não pareciam me oferecer direcionamentos concretos para a realização daquele empreendimento de constituição de um modelo das ideias em análise. O que a pesquisa então buscava mapear e quantificar era o quanto certos autores, dentre os quais o próprio Menezes, constituíam um pensamento mais ou menos “voltado a explicar os fenômenos como sendo determinados pela biologia ou pela sociedade”. Realizar uma operação de pesquisa como essa a respeito de um produto cultural tão complexo e aparentemente sujeito a múltiplas interpretações como a obra de um intelectual me parecia, apesar de tudo, possível, por causa de dois exemplos então à minha disposição.

Primeiro, a análise empreendida por Lévi-Strauss sobre as mitologias, chegando a trabalhar com versões bastante diferentes de um mesmo mito (eles mesmos bastante separados pelo tempo e pelo espaço) e sumarizando-o em termos operacionalizáveis para a pesquisa e que, à maneira dos fonemas e morfemas da análise linguística, ele denominou de mitemas (Lévi-Strauss, 2015, 205-231). A lógica da sua investigação e o fundamento teórico-metodológico que a constituem e que o permitia depreender relações necessárias e transculturais até hoje fogem da minha compreensão. O segundo exemplo era o do próprio Karl Mannheim, que, conforme eu o lia à época, prometia desvendar os determinantes sociais dos diferentes “estilos de pensamento”, a exemplo do que ele denominou de “conservadorismo” (Mannheim, 1981). “Sociologismo” (termo que eu usara para

descrever de forma sucinta das teses de Florentino Menezes em 1953) e “conservadorismo” então me pareciam duas classificações semelhantes e cuja lógica e validade objetiva eu esperava poder encontrar na sociologia mannheimiana, sobretudo com o seu chamado “método interpretativo documental”.

Foi com a descoberta do livro *The Karl Mannheim's Sociology of Knowledge* (1978), de Arthur Simonds, que toda a confusão envolvendo a interpretação da proposta da Sociologia do Conhecimento se tornou evidente. Como esclarece Simonds, a Sociologia do Conhecimento deve ser identificada internamente à tradição alemã das Ciências do Espírito ou a *Geistwissenschaften*. Como tal, ela não se constitui em uma proposta explicativa, que busca identificar as causas dos fenômenos, mas sim uma proposta que busca pela interpretação das obras culturais, de seus significados.

O mesmo problema de interpretação da obra mannheimiana esteve presente na sua recepção ao longo de todo o século XX, inclusive a partir de figuras internacionalmente reconhecidas, como Robert Merton. Merton, assim como inúmeros outros críticos da Sociologia do Conhecimento, tomam o pensamento de Mannheim como mais um caso malfadado de positivismo. A esse respeito, Merton teceu longas críticas ao trabalho de Mannheim, especialmente por acreditar que ele não realizava o seu objetivo de mostrar como certos tipos de conhecimento “se seguem” ou são causados por determinada posição ou condição social. Conforme explica Simonds, o problema como esse tipo de interpretação é o de tomar a relação estabelecida por Mannheim entre texto e contexto ou entre obra cultural e sociedade como uma relação de causalidade.

O que é importante sobre esta crítica é o ponto que ela assume como certo: que a relação em questão é causal. Se o objeto da sociologia do conhecimento de Mannheim pudesse ser caracterizado como a derivação causal do conhecimento a partir dos fatos da existência social, então seu tratamento do que ele chama de *Seinsverbundenheit* seria de fato imperdoavelmente impreciso. Mas tal caracterização simplesmente não é compatível com as evidências de seus escritos. Mannheim nunca descreve esta 'determinação existencial' na linguagem da causalidade, e uma parte considerável de seu argumento é dedicada a distinguir sua posição de tal abordagem (Simonds, 1978, p. 25, tradução minha)³.

³ What is important about this complaint is the point which it takes for granted: that the relationship at issue is a causal one. If the object of Mannheim's sociology of knowledge could be characterized as the causal derivation of knowledge from the facts of social existence, then his treatment of what he calls *Seinsverbundenheit* would indeed be inexcusably imprecise. But any such characterization is just not compatible with the evidence of his writings. Mannheim *never* describes this 'existential determination' in the language of causality, and considerably part of his argument is devoted to distinguishing his position from such an approach (Simonds, 1978, p. 25).

A maior parte dos seus críticos e mesmo de seus leitores e intérpretes não críticos recaem no problema de tomar como óbvio que as proposições da Sociologia do Conhecimento se concentram em determinar causalmente o pensamento a partir de uma base sociológica. Em outras palavras: “ou Mannheim está dizendo que o 'pensamento' é causalmente determinado pelo 'ser social', os críticos parecem concluir, 'ou então ele não está dizendo muita coisa'” (Simonds, 1978, p. 28, tradução minha)⁴. Não à toa, a obra de Mannheim não me parecia oferecer os recursos analíticos que eu procurava nela, pois tampouco ela tem a pretensão de entregar à análise do conhecimento qualquer espécie de formalização ou de previsibilidade, aos moldes do que se propunha o estruturalismo antropológico.

A Sociologia do Conhecimento, na verdade, se dedica a uma questão muito mais básica, mas absolutamente fundamental a qualquer investigação nas ciências sociais, que é o problema do significado e da constituição fundamentalmente simbólica da realidade social. Ela é parte, portanto, da tradição alemã da *Geisteswissenschaften* e compreende uma especificidade fundamental no estudo dos fenômenos humanos, por oposição ao objeto das ciências naturais ou a chamada *Naturwissenschaften*. Como tal, a Sociologia do Conhecimento é um método de interpretação, até porque o objetivo mais fundamental no estudo de uma realidade simbolicamente constituída é, pelo menos, o de entender os seus significados. Sua proposição fundamental “é que existem modos de pensamento que não podem ser adequadamente compreendidos enquanto suas origens sociais estiverem obscurecidas” (Simonds, 1978, p. 30, tradução minha)⁵ e não o de que há certas formas de conhecimento ou mesmo que todo o conhecimento constituído decorre de uma origem social específica, o que, em última análise, levaria ao relativismo historicista.

O procedimento investigativo proposto por Mannheim foi denominado por ele de “método interpretativo documental”, precisamente porque se propõe a buscar o nível do significado dito “documental” dos atos de conhecimento. Mannheim, em *On the interpretation of “weltanschauung”* (1959), demarcou uma série de distinções fundamentais para a compreensão de sua proposta. A primeira delas diz respeito àqueles significados que são imediatos e aqueles que são mediados. A outra

⁴ “either Mannheim is saying that “thought” is causally determined by “social being”,’ the critics seem to conclude, ‘or else he is saying much of anything’” (Simonds, 1978, p. 28).

⁵ ‘is that there are modes of thought which cannot be adequately understood as long as their social origins are obscured’ (Simonds, 1978, p. 30).

distinção diz respeito, internamente aos significados mediados, àqueles que são significados expressivos e os significados ditos documentais.

Para ele, assim como para toda a tradição da *Geistwissenschaften*, a especificidade dos fatos da cultura reside em que eles não são apreendidos de forma imediata, como aqueles que são estudados pelas ciências da natureza. Enquanto um fenômeno natural é sempre entendido a partir de suas propriedades intrínsecas e analisado como tal, as obras culturais, além de poderem ser entendidas a partir de suas propriedades intrínsecas, elas precisam ser entendidas como representando algo para além delas, para além daquilo que permite a mera observação. Uma forma de significado se transmite de forma imediata: sabe-se, de imediato, que algo é líquido, sólido, pesado, etc. Outra esfera de significado sempre remete a algo exterior a si. Um aceno de mão, um som emitido por alguém próximo, as letras em um papel, além do seu significado imediato, físico ou químico, etc., somente podem ser plenamente compreendidas se remetidas àquilo que elas representam. Esses significados mediados, por sua vez, são de dois tipos.

O primeiro é o significado expressivo, que é também o mais comumente associado aos estudos na História das Ideias e que guia as teses internalistas na análise das obras culturais, teses a respeito da qual o pensamento de Mannheim sempre se opôs. O significado expressivo diz respeito àquilo que era intencionalmente visado pelo autor ou pelo sujeito no momento em que produz certa obra: um livro, uma pintura ou uma fala de qualquer ordem. Trata-se de identificar o sentido que o indivíduo quis dar.

Já o nível documental de interpretação diz respeito a tudo aquilo que o significado de uma determinada obra deve ao seu contexto social, sem o qual nem mesmo o ato expressivo do autor e, por extensão, o ato de comunicação de sua obra aos seus interlocutores, seria possível. O nível documental de significação é mormente ignorado pelos produtores culturais na sua prática e exige uma atividade reflexiva específica para ser apreendida, sendo mesmo mais difícil de ser percebida para aqueles que estão mais próximos a ela, e, como tal, habituados àquele contexto. Mas, mais do que declarar a existência de tal esfera de significado, a proposta da Sociologia do Conhecimento é a de que recuperar o sentido expressivo de uma obra cultural somente é possível na medida em que se tenha informações suficientes sobre o seu contexto. Assim,

A teoria da interpretação de Mannheim, ao direcionar a atenção do significado objetivo para os níveis expressivos e documentais da apresentação da mídia, faz essencialmente duas afirmações. (1) O significado expressivo de um objeto é governado pelas intenções de seu autor; a interpretação só pode respeitar os ideais de determinação e fidelidade referindo-se a esses padrões. (2) A recuperação do significado pretendido pelo autor só é possível se a evidência apresentada diretamente no objeto for complementada por referência a um contexto externo (em última instância, social) de significado que o autor de uma expressão deve sempre pressupor e sem o qual nenhum ato bem-sucedido de comunicação seria possível. (Simonds, 1978, p. 65, tradução minha)⁶.

Independentemente de seu contexto, nenhum artefato cultural e, como tal, nenhuma proposta de conhecimento, pode ter o seu significado corretamente apreendido sem referência ao seu contexto e aos significados de ordem documental que carregam. Aquilo que lhe é inerente e passível de ser apreendido a partir de uma observação ou, no caso de textos, de uma leitura internalista das obras dizem respeito às suas regras de constituição, como a gramática por exemplo. Mas esses elementos apenas revelam as suas possibilidades de significado, mesmo os termos mais simples da linguagem podendo carregar uma multiplicidade de significados e sentidos possíveis. A esfera documental permite suplementar as lacunas deixadas pela investigação internalista das obras, revelando as suas implicações, sentidos e mesmo interesses latentes.

Deixar de tratar o pensamento como autônomo não é negar ou menosprezar a individualidade do outro sujeito, mas respeitá-la ao reconhecer que seus recursos de comunicação, de fato, os próprios materiais com os quais ele molda seu pensamento, dependem, para sua eficácia, da referência a um contexto específico sócio-histórico de significado (Simonds, 1978, p. 79, tradução minha)⁷.

A análise do significado documental da obra implica observar aquilo que diz um autor da mesma forma que um médico observa o autodiagnóstico de um paciente não como um diagnóstico de fato, mas como uma confissão; um elemento

⁶ Mannheim's theory of interpretation, in directing attention from objective meaning to the expressive and documentary levels of media presentation, makes essentially two claims. (1) The expressive meaning of an object is governed by the intentions of its author; interpretation can respect the ideals of determinacy and faithfulness only by reference to these standards. (2) Recovery of the intended meaning of the author is possible only if the evidence presented directly in the object is supplemented by reference to an external (ultimate social) context of meaning which the author of an expression must always presuppose and without which no successful act of communication would be possible. Let us consider the problem of intention and the problem of context in turn (Simonds, 1978, p. 65).

⁷ To cease to treat thought as autonomous is not to deny or denigrate the individuality of the other subject but to respect it by recognizing that his resources of communication, indeed, the very materials with which he fashions his thought, depend for their effectiveness upon reference to a specific socio-historical context of meaning (Simonds, 1978, p. 79)

ou sintoma entre outros (Mannheim, 1959, p. 58). Seu modo de operar é cíclico, um processo semelhante à apropriação de uma nova língua. Entende-se a obra cultural pelo seu contexto e o contexto pelas obras. Nenhuma obra em particular oferece evidências suficientes para que se compreenda todo o contexto na qual ela se insere; tampouco o conhecimento do contexto e dos padrões de significado ou convenções ali estabelecidas permite prever a forma como o pensamento será atualizado em cada obra concreta. O analista passa do particular ao global e vice-versa em uma busca constante por identificar as relações necessárias para esclarecer o significado da obra a partir de seu contexto.

A reapropriação do pensamento de Karl Mannheim tem sido objeto de apreciação por parte da comunidade acadêmica brasileira em anos recentes (Barbosa, 2019; Gusmão, 2011; Weller, 2022, 2005, 2010; Mota, Weller, 2010). e ela se justifica especialmente pela necessidade de retomar as análises que enfatizam a relação entre os textos e seus contextos.

No final do século XX, os estudos sobre o mundo intelectual no Brasil adquiriram novos contornos através de uma profusão de trabalhos na área. O quadro geral deste debate encontra suas tendências definidas, segundo o próprio Sérgio Miceli, a partir da publicação de seu livro, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, no qual ele buscava declaradamente se distanciar dos argumentos advindos de um viés mannheimiano e que privilegiava a análise das ideias e do conteúdo das obras dos intelectuais, reificando-as (Miceli, 1999, p. 111). De certa forma, toda a produção subsequente se orientará em um debate com Miceli, seja por aceitação ou recusa. São três as principais correntes argumentativas que predominaram desde então: a do argumento sociológico com tinturas culturalistas, do próprio Sérgio Miceli; o argumento doutrinário-policista, de Daniel Pécaut e o argumento organizacional-institucionalista de Simon Schwartzman (Miceli, 1999, p. 110).

O espaço que se desenha a partir destas três correntes é, em grande medida, refratário à análise das ideias e do conteúdo das obras dos intelectuais, frequentemente associada a uma atitude não sociológica, própria de críticas dirigidas por jornalistas, exteriores à academia. No entanto, como notam André Botelho e Elide Rugai Bastos, uma das consequências do distanciamento em relação ao conteúdo das obras, pelo menos no que diz respeito à Miceli, mas que é extensível àquelas outras três correntes argumentativas, é que a pesquisa “acaba

deixando de reconhecer a dimensão do conflito na formulação das ideias, como se todas defendessem interesses gerais da sociedade” (Bastos, Botelho, 2010, p. 912). Inserindo-se neste debate, esta dissertação assume como pressuposto analítico fundamental a sugestão de que ao invés de escolher entre texto e contexto, uma “sociologia dos intelectuais também exige que se reconheça e se qualifique a tensão existente entre estes termos, na medida em que ela é constitutiva da própria matéria que cumpre à análise ordenar” (Bastos, Botelho, 2010,P. 912).

2.6 CONCLUSÃO

Em linhas gerais, esta dissertação se constitui a partir de uma concepção interpretativa da análise sociológica e toma como base analítica os pressupostos da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim. Ao mesmo tempo, essa proposta interpretativa do pensamento de Florentino Menezes se vê guiada por uma série de questões concernentes ao debate contemporâneo sobre o pensamento social no Brasil, especialmente no que diz respeito às relações entre os centros culturais e as periferias e suas consequências sobre a autonomia e a criatividade intelectual.

O debate nacional tem, de longa data, se questionado a respeito da relevância de se pensar o processo de modernização e, sobretudo, de industrialização dos grandes centros urbanos sobre a produção cultural. Essa chave analítica é fundamental para a compreensão do pensamento de um intelectual como Florentino Menezes, cuja atuação se caracteriza principalmente pela distância que ele mantinha, durante toda a primeira metade do século XX, com os grandes centros de produção cultural do país. Como se pode apreender de sua biografia e do contexto particular no qual se encontrava, explorados no capítulo seguinte, toda a sua trajetória é marcada pelos limites e restrições ao pensamento sociológico que classicamente decorrem de um contexto social patrimonial, politicamente dominado pelas elites rurais, e no qual prepondera uma mentalidade conservadora de base religiosa e católica, mesmo em momentos, como na década 1950, nos quais, em outras regiões do país, a produção sociológica já começava a alcançar certa autonomia.

3 FLORENTINO MENEZES, VIDA E PENSAMENTO

Este capítulo apresenta Florentino Teles de Menezes, sua biografia e os traços gerais de seu pensamento. Uma introdução dessa espécie é tanto mais fundamental quanto se sabe que Menezes não compõe o conjunto dos autores canônicos das ciências sociais no país. Trata-se, antes, de um pensador bastante desconhecido, mesmo na época em que era vivo. Poucas investigações acadêmicas se dedicaram a resgatar o valor histórico de sua obra e não há registro de que o autor tenha deixado discípulos que defendessem o valor heurístico de sua sociologia. Além disso, Menezes esteve sempre distante dos centros da produção cultural de sua época, como Rio de Janeiro e São Paulo, o que levanta a questão dos reflexos da condição provinciana sobre o seu pensamento.

Já nas primeiras formulações para a compreensão do desenvolvimento da Sociologia no Brasil, a oposição entre os centros e as periferias culturais do país é destacada. Em *A sociologia no Brasil*, por exemplo, Florestan Fernandes relaciona os primeiros momentos do desenvolvimento da Sociologia científica no Brasil como o início do processo de urbanização e modernização. No entanto, conforme o autor:

Somente nas regiões em que a expansão urbana e a industrialização aceleraram o processo é que a divisão do trabalho e a diferenciação social se fizeram sentir com alguma intensidade. Nestas regiões, ocorreram alterações simultâneas na estrutura social e na organização da cultura, o que condicionou a transformação da sociologia em uma especialidade (Fernandes, 1976, p. 36).

Nas demais regiões do país, ainda sob a forte influência e dominação das elites econômicas-rurais e eclesiásticas tradicionais, o pensamento sociológico encontrava-se sufocado entre as fortes amarras dos setores conservadores.

Em tratamentos subsequentes da história da Sociologia no país, a oposição entre o centro e a periferia é novamente destacada, como, por exemplo, em *Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais* (1989), de Sergio Miceli. Segundo Miceli, estados como Pernambuco, Minas Gerais e Bahia, ao longo da primeira metade do século XX, não possuíam um corpo profissionalizado atuante na Sociologia. Apenas em São Paulo pode-se dizer que existiu uma real profissionalização da disciplina, mas somente entre as décadas de 1940 e 1950, com um ganho crescente de autonomia em relação à classe política. Mesmo a

capital do país, o Rio de Janeiro, possuía uma comunidade intelectual bastante ligada e dependente da atividade política local (Miceli, 1989, p. 88).

Também Maria Arminda Arruda (1989), demonstra que, no caso de Minas Gerais, as condições sociais que permitiram o florescimento dos quadros mais profissionalizados das ciências sociais no Rio e em São Paulo não estiveram presentes. Em Minas, o que caracteriza o desenvolvimento das ciências sociais em relação aos centros do país é o seu atraso. No entanto, paulistas e cariocas definiram o quadro do debate e, como tal, erigiam-se em referência necessária. Nas palavras da autora, um ambiente acanhado como o de Minas Gerais, “fruto de uma economia prostrada e onde a relação de clientela com os poderes público sempre foi a marca das elites, pretender preservar independência afigurava-se uma utopia.” (Arruda, 1989, p. 241).

Ainda assim, a maior parte das análises sobre a vida cultural brasileira na primeira metade do século XX tendem a se concentrar sobre o eixo Rio-São Paulo. No caso da história de Sergipe, os trabalhos acadêmicos de maior fôlego começaram a ser desenvolvidos no final do século XX e início do século XXI, a exemplo do ainda incontornável *A República das Letras em Sergipe (1889-1930)*, de Cristiane Vitória de Souza, uma monografia escrita para a conclusão do curso de História na Universidade Federal de Sergipe, em 2001. O presente capítulo se concentra, a partir da literatura existente sobre a história cultural em Sergipe, no inventário das características gerais da sociedade sergipana da primeira metade do século XX; sua posição, em termos econômicos, mas também culturais. Simultaneamente, explora a relação sustentada por esse contexto sociocultural com a vida e a obra de Florentino Menezes por meio do resgate das informações disponíveis sobre a sua biografia e o conjunto de seu pensamento ao longo das décadas de 1910 a 1950.

O primeiro momento do capítulo se concentra sobre a biografia do autor, especialmente no que diz respeito a sua formação, sua origem social ou de classe e na sua atuação em causas públicas e no ensino. Fundamental para essa apresentação são os depoimentos colhidos pela socióloga Adriana Silva (1997) de ex-alunos e também familiares do intelectual sergipano. O segundo momento se concentra sobre o conjunto de sua produção, desde a década de 1910 até a de 1950, quando publica o seu último trabalho, explicitando as principais características e fases de seu pensamento. O capítulo também aborda as principais limitações da

literatura especializada a respeito de Florentino Menezes e a necessidade de um maior aprofundamento na sua produção, especialmente naquela das décadas de 1940 e 1950, recorte escolhido para a presente dissertação.

3.1 BIOGRAFIA E HISTÓRIA

Florentino Teles de Menezes nasceu em Aracaju, capital de Sergipe, em 1886 e morreu na mesma cidade, em 1959. Ele viveu a maior parte da sua vida na capital sergipana, produzindo aí toda a sua obra intelectual, quase inteiramente dedicada à Sociologia. Menezes foi um autodidata e um pioneiro na recepção das ideias sociológicas no país anteriormente à institucionalização da disciplina, seja no nível superior ou da pós-graduação, seja na sua institucionalização na educação básica. Nunes Mendonça descreve-o como um homem “nervoso, irritável, retraído, introvertido e aristocrático. Mas também idealista, enérgico, empreendedor, operoso, pertinaz” (Mendonça, 1978, p. 110).

Menezes era filho da classe média sergipana, o que provavelmente foi determinante para que ele seguisse o caminho das letras, como no caso de sua irmã, Leonor Teles de Menezes, também professora (Santos, 2006). Seu pai, Álvaro Teles de Menezes (1851-1935), era médico. Álvaro Menezes foi deputado estadual em 1902 e depois assumiu outras legislaturas como suplente. Foi também membro da Sociedade de Medicina de Sergipe e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Era também músico, compositor e poeta. A mãe, Francina da Glória Muniz Teles de Menezes (1852-1924), era professora e calígrafa. Em 1880, ela assumiu a terceira cadeira primária da capital e, em 1881, foi nomeada professora de prendas, caligrafia e desenho da Escola Normal. Como calígrafa, trabalhou para algumas lentes da Faculdade de Direito de Recife, dentre as quais Tobias Barreto. Tratava-se de um ambiente familiar culturalmente rico, o que se reflete na disposição ao autodidatismo de Florentino Menezes e na sua propensão ao mundo intelectual.

A origem social do autor foi fundamental para o papel que pôde desempenhar, como intelectual, jornalista e professor. No Sergipe da primeira metade do século XX, a condição de ingresso na “República das letras”, como afirma Souza (2001), era o conjunto de relações que cada um era capaz de mobilizar a seu favor. Nos estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

(IHGSE), por exemplo, constava “que os aspirantes à categoria de sócio efetivo apresentem títulos de recomendação social e, se os tiver, trabalhos científicos ou literários” (Souza, 2001, p. 127). A elite intelectual do período era composta por indivíduos provenientes das classes alta e média da sociedade sergipana. Ou eram “filhos de proprietários de terra, comerciantes, industriais e altos funcionários públicos” ou, um pouco mais abaixo na pirâmide social, “descendiam de professores, comerciários e pequenos funcionários públicos, frações que também possuíam a seu alcance um relativo capital social” (Souza, 2001, p. 130), como é o caso de Florentino Menezes.

Conforme Silva (1997), a formação primária de Menezes se iniciou na Bahia e foi concluída em Sergipe. Menezes vai inicialmente a Recife estudar engenharia. Na cidade, ele desenvolveu beribéri, doença causada pela deficiência da vitamina B1 no organismo e que o deixou paraplégico por seis meses e o impossibilitou de concluir os estudos. O autor retorna a Aracaju e, em 1906, já recuperado, entra na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde permanece por um ano. Em 1907, transfere-se, por razões financeiras, para a Faculdade de Medicina da Bahia. Menezes cursou medicina na Bahia até o quarto ano, o que o tornou habilitado para realizar, anos depois, em 1926, o concurso para professor de Sociologia no Colégio Atheneu Sergipense (Souza, 2016, p. 178).

Somente os indivíduos menos abastados da elite intelectual sergipana não conseguiam obter o diploma superior, como é o caso de Menezes, que segue carreira no baixo escalão da burocracia estatal e, depois, no magistério. Sua trajetória é, nesse sentido, representativa da sua posição social, o que é também demonstrado pela presença do mecenato em diferentes momentos de sua vida. Ao discorrer sobre o assunto, Souza (2001) cita explicitamente o caso de Florentino Menezes como “lapidar” nesse assunto. Em Sergipe, nesse período, “não obstante a importância desempenhada pelo mecenato particular, foi o mecenato estatal que rendeu maiores rendimentos para os intelectuais” (Souza, 2001, p. 160). O exercício da função pública era uma garantia de subsistência. Sobreviver apenas através das letras era impossível. Embora o jornalismo crescentemente se tornasse uma prática lucrativa, a sua profissionalização no estado ocorre de forma muito tardia (Carvalho, 2018)

Após o seu retorno a Sergipe da Faculdade de Medicina da Bahia sem o seu título de médico, Menezes foi nomeado, em 1912, 2º escrivão do Tesouro do

Estado. Em 1915, é nomeado amanuense da Diretoria da Instrução Pública; em 1916, 2º escriturário da Diretoria da Instrução Pública e, em 1919, é nomeado 1º escriturário da Diretoria de Instrução Pública. Por fim, em 1926, através de concurso público, Menezes chega ao ápice de sua carreira como professor catedrático de Sociologia no colégio Atheneu Sergipense (Souza, 2001, p. 160), a maior posição do magistério sergipano naquele momento. Conforme Alves e Costa (2006), em Sergipe, o ensino de conteúdos de Sociologia já era praticado desde o final do século XIX, mas não a partir de uma disciplina autônoma. É somente com a Reforma Rocha Vaz, de 1925, que a Sociologia é introduzida como disciplina no ensino médio (Silva, 1997, P. 23) Nessa mesma instituição, em dezembro de 1927, Menezes foi nomeado vice-diretor do colégio e, em 1928, tornou-se membro do Conselho de Ensino do Atheneu (Dantas, 2009, p. 16). Noutras ocasiões, chegou a ser diretor substituto (Silva, 1997, p. 23). Até a década de 1930, Menezes se fez bastante presente na cena pública sergipana, seja com suas publicações em jornais, seja como idealizador e organizador de uma série de instituições locais ou como professor de Sociologia.

Já em 1912, por exemplo, Florentino Menezes se destaca por ser o idealizador do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Naquele ano, apenas os estados do Maranhão, Piauí e Sergipe não dispunham de instituições congêneres ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Além de idealizador, foi também ele o responsável por convocar os primeiros integrantes do instituto. Convocou quarenta pessoas para o empreendimento e obteve reações diversas. Chegou a ser chamado de D. Quixote, sob o argumento de que Sergipe não possuía ainda o necessário para a instituição. Sua ideia foi acolhida pelos magistrados do Tribunal de Relação e, junto com os desembargadores, o instituto foi fundado em 6 de agosto de 1912, na sede do Tribunal, onde funcionava o Clube de Esperanto (Dantas, 2012, p. 32). Dos vinte e dois membros iniciais do instituto, pelo menos treze possuíam formação em Direito e uma boa parte compunha a elite do judiciário sergipano. Menezes nunca presidiu o IHGSE, mas ocupou nele uma diversidade de cargos. Foi 1º Secretário e 2º Secretário por dois períodos. Participou de diversas comissões, dentre as quais as de Finanças, Museu e Biblioteca e Geografia por anos sucessivos (Dantas, 2009, p. 09).

Em 1917, Menezes se vê bastante impressionado pelos movimentos grevistas de São Paulo e escreve a respeito deles nos jornais de Sergipe, no *Diário*

da *Manhã* e no *Imprensa Popular* (Dantas, 2009, p. 10). Demonstra descontentamento pela baixa repercussão dos acontecimentos no seu estado e compreende-a como reflexo da baixa cultura do operariado local e a indiferença dos seus intelectuais em relação ao socialismo. Menezes tenta organizar reuniões públicas para discutir os direitos do povo, mas sem muito sucesso. Ele aproxima-se, depois, do Centro Operário e decepiona-se, pois considerava que seus membros nem sequer sabiam o que era o socialismo.

Em 1918, lança um manifesto convocando a sociedade sergipana para a fundação do Centro socialista sergipano, entidade que teria como finalidade a propaganda do socialismo no estado. O Centro Socialista Sergipano foi oficialmente fundado em 19 de março de 1918, na Biblioteca Pública de Aracaju, com a presença de 57 pessoas, tendo como primeiro presidente Dr. Manoel Passos de Oliveira Teles. Para Menezes, em Sergipe, o socialismo deveria ser implantado apenas pelo uso das palavras e da propaganda e jamais pela força. A historiografia sergipana (Dantas, 2009, p. 14) possui poucos registros concernentes à atuação do Centro, que parece ter declinado depois de pouco tempo. No dia primeiro de maio do mesmo ano, o presidente do Centro realiza uma conferência intitulada *Socialismo e Trabalho*, defendendo a natureza evolutiva da sociedade e a necessidade de se esforçar pelo socialismo. Antes da palestra, foi anunciado que o Colégio Tobias Barreto, sob direção do professor José de Alencar Cardoso, 1º vice-presidente do Centro, cantaria o hino socialista sergipano pela primeira vez. O hino era da autoria de Arthur Fortes, também membro do Centro. Em 14 de julho, em comemoração ao aniversário da tomada da Bastilha, Helvécio Andrade pronunciou outra palestra, *Socialismo e República*. Após isso, informa Dantas (2009, p. 14) há apenas uma ata da entidade, de 15 de setembro de 1918 falando sobre a aprovação dos estatutos do Centro. O Centro socialista também foi pouco frutífero em seus objetivos e não há muitas outras informações sobre suas ações.

Também em 1918, ele idealiza a fundação do Centro Pedagógico Sergipano, que não prosperou. Em 1923, seguindo o exemplo da campanha nacional, organizou o Centro de propaganda pelo voto secreto. Organizou também duas publicações dedicadas ao tema: *O voto secreto* (1924) e *Complemente ao voto secreto* (1925). Em 1928, propõe transformar a Serra de Itabaiana em centro turístico, mostrando-se atento à questão ambiental (Silva, 1997, p. 168). Em 1929, participa, como sócio

fundador, da Academia Sergipana de Letras, ocupando a cadeira 26, cujo patrono era Antônio Fernandes da Silva (Dantas, 2009, p. 16).

Todos esses projetos refletem o ambiente social do período na sociedade sergipana e sua influência sobre a esfera cultural. Tratava-se, por um lado, de um momento de crescente urbanização da capital Aracaju e da conseqüente influência dos ideais de modernização. Por outro lado, o legado cientificista do final do século XX, com destaque ao positivismo, ao evolucionismo e ao darwinismo social despontam no estado como oposição ao pensamento conservador católico, antes dominante.

3.1.1 A urbanização e a modernização de Sergipe

A primeira metade do século XX é o período no qual Sergipe, sobretudo a sua capital, Aracaju, assiste ao seu maior número de transformações. Em 1890, Sergipe contava, após três séculos, com 310 mil habitantes. A sociedade local era formada por uma camada de senhores proprietários de terras e uma ampla gama de trabalhadores despossuídos (Dantas, 2004, P. 11). Havia uma pequena camada intermediária e heterogênea, mas sem autonomia ou capacidade de ação conjugada. Aracaju era a cidade mais populosa, com apenas 16 mil habitantes (Dantas, 2004, p. 14). A vida cultural era acanhada. Contava com uma série de jornais, mas todos bastante determinados pelas oscilações da vida política e pouco autônomos. A infraestrutura da capital era também precária e insalubre. As epidemias eram frequentes, as ruas não dispunham de calçamento. Não havia energia elétrica ou água encanada. Ainda, conforme o censo de 1890, 89% da população não sabia ler ou escrever.

Com a instauração da República, sobretudo a partir da gestão do general José Siqueira de Menezes, ou seja, a partir da década de 1910, a capital passou por um extenso processo de urbanização. A cidade recebeu obras de saneamento, além de água encanada e energia elétrica. Por volta dessa década, ela contava com cerca de 30.000 habitantes. Em termos econômicos, ocorreu uma grande expansão dos serviços urbanos, embora a economia ainda fosse grandemente dependente da produção de açúcar. Além da energia elétrica e água encanada, os capitalistas trouxeram o telefone (os primeiros chegaram em 1911), serviços de higiene e de saúde, e uma ferrovia (o primeiro trem chegou em 1913). Os primeiros cinemas

chegaram em 1909, entre os quais o Édén Cinema, o Cinema Sergipe, o Cinema Royal, o Cinema Universal, o Cinema Guarany e o Elite Cinema , além dos cafés, pontos de encontro recorrentes da elite letrada local, como o Café Ideal de João Vieira de Andrade e o Café República de Alcinto Teles & Cia (Souza, 2001, p. 31). Os primeiros automóveis chegaram nessa época e, em 1929, Sergipe contava com 152 automóveis e cinco caminhões (Dantas, 2004, p. 51) Também, no início do século XX, as classes dominadas começaram a se organizar mais, compor jornais e promover greves. Apesar do ambiente de modernização, em 1920, a população de analfabetos estava ainda em 83%.

Esse clima de urbanização e de progresso tecnológico não deixou de afetar a elite letrada de Sergipe. Florentino Menezes expressa-o bem quando discursa na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE):

Sergipe vivia em um marasmo de corpo e de alma. A nova época em que entrou na véspera dos notáveis melhoramentos materiais e intelectuais projetados pelo reformador do nosso estado, o exmo. sr. presidente do Estado general dr. José Siqueira de Menezes, despertou em mim a lembrança da fundação do instituto de que ora me ocupo (Menezes, 1912, p. 12).

Do ponto de vista cultural, a intelectualidade sergipana estava amplamente engajada nos ideais de civilização e de modernização. Seus “homens de letras” tomaram para si o dever de produzir uma identidade sergipana e se debruçaram principalmente sobre a questão dos limites territoriais do estado (Souza, 2001, p. 32). Estavam também amplamente conscientes dos limites de sua condição provinciana e dos efeitos que isso impunha à produção intelectual e ao ganho de reconhecimento em nível local. Menezes, no mesmo discurso, por exemplo, afirma que:

Sergipe não tem uma associação científica que distinga os seus grandes homens. Todos os nossos talentos são condecorados pelas sociedades estrangeiras de outros estados. Daí o marasmo, a falta de estímulo que existe em nossa terra, não porque nos falem gênios, mas porque estes se apagaram sem reflexo, vítimas do meio, como a voz se extingue nas planícies desertas, aos poucos, sem eco... (Menezes, 1912, p. 10)

O IHGSE surge da tomada de consciência dos intelectuais de Sergipe do que consideravam ser o seu papel na evolução da sociedade sergipana rumo à civilização. Ele compartilhava, portanto, das utopias iluministas de cientificidade e

que advinham do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (IHGB). No entanto, o instituto sergipano não pode ser tomado como um simples reflexo do seu parâmetro nacional. É mais apropriado considerá-lo em oposição ao poder central, em favor do destaque aos problemas e as questões estaduais. Como explica Freitas,

o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, apesar de marcado pelas utopias iluministas do IHGB, não poderia seguir os mesmos ditames da matriz carioca. Era um outro "lugar social": republicano e cientificista. Isso implica dizer que o IHGS manteve (em nível discursivo) uma relação se não de confronto pelo menos de crítica em termos de poder central. O discurso era francamente federalista e as suas mais significativas atividades estiveram voltadas para o resgate do espaço territorial sergipano, construção de uma memória e a invenção de uma identidade para o Estado. Esse "outro lugar" também foi marcado pela apropriação das teses formuladas pelos conterrâneos ilustres, fundadores da Escola do Recife: Tobias Barreto e Silvio Romero. Uma ciência "moderna" e positiva, baseada na observação, experiência e na indução. Um conhecimento com postulados extraídos da Biologia, sintetizando esquemas nem sempre intercambiáveis como os de Spencer, Haeckel e Ratzel. Essas (in)apropriações, por conseguinte, marcaram os projetos de escrita da história sergipana no período, veiculados em sua Revista (Freitas, 2004).

Pouco a pouco criam-se melhores condições para a produção cultural. A revista do IHGSE foi o centro mais profícuo durante toda a primeira metade do século XX, existindo de 1913 até 1929 com regularidade (Freitas, 2004). Outras organizações surgiram ao longo do tempo com a mesma finalidade e por iniciativas de particulares. Alguns exemplos são o Clube literário, de 1898, o Grêmio Tomaz Cruz, de 1918 e a Hora literária Santo Antônio, de 1919, que posteriormente daria origem a Academia Sergipana de Letras (Dantas, 2009, p. 56). Silva (2001) as classifica como instituições beletristas, isto é, destinadas especificamente ao cultivo das letras. Outras instituições, como o IHGSE, destinavam-se especificamente à prática científica. São elas a Sociedade Médica de Sergipe, Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe, Instituto Parreiras Horta e a Sociedade Odontológica de Sergipe.

As primeiras iniciativas de ensino superior surgem já em 1913, com o Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus. Em 1925, surgem as iniciativas da Faculdade de Farmácia e Odontologia Aníbal Freire e a Faculdade de Direito Tobias Barreto, mas que não tiveram êxito. Os estabelecimentos de ensino superior somente se constituem verdadeiramente a partir da década do final da década de 1940, quando surgem, dentre outras instituições, a Faculdade de Ciências

Econômicas (1948), a Faculdade de Química (1950) e a Faculdade de Direito de Sergipe (1951) (Souza, 2001, p. 51-53).

Além de uma multiplicidade de instituições que objetivavam fomentar o desenvolvimento cultural e científico de Sergipe, algumas mais bem sucedidas que outras, a modernização trouxe também um avanço do jornalismo e do mercado editorial como um todo. Desde o século XIX, os jornais de Sergipe sempre foram bastante dependentes de suas filiações político-partidárias. O jornalismo também se constituiu como uma das principais formas da busca pelo prestígio intelectual. Mas a pequena elite intelectual local se utilizava do jornalismo como uma atividade secundária. A sua profissionalização se inicia apenas por volta das décadas de 1950 e 1960, momento em que a imprensa local se dedica ao formato da reportagem e do trabalho de repórter. Somente então ela começa a deixar de lado as suas filiações com a literatura e, sobretudo, com os grupos políticos locais. Durante toda a primeira metade do século XX, praticamente todos os jornais locais pertenciam “a personagens da política local ou mesmo a partidos políticos e eram, quase sempre, editados diretamente por integrantes da política partidária estadual que os utilizavam como instrumento de luta pelo poder⁸” (Carvalho, 2018, p. 58) Ainda assim, durante as primeiras décadas do século XX, os empreendimentos jornalísticos se modernizaram e se diversificaram.

Nas quatro primeiras décadas da república, não apenas o número como também a duração dos jornais cresceu bastante no estado em relação aos tempos do Império, aumentando de 80 para 170 títulos (Souza, 2001, p. 41). Além disso, a

⁸ “O Estado de Sergipe (1900-1919), por exemplo, pertencia ao grupo olimpista e servia como seu órgão de imprensa oficial, já o Jornal de Sergipe (1906-1911) pertencente e dirigido pelo coronel Antônio Mota Rabelo lhe fazia severo combate. A Folha de Sergipe (1907-1911) e o Jornal do Povo (1914-1922) pertenceram ao político Manuel Nobre e lhes serviram nas lutas travadas a favor dos olimpistas e contra o grupo do governador Pereira Lobo (DANTAS, 1999). Já o Diário da Manhã (1911-1930) pertenceu e foi dirigido por Apulcro Mota lhe servindo como instrumento político até sua morte em 1924, quando passa para a propriedade e a direção de Hunald Santaflor que o transformou em ferramenta de suporte à carreira política de seu irmão Gracho Cardoso até ser empastelado em 1930. O Sergipe Jornal (1921-1961), órgão do Partido Republicano Conservador (PRC) de Sergipe, teve o político Carvalho Neto como seu diretor até 1945 (DANTAS, 1999). Já o Correio de Aracaju (1906-1962), impresso fundado pelo grupo político de Oliveira Valadão, foi dirigido pelo político João Menezes até 1923, sucedido pelo advogado Edson Ribeiro e, depois, pelo também político Luís Garcia que o comandou entre 1939 e 1945 até transformá-lo em órgão da União Democrática Nacional (UDN), partido político comandado por Leandro Maciel. O Diário de Sergipe (que circulou pelo menos entre 1945 e 1961) era órgão do Partido Social Democrático (PSD) de Sergipe e comandado pelo político José Conrado de Araújo (DANTAS, 2004). Já O Nordeste (que circulou ao menos entre 1938-1960) pertencia a Francisco de Araújo Macedo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e lhe serviu em sua intensa carreira política. Além disso, Sergipe também contou com impressos pertencentes a partidos e organizações operárias como A Voz do Operário (1910-1935), pertencente à Sociedade Operária Sergipana, A Verdade e Folha Popular (finais da década de 1940) ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e Gazeta Socialista (1948-1952) pertencente ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) (DANTAS, 2004)” (CARVALHO, 2018, p. 59).

produção de jornais e impressos em geral se modernizou, saindo de uma fase artesanal para um modelo capitalista. As casas tipográficas percebem o potencial lucrativo de seu ofício e muitos intelectuais conseguem manter-se através de suas publicações, dividindo seu ofício com o magistério. Essa expansão da imprensa permitiu a criação de um mercado de livros, antes inexistente (Souza, 2001, p. 39). Os “homens de letras” agora poderiam publicar suas obras na terra natal, como fez Menezes com quase toda a sua produção, mesmo que o mercado editorial local não conseguisse projetá-los para circuitos intelectuais maiores.

Sergipe assistiu ao crescimento tanto do mercado editorial, com diversas tipografias voltadas à produção periódica⁹, quanto das classes médias urbanas e, conseqüentemente, do público consumidor de livros. Já não era mais necessário se deslocar para consultar as últimas tendências do pensamento científico e as livrarias se constituíram em espaços de sociabilidade para a intelectualidade local.

Durante as primeiras décadas do século XX, o comércio de livros em Aracaju tendia ao monopólio, inicialmente, com a atuação de Elias Montalvão e, depois, de Nelson Vieira (Santos, 2004, p. 18). Nas décadas de 1920, 1930 e 1940, o mercado de livros somente cresce e se diversifica, com uma variedade de tipografias e livrarias despontando sobretudo nas ruas Laranjeiras, Japarutuba e João Pessoa, localidades que se constituíram como centro cultural da capital sergipana (Andrade; Filho, 2012). Dentre as livrarias, destaca-se a livraria Regina, sobretudo após a década de 1940, com a administração de José Apóstolo (Santos, 2004, p. 34).

Regina, nesse período, trouxe maior sofisticação ao mercado tipográfico, o que incentivou a publicação de livros pela intelectualidade local. Na década de 1940, ela publica cerca de 56 livros. O número se eleva para 80 nos anos 50 e para cerca de 100 livros nos anos de 1960. Como centro de sociabilidade para os intelectuais, a livraria Regina foi um dos espaços mais frequentados. Praticamente todos os dias, reuniam-se na Regina figuras de renome local, como “Bonifácio Fortes, Emanuel Franco, Silvério Fontes, José Augusto Garcez, Petrônio Gomes, Antonio Garcia,

⁹Na capital Aracaju foram criadas a Tipografia da papelaria Comercial, a Tipografia da papelaria popular, a Tipografia da Livraria Brasileira, a Tipografia Xavier, a Tipografia Amard de Antônio Amaral Canuto, a Tipografia Comercial, a Tipografia Comercial de Elias do Rosário Montalvão, a Tipografia Comercial de Nelson Vieira, a Tipografia Comercial de Vieira e Carvalho, a Imprensa Econômica, o Estabelecimento Gráfico F. Sampaio, o Editor Antônio Xavier de Assis e os Editores Guilherme & Filho & C. E em Maruim surgiram: a Tipografia Comercial, a Tipografia Teixeira, a Tipografia da Livraria Queiroz, a Imprensa Econômica de José Andrade e a Imprensa Econômica da Viúva Soledade & Filho (Souza, 2001 ,p. 46)

Garcia Moreno, Felte Bezerra, Mário Cabral, José Cruz e Orlando Dantas” (Santos, 2004, p. 50).

A urbanização e as novas oportunidades trazidas pela modernização tecnológica, no entanto, conviviam lado a lado com os efeitos de uma sociedade ainda profundamente desigual, majoritariamente analfabeta e dominada por uma elite rural de mentalidade católica conservadora. Em muitas ocasiões, a fim de divulgar as suas ideias, Florentino Menezes se utilizou de pseudônimos. Armindo Guaraná (1925) registra os pseudônimos Marco, Senda, Fábio e Fábio Morelli.

A escrita de Menezes também é marcada pelo alto índice de analfabetismo e a conseqüente forte presença da oralidade na relação entre os intelectuais sergipanos e seu público. Em análise do período entre 1910 e 1930, Freitas (2004) identifica a conferência como um dos gêneros mais praticados à época. As conferências eram realizadas pelos mais variados motivos, desde festas beneficentes a comemorações de datas como a Independência do Brasil e a emancipação de Sergipe. Silva (1997) considera essa prática intelectual uma das marcas do analfabetismo que assolava a sociedade sergipana. Numa sociedade com tamanho índice de analfabetismo, um grupo intelectual pequeno e um mercado editorial sem capacidade para projetar seus autores, a oratória se transforma em um expediente privilegiado de busca por reconhecimento e distinção.

Na obra de Florentino Menezes é bastante visível que o cultivo da oratória marcava profundamente a forma da sua escrita, tanto nos jornais como nos seus livros. Seus textos são muito frequentemente compostos de frases curtas e com recursos estilísticos que demarcam que eles não foram escritos para serem simplesmente lidos, mas sim declamados. Um exemplo dessa prática e que comprova a associação entre escrita e oratória se encontra em um arquivo de áudio preservado por Jackson da Silva Lima em sua biblioteca pessoal. Trata-se de uma fala de Menezes, em 1953, na rádio difusora de Sergipe, a respeito da publicação de seu livro *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), pelo Movimento Cultural de Sergipe.

A fala do autor nada mais é que a declamação de um dos capítulos da obra, denominado *Civilização e Piedade*, discurso presente no livro já publicado e que também já tinha sido, em parte, publicado, em 1946, no Sergipe-Jornal. A declamação inicia com o seguinte trecho do capítulo:

Muitos escritores têm procurado a piedade no mundo orgânico, na natureza selvagem e não a encontram, por que ela é o resultado da existência social. E é exatamente nisto que reside a sua grandeza, em ser um produto e, ao mesmo tempo, o alicerce indestrutível das sociedades civilizadas.

São de José Augusto Garcez, o escritor de larga visão social que idealizou o “Panorama Cultural Luso Brasileiro” e gritou em Sergipe, com o poder de sua vontade inquebrantável e invencível, o “Museu Sergipano de Arte e Tradição”, os seguintes conceitos:

“Sem piedade contemplaremos as ruínas da civilização. Ela é e será a pedra de toque incontestável, vivificadora das sociedades.

A piedade é a palavra afetiva, a suprema virtude, o evangelho da bondade, a maior dos epitáfios que se poderá colocar na lousa esmaecida dos desmemoriados, dos homens larvas, dos que negam a cultura e as artes e não veneram a tradição (Menezes, 1953, p. 239).

Não se trata de um texto escrito para a ocasião específica da fala na rádio, mas de um texto semelhante a grande maioria daqueles presentes nos seus livros e sempre marcados pelo fato de serem produzidos para serem lidos e também declamados. Frases curtas e em tom grandiloquente. Aliás, uma forma de declamar bastante demarcada no tempo. A declamação de Menezes na rádio foi bastante semelhante à maneira com a qual Getúlio Vargas, por exemplo, discursou no 1º de maio de 1951, no dia do trabalhador. Trata-se de um discurso que, diferentemente do de Menezes, que ainda não se encontra nos registros de nenhuma biblioteca, pode ser facilmente encontrado na internet e um bom exercício imaginativo seria o de reler o trecho citado acima da obra de Florentino Menezes, declamando-o como o fez Vargas em seu discurso.

Mas essa associação entre oralidade e escrita tampouco significa que a linguagem escrita era vista como secundária pelos intelectuais da época. Outro efeito do grande índice de analfabetismo, conforme Silva (2001), era justamente que possuir algo publicado, impresso em jornal ou em livro era uma grande marca distintiva. As letras impressas eram não apenas formas de comunicar, mas símbolos a serem exibidos e contemplados, marcas culturais de grande significado, inclusive, para a identidade e autoestima dos intelectuais. Isso permite compreender melhor uma das grandes questões que cercam a vida e a obra de Florentino Menezes e que ainda precisa ser respondida pela literatura especializada a seu respeito, qual seja: qual é a razão pela qual ele dedicou tanta energia criativa ao cultivo da Sociologia e à publicação de um conjunto de trabalhos tão vasto em uma realidade tão adversa à produção cultural como era o caso de Sergipe?

3.1.2 O pensamento cientificista em Sergipe

Se, por um lado, o cenário sergipano da primeira metade do século XX é marcado pela urbanização e pelo desenvolvimento de melhores condições materiais para a produção intelectual, por outro, assiste-se ao crescimento do pensamento cientificista, de viés evolucionista e positivista e em franca oposição ao antigo pensamento católico dominante. O espaço cultural se encontrava cindido nestas duas grandes posições e Florentino Menezes foi um dos mais relevantes representantes do polo cientificista nesse período. Jackson da Silva Lima, em seu *História das ideias filosóficas em Sergipe* (1995), considera-o o maior expoente do positivismo em Sergipe.

No século XIX, o pensamento sergipano era dominado pela hegemonia do catolicismo. Sua intelectualidade nasceu “nas incursões filosóficas sob o pálio do espiritualismo cristão, ou, mais precisamente, do catolicismo ortodoxo, ultra-mundano”. Predominam os textos religiosos, sem a presença dos autores locais, sob a subordinação político-econômica em relação à Bahia, “o que pressupõe dependência no pensar e fazer cultural” (Lima, 1995, p.60). Ao longo do século XX a presença católica continua forte. As polêmicas travadas nos jornais da época eram quase sempre de caráter religioso ou eram levadas à religião por um dos debatedores. Uma delas é a travada em 1918 entre Padre Solano e o Centro Socialista Sergipano, idealizado por Florentino Menezes.

Conforme Washington Santos (2003, p. 17), em análise sobre a divulgação das ideias socialistas em Sergipe por Florentino Menezes, o Padre Solano convocou a sociedade sergipana, no dia 21 de abril de 1918, para uma palestra na Biblioteca Pública. O objetivo seria demonstrar a necessidade do socialismo para a organização humana. No entanto, para a surpresa dos presentes, “o que se verificou foi um ferrenho ataque aos preceitos do socialismo”. O que se segue da contenda é uma diversidade de ataques de ambos os lados através da imprensa. Esse evento representa o ambiente cultural naquele período e a forte presença do catolicismo como ideologia ainda dominante. A multiplicidade de instituições católicas que surgem ao longo das décadas é uma evidência disso (Lima, 1995, p. 133). No plano nacional, há a atuação de Jackson Figueiredo, organizador do Movimento Católico Leigo no Brasil, com o objetivo de recristianizar o homem e a cultura nacional. Em termos regionais, na década de 1910, há a fundação da Diocese de Aracaju e da

Academia Literária Santo Tomás de Aquino, no Seminário Episcopal. Já na década de 1930, surge o Centro Dom Vital de Aracaju e o Centro Católico Operário.

O principal meio de divulgação das idéias católicas no estado foi o jornal *A cruzada*, vinculado à Diocese de Aracaju e fundado ainda em 1918 por Dom José Tomaz Gomes Silva. Na sua primeira fase, que vai até o ano de 1926, o jornal teve como principal objetivo a doutrinação de seus fiéis segundo os valores da moral e da religião cristã. Na segunda fase, após um período sem publicações, e que se estende de 1935 a 1970, o perfil doutrinário permanece, mas com um novo enfoque em notícias de interesse local (Santos, 2019, p. 10). Já na sua fundação, *A cruzada* esteve relacionada ao interesse da Igreja Católica em restabelecer os seus laços com o Estado. Em 1891, a Constituição Federal havia oficializado a separação entre ambos e, apesar do catolicismo se constituir em uma força ideológica de grande importância ao longo do século XX, ele já não mais detinha o monopólio das formas de pensar.

A partir da década de 1870, o Brasil assiste ao crescimento de um pensamento de teor cientificista, em franca oposição à dominação católica. Os “homens de ciencia” de então importam, de forma criativa, modelos de pensamentos do norte global, da Europa e dos Estados Unidos. Tratava-se de um pensamento sobre o mundo social marcado por um forte naturalismo de inspiração social-darwinista e que serviu como justificativa ao imperialismo.

No caso brasileiro, a “sciencia” que chega ao país em finais do século não é tanto uma ciência de tipo experimental, ou a sociologia de Durkheim ou de Weber. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação” (Schwarcz, 1993, p. 26).

O ideário cientificista que se expande no Brasil a partir desses modelos evolucionistas e darwinistas inspira uma compreensão racista da sociedade brasileira (Skidmore, 1976), moldados a partir de uma visão de mundo eurocêntrica e que tinha como principal representante Arthur de Gobineau (1816-1882), intelectual que se notabiliza por ser um dos defensores mais destacados do arianismo e da concepção segundo a qual a miscigenação levaria à degeneração da população brasileira. O arianismo era aceito por praticamente todos os intelectuais brasileiros até pelo menos a década de 1910, e o tema da miscigenação aos poucos se tornou a questão central a respeito da identidade nacional e do futuro da nação.

Conforme Skidmore (1976), diferentemente da América do Norte, o Brasil não possuía um sistema birracial rígido, mas sim uma sociedade multiracial e na qual as distinções de raça derivavam, em grande parte, da totalidade do fenótipos dos indivíduos, como a cor da pele, dos olhos e a textura do cabelo. Nessa sociedade, os modelos importados não poderiam encontrar uma recepção imediata. Em pouco tempo, a existência da miscigenação se tornou um problema incipiente a todos aqueles que se dedicavam a pensar o Brasil. Inspirados por uma visão de mundo eurocêntrica segundo a qual as sociedades européias, com destaque à Alemanha, representavam o auge da evolução humana, os intelectuais brasileiros se dividiram com relação à forte miscigenação constatada em solo nacional e as suas implicações para o futuro. Difundida entre a elite brasileira havia a ideia de que a miscigenação levaria necessariamente ao branqueamento da população brasileira dentro de algum tempo. Em oposição a ela havia intelectuais como Raimundo Nina Rodrigues, que tomava a presença do negro como uma marca indelével da inferioridade nacional e a miscigenação como um processo que levava somente à degeneração das raças humanas. Poucos intelectuais da época correram o risco de adotar ideias tão ortodoxas quanto as dele (Skidmore, 1976, p. 70-85).

Em Sergipe, a presença do cientificismo se faz notar já no final do século XIX e ela é um dos principais responsáveis pelas fraturas constatadas na dominação da ideologia católica no estado. Guedes Cabral foi o primeiro grande nome a se opor ao catolicismo em Sergipe. Se estabeleceu na cidade de Laranjeiras em 1876, após ser banido de Salvador, onde enfrentava o clero e também seculares que se insurgiram contra a sua tese *As funções do cérebro* (1875). Cabral morreu em 1882, e logo surgem outros nomes em oposição aos poderes do Império e da Igreja. Eram eles “os Drs. Felisberto Freire, Fausto Cardoso, Moreira Guimarães e Baltazar Goes com os respectivos pseudônimos de Claudius, Blach, Dr. Laranjeirense e Tupi” (Lima, 1995, p. 71). Também em Laranjeiras, em 1887, foi organizado o Club de leitura e um Gabinete de leitura pelos intelectuais Felisberto Freire e Fausto Cardoso, dentre outros. O objetivo do Club era o de divulgar o conhecimento científico.

Em sua análise do pensamento de Felisberto Freire, Alves (1998) demonstra a importância do pensamento evolucionista para a compreensão do pensamento cientificista em Sergipe. Freire compreendia a ciência como um guia para as sociedades humanas, em substituição à religião e ao obscurantismo. A República nascente, por sua vez, seria uma etapa necessária no processo de evolução

humana e os intelectuais, como dotados de conhecimento científico, seriam aqueles mais aptos para governar. A mesma linha de pensamento foi adotada por Florentino Menezes em quase todos os seus escritos.

Fato marcante em Sergipe é a presença dos tobiáticos. Já em 1880, a presença de Tobias Barreto pode ser sentida no estado, através da atuação de Joviniano Romero, irmão de Sílvio Romero. Os principais nomes da intelectualidade sergipana até os anos de 1930 provinham ou do Recife ou da Bahia e de ambas as partes são encontrados inúmeros seguidores de Tobias Barreto. Do Recife se destacam Fausto Cardoso, Prado Sampaio, Gumercindo Bessa e Oliveira Teles. Da Bahia se destacam os nomes de Joviniano Romero, Felisberto Freire, Rodrigues Dória e Helvécio Andrade.

Florentino Menezes é citado por Lima como o maior expoente do positivismo em terras sergipanas, “um verdadeiro cientista social, com respeitável bibliografia em livro, desde 1912, com a obra *Estudo Corográfico e Social do Brasil*, até 1953, quando publicou *Grandeza, Decadência e renovação da vida*” (1995, p. 80). Ainda assim, Freitas (2004) chama atenção para o fato de que, pelo menos até meados da década de 1930, Florentino Menezes foi o único intelectual em Sergipe a se identificar publicamente com a Sociologia, a defender essa ciência e identificar a sua produção à ela. A grande maioria dos intelectuais do período optaram pela História ou pela Geografia. Uma das razões levantadas por Freitas (2004) pelas quais Sergipe, àquela época, talvez não fosse um solo muito propício à Sociologia é precisamente o domínio de intelectuais que ou eram ex alunos ou discípulos de Tobias Barreto, fundador da Escola de Recife, e um dos autores que, em meados do final do século XIX, mais ferrenhamente se opôs à Sociologia, apesar de a sua crítica à Sociologia positivista ser considerada, ainda hoje, como afirma Candido (2006), uma das maiores contribuições ao pensamento sociológico daquele período.

3.1.3 Reconhecimento e investimento intelectual

Apesar da sua relevância para a história das ideias em Sergipe, Florentino Menezes jamais alcançou grande visibilidade nacional ou internacional. Ainda assim, alguns acontecimentos o marcaram e parecem ter servido como propulsores de sua incursão incessante na produção intelectual. Como registrado por Armino Guaraná, no seu indispensável *Dicionário Biobibliográfico sergipano* (1925), a Sociedade

Acadêmica de História Internacional de Paris concedeu a ele duas medalhas: uma medalha de ouro como distinção honrosa pelo seu livro *Estudo Chorográfico do Brasil*, e uma medalha de prata pelo livro *Leis de Sociologia aplicados ao Brasil*. A “Academia Physica e Chimica Italiana de Palermo condecorou-o com uma medalha de 1ª classe de mérito científico e humanitário, conferindo-lhe o título de membro honorário”. Recebeu também o ramo de ouro da Academia Latina de Ciências, Artes e Bellas letras.

Menezes mantinha também correspondência com uma diversidade de intelectuais e centros de produção de conhecimento nacionais e internacionais, o que fazia questão de explicitar no início de todas as suas obras, embora não se saiba precisamente a extensão e o caráter dessas relações. Ainda conforme o registro de Guaraná (1925), Menezes foi sócio correspondente do Centro de Ciências: Artes e Letras de Campinas; sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas, da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, da Associação de Imprensa do Amazonas, dos Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, de Santa Catarina, da Paraíba e de Alagoas.

Apesar dessas congratulações, recebidas na sua fase mais produtiva, entre as décadas de 1910 e 1920, Menezes não alcançou grande reconhecimento fora de Sergipe. Em análise sobre o tema, Silva (1997) aponta para a posição difícil de se produzir em Sergipe, às margens dos centros intelectuais da época. É uma posição concordante com a de Frederico Heller que, por acaso, entra em contato com o livro *Tratado de Sociologia* (1931), de Menezes, e escreve a respeito do autor uma matéria em *O estado de São Paulo*, no dia 06 de abril de 1944. Heller se impressiona com o que lhe pareceu uma boa percepção de Menezes da objetividade do conhecimento na Sociologia, diferentemente das ciências naturais. É de Heller que vem a atribuição a Menezes de “sociólogo brasileiro esquecido” e, em sua análise, aponta como causa de seu esquecimento o fato de ter passado toda a vida em uma cidade pequena. Trata-se de sua condição provinciana, de seu distanciamento das metrópoles, dos grandes centros de produção intelectual.

Se residisse no Rio de Janeiro ou em São Paulo, provavelmente já teria alcançado uma projeção nacional, já teria recebido um convite para visitar os Estados Unidos; mas vivendo na capital de Sergipe somente poucos sabem da sua existência e, menos ainda do seu “curriculum vitae” cultural (Heller, 1944, apud Silva, 1997).

Complementarmente à proposta de Heller, Silva (1998) acrescenta, a partir de Florestan Fernandes, que a condição colonial do Brasil faz com que a memória coletiva dure instantes, de forma que é uma tendência geral o esquecimento dos nossos clássicos e o esquecimento dos trabalhos de Menezes seria mais um exemplo de como os fundadores da Sociologia no Brasil estão fadados a conviver com as consequências de um país mentalmente colonizado. Santos (2003) propõe que as incursões do autor na defesa do socialismo, em um ambiente cultural dominado por uma mentalidade católica conservadora, são também fatores a serem levados em conta como causas do baixo impacto das suas ideias, na época e também nas gerações que se seguiram. Fato é que, mesmo pretendendo pela fundação de uma verdadeira escola de pensamento socialista, como em *Escola Social Positiva* (1917), Florentino Menezes não fundou escola, no sentido de seguidores de seu pensamento, mesmo que intelectuais como Nunes Mendonça tenham se mostrado admiradores e mesmo amigos próximos de seu ex professor. Não ter alcançado maior notoriedade claramente afetou o autor, especialmente nas últimas décadas de sua vida, posteriores a sua aposentadoria do Atheneu Sergipense.

Menezes é aposentado compulsoriamente em 1940 por uma junta médica oficial que o julga incapacitado para o serviço público. O laudo dizia que o autor era “portador de moléstia que o incapacita definitivamente para o serviço público, não sendo, porém, moléstia infecto contagiosa”. Até hoje não se sabe exatamente qual a doença que o acometia, nem pelos documentos oficiais, nem pelo depoimento de familiares. Apenas em uma carta do sociólogo Argentino Ramón Elizondo, de 1943, faz-se referência a ser a doença um problema cardiorenal (Silva, 1997). Com a aposentadoria, surgem os problemas financeiros.

O valor da sua aposentadoria não o permitiu manter os mesmos padrões de vida de antes. Conforme análise de Silva (1997), em 1940, os vencimentos de sua aposentadoria somavam nove contos e quarenta mil e oitocentos réis anuais. No ambiente da Segunda Guerra, o país vive um período de grande inflação na economia e sua moeda passa de réis para cruzeiros, fatores que fizeram a renda do autor diminuir a ponto de não mais garantir seu sustento. Em 1946, Menezes iniciou um processo de revisão da aposentadoria e, em 1948, o governo do estado concedeu, pela Lei n. 121 de 30 de dezembro de 1948, uma pensão no valor de 500 cruzeiros mensais, valor ainda insuficiente. Nesse momento, a presença de Nunes Mendonça começa a se tornar mais determinante em sua biografia.

Nunes Mendonça foi um dos principais representantes do escolanovismo em Sergipe. Atuou também como deputado estadual, com uma série de projetos nos quais demonstrava sua atenção para com a educação. Segundo Souza (2003, p. 58), o projeto de Mendonça que mais se destaca em sua carreira política é a luta pela criação da merenda escolar. Também merece menção o seu projeto para a criação do *Instituto de Assistência e Recuperação Social*, com a finalidade de instituir a “profilaxia da prostituição, prestar assistência moral e material as decaídas”. Seus pares criticaram o projeto sob a justificativa de que exigia de Sergipe algo que o estado então não tinha condições de fornecer (Souza, 2003, p. 47). Na acepção de Souza, os “grandes” projetos de Mendonça fracassaram não apenas pelos problemas partidários, mas também “pela postura conservadora que caracterizava a mentalidade sergipana da época”. (Souza, 2003, p. 58). Mendonça foi um dos membros fundadores do *Partido Trabalhista Brasileiro em Sergipe* e atuava sobretudo através do meio oficial de divulgação do Partido no estado, o jornal *O Nordeste*. Após a sua expulsão do PTB, Mendonça se dedicou às atividades acadêmicas, no *Instituto de Educação “Rui Barbosa”* (IERB). Ele ministrava aulas sob os ideais do escolanovismo e estava convencido da capacidade de transformação da sociedade pela educação (Souza, 2003, p. 59).

A relação que se estabelece entre Nunes Mendonça e Florentino Teles de Menezes vai muito além da esfera profissional. Inicialmente ela se configurou como uma relação entre professor e aluno e então como mestre e discípulo. Ambos se conheceram ainda no Colégio Atheneu Sergipense, em 1938, quando Mendonça tinha apenas quatorze anos e Menezes ainda era professor de Sociologia na instituição (Souza, 2003, p. 109). Com o passar dos anos, a relação entre os dois se aprofundou. Em 1959, quando da morte de Menezes, por exemplo, Mendonça e sua família se revezaram no leito de morte do autor.

Em 1951, um projeto de lei de Nunes Mendonça, integralmente transcrito em *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), propõe anular a pensão concedida em 1948 e conceder uma nova, como forma de prêmio e reconhecimento intelectual, no valor de 1500 cruzeiros, além da publicação da obra inédita do autor com financiamento estatal. O projeto foi aprovado, conforme a Lei n. 26-A de 4 de maio de 1951, mas previa o pagamento de apenas 1000, ao invés dos 1500 propostos originalmente e a publicação do livro pelo Estado não foi concedida. Em 1953, Menezes comenta o episódio nas seguintes palavras:

Mas este projeto não logrou passar, em sua totalidade e o prêmio intelectual que o deputado Nunes Mendonça queria me conceder foi diminuído da quantia de Cr\$500.

Senti então, em toda a sua plenitude, a amargura da vida...

Um véu que parecia impenetrável às vistas humanas, rompeu-se de repente e eu ainda surpreso, “pálido de espanto”, pude divisar a terrível sentença de Dante que agora aparecia, claramente, à luz intensa da verdade:

- “Lasciate ogni speranza ó voi che entrate.”

Foi este o fêl de amargura que o destino me trouxe, com ironia cruel, nos últimos anos de minha existencia, para aumentar ainda mais minha desilusão, minha tortura.

Aos sessenta e seis anos, doente e alquebrado, próximo já do túmulo, nada mais poderia esperar... (Menezes, 1953, p. 28)

Com problemas financeiros, Menezes dispensa a sua empregada e passa a exercer ele mesmo as atividades domésticas. Além de já contar com mais de sessenta anos, para um homem de sua posição, naquele período, realizar atividades domésticas era sinônimo de degradação, vergonha e humilhação. Em um comentário feito à *Grandeza, decadência e renovação de vida* (1953) e publicado como uma das introduções à obra, de autoria de Humberto Moura, é citada uma carta de Menezes na qual ele escreve: “No fim da existência, doente, perto já do túmulo, aprendi, sob o império das circunstâncias, a cozinhar, lavar pratos e fazer a limpeza da casa, dispensando até a empregada que me servia”. Logo em seguida a essa afirmação, Humberto Moura acrescenta: “Que maior dedita poderia esperar?! Descer do nível social que ocupava para ingressar na multidão martirizada daqueles que a sociedade derrubou e sacrificou, para sempre, na luta aspérrima pela vida” (Menezes, 1953, p. 62).

Além dos problemas financeiros, crises de saúde o acamavam regularmente. Menezes começa a ficar cada vez mais recluso, distanciando-se de seus antigos contatos, especialmente da juventude sergipana, com a qual mantinha estreito diálogo, quando professor. Sua atividade intelectual diminui consideravelmente, se comparada com as décadas de 1910 e 1920, por exemplo. De 1934 até o final da vida, em 1959, publica apenas mais um livro. Com a atividade intelectual reduzida e já prevendo o final da vida, o autor ressentia-se pela falta de reconhecimento.

Veza ou outra seu nome era lembrado, o que parecia confortá-lo um pouco. Em 1946, foi lembrado em um memorial sobre a fundação do IHGSE pelo seu presidente, José Calasans, em ocasião do 34º aniversário do Instituto. Em 1948, a rua São Vicente teve seu nome mudado para rua Florentino Menezes, após

campanha de seu amigo Nunes Mendonça na Rádio Difusora de Sergipe. A lei que mudou o nome da rua é a de número 24 de 16 de novembro de 1948, de autoria do então prefeito Marcos Ferreira de Jesus. Em carta ao prefeito, Menezes se mostra contente e diz que esse ato é especialmente significativo por ser ele um intelectual pobre, que não é político, nem pertencente às elites da sociedade e representa o início de uma nova fase da evolução de Sergipe (Silva, 1997, p. 108).

Florentino Menezes então morava com as suas irmãs, na Rua Pacatuba, número 76. Apesar de se localizar proximamente aos centros culturais da cidade, de suas livrarias e cafés, o autor cada vez mais se encontrava recluso e adoentado. Menezes recebe cada vez menos amigos e familiares. Em entrevista com a sobrinha do autor, Laura Menezes Silva (1997) registra um depoimento paradigmático:

Eu era menina e gostava de ir na casa dele, ele ficava sentado numa cadeira de balanço na sala, quando eu entrava fazendo barulho e chegava na sala, eu só encontrava a cadeira de balanço vazia, balançando sozinha, indicando que ele tinha acabado de sair de lá, ele não gostava de ser visto (Silva, 1997, p. 105).

A postura reclusa levantava vários rumores sobre a sua sanidade mental. A esse respeito, Silva afirma que:

Comentava-se que sofria de perturbações mentais, porém, estas especulações eram muitas vezes advindas do seu comportamento reservado e tímido. O depoimento de sua sobrinha deixa transparecer que o tio sofria de algum tipo de esquizofrenia, mas ela acha que a maior parte das histórias em torno do tio, não passava de especulações e folclore típicos de um lugar pequeno, onde qualquer um que não seguisse os padrões estabelecidos era encarado como anormal, diferente” (Silva, 1997, p. 26).

Nunes Mendonça, em *A verdade sobre o fundador do IHGSE* (1978), também comenta as acusações de que Menezes era um esquizofrênico. À época, suas colocações eram uma resposta a Acrísio Torres, que afirmava que de Menezes havia partido a ideia e “apenas a ideia” da fundação do IHGSE, e ainda que a iniciativa que supõe atividade jamais poderia ter sido posta em prática por uma figura tão solitária e fechada como Menezes. Torres descreve Florentino Menezes como “um homem isolado, de gabinete, taciturno e esquizofrênico”, afirmação que causa grande descontentamento em Mendonça, que responde da seguinte forma:

Fiz-me amigo de Florentino em 1938. Li todos os seus livros. Em 1959, nos seus derradeiros dias, minha família e eu nos revezamos junto ao seu leito. Pois bem: jamais notei no velho Mestre o menor sinal de dissociação afetiva ou desagregação mental; o mais leve sintoma de demência precoce. Não posso crer que tenha sido um esquizofrênico ou mesmo um esquizóide. Tipo comprido, de compleição larga, tinha as características mentais e afetivas dos leptossômicos. Era nervoso, irritável, retraído, introvertido e aristocrático. Mas também idealista, enérgico, empreendedor, operoso, pertinaz (Mendonça, 1978 p. 110).

Tudo de que se tem registro de sua vida pessoal é incerto e repleto de informações imprecisas. Nos depoimentos dados pelos seus ex-alunos a Silva (1997), ele é caracterizado como um homem excêntrico, tímido, sério, de vasto conhecimento e humilde. Emmanuel Franco descreve Menezes da seguinte forma:

Era educado, excêntrico. Para a moda daquele tempo, quem sabia um pouquinho era excêntrico. Parecia com Castro Alves ou com Augusto Comte, com quem ele queria parecer. Ele tinha um tique; ele fazia como peru, puxava o papo, hoje ninguém mais faz isto; ele fazia isto para parecer diferente dos outros” (Silva, 1997, p. 16).

A excentricidade do autor e as suspeitas de que sofria de algum transtorno mental se encontram nas falas de outros depoentes. Manoel Cabral Machado diz que “Ele tinha problema mental, não era normal”. José Calazans afirma que “ele era pouco para sair de casa porque ele trancava tudo por causa do vento. Ele devia ter um temperamento psicopático. O Manoel dos Passos, que era tio dele, dizia que ele tinha até medo do vento”.

Menezes morreu em 1959, solteiro, sem ter filhos. Manoel Cabral Machado comenta:

Diziam que ele era bizógeno, que ele não gostava de mulher. Faziam pilhérias porque ele era donzelo, é possível que ele tenha sido. Ele era muito tímido. Ele vivia com as irmãs e nunca sentiu necessidade de uma companheira, talvez pela educação. Ele era nervoso. (Silva, 1997, p. 27)

José Calazans revela que cogitava-se que Menezes fosse homossexual e faz questão de esclarecer que “em outros tempos não revelaria tal fato, mas que, hoje em dia, já é possível comentar o assunto” (Silva, 1997, p. 27). Esses depoimentos sobre a vida pessoal do autor, mesmo que imprecisos, dão os contornos da relação que ele sustentava com o seu meio social.

Menezes parece ter se dedicado inteiramente à atividade intelectual, aos livros e ao trabalho. Não se trata de uma figura adaptada ao contexto provinciano de Aracaju e sua mentalidade conservadora. Como diz Joel Silveira (1934), em memória dedicada ao seu antigo professor, ele não era um “revolucionário”, mas era um “revoltado”. O descompasso entre Menezes e seu meio pode ser representado pela frase de seu conterrâneo Tobias Barreto, quando afirma: “não sou bastante forte para fazer à minha imagem e semelhança a sociedade em que vivo; mas esta, por sua vez, não é também bastante forte para me levar em sua corrente. Daí uma eterna irreducibilidade entre nós” (Barreto, 1926, p. 286). Esse caráter excêntrico de sua vida e conduta se reflete nas suas obras e ideias.

3.2 PENSAMENTO E HISTÓRIA

Florentino Menezes foi autor de uma vasta obra. Em jornais, estima-se que tenha publicado mais de duzentos artigos (Silva, 1997), enquanto os livros publicados contabilizam quinze títulos. A maior parte das suas publicações em livro ocorreu no período entre os anos de 1912 e 1934. Nas décadas de 1940 e 1950, o autor publicou apenas uma única obra, *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953). Em 1946, há uma série de publicações no *Sergipe-Jornal*, composta, majoritariamente, da quinta parte de um livro denominado *Sociedade e sacrifício*. Tal como previsto pelo autor, no índice que foi divulgado no *Sergipe Jornal*, em 1946, *Sociedade e sacrifício* nunca foi publicado integralmente. Tampouco foram encontrados os seus manuscritos. Ao morrer, em 1959, Menezes deixa também os manuscritos de *A velhice*, livro também jamais publicado. Sua produção intelectual pode ser, portanto, subdividida em dois grandes momentos, compreendendo, por um lado, as décadas de 1910 a 1930 e, por outro, as décadas de 1940 e 1950. Além da diferença de produtividade, associada às condições de vida do autor após a sua aposentadoria, existem também diferenças no seu pensamento, inclusive em termos de autocríticas até hoje pouco exploradas pela literatura a seu respeito.

O primeiro trabalho publicado pelo autor é *Estudo Chorográfico e social do Brasil* (1912), que defendia a necessidade de um regime político mais centralizado no país. É uma obra estreitamente relacionada com as questões mais prementes do início da república brasileira nos seus momentos iniciais, quando buscava firmar-se com o governo central, ao mesmo tempo que disputava com os interesses

específicos de cada estado. Menezes argumenta que o Brasil caminhava para uma guerra civil devido a sua grande extensão e a diversidade geográfica e climática, o que estaria diferenciando-o em uma multiplicidade de novas raças humanas espalhadas pelas suas regiões. Os efeitos dessas diferenciações já se mostrariam com as tendências separatistas de alguns estados do sul do país (Menezes, 1912, p. 10). As comparações com os Estados Unidos são constantes, provavelmente ainda atento à história da Guerra de Secessão (1861-1865). Disso decorre a sua defesa da necessidade de uma nova divisão territorial a partir de um poder central forte.

Surpreendentemente, a posição que o autor assume nessa obra é diferente daquela que professa no discurso de fundação do IHGSE, no mesmo ano. Em seu discurso, Menezes afirma a necessidade de se preservar a cultura e a identidade sergipana:

As tradições são a alma dos povos e nós devemos guardá-las como o legado mais precioso que nos deixaram os nossos antepassados. Quebram-se as tradições de um povo, de uma raça e ver-se-á que em seu lugar ficará uma reunião de homens amontoados, sem leis, sem ordem, sem unidade, se não étnica, pelo menos psicológica e social. O desprezo às tradições é o último sintoma que aparece nas sociedades envelhecidas, as quais tenderão para a anarquia. Guardemos, pois, as nossas, façamos delas a nossa bandeira e na marcha incerta para o futuro, busquemos as energias que porventura nos faltarem nas fontes gloriosas e intermináveis do passado (Menezes, 1912, p. 11).

Em *Estudo Chorográfico e social do Brasil*, no entanto, ele propõe que todos os estados brasileiros deveriam ser revistos com relação a sua dimensão territorial e as populações que as compõem. Não a partir de um retorno ao passado, como tantas vezes se fez, posteriormente no IHGSE, a respeito dos limites entre Sergipe e Bahia (Freiras, 2004), mas a partir de uma análise científica que indicasse a melhor divisão territorial da nação com vistas a sua conservação futura. Com relação a essa dicotomia entre os dois textos, publicados no mesmo ano, cabe registrar uma mensagem aos leitores que Menezes insere logo no início do seu *Estudo Chorográfico*. Ele escreve:

Talvez sejamos censurados por nos termos afastado do rumo seguido neste livro em um discurso que pronunciamos no dia em que reunimos elementos para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Mas, bem se refletindo, ver-se-á que, dadas as condições especiais do momento, outra não podia ter sido a nossa orientação. A luta em que nos empenhamos, a fim de vermos aquela nossa ideia transformada em realidade, e o desejo de, por este meio, concorrermos

para o progresso intelectual do Brasil serão a nossa defesa (Menezes, 1912).

Essa oposição entre as ideias de Menezes no seu livro e no discurso de fundação do IHGSE não possui razões claras. É possível que a implementação do IHGSE exigisse uma orientação necessariamente mais voltada à realidade e à história local, o que Menezes pragmaticamente aceitou como o seu idealizador. Por outro lado, cumpre também destacar, conforme Freitas (2004), que o IHGSE se difere do modelo dado pelo IHGB, fundado ainda no Império e que possuía uma tendência mais centralizante. O instituto sergipano, de fato, se constitui em uma certa oposição ou crítica ao poder central e isso se reflete nos seus objetivos bastante claros de estabelecer uma identidade para Sergipe e, dessa forma, contribuir para a civilização e a modernização do estado.

Em análise das publicações na revista do IHGSE até a década de 1930, Freitas (2004) constata algo surpreendente, a saber: que Menezes, responsável pela idealização do instituto, jamais publicou um único texto na revista. Trata-se de uma ausência notável e cujas razões ainda não são conhecidas. Freitas levanta duas possibilidades. A primeira hipótese se refere ao caráter militante de sua forma de praticar ciência, uma vez que o autor pregava a luta de classes e a necessidade do combate ao capitalismo com vistas a uma revolução. A segunda hipótese diz respeito à concepção de Menezes de que o instituto era um templo da ciência, no modelo positivista. Seus trabalhos, por sua vez, tratavam de questões urgentes e imediatas e não encontrariam na revista do IHGSE o seu meio de divulgação.

Uma terceira possibilidade a acrescentar, a partir da oposição demarcada em seu livro de 1912, é a de que Menezes talvez não compactuar com a perspectiva “localista” do instituto sergipano, preferindo antes pensar o país como um todo, a fim de preservar sua unidade sob um poder central, evitando, assim, a sua dissolução. Em 1926, Menezes reafirma as teses defendidas em seu primeiro trabalho publicado: “*O Estudo chorográfico e social do Brasil* foi escrito há 14 anos e ainda hoje subscrevo todas as previsões que fiz nesse livro, pois a evolução da nossa grande pátria tem sido uma prova em favor das teorias que defendi” (Menezes, 1926, p. 170).

Em 1913, ele publicou *Leis sociológicas aplicadas ao Brasil*, sua segunda obra, uma espécie de continuação das ideias de *Estudo chorográfico e social do*

Brasil (1912). Em resumo posterior da obra, Menezes (1926, p. 171) afirma que desenvolve nela uma análise comparativa do Brasil com outros países, como Chile e Rússia e propõe que uma grande descentralização favorece a formação de novas pátrias e novas nacionalidades. Isso resulta na necessidade de uma divisão federativa “das mais perfeitas”, de forma a prover todos os estados com um poder equivalente. Poucos anos depois, em 1916, ele apresenta *Influência dos fatores geográficos na formação da sociedade brasileira* no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Salvador, a única ocasião na qual se tem registro de o autor ter saído de Sergipe após o seu retorno da Faculdade de Medicina da Bahia. Trata-se também de um trabalho preocupado com a influência dos fatores geográficos na formação da sociedade brasileira, mas desta vez focado nos aspectos que permitiram ou propiciaram a chegada e permanência no território de outras populações, como portugueses e espanhóis, por exemplo.

Também, em 1916, há a publicação de *Desenvolvimento intelectual dos povos*, na qual o autor defende a existência de uma multiplicidade de fatores agindo conjuntamente no que compreendia como o desenvolvimento intelectual ou da mentalidade das sociedades. Menezes parte de um registro evolucionista, eurocêntrico e de base iluminista, segundo o qual, no transcurso da história, as sociedades se desenvolvem rumo à civilização e ao conseqüente desenvolvimento da cultura nos moldes das sociedades europeias de sua época. Nesse percurso, segundo ele, há a influência de fatores desde climáticos e geográficos até fisiológicos, relacionados à cultura física, à alimentação e à prática sexual; há também fatores psicológicos, como educação, ambição, vaidade, religião, orgulho, etc. e, por fim, fatores sociais, como a organização das sociedades e a forma de seleção social dos mais aptos (Menezes, 1926, p. 173).

Em 1917, Menezes publicou a *Escola Social Positiva*, um trabalho monumental em dois volumes. De todos os trabalhos publicados como livro até 1934, *Escola Social Positiva* (1917) é aquela que de fato se concentra mais demoradamente sobre a questão do socialismo. *Escola Social Positiva* (1917) é também o trabalho do autor a respeito do qual sabe-se mais e em mais profundidade. Isso se deve à dissertação de Adriana Silva (1997), que toma esse livro como a base das suas análises sobre pensamento do autor, de certa forma compreendendo-o como o núcleo paradigmático das suas reflexões ou do seu

sistema de pensamento no período que compreende as décadas de 1910, 1920 e 1930.

Em *Escola Social Positiva* (1917), Florentino Menezes elabora uma crítica da sociedade capitalista como tendo uma forma de seleção social baseada no poder econômico, na mentira e na fraude. A partir de uma concepção evolucionista da história, devedora das ideias de Herbert Spencer¹⁰, o autor propõe que a história caminha para uma revolução e que a sociedade que se segue ao capitalismo seria não apenas socialista, mas também aristocrática. Socialista, pois os recursos econômicos não mais estariam na base da seleção social, isso é, na origem da distribuição do poder e na constituição das classes em sociedade. Os meios de produção seriam coletivizados. Apesar disso, essa sociedade futura seria necessariamente desigual e aristocrática.

A partir da teoria evolutiva de Spencer, que pregava a diferenciação e a desigualdade e não a uniformidade e homogeneização como consequência necessária da evolução social, e também a filosofia moral de Friedrich Nietzsche (1844-1900), que se opunha ao valor da piedade como sinônimo de fraqueza, Menezes vislumbrava uma sociedade socialista justa “na medida do possível”. “Deixai os fracos e indecisos”, afirma o autor em *Escola Social Positiva* (1917, p. 118), “são seres desprezíveis que vos irão perturbar; procurar os fortes, conquistar-lhes os corações poderosos e o futuro será vosso”. Isso quer dizer que ela seria justa, na medida em que respeitaria as desigualdades naturais entre os indivíduos e seria governada por uma elite intelectual selecionada pelo mérito e pelas suas qualidades morais, de forma a organizar o restante da coletividade de forma racional. Sobre a sua concepção de justiça, nesse momento de sua produção, ele afirma:

Para nós a resposta impõe-se: - vença aquela que tem mais direito, a mais inteligente e que pode conquistar os prêmios da sua vitória pelo esforço supremo de um cérebro poderoso, porque esta vitória é justa e concorre para o aperfeiçoamento da humanidade.

¹⁰ Herbert Spencer (1820-1903) foi um intelectual inglês cujas ideias se tornaram bastante populares no final do século XIX. Ele se notabiliza pela divulgação das ideias evolucionistas e o seu nome é também frequentemente relacionado ao social darwinismo. Spencer era um defensor das liberdades individuais e sua concepção de evolução era contrária à ideia da homogeneidade, o que influenciava bastante Florentino Menezes na sua ideia de que a evolução das sociedades está diretamente ligada à sua necessária diferenciação e fragmentação. Frequentemente o pensamento de Spencer é associado ao autoritarismo, o que é considerado um equívoco pelos especialistas de seu pensamento (Baiardi, 2008).

É a aplicação à sociedade da justiça biológica, hoje tão defendida pelos historiadores alemães que procuram, deste modo, dar maior extensão às ideias de Darwin.

Existe uma justiça biológica, uma fatalidade orgânica, tão inexorável como a dos antigos deuses, tão imparcial como a força inconsciente e cega do destino, dirigindo os homens e guiando-os em suas lutas incessantes, ora elevando-os e fazendo-lhes florescer na mais alta concepção da vida, cheios de força, de inteligência e de beleza, ora atirando-lhes incapazes, degenerados, idiotas e retardados mentais triste fermentação humana que vai terminar, lentamente consumida, nos leitos dos hospitais, nas alas dos hospícios ou nas células escuras e úmidas das prisões (Menezes, 1917, p. 100-101).

É possível que o aristocratismo de Menezes, e mesmo a sua recepção das ideias de Nietzsche, tenha decorrido da filosofia de Georges Palante. Palante, juntamente com intelectuais como Gabriel Tarde e Gustave Le Bon, em finais do século XIX, disputavam com Durkheim a orientação a ser seguida pela Sociologia institucionalizada e adotaram um modelo que aproximava a Sociologia da Psicologia. Dentre os três, segundo a análise de Silva (1997), Palante foi o que mais influenciou Florentino Menezes no período. Sílvio Gallo (2019), no prefácio à edição brasileira de *As antinomias entre o indivíduo e a sociedade*, uma das principais obras de Palante, descreve-o como um filósofo francês da virada do século XIX para o século XX que é praticamente desconhecido no Brasil. Na França, Palante é muito pouco conhecido e somente ganhou algum destaque no início do século XX pelo trabalho de Michel Onfray, pensador contemporâneo que dedicou a ele o seu primeiro livro *Physiologie de Georges Palante* (2002). Palante declarava-se um individualista, mas se opunha veementemente às concepções individualistas que pregavam o que ele chamava de individualismo egoísta, negando toda forma de força coletiva. Para o autor, o individualismo não podia prescindir da coletividade, mas se mantinha em uma associação relativa com ela, doutrina que ele denominava de individualismo aristocrático, inspirado sobretudo pelas ideias de Nietzsche, mas também de Gobineau, Flaubert, dentre outros.

Sob a influência das ideias de Georges Palante, a sociologia de Florentino Menezes se identificaria como uma Psicologia social e teria como objeto investigar como as consciências individuais intervêm na consciência social e como essa, inversamente, intervém nas consciências individuais (Silva, 1997, p. 68). Dessa concepção de sociologia decorre a proposta de Menezes segundo a qual o “homem superior”, em referência às ideias de Nietzsche, é aquele que faz valer a sua individualidade diante das forças coletivas e, por isso mesmo, a coletividade deveria

ser tão forte e presente quanto possível, a fim de regular até mesmo as lutas entre os indivíduos, nivelando-as à igualdade de possibilidades (Silva, 1997, p. 69).

Escola Social Positiva (1917) representa um divisor de águas em relação aos anos anteriores, uma vez que é o momento em que o autor discute mais aprofundadamente o tema do socialismo e suas críticas à sociedade capitalista. De certa forma, isso contraria o argumento central das hipóteses apresentadas por Freitas (2004) sobre os motivos de o autor não ter publicações na revista do IHGSE. Uma boa parte de suas obras não possui grande ênfase em seu socialismo, mas são trabalhos com pretensões declaradamente científicas (nos moldes da ciência positivista) e pouco voltadas à posição socialista, atentas à reunião de dados estatísticos e à análise comparativa, distanciando-se dos ideais do IHGSE somente no sentido de que se distanciava da ênfase na sociedade sergipana a fim de entender o Brasil e suas características em relação à outras nações, como, por exemplo, os Estados Unidos.

Em 1918, Menezes reúne seus artigos sobre o socialismo em um opúsculo, denominado *O partido socialista sergipano*, e que serviu de base para a iniciativa do Centro Socialista Sergipano, dedicado à propaganda do socialismo em Sergipe (Dantas, 2009, p. 12). Em 1924 e 1925 os trabalhos do autor se concentram, de fato, na sua atuação pública a favor de causas políticas. Em 1924, ele publica o livro *O voto secreto* e, em 1925, *Complemento ao voto secreto*, ambos dedicados a servir de base estadual para a propagação da campanha nacional pela implementação do voto secreto no país. Mas, já em 1926, seus trabalhos publicados são aqueles que o levariam a ocupar a cadeira de sociologia no Atheneu Sergipense e que, em muitos sentidos, são uma retomada das preocupações centrais dos trabalhos *Estudo Chorográfico e Social do Brasil* (1912), *Leis sociológicas aplicadas ao Brasil* (1913) e *Desenvolvimento intelectual dos povos* (1916).

Em *O processo de seleção das sociedades*, de 1926, Menezes está preocupado em compreender em que medida a seleção natural pode influir nas sociedades. Noutras palavras, a questão está em compreender em que medida a evolução das sociedades humanas é guiada pelas mesmas leis ou pelos mesmos mecanismos e processos que orientam as transformações nas espécies animais. Menezes parte das ideias de Charles Darwin a respeito da mutabilidade das espécies e defende que a ação das sociedades pode, às vezes, interferir nos processos de seleção social, mesmo nas sociedades animais. Enquanto a seleção

natural é guiada pelo princípio do mais forte ou adaptado, a seleção social estabelece outros critérios, que pode ser o critério dos recursos econômicos disponíveis ou o de quem é mais apto intelectualmente. Quanto mais complexa e mais civilizada uma sociedade, mais ela se distancia da natureza e, como tal, mais a seleção social pode interferir na seleção natural, às vezes contrariando-a.

Já em *A influência do clima nas civilizações*, também de 1926, ele desenvolve uma crítica ao argumento da impossibilidade da produção teórica original nos países de clima quente. Segundo esta concepção, os climas temperados produziam “homens fortes”, enquanto os climas tropicais, quentes, produziam “gentes fracas e débeis”. Sua crítica está assentada na tese segundo a qual a ação do clima é, de fato, um fator importante à análise das civilizações, mas que afeta mais diretamente os fatores físicos e fisiológicos e, “mais vagarosamente”, os psicológicos e sociais. Além disso, a ação do clima é mais determinante nas “raças selvagens” e sua ação diminui com o avanço da civilização. Somente nos climas extremos, como o glacial ou o do deserto do Sahara conseguiriam afetar decisivamente o homem e as sociedades. Por isso, conforme o clima se torna mais ameno, são outros fatores, como o econômico, que movem o desenvolvimento intelectual dos povos, razão pela qual, para ele, não se pode aceitar a tese que defende a impossibilidade do pensamento teórico em climas quentes. Ambas as teses foram apresentadas ao concurso para professor de sociologia no Atheneu Sergipense em 1926 e tratam de questões semelhantes, remontando aos temas de suas publicações de 1912 e 1916, a respeito do desenvolvimento intelectual dos povos e da influência dos fatores geográficos na composição das sociedades humanas.

Em nenhuma das duas obras apresentadas ao concurso para professor no colégio Atheneu, o autor fez uma defesa da sociedade socialista ou uma crítica revolucionária ao capitalismo, talvez pela circunscrição do tema realizada pelo concurso. O mesmo ocorreu em 1931 no *Tratado de sociologia*, quando o autor faz referência à *Escola Social Positiva* (1917), mas não desenvolve efetivamente as suas teses. O *Tratado de sociologia* (1931) é um dos primeiros manuais didáticos do país, composto pelo autor para uso em sala de aula. Seu manual é anterior ao *boom* dos manuais didáticos de sociologia na década de 1930 (Meucci, 2007). O conteúdo do manual de Menezes é vasto, tanto quanto sua obra é enciclopédica, algo, aliás, bastante corriqueiro nos manuais didáticos do período, ainda sob a forte influência da tradição bacharelesca.

O manual didático de Menezes aborda questões amplas da Sociologia, iniciando pelas concepções gerais a respeito dos fenômenos sociais a partir de autores como Auguste Comte e Herbert Spencer. Menezes dedica especial atenção à influência dos fatores biológicos e também dos psicológicos nas sociedades humanas e sintetiza as principais correntes intelectuais do período. Defende o determinismo social e a inexorabilidade das leis da história e da evolução das sociedades. Trata também de temas específicos, como família, raça, população, economia e política. A respeito do tratamento que oferece a noção de raça e o peso da biologia na determinação das sociedades humanas, Souza (2020) demonstra que, nesse trabalho, Menezes é um defensor das ideias organicistas de René Worms, autor que, juntamente com Émile Durkheim e Gabriel Tarde participaram do processo de institucionalização da Sociologia na França. Fundamentalmente, o organicismo buscava estabelecer uma ciência da sociedade a partir de bases biológicas, demonstrando as analogias diretas entre os organismos animais e as organizações sociais humanas, assim como, por exemplo, um sistema de trânsito e o sistema cardiovascular, etc. Também à partir de Worms e contrariamente à Gobineau, Menezes se opunha às teorias arianistas a favor da imutabilidade das raças e argumentava que, com o desenvolvimento da civilização, são cada vez mais as ideias e a mentalidade, e não a biologia, que são determinantes para o desenvolvimento humano, em expressa referência à obra de Francis Galton, o que evidencia o lado eugenista de seu pensamento¹¹ (Souza, 2020, p. 09).

No que se segue da década de 1930, Menezes publicou apenas mais duas obras. A primeira, foi publicada também em 1931, denominada *Classificação das sociedades: estudos de sociologia*. Nela, o autor retoma a proposta de classificação das sociedades defendida em *Escola Social Positiva*, com poucas alterações (Silva, 1997). O processo de seleção social empreendido pela sociedade é a base para a proposta de classificação de Menezes, que parte do modelo evolucionista spenceriano, mas propõe uma construção original.

No seu modelo, as sociedades classificam-se a partir da maneira pelas quais elas diferenciam os indivíduos que a compõem para ocupar os seus diferentes

¹¹ Menezes cita Francis Galton (1822-1911) nominalmente. Galton foi o autor que cunhou o termo eugenismo, que se caracteriza por ser um conjunto de práticas e ideias destinadas ao aperfeiçoamento da espécie humana. No Brasil, o eugenismo se prolifera sobretudo na primeira metade do século XX, na onda dos questionamentos sobre o futuro na nação em um país multiracial e no qual se acreditava que, por exemplo, a presença da miscigenação seria um fator de retardo ao desenvolvimento (Schwarcz, 1993).

estratos. De base spenceriana, embora pretenda ser uma classificação original dos diferentes tipos sociais, Menezes parte de critérios evolucionistas, subdividindo as sociedades conforme são homogêneas e primitivas e, como tal, baseadas no uso da força ou ainda sociedades mais modernas, complexas e diferenciadas e que teriam como princípios ou aqueles decorrentes da economia e do comércio ou da justiça e do mérito intelectual.

A outra obra, *A ilusão comunista e a realidade soviética*, por sua vez, foi publicada em 1934 e foi o único trabalho seu publicado fora de Sergipe, no Rio de Janeiro. O estudo de Adriana Silva (1997) não obteve acesso a esse livro, tampouco o presente trabalho. Conforme Ibarê Dantas (2009, p.19), Menezes expressa nessa obra o seu “desencanto com os rumos do socialismo com que tanto sonhou”, dada a “experiência da Revolução Russa no caminho do totalitarismo”, mas não há maiores informações a respeito dos argumentos defendidos no interior da obra. Ambos os trabalhos marcam a presença constante das ideias socialistas e dos problemas sociais contemporâneos ao autor na sua produção intelectual, embora, também conforme Dantas (2009), *Classificação das sociedades* (1931) fosse um trabalho mais atento às questões de sociologia geral.

Nesse primeiro momento da produção intelectual de Menezes, é possível perceber alguma preocupação com as questões da identidade nacional, do futuro da nação brasileira, em sua relação com a questão racial e a miscigenação. São problemas presentes no debate nacional quando do período da instauração da República e ao longo de toda a primeira metade do século XX. A primeira publicação de Menezes, *Estudo Chorográfico e social do Brasil*, de 1912, por exemplo, reflete sobre a possibilidade de o Brasil cindir-se em uma multiplicidade de raças humanas caso não seja submetido a um governo centralizado em um futuro próximo e se mostra particularmente atento ao tema das imigração, uma temática também bastante presente no debate da época. Também no *Tratado de Sociologia* (1931) Menezes dedica todo um capítulo ao tema “Raça”, no qual assume uma posição claramente eugenista, mas se opõe expressamente às teorias arianistas de Arthur de Gobineau (Souza, 2022). No entanto, a produção do autor das décadas de 1940 e 1950 apenas muito tangencialmente retoma essas problemáticas ligadas à questão racial e à identidade nacional. As razões para essa distância (ou dessa grande ausência, se se preferir) entre as reflexões de Menezes no período em questão e aquelas questões que guiaram boa parte do debate nacional no século XX

são ainda desconhecidas e não foram resolvidas pela presente investigação. Elas constituem, como tal, uma matéria importante para investigações futuras.

Nas décadas de 1940 e 1950, encontra-se o segundo momento da produção intelectual do autor, posterior a sua aposentadoria do colégio Atheneu Sergipense. Nesse período, Menezes publica apenas um livro, de 1953, denominado *Grandeza, decadência e renovação da vida*, no qual defende a sua tese da existência de uma quinta “eclosão de vida”. Por “eclosão de vida” o autor entende um período da história do planeta Terra no qual há uma grande mudança na história da vida. Menezes, ainda a partir de uma visão de mundo evolucionista, mas desta vez mais influenciado pelas idéias do biólogo francês Jean Rostand (cujo pensamento será explorado nos capítulos seguintes) defende que a natureza perdeu a sua capacidade de produzir e de diferenciar vida, essencialmente parando a história da evolução natural. No momento atual, que ele denomina de “quinta eclosão da vida”, a sociedade e não mais o mundo inorgânico e biológico estaria direcionando a evolução da vida no planeta, e, em especial, as sociedades humanas.

Além do livro, ele idealiza também dois outros projetos: *Sociedade e sacrifício* e *A velhice*. De *Sociedade e sacrifício*, resta-nos apenas a publicação de alguns de seus capítulos, majoritariamente previstos para compor a quinta parte do livro. Eles foram publicados no *Sergipe-Jornal*, em 1946, através de uma carta aberta enviada pelo autor ao editor do jornal, Paulo Costa. Nessas publicações, Menezes realiza um longo ataque ao regime capitalista como o causador de sacrifícios inúteis aos indivíduos; empreende também críticas ao catolicismo, pela sua associação tanto com o nazi-fascismo quanto com o capitalismo e defende, mais uma vez, a necessidade de uma sociedade socialista e aristocrática, na qual os intelectuais seriam a elite dominante. Da obra *A velhice* restaram os manuscritos, atualmente em posse da pesquisadora Adriana Silva. Segundo Silva (1997), *A velhice* empreende uma investigação sobre as causas biológicas e sociais da velhice e os meios de combatê-la. Menezes atribui a principal causa, do ponto de vista biológico, à ação da gravidade, que levaria o organismo a um esforço e desgaste constantes. A fome e a desnutrição eram processos que aceleram o envelhecimento e, a partir

das análises de Josué de Castro¹², fala sobre como a dieta do sertanejo nordestino quase não possuía valor nutritivo.

A limitada produção acadêmica existente sobre o pensamento de Menezes tendeu a se concentrar nas décadas de 1910 e 1920, sobretudo por ser o período no qual o autor esteve mais atuante publicamente, em especial no que diz respeito à divulgação das ideias socialistas em Sergipe. Ainda há muitas questões a serem feitas sobre essa produção, em especial porque a análise empreendida por Silva privilegiou a investigação de *Escola Social Positiva* (1917), tomando-a como centro de sua reflexão, enquanto os outros livros do período, menos voltados ao debate sobre o socialismo, como o *Tratado de Sociologia* (1931), assumiram uma posição secundária, embora igualmente complexos em sua unidade interna, uma limitação que a própria autora faz questão de sinalizar em sua análise (Silva, 1997, p. 60).

Neste trabalho, no entanto, o *corpus* se compõe a partir das obras do segundo momento da produção intelectual de Menezes, entre as décadas de 1940 e 1950; mais especificamente, pelas publicações no *Sergipe-Jornal*, em 1946 e por *Grandeza, decadência e renovação da vida*, de 1953. Essa seleção se justifica pela necessidade de um maior conhecimento do conjunto das ideias do autor nessa fase de sua produção, ainda pouco investigada, e também por uma compreensão mais aprofundada das relações que seu pensamento estabelece com seu contexto social e político. *Sociedade e sacrifício* se destaca no conjunto das obras de Florentino Menezes pelo fato de que, por muito tempo, seu conteúdo foi julgado inacessível. Adriana Silva (1997), por não ter entrado em contato com as publicações no *Sergipe Jornal*, talvez pelas dificuldades de acesso a elas no período, julgou que tais publicações não tinham existido e cogita a possibilidade de que ele havia sido incorporado na obra *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), que de fato possui uma parte com o título “Sociedade e sacrifício”. Dantas (2009), por sua vez, que teve contato com as publicações em jornal e analisou-as de forma breve, levanta a possibilidade contrária, isso é, de que *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) era, na verdade, parte do livro *Sociedade e sacrifício*.

¹² Josué de Castro (1908-1973) foi um intelectual brasileiro que se notabilizou pelos seus escritos relacionados à nutrição e ao combate à fome. Sua obra mais conhecida, *Geografia da fome: a fome no Brasil* (1946), ataca a questão da fome crônica no Brasil, fome às vezes despercebida e invisível, mas que se caracteriza por uma alimentação, mesmo que abundante, deficiente do ponto de vista nutricional. A obra de Castro sobre o tema da fome foi alvo de reflexão por parte de Menezes em toda a sua produção ao longo das décadas de 1940 e 1950.

A verdade é que os textos em jornal e o livro foram publicados em contextos diferentes e trazem problemas quando se pretende compreendê-los através da sua simples análise interna. Além disso, quando comparadas, essas duas publicações demonstram possuir relações que esclarecem pontos essenciais do sistema de pensamento de Florentino Menezes nas décadas de 1940 e 1950 e que não se encontram completamente estabelecidos em nenhuma das duas publicações particulares. Um sistema de pensamento que não é idêntico ao de *Escola Social Positiva* (1917) e que guarda rupturas essenciais com as ideias defendidas no passado. Essas questões formam o objeto da reflexão do capítulo subsequente.

3.3 CONCLUSÃO

O contexto social sergipano na primeira metade do século XX, palco de toda a produção intelectual de Florentino Menezes, foi marcado pela crescente urbanização e conseqüente florescimento do ideário cientificista. Menezes, como tantos outros de seus conterrâneos, viu-se inspirado pelos ideais de modernização que nasciam com a República. Nesse espaço cultural efervescente, quando comparado com os tempos do Império, ele produziu uma extensa obra sociológica e idealizou uma série de iniciativas comprometidas com o seu ideal socialista e científico e com a crítica às injustiças da sociedade capitalista.

Apesar disso, o cenário sergipano ainda era, indubitavelmente, marcado pelas dificuldades impostas ao pensamento racional e científico. Por um lado, pelo caráter ainda incipiente de seu desenvolvimento econômico e a dominação da política e dos meios de divulgação das ideias pelas elites rurais. Por outro, pela forte presença de uma mentalidade conservadora de base religiosa, sobretudo católica, e em estreita relação com as elites econômicas locais. Seus intelectuais, inclusive Menezes, e principalmente aqueles que refletiam a partir do paradigma cientificista e também do socialista, encontravam-se à mercê do mecenato, seja ele público ou particular.

Em diferentes momentos da atuação política do autor, a oposição do setor religioso se fez presente de forma decisiva, como na ocasião da fundação do Centro Socialista Sergipano. A persistência de Florentino Menezes, durante as primeiras décadas do século XX decorre, sobretudo, dos recursos sociais advindos de suas redes de relações, seja aquela proporcionada por sua família, seja aquela

constituída quando professor de Sociologia no Atheneu sergipense. Isso se faz evidente, por exemplo, quando Menezes mobiliza um conjunto de bacharéis do estado para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em 1912. Também, nas décadas de 1940 e 1950, o autor se vale da amizade com o deputado Nunes Mendonça, seu ex -aluno no Atheneu, a fim de solicitar ao Estado a revisão de sua aposentadoria e a publicação de seu último livro.

Sua vida e sua obra estão estritamente ligadas à realidade sergipana de sua época. Naquilo que diz respeito a sua produção intelectual, ela seguramente não pode ser compreendida exteriormente às limitações impostas pelas condições de seu trabalho intelectual, seja pela forte presença de uma mentalidade refratária ao conhecimento científico e racional, por oposição ao religioso, seja pela dependência dos intelectuais às elites econômicas e políticas dominantes. O que resta compreender é em que medida estas condições sociais amplas se relacionam com o conteúdo específico de suas ideias e, mais especificamente, de sua sociologia naquela parcela de sua produção sobre a qual se concentra a presente investigação.

4 FLORENTINO MENEZES, CRIADOR DE SISTEMAS

Este capítulo se dedica à análise das relações entre os textos que compõem o *corpus* desta dissertação, ou seja, entre os capítulos de *Sociedade e sacrifício* publicados em jornal, em 1946, e o livro *Grandeza, decadência e renovação da vida*, publicado em 1953. Ela pretende argumentar que uma leitura conjunta desses textos (isso é, a partir da hipótese de que eles formam uma totalidade, apesar das distâncias entre as publicações) permite reconstituir os traços gerais da totalidade do pensamento de Florentino Teles de Menezes, totalidade pretendida por ele, mas jamais realizada em uma única publicação.

Essa totalidade diz respeito aos termos das relações entre seus ideais socialistas e suas teses sobre a evolução da vida na Terra, jamais completamente desenvolvidas em uma única publicação. Em *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), a ligação entre o que se denomina, em seus trabalhos, de “tese da decadência do mundo orgânico” e da “quinta eclosão de vida” e o seu pensamento socialista não se faz presente em momento algum, até porque quase não há indícios de suas ideias socialistas na obra. A leitura conjunta com as publicações no Sergipe-Jornal, no entanto, revelam que todas essas ideias estavam ligadas, posto que compunham, no planejamento de *Sociedade e sacrifício*, uma mesma totalidade. Nos termos do pensamento mannheimiano (1986), trata-se da apreensão do sentido expressivo dos textos em análise mediante sua leitura internalista.

A exposição que se segue é propedêutica ao capítulo subsequente, que expõe o conteúdo efetivo do sistema de pensamento pretendido por Menezes. Ainda assim, é um capítulo fundamental para a composição do problema de pesquisa, na medida em que expõe as primeiras evidências de que, apesar de encontrar-se em um ambiente sociocultural adverso, a leitura das obras do autor revelam a existência de um impulso criador original. Menezes pretendia constituir um verdadeiro sistema de pensamento: um conjunto sistemático de conceitos e princípios que fundamentam uma concepção original, inédita, do mundo social e não podem ser confundidos com uma recepção passiva de idéias importadas.

4.1 SOBRE AS CARACTERÍSTICAS E DIFICULDADES INERENTES AO CORPUS

Longe de ser uma reflexão que deva se restringir às ponderações metodológicas deste trabalho, a descrição e a reflexão sobre o *corpus* constitui uma parte fundamental da própria interpretação do pensamento de Florentino Menezes. Talvez a melhor forma de ilustrar essa afirmação seja exemplificando-a por meio de casos já bem conhecidos e debatidos e de reconhecida importância para a história da Sociologia, como as revisões críticas dos trabalhos de figuras como Karl Marx e Max Weber.

Ambos deixaram, após as suas mortes, um vasto volume de textos não publicados. Alguns deles em estado já avançado de escrita, mas muitos outros eram apenas manuscritos ou mesmo textos completos já superados e descartados. Tanto Marx quanto Weber tiveram seus manuscritos reunidos e publicados sob diferentes circunstâncias e não deixaram de render debates a respeito dos pressupostos que orientavam as edições e as consequências que elas suscitaram na interpretação de seus pensamentos.

No caso de Karl Marx, grande parte dos esforços de constituição do que se compreende por marxismo ocorreu anteriormente a boa parte de sua obra ter sido publicada. Disso resulta, por exemplo, que, quando *A ideologia alemã* foi publicada pela primeira vez, em 1932, ela foi interpretada como uma formulação sistemática do materialismo histórico, expressão jamais empregada por Marx (Cerqueira, 2015). Os esforços mais recentes para a reunião e a publicação da obra completa de Marx (conhecido como MEGA2), assim como de seus manuscritos e cartas, tem revelado um autor muito menos seguro de suas conclusões e dado origem a diversas reinterpretções de seu pensamento, sobretudo naquelas partes nas quais a interferência de Engels foi maior do que antes se supunha. Hugo Cerqueira (2015, p. 838 - 842), em análise sobre a história da edição crítica das obras de Marx, destaca dois debates exemplares para ilustrar os impactos da MEGA2 sobre a compreensão do pensamento marxiano.

O primeiro se refere ao livro *A Ideologia alemã*, cuja edição de 1932 apresenta um texto internamente coerente, mas que apresenta muitas dessemelhanças em relação aos seus manuscritos. Os manuscritos são muito menos coerentes, muito menos acabados, enquanto a versão editada para publicação remaneja partes do texto de forma a conferir-lhe maior unidade. Isso tem levado os intérpretes de Marx a reconsiderar a posição de *A Ideologia alemã* no quadro geral de sua produção. O segundo embate diz respeito às comparações dos

manuscritos de Marx com o trabalho de Engels para a finalização das partes II e III de *O capital* e que revelam que as modificações de Engels no texto são muito maiores do que ele deixou a entender. A versão final é profundamente marcada pela interpretação que Engels confere aos manuscritos, enquanto estes são, em grande medida, inacabados e revelam um pensamento ainda em construção.

A obra de Max Weber, por sua vez, foi reunida no conhecido volume *Economia e Sociedade* e organizado inicialmente por sua própria esposa, Marianne Weber e, posteriormente, por Johannes Winckelmann. Tal como apresentada nessa primeira edição, ela reunia um conjunto de textos de Weber mediante a suposição de que eles compunham um todo unitário. Os capítulos da primeira parte seriam um momento teórico, enquanto a segunda parte comporiam uma aplicação desses conceitos em análises de temas concretos. Atualmente, no entanto, sabe-se que *Economia e sociedade*, tal como publicado nas suas primeiras edições, é o produto de um erro de interpretação de Marianne Weber e que termina por apresentar uma obra que reúne não apenas textos produzidos em diferentes momentos no tempo, mas que também se valem de aparatos teóricos diferentes (Pierucci, 2008; Lepsius, 2012). Entre a primeira e a segunda partes de *Economia e sociedade* há uma grande distância no tempo, dada a interrupção do trabalho de Weber devido à Primeira Guerra Mundial, de forma que as análises concretas do autor não podem ter se valido de uma conceituação apenas elaborada por ele anos depois.

Resguardadas as devidas dimensões, sobretudo em relação ao valor científico das obras em questão, a produção de Florentino Teles de Menezes ao longo das décadas de 1940 e 1950 permite levantar um debate semelhante, apesar das suas particularidades e notáveis diferenças em relação aos casos apresentados acima. Nas décadas de 1940 e 1950, Florentino Menezes escreveu três livros. O primeiro, *Sociedade e sacrifício*, que jamais foi publicado integralmente. Alguns de seus capítulos, no entanto, podem ser encontrados em uma série de edições do periódico sergipano denominado *Sergipe-Jornal*, entre os meses de outubro e dezembro de 1946. O segundo livro, *Grandeza, decadência e renovação da vida*, foi publicado em 1953 pela editora do Movimento Cultural de Sergipe, uma instituição dedicada ao auxílio dos intelectuais pobres do estado e fundada por Augusto Garcez, mecenas descendente da elite rural sergipana (Santos, 2018). Apesar de ter sido efetivamente publicada como um livro, Menezes adverte, na própria obra, que *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) também não é uma obra

completa, mas um “opúsculo”, um fragmento que preservaria apenas o essencial de seu pensamento. O terceiro livro do autor nesse período é *A velhice*, jamais publicado, nem mesmo parcialmente.

Daquilo que não foi publicado por Menezes nesse período, somente há registro de que tenham sobrevivido os manuscritos de *A velhice*, cujo conteúdo foi analisado pela socióloga Adriana Silva (1997). Os manuscritos dos capítulos não publicados de *Sociedade e sacrifício* e de *Grandeza, decadência e renovação da vida* não foram encontrados. A família do autor não dispunha deles quando interrogados por Silva (1997) e eles também não foram encontrados em nenhuma instituição de Sergipe.

Os exemplos de Marx e de Weber apresentados no início desta seção nos direcionam à questão de se ou em que medida diferentes textos de um mesmo autor podem ou não ser tomados como parte de um mesmo projeto intelectual ou em que medida eles auxiliam ou atrapalham na compreensão do seu pensamento tomado como uma totalidade. O caso de Florentino Menezes é semelhante, mas se diferencia deles por algumas características bastante particulares. A primeira distinção é que todo o *corpus* em análise foi publicado ainda quando o autor era vivo e com sua expressa autorização. A segunda distinção é que, mesmo que as publicações tenham o seu assentimento, elas são explicitamente publicadas como fragmentos de um projeto maior que, por força das circunstâncias, não pode se concretizar como uma totalidade.

Desde a publicação de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), a questão da sua relação com *Sociedade e sacrifício* é posta, e não poderia ser diferente. Seria a publicação de 1953 um livro novo e distinto do que o autor compreendia como *Sociedade e Sacrifício*? Ou seria ele uma continuação de *Sociedade e Sacrifício*, sob outro título? Em 1953, há toda uma parte da obra, a Parte IV, cujo título é “Sociedade e Sacrifício”. Isso fez com que, em um dos textos que servem como prefácios da obra, Humberto Moura, escritor também responsável pela arte na capa do livro, indicasse aos leitores que o livro *Sociedade e sacrifício*, divulgado em 1946 no *Sergipe-Jornal*, mas até então nunca publicado integralmente, finalmente seria disponibilizado a eles, mas como uma parte componente do novo livro. Trata-se de uma indicação equivocada e que talvez se deva ao fato de que, entre a data de escrita do texto de Moura, inicialmente publicado no jornal *Gazeta Socialista*, em 1952, e a efetiva publicação da versão final de *Grandeza, decadência*

e *renovação da vida*, em 1953, parte substancial da obra tenha sido suprimida no processo editorial.

A análise de Silva (1997) sobre a questão é pertinente, mas limitada. A autora indica que algumas partes de *Sociedade e sacrifício* foram depois reaproveitadas para compor *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953). De fato, inúmeros capítulos presentes no livro de 1953, como veremos adiante, já tinham sido publicados em 1946, mas, à época da análise, a autora não dispunha de acesso completo a todo o *corpus*, contando apenas com o índice de *Sociedade e sacrifício* (Menezes, 1946a, p. 2) e a *Carta aberta do Prof. Florentino Menezes* (Menezes, 1946a, p. 2), encontrados em seu arquivo pessoal. É somente em 2006, a partir da efetiva análise de ambas as publicações que, Ibarê Dantas conclui que *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) é parte de *Sociedade e sacrifício*, assim como também o eram os capítulos que foram publicados, em 1946, no *Sergipe-Jornal* e a despeito dos conteúdos das duas publicações diferirem consideravelmente. Mais precisamente, Dantas afirma, em referência a *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), que “a citada obra parece ser parte do texto *Sociedade e Sacrifício*, que teve alguns dos seus capítulos divulgados pelo *Sergipe Jornal*” (2009, p. p.22).

No entanto, embora proponha uma compreensão do *corpus* diferente de toda a fortuna crítica anterior a sua, Dantas não se demora na descrição das fontes e na explicitação das razões que levam a essa conclusão. Isso resulta em uma série de questões que permanecem em aberto: a que parte de *Sociedade e sacrifício* corresponde o texto de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953)? A que partes do livro completo, jamais publicado, correspondem cada uma das publicações parciais, em 1946 e em 1953? O que mais haveria de *Sociedade e sacrifício* e que não foi publicado em 1946 ou em 1953? Em que medida as publicações de 1946 contribuem para a interpretação do livro de 1953 e também o contrário? Há diferenças substanciais nos textos e nas ideias divulgados em 1946 e nas suas versões republicadas em 1953? Como compreender que as características gerais de cada uma das publicações, quando tomadas em si mesmas, sejam tão diferentes e, ainda assim, sejam, ambas, partes de um mesmo livro? Afinal, os textos de 1946 são muito claramente voltados ao debate socialista, enquanto o livro de 1953 sequer toca no tema e se concentra nas relações entre sociedade e biologia.

O que se segue deste capítulo se concentra sobre essas questões, expondo os indícios que justificam a compreensão de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) como parte de *Sociedade e sacrifício*. Apenas no capítulo subsequente, a partir dessa compreensão ou hipótese de pesquisa formulada no presente capítulo, a dissertação se dedica à reconstituição das linhas gerais do pensamento de Menezes como uma totalidade.

4.2 “GRANDEZA, DECADÊNCIA E RENOVAÇÃO DA VIDA”, UMA PARTE DE “SOCIEDADE E SACRIFÍCIO”

Grandeza, decadência e renovação da vida (1953) é um livro sobre a evolução da vida na Terra, mas a partir da perspectiva de uma Sociologia fortemente influenciada pelo espírito evolucionista e positivista que compunha a formação de seu autor. O objetivo da obra era o de revelar ao mundo uma suposta descoberta: a vida na Terra caminha para uma nova fase evolutiva e esse novo momento da evolução não é mais guiado pela seleção natural ou por qualquer forma de ação ou causação orientada pela matéria orgânica. Essa nova fase tem como base as sociedades, especialmente as sociedades humanas e a partir de uma concepção de “sociedade” como uma verdadeira entidade autônoma e mesmo oposta ao mundo material. Nunes Mendonça¹³, no prefácio ao livro de Menezes, resume as ideias do autor nas seguintes palavras:

Além dos fatores inorgânicos e orgânicos que atuaram na evolução dos seres vivos, moldando-lhes a estrutura física, os órgãos sensoriais e as funções biológicas, adaptando-os às condições do meio ambiente, de modo a garantir a sobrevivência das espécies, o Autor julga que outro fator - a sociedade - tem atuado sobre os animais sociáveis, modificando-lhes, de acordo com as necessidades sociais, os imperativos da defesa e conservação coletivas, concorrendo, também, deste modo, para a conservação e o progresso das espécies sociáveis (Menezes, 1953, p. 32).

Em *Finalidades deste trabalho*, capítulo de *Sociedade e sacrifício* e publicado no *Sergipe-Jornal*, em 02 de dezembro de 1946, Menezes resume os objetivos de

¹³ As contribuições de Nunes Mendonça são especialmente importantes na análise da obra e do pensamento de Menezes, pois Mendonça é provavelmente o intelectual que teve mais contato tanto com Florentino Menezes quanto com a sua obra. Mendonça foi um amigo próximo do autor e de sua família, além de um ex-aluno. Por vezes se referiu a Florentino Menezes como seu mestre, mesmo que, em suas obras, não haja indícios de que tenha prosseguido com as formulações e teses do Sociólogo. Neste sentido, o seu prefácio ao livro é uma peça documental que de forma alguma pode ser ignorada.

seu novo livro de forma semelhante, o que torna claro o quanto *Sociedade e Sacrifício* (1946) e *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) têm de comum:

A finalidade deste trabalho é tornar ainda mais clara a força renovadora das sociedades, a influência do fenômeno social sobre as manifestações de caráter biológico, ou melhor, determinar com segurança o poder da sociedade sobre as manifestações orgânicas dos seus elementos (Menezes, 1946a, p. 2)

No capítulo intitulado *Conclusões*, também publicado no *Sergipe-Jornal*, o autor resume o assunto que estaria contido nas duas primeiras partes de *Sociedade e sacrifício*, indicando que elas se dedicariam às sociedades humanas e animais e ao que denomina de seu “valor imenso e suas possibilidades”.

As duas primeiras partes que se referem às sociedades humanas e de animais mostram o valor imenso da existência social e suas possibilidades que tem, até hoje, ultrapassado as previsões mais sensatas e bem orientadas (Menezes, 1946a, p. 2)

Trata-se de uma descrição extremamente vaga das primeiras duas partes de *Sociedade e sacrifício*, mas que se torna mais clara ao observarmos as informações apresentadas no índice da obra. Conforme apresentado no *Sergipe-Jornal*, em 03 de dezembro de 1946, *Sociedade e sacrifício* teria a seguinte composição:

1 Finalidade deste trabalho	10 As sociedades humanas e os animais domésticos
2 Introdução	
1ª Parte: As sociedades de animais e sua força criadora	11 A existência social e a mentalidade humana
3 Nas sociedades das abelhas	12 Fenômenos Biológicos e a existência social
4 Nas sociedades das formigas	
5 Nas sociedades das térmitas	13 As duas sociedades da pirâmide
2ª Parte: O poder renovador das sociedades humanas	3ª Parte: Conflito de idéias
6 A sociedade e o indivíduo	14 As últimas transformações da espécie humana
7 Força renovadora	15 O homem de cro-Magnon
8 Deusa criadora de Destinos	16 A mentalidade primitiva
9 Sociedade criadora	

17	Evolução e diferenciação	27	Sociedade e loucura
18	Criadores de doutrinas	28	A sociedade e a mulher
19	Uma nova eclosão de vida	29	A escolha dos dirigentes
20	O ilogismo primitivo	30	A fome crônica
21	Mutação social e biologia	31	Causas sociais de sacrifícios
22	O mutacionismo e Jean Rostand	32	Vitórias socialistas
4ª	Parte: O sacrifício nas sociedades animais	33	Socialismo, Nazismo, Cristianismo e Piedade
23	O sacrifício nas sociedades das abelhas	34	Onipotência e Piedade
24	O sacrifício nas sociedades das formigas	35	Para que iludir?
25	O sacrifício nas sociedades das termites	36	Democracia e capitalismo
5ª	Parte: O sacrifício nas sociedades humanas	37	Democracia e socialismo
26	O sacrifício humano	38	A luta contra o socialismo
		39	De antropóide a Imperador
		40	O ilogismo das massas humanas
		41	As pesquisas dos sacrifícios
		42	Conclusões

A primeira parte da obra seria denominada de *As sociedades animais e sua força criadora*, contendo capítulos sobre as sociedades das térmitas, das formigas e das abelhas. A “força criadora” à qual o autor se refere pode ser compreendida se analisarmos o capítulo de mesmo título presente também em uma das partes iniciais de *Grandeza, decadência e renovação da vida* e cujo conteúdo Mendonça sintetiza ao afirmar que ele “estuda as sociedades de insetos, nelas vendo um poder transformador, capaz de modificar a estrutura e funções orgânicas de seus componentes, diferenciando-os entre si” (Menezes, 1953, p. 32). Observando mais de perto o conteúdo efetivo do capítulo de *Grandeza, decadência e renovação da vida* denominado *As sociedades de insetos*, vê-se já de início o que Menezes quer dizer quando fala do “valor imenso das sociedades e suas possibilidades”. Ele nos diz que “os tipos orgânicos existentes nas abelhas, formigas e térmitas só podem ser concebidos com a existência das sociedades”. E complementa, dizendo que

Um estudo minucioso das manifestações biológicas, realizadas nestes insetos deixa ver, claramente, a influência poderosíssima da sociedade, que pode criar tipos orgânicos, necessários à defesa da existência coletiva (Menezes, 1953, p. 102).

Mas as semelhanças entre os dois trabalhos não terminam aí. Tanto o índice quanto a descrição do conteúdo das diferentes partes de *Sociedade e sacrifício* feita pelo próprio autor revelam que a construção ou a estrutura dessa obra seguiria uma ordem semelhante àquela que vemos em *Grandeza, decadência e renovação da vida*. O que se segue das reflexões do autor sobre as sociedades dos animais é, em ambas as obras, o debate sobre o que ele descreve como “O poder renovador das sociedades humanas”, um título empregado tanto em 1946 quanto em 1953 para descrever um conjunto de capítulos e que, em ambos os casos, contém também capítulos homônimos. Em 1953, os capítulos do livro se estruturam da seguinte forma, sem contar os textos e elementos pré-textuais anteriores ao primeiro capítulo:

1ª Parte - As energias inorgânicas e a evolução da vida

- 1 Manifestações luxuriantes de vida
- 2 Decadência do mundo orgânico

2ª Parte - As sociedades animais e sua força criadora

- 3 As sociedades de insetos
- 4 A existência social dos castores

3ª Parte - O poder renovador das sociedades humanas

- 5 Dificuldades de observação dos fenômenos sociais
- 6 A sociedade e o indivíduo
- 7 Sociedade e evolução
- 8 Os fenômenos biológicos e a existência social

- 9 A existência social e a mentalidade humana

4ª Parte - Sociedade e sacrifício

- 10 O sacrifício nas sociedades de animais
- 11 O sacrifício nas sociedades humanas
- 12 A fome crônica
- 13 A sociedade e a mulher
- 14 Sociedade e loucura
- 15 O preço do progresso humano
- 16 As pesquisas dos sacrifícios

5ª Parte - As manifestações superiores da existência social humana

- 17 Uma nova eclosão de vida
- 18 A formação do tipo humano
- 19 Civilização e piedade

20 Sociedade, civilização e justiça

21 O aparecimento do talento e do gênio

Nunes Mendonça, mais uma vez no prefácio à *Grandeza, decadência e renovação da vida*, esclarece bem aquilo que Florentino Menezes significa com “O poder renovador das sociedades humanas” nos seguintes termos, equiparando aliás, o sentido do termo “transformador” com o de “renovador” no vocabulário da obra de Menezes:

Na terceira parte, estuda o autor o poder transformador das sociedades humanas, capaz de modificar certos processos biológicos, a ação que a sociedade exerce sobre o indivíduo, diferenciando-lhe a mentalidade, adaptando-o a novos gêneros de vida, a novos comportamentos, de acordo com as contingências da existência social, com as necessidades de defesa e conservação coletivas, com os imperativos da evolução.

Na espécie humana, julga ele imenso e incontestável o poder modificador das sociedades. Se os nossos ancestrais pré-históricos não houvesse buscado a vida associativa, tivessem permanecido isolados, admitindo mesmo que houvessem sobrevivido, seríamos hoje simplesmente primatas, rudes e estúpidos, “capazes apenas de sede, fome, atividade sexual e medo.

[...]

A sociedade modifica e domina o ser humano. Forma a mentalidade, determina os desejos e volições, desenvolve o cérebro e traça o próprio destino do homem, numa palavra, molda-lhe o procedimento, colocando-o num nicho, dentro do qual pensa, sente e age. Usando uma expressão de Carrel, podemos dizer que “estamos imersos no meio social tal como as células do nosso corpo nos fluidos orgânicos (Menezes, 1953, p. 36).

Esse é precisamente o tema dos capítulos *A sociedade e o indivíduo*, *A Existência social e a mentalidade humana* e *Os fenômenos biológico e a existência social*, os três publicados em 1953 internamente à 3ª Parte de *Grandeza, decadência e renovação da vida* e também presentes no planejamento de *Sociedade e sacrifício*, como integrante de sua 2ª Parte, ambas, como já se disse, de mesmo título. Nos três casos, a ênfase está em consolidar o quanto a ação das sociedades é determinante na constituição da espécie humana e o quanto a sua ação sobre os indivíduos é absoluta e necessária. Em *A sociedade e o indivíduo* se encontram algumas das afirmações mais emblemáticas do autor e que representam bem a índole determinista das suas ideias. Após dissertar sobre a ação das sociedades modernas sobre os indivíduos através de inúmeras tecnologias como o rádio, bombas atômicas e penicilina, por exemplo, ele acrescenta:

É portanto na sociedade humana que devem ser procurados suas causas. As sociedades atuais criaram um novo meio, o meio social humano e modificaram de tal modo os processos de evolução, renovando e orientando a vida em um determinado sentido que, hoje, seria impossível conceber o homem fora da existência coletiva. E esta renovação da vida foi tão poderosa, tão intensa e tão brilhante que é possível afirmar-se, sem exagero, embora de um modo figurado, que as sociedades humanas plasmaram os seus próprios elementos (Menezes, 1953, p. 120).

Nesse mesmo capítulo, imediatamente antes da citação acima, nós encontramos uma reflexão sobre os animais domésticos que, ao que tudo indica, parece advir do que também seria um capítulo de *Sociedade e sacrifício* e que se encontra no índice divulgado, em 1946, sob o título *As sociedades humanas e os animais domésticos*:

Mas não termina aí o poder imenso da sociedade. Ele se estende também às diferentes espécies de animais que vivem domesticados e sofreram a influência das sociedades humanas. O homem conseguiu, pela aplicação de processos científicos especiais, modificar estas espécies de tal modo que hoje apresentam formas interessantes e originais que distanciam, às vezes, profundamente das espécies naturais de onde tiveram origem. Conseguiu mesmo despertar nestes animais manifestações de sentimentos nobres e de uma moral elevada. A obediência, a gratidão e a dedicação aos seus donos e amigos até ao sacrifício, são fatos que em algumas espécies de cães se manifestam claramente. E o homem só conseguiu realizar estes fenômenos porque vive em sociedade (Menezes, 1953, p. 119-120).

Nesse ponto da análise das semelhanças na estrutura e no movimento interno dos argumentos dos dois trabalhos, de *Sociedade e sacrifício* e de *Grandeza, decadência e renovação da vida*, há uma dissidência. Após *O poder renovador das sociedades humanas*, *Sociedade e Sacrifício* conteria uma parte chamada *Conflito de ideias*. Por outro lado, em *Grandeza, decadência e renovação da vida*, não há uma parte denominada de “Conflito de ideias”, mas sim a sua 4ª Parte, curiosamente também intitulada de “Sociedade e sacrifício” e cujo conteúdo parece resumir aquele que estava previsto para compor as duas partes finais de *Sociedade e sacrifício* em 1946. Isso porque, em 1953, a 4ª Parte da obra contém os capítulos *O sacrifício nas sociedades animais*, seguido de *O sacrifício nas sociedades humanas*, *A fome crônica*, *A sociedade e a mulher*, *Sociedade e loucura*, *O preço do progresso humano* e *As pesquisas dos sacrifícios*, todos eles previstos para a 4ª e 5ª Parte de *Sociedade e sacrifício*.

Tirando *O preço do progresso humano*, que, considerando-se os títulos dos capítulos, não estaria presente em 1946, todos os outros capítulos dessa parte estavam no planejamento de *Sociedade e sacrifício*¹⁴. Com relação ao capítulo *O sacrifício nas sociedades animais*, pode-se especular que contém o conteúdo previsto, em 1946, para compor os capítulos de *Sociedade e sacrifício* em sua 4ª Parte, denominada de *O sacrifício nas sociedades de animais*. Mas a especulação termina por aí, pois o restante dos capítulos presentes na 4ª Parte de *Grandeza, decadência e renovação da vida* foram efetivamente publicadas no *Sergipe-Jornal*, em 1946. *O sacrifício nas sociedades humanas*, presente em *Grandeza, decadência e renovação da vida*, é a republicação do capítulo *O sacrifício humano* publicado anteriormente no *Sergipe Jornal*, em 24 de setembro de 1946. Entre os dois há poucas diferenças de conteúdo. *A fome crônica*, *A sociedade e a mulher*, *Sociedade e loucura* e *As pesquisas dos sacrifícios*, presentes no livro de 1943, na sua 4ª Parte, foram todos também publicados no *Sergipe-Jornal*, em 1946. Entre as duas versões desses capítulos também há algumas diferenças, notadamente relacionadas a parágrafos específicos internamente a cada um deles que se referiam especificamente ao tema do socialismo, diferenças que serão exploradas adiante nesta dissertação. Todo o restante de seus conteúdos são absolutamente iguais nas duas versões.

Entre a 4ª Parte de *Grandeza, decadência e renovação da vida* e a 5ª Parte de *Sociedade e sacrifício*, apesar da permanência dos capítulos listados acima, há de fato, uma diferença importante e que cumpre destacar aqui. Trata-se do fato de que cerca de onze capítulos previstos para a 5ª Parte de *Sociedade e sacrifício* e que foram efetivamente publicados no *Sergipe-Jornal*, não foram reeditados para constar no livro, em 1953. Mais uma vez, capítulos com uma temática fortemente voltada ao socialismo, o que se pode afirmar não apenas pelos seus títulos, mas por efetivamente ter-se acesso aos seus conteúdos. São eles *A escolha dos dirigentes*, *Causas sociais dos sacrifícios*, *Vitórias socialistas*, *Socialismo, nazismo, Cristianismo e piedade*, *Onipotência e piedade*, *Para que iludir?*, *Democracia e capitalismo*, *Democracia e socialismo*, *A luta contra o socialismo*, *De antropóide a imperador* e *O ilogismo das massas humanas*. Essa é talvez a maior distinção entre os dois trabalhos e que torna o conteúdo geral das publicações em jornal bastante

¹⁴ De fato, *O preço do progresso humano*, presente em *Grandeza, decadência e renovação da vida*, é exatamente o mesmo capítulo que, em 1946, fora publicado no *Sergipe-Jornal*, sob o título *Criadores de doutrinas*.

diferente daqueles temas que são abordados no livro. Enquanto no *Sergipe-Jornal* o debate é abertamente voltado ao tema do socialismo e às críticas, ao capitalismo e também à Igreja Católica, o livro prefere abordar em maior profundidade a questão da relação entre sociedade e biologia e ignora completamente os temas desses onze capítulos que foram deixados de fora. Os capítulos posteriores retomam as possíveis razões dessas exclusões.

Soma-se a essa diferença entre as duas obras o fato de que, em *Sociedade e sacrifício*, conforme divulgado no *Sergipe-Jornal*, existiria uma parte denominada de *Conflito de ideias*, já citada anteriormente, mas propositalmente deixada em suspenso nesta análise até este momento, por uma questão de exposição das ideias. A questão é que, apesar de, num primeiro momento, *Conflito de ideias* parecer não estar presente em *Grandeza, decadência e renovação da vida*, como afirmado anteriormente, isso não parece ser completamente verdadeiro. Antes, o que ocorre é que o seu conteúdo foi reorganizado na composição do livro, em 1953, de forma que ele passou a compor as partes iniciais e finais da obra, notadamente aquelas que, em um primeiro momento, parecem estar presentes apenas em *Grandeza, decadência e renovação da vida*.

Florentino Menezes, em 1946, é, mais uma vez, absolutamente vago em sua descrição de *Conflito de ideias*. Segundo ele, *Conflito de ideias* seria um momento de *Sociedade e sacrifício* no qual “são mencionados, sem hipocrisia, ao lado das idéias lógicas e dos grandes ideais humanos, os pensamentos imperfeitos, as conclusões extravagantes e ainda a confusão mental e o embate constante das teorias e das doutrinas que se referem aos assuntos sociais” (*Sergipe-Jornal*, 27.11.1946). Pelo que parece, seria um momento mais voltado ao confronto teórico e que, provavelmente, traria o confronto entre as suas teses e as de outros intelectuais. Mas nós temos uma ideia melhor do seu conteúdo se, mais uma vez, nos voltarmos aos índices das obras e aos capítulos aos quais nós efetivamente temos acesso.

Conforme o índice de *Sociedade e sacrifício*, *Conflito de ideias* seria composto por quatro capítulos: *As últimas transformações da espécie humana*, *O homem de cro-magnon*, *A mentalidade primitiva*, *Evolução e diferenciação*, *Criadores de doutrinas*, *Uma nova eclosão de vida*, *O ilogismo primitivo*, *Mutação social e biologia* e *O mutacionismo de Jean Rostand*. *Criadores de doutrinas* e *Uma nova eclosão de vida* são os únicos dois capítulos que não estavam previstos para

compor a 5ª Parte de *Sociedade e sacrifício* e que, no entanto, também foram publicados no *Sergipe-Jornal*.

Analisando os seus conteúdos, percebe-se que *Criadores de doutrinas* possuiria o mesmo conteúdo, apesar de seu título, de *O preço do progresso humano*, capítulo publicado na 4ª Parte de *Grandeza, decadência e renovação da vida*, em 1953. Em ambos os casos, o tema central do capítulo é o debate de Menezes com o intelectual Serge Voronoff¹⁵. Trata-se de um capítulo que, por conta do seu debate de ideias e do conflito com as doutrinas de Voronoff, justifica sua presença na parte *Conflito de ideias*, conforme a descrição que o autor nos deu dela. *Uma nova eclosão de vida* também comporta um debate com outro intelectual, Jean Rostand, muito mais importante para o pensamento de Menezes e também para a presente análise.

O capítulo *Uma nova eclosão de vida* é aquele no qual, em 1953, Menezes finaliza a construção de seu argumento. É nesse capítulo que Menezes propõe a sua tese da quinta eclosão da vida, isto é, a tese segundo a qual as sociedades atuais estão agindo no sentido de interromper o que ele denomina de “decadência do mundo orgânico”. No lugar dos universos orgânico e do inorgânico, é o universo social que agora determina a evolução das espécies no planeta e que especialmente no caso da espécie humana, orienta-a para o que ele concebe como um futuro no qual existe uma sociedade plenamente “intelectual, cultural e artística”.

A tese à qual Menezes se opõe, ao mesmo tempo que se apóia nela, é a da “decadência do mundo orgânico”, uma proposta de Jean Rostand e que é discutida em *Grandeza, decadência e renovação da vida* logo na sua primeira parte, no capítulo intitulado *Decadência do mundo orgânico*. Segundo a teoria de Rostand (1931), a natureza orgânica está em decadência e ela já não possui mais a capacidade que uma vez possuiu de gerar vida e de promover a evolução e a diversificação das espécies. Menezes aceita parcialmente essa proposta, ao afirmar que ela é verdadeira apenas para as espécies não sociáveis. Aquelas que vivem em sociedade, no entanto, estariam se valendo do universo social para continuar sua evolução.

¹⁵ Serge Samuel Voronoff (1886-1951) foi um médico de nacionalidade incerta. Provavelmente um russo naturalizado francês em 1895 (Cuperschmid, Campos, 2007). Voronoff foi um intelectual polêmico e pouco reconhecido em seu tempo pela comunidade científica. No senso comum ele também era alvo de grande descrédito, sobretudo pelas suas promessas de rejuvenescimento através do transplante de glândulas de chimpanzés e babuínos em seres humanos.

Por mais que essa primeira parte da obra não esteja presente no índice previsto para *Sociedade e sacrifício*, em 1946, é válido supor que essas mesmas ideias compunham o conteúdo de pelo menos dois dos capítulos da parte *Conflito de ideias*, notadamente denominadas de *Mutação social e biologia* e *O mutacionismo de Jean Rostand*, uma vez que, na obra original de Rostand, *État présent du transformisme*, a decadência do mundo orgânico é introduzida no capítulo *Le mutationnisme*, como veremos mais adiante em detalhes. Sem contar que essas ideias são também retomadas em *Uma nova eclosão de vida*, tanto em 1946, na sua publicação no *Sergipe-Jornal*, quanto em 1953, como um dos capítulos finais e decisivos da obra.

Disso se conclui, como já dito anteriormente, que o conteúdo de *Conflito de ideias* está, de fato, presente em *Grandeza, decadência e renovação da vida*. O que ocorre é que, na estrutura da obra, ele passa a ocupar uma posição diferente. Em *Sociedade e sacrifício*, o debate sobre a decadência do mundo orgânico e a quinta eclosão de vida estavam previstos para compor o centro da exposição, exatamente na terceira das cinco partes previstas. Ela seria precedida pelo debate sobre o poder que as sociedades possuem sobre as espécies animais e sobre as sociedades humanas e seria anterior ao debate sobre o sofrimento através do qual a sociedade age sobre os indivíduos, impondo-os “sacrifícios”, seja nas sociedades animais, seja nas sociedades humanas.

Em 1953, no entanto, o debate presente em *Conflito de ideias* foi dividido em dois. Primeiro, na 1ª Parte do livro, é apresentada a tese da decadência do mundo orgânico, a ideia de que o universo orgânico perdeu suas capacidades de gerar e diferenciar vida, de guiar a evolução das espécies. Na 2ª e na 3ª Parte, o que se segue é a exposição do quanto, nas espécies animais sociáveis e também na espécie humana, as sociedades possuem, a despeito da decadência do mundo orgânico, um poder e uma influência muito forte, capaz de interferir mesmo na biologia dos indivíduos e no rumo da evolução. Depois disso, na 4ª Parte, é apresentado o debate sobre a forma dessa influência; que ela ocorre por meio de sacrifícios e sofrimento impostos pelas sociedades aos indivíduos, animais e humanos, a fim de exercer sua influência sobre ele. Apenas no final de sua argumentação é que Menezes então retoma a tese da decadência do mundo orgânico, e, após ter demonstrado o quanto a sociedade é influente sobre os seus indivíduos e sua composição orgânica, ele propõe a tese da quinta eclosão da vida e

a ideia, oposta à de Jean Rostand, de que o universo orgânico somente está em decadência nas espécies não sociáveis.

Grandeza, decadência e renovação da vida, portanto, comporta todas as ideias que estavam previstas para compor o livro *Sociedade e sacrifício*. A única exceção são os capítulos da 5ª Parte de *Sociedade e sacrifício* que foram publicados no *Sergipe-Jornal*, mas que, por algum motivo, não foram publicados novamente em 1953, na sua 4ª Parte e de mesmo nome, notadamente capítulos dedicados à defesa do socialismo, às críticas ao capitalismo e à Igreja católica. Disso se conclui, como o fez Ibarê Dantas (2009), que *Grandeza, decadência e renovação da vida*, apesar de ter sido publicada como uma obra completa em 1953 é, na verdade, uma parte de *Sociedade e sacrifício*, e não o contrário, como proposto por Humberto Moura, ainda em 1952.

4.3 CONCLUSÃO

Mas essa conclusão revela ainda mais sobre a relação entre as duas obras. Trata-se do fato de que elas se complementam e que, portanto, a leitura conjunta de *Grandeza, decadência e renovação da vida* e das publicações no *Sergipe-Jornal* podem permitir recuperar a totalidade da argumentação de Menezes, na medida em que oferece os meios necessários para finalmente integrar seus ideais políticos socialistas com as suas teses a respeito da influência das sociedades sobre o mundo orgânico.

Essa relação intrínseca entre seus ideais socialistas e suas reflexões sobre a relação entre sociedade e mundo orgânico são exploradas mais demoradamente no capítulo subsequente. O capítulo que se segue se concentra, assim como este, sobre uma análise internalista das obras, mas de modo mais aprofundado, rastreando não apenas seus princípios e sua linha argumentativa, mas também a relação intrínseca que as formulações de Menezes guardam com as teorias e com os intelectuais que serviram de influência ao autor.

5 O SISTEMA DE PENSAMENTO: A TEORIA SOCIALISTA DA QUINTA ECLOSÃO DA VIDA

Este capítulo se dedica a uma exposição das linhas gerais do pensamento de Florentino Menezes entre 1946 e 1953, compreendido como um todo unitário e coerente. Apresenta, portanto, as linhas constitutivas de seu sistema a partir da hipótese de pesquisa defendida no capítulo anterior, qual seja, a de que suas duas publicações parciais, quando lidas em conjunto, permitem apreender um corpo de ideias que formam uma mesma totalidade. Essa exposição permite apreender o pensamento do autor em aspectos que as leituras separadas de suas diferentes publicações, em 1946 e em 1953, não permitiriam.

Essa totalidade constitui-se em um projeto para a formulação de um sistema de pensamento inédito, cuja autonomia e criatividade em relação às teorias nas quais Menezes toma como base cumpre investigar mais demoradamente. Uma análise que somente se pode desenvolver em um retorno ao conteúdo efetivo de suas ideias, isto é, ainda através de uma perspectiva internalista da obra, de seus princípios, conceitos e teses, e que constituem o objeto mesmo deste capítulo.

Essa reconstituição do pensamento de Menezes como uma totalidade coerente fornece uma base para a análise de cada uma de suas publicações, em 1946 e em 1953, em relação aos seus determinantes existenciais específicos, dados pelos contextos históricos particulares de suas publicações, aquilo que, na Sociologia do Conhecimento (1986), se denomina de seu sentido documental. Essa “base” se justifica pelo fato de que a maneira como cada publicação particular se relaciona com seu contexto específico é precisamente pela distância que elas demarcam em relação à totalidade do projeto do qual foram extraídas.

O pensamento de Florentino Menezes nas décadas de 1940 e 1950 consiste, de forma sumária, em uma teoria da influência da sociedade sobre o futuro da evolução da vida na Terra. De acordo com essa teoria, a sociedade possui um papel central na evolução da vida. Ela possui um papel fundamental no passado, na formação da espécie humana como a conhecemos hoje e possui um papel ainda mais proeminente na contemporaneidade, concebida pelo autor como a última fase do desenvolvimento da espécie humana e também de toda a vida no planeta. Essa

última fase é também denominada por Menezes de “quinta eclosão da vida” e ainda de “socialismo aristocrático”.

Essa associação entre o socialismo e a derradeira fase do desenvolvimento do mundo natural não é simples. Para o autor, o ponto máximo da evolução ocorre com a espécie humana, em um momento na qual os “poderes” da sociedade, da cultura e da razão são tão grandes que modificam a própria composição orgânica dos indivíduos, as leis de seleção e de evolução natural e mesmo as propriedades da matéria. Em 1953, na obra *Grandeza, decadência e renovação da vida*, essa ação da sociedade ocorre por meio de suas “energias”, uma acepção vaga e um tanto quanto mística do processo (ou mistificada, para utilizar uma terminologia próxima à de Marx). Mas nos textos de 1946, publicados no *Sergipe-Jornal*, é mais claro que o caminho concreto proposto por Menezes era a revolução socialista de caráter aristocrático. Nesse seu ideal de sociedade, a revolução socialista instauraria uma sociedade na qual os meios de produção e os grandes capitais seriam coletivizados. A “seleção dos mais aptos” e, conseqüentemente, sua classe governante, seria realizada tendo por critério a sua inteligência e cultura e, como tal, constituiria uma elite disposta a guiar a humanidade da forma mais justa e racional quanto possível. Tal revolução não seria perpetrada pela classe operária, mas pela “classe intelectual”, compreendida por ele como a força motriz da história.

5.1 PRESSUPOSTOS DO SISTEMA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA

A formulação desse sistema de pensamento está ancorada em uma série de pressupostos que vão além daqueles presentes nos seus trabalhos até a década de 1930. Florentino Menezes mescla muito claramente elementos evolucionistas advindos de Herbert Spencer e também o individualismo aristocrático de Georges Palante com uma inspiração socialista, todos esses elementos presentes em sua obra desde o seu início, na década de 1910 (Silva, 1997). Mas o cerne das suas considerações e que constitui também o ponto de partida das suas novas reflexões sobre a relação entre sociedade e natureza já não está mais ancorado nos seus antigos pressupostos, como, por exemplo, nos autores citados acima ou ainda no organicismo de René Worms, defendido por ele no *Tratado de Sociologia* (1931), e

que se fazia acompanhar por um determinismo de base materialista¹⁶. Nesse novo momento, o ponto de partida de suas ideias está no pensamento do biólogo francês Jean Rostand (1931).

5.1.1 O mutacionismo de Jean Rostand

Jean Rostand nasceu na França em 30 de outubro de 1884 e morreu em 3 de setembro de 1977. Rostand possui uma vasta obra, não apenas como biólogo, mas também como filósofo humanista, historiador da ciência e também divulgador científico. Em um artigo biográfico sobre o autor, Jean-Louis Fischer (1977) afirma que Rostand foi um defensor da língua francesa, justificando com isso o fato de que ele não obteve muito reconhecimento, uma vez que a língua francesa, ao contrário da inglesa, não seria a melhor para a propagação do conhecimento científico.

Apesar de não ter alcançado grande reputação, Fischer (1977) afirma que o trabalho de Rostand deve ser lembrado como o de um inovador e também de um precursor, em referência às suas pesquisas sobre, por exemplo, o efeito da glicerina sobre as células vivas congeladas e que esteve na origem do processo de conservação do esperma para inseminação artificial e também na defesa e introdução da genética como uma disciplina na França. Rostand também se dedicou à literatura, a obras de divulgação científica e a trabalhos engajados, chegando mesmo a ser chamado de “biólogo engajado”, estando particularmente atento à problemática das bombas atômicas. O aspecto de sua obra que marca Florentino Menezes advém de um dos trabalhos de Rostand na área de História das ciências, mais especificamente de História da Biologia, na qual ele também foi um precursor.

Florentino Menezes certamente não possuía nenhuma dificuldade com a língua francesa. Muitos autores aos quais ele faz referência, desde George Palante até René Worms e Émile Durkheim escreviam em francês e suas obras chegavam às suas mãos em Sergipe por intermédio da biblioteca pública ou mesmo pelas diferentes livrarias da capital, como a livraria Regina. Mesmo assim, não há indícios

¹⁶ Conforme Consolin (2011) René Worms foi, juntamente com Gabriel Tarde e Émile Durkheim, um dos principais participantes nas disputas pela institucionalização da Sociologia na França ao final do século XX. Worms defendia a doutrina do organicismo social e que pretendia fundar as bases da Sociologia por intermédio da Biologia e da analogia direta entre os “organismos sociais” e os “organismos biológicos”, por compreender que a Biologia era então uma ciência já consolidada e que poderia facilmente servir de base para uma Sociologia científica. Nos seus esforços pela institucionalização da Sociologia, Worms foi o responsável pela criação da *Revue Internationale de Sociologie* (1883), dos *Annales de L'Institut International de Sociologie* (1884), a *Société de Sociologie de Paris* (1885) e a *Bibliothèque Sociologique Internationale* (1886).

de que o pensamento de Jean Rostand tenha impactado a obra de Menezes até a década de 1930, quando mais especificamente em 1931, o biólogo francês publica o livro *L'état présent du transformisme*.

Nesse livro, Rostand (1931) sistematiza as principais correntes opostas aos ideais fixistas de sua época até aquele momento. O fixismo, na história da Biologia, é a ideia de que as espécies vivas permanecem sempre as mesmas, desde o momento em que surgiram na Terra. Conforme essa concepção, elas não passam por nenhum tipo de transformação e, como tal, não há que se falar em uma história natural das espécies. Por transformismo, ou ainda evolucionismo, compreende-se todas as formulações que concebem que as espécies se transformam, que não são fixas, seja por qual for o processo.

Além de sistematizar as principais vertentes transformistas, do lamarckismo ao darwinismo até o mutacionismo, Rostand propõe uma tese bastante peculiar e que afetou significativamente todo o rumo das reflexões de Florentino Menezes. Trata-se da tese da decadência do mundo orgânico. Segundo ela, no momento atual da evolução da vida na terra, cujo início não é claramente definido, o mundo orgânico perdeu a sua capacidade de gerar e de diferenciar a vida. A história natural chegou ao seu fim. As energias que em algum momento deram origem à vida e que também foram as responsáveis pela grande diversificação das espécies hoje observada em todos os lugares cessaram de existir.

Menezes faz referência às ideias de Jean Rostand logo no início de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), no capítulo *A decadência do mundo orgânico*. Como já foi dito no capítulo anterior deste trabalho, o retorno ao livro de Rostand nos permite ainda confirmar a associação entre *A decadência do mundo orgânico* e os capítulos previstos para compor *Sociedade e sacrifício*, em 1946, e denominados *O mutacionismo e Jean Rostand e Mutaçao social e Biologia*, pois a tese da decadência do mundo orgânico é apresentada por Rostand precisamente no seu capítulo dedicado ao mutacionismo.

Em *Le mutationnisme*, Rostand (1931, p. 117-156) apresenta aos seus leitores a corrente científica de maior peso naquele momento internamente às teorias transformistas. Conforme ele o apresenta, o mutacionismo seria o resultado ou o desenvolvimento das teorias de Mendel¹⁷ sobre a hereditariedade e teria

¹⁷Gregor Mendel (1822-1884) é reconhecido como o pai da genética pelas suas pesquisas sobre os mecanismos da hereditariedade. As ideias de Mendel não foram reconhecidas na época de sua divulgação, mas apenas no

representado um marco em relação a ambas as teorias anteriores, tanto em relação ao pensamento de Darwin quanto ao de Lamarck. O mutacionismo é apresentado por Rostand como a teoria que representava o estado do debate sobre o transformismo na época. O capítulo final da obra, e que se dedica a refletir sobre as consequências dessa doutrina e também os seus limites com relação à espécie humana em específico, aceita grande parte das implicações do mutacionismo e suas distinções em relação ao darwinismo e ao lamarckismo, mesmo que de uma perspectiva crítica. Disso se conclui que tanto Rostand, quanto Florentino Menezes podem ser, ambos, considerados “mutacionistas” e não tanto darwinistas ou mesmo neo-lamarckistas, mesmo que, no interior de suas obras, Menezes não explicita em momento algum sua aderência a essa corrente de pensamento.

Mas, a que se refere, precisamente, o mutacionismo na Biologia, conforme apresenta-o Jean Rostand e quais as suas implicações para a formulação do pensamento de Florentino Menezes no *corpus* em análise? Conforme apresentado por Rostand (1931), o mutacionismo se fundamenta na ideia de que as variações nas espécies animais e vegetais ocorre através do surgimento de “mutações”, isto é, variações aleatórias internamente a uma linha hereditária “normal”, de características fixas. A variação introduz naquele conjunto até então fixo uma característica variante antes inexistente e que, ao longo das gerações, pode vir a constituir um novo tipo normal de onde surgirão outras mutações e diferenciações.

Àquela linha hereditária de características fixas dá-se o nome de “jordanon” e a grande questão é a de compreender em que medida os “jordanons” são realmente fixos e como ou por quê as variações ou mutações surgem e são transmitidas.

De tempos em tempos, dentro de um jordanon estritamente puro, surge um indivíduo, um único, que difere, por uma ou mais características, dos indivíduos típicos. Assim, em uma linhagem de moscas-das-frutas que, por n gerações, deu apenas moscas-das-frutas de olhos vermelhos, aparece uma mosca-das-frutas de olhos brancos; numa linhagem que, por n gerações, deu apenas moscas-das-frutas com asas longas, nasce uma que as tem curtas¹⁸ (Rostand, 1931, p. 118, tradução minha).

início do século XX, quando uma síntese entre as suas ideias e as de Darwin compuseram as bases da teoria moderna da evolução das espécies (Stenseth, Andersson, Hoekstra, 2022).

¹⁸ De loin en loin, au sein d'un jordanon strictement pur, il surgit un individu, un seul, qui diffère, par un ou par plusieurs caractères, des individus typiques. Ainsi, dans une lignée de drosophiles qui, depuis n générations, n'avait donné que des drosophiles à yeux rouges, il apparait une drosophile à yeux blancs; dans une lignée qui, depuis n générations, n'avait donné que des drosophiles à ailes longues, il en naît une qui les a courtes.

Conforme explica Rostand, o mutacionismo se diferencia do lamarckismo na medida em que a nova espécie não nasce no organismo desenvolvido. Também não é como no darwinismo, no qual, segundo ele, a nova espécie nasceria “nos germes de uma elite” e viveria sempre em uma perpétua variação. No mutacionismo, a nova espécie tem a sua origem num único indivíduo excepcional. Trata-se de uma teoria da exceção, “o monstro, no sentido verdadeiro do termo”¹⁹ (Rostand, 1931, p. 145). Além disso, no mutacionismo, as espécies são compreendidas como sendo perfeitamente estáveis, fixas e, “poderíamos dizer sem afirmar o óbvio”²⁰, desde que elas não mudem. A transformação é qualitativa e abrupta e não há espécies intermediárias (Rostand, 1931, p. 145-146).

Rostand, no entanto, não considera a explicação mutacionista como completamente satisfatória, uma vez que os mutacionistas compreendem as variações como um fruto completo do acaso. As mutações não ocorrem tendo por princípio uma utilidade ou como o resultado de alguma causa externa. Pelo fato de entregar as variações que surgem nas espécies ao completo acaso e sem relacioná-las de forma alguma a outras causas que lhes determinassem, Jean Rostand considera que o mutacionismo não consegue explicar os resultados da evolução então conhecidos, em toda a sua complexidade. Se é verdade que para uma natureza intencionalmente fabricada existem muitos erros inexplicáveis, é preciso considerar também, diz o autor, que uma natureza formada completamente ao acaso possui muitos sucessos verdadeiramente desconcertantes:

Isso significa que, apesar das vantagens reais sobre as antigas teorias, a teoria mutacionista é, em si mesma, plenamente satisfatória?

Não. E antes de mais nada, no momento que abandonamos a ideia darwiniana de uma seleção regulatória das variações, não é fácil admitir que a evolução se deu através de variações fortuitas. Se, para uma natureza intencionalmente fabricada, existem muitos erros inexplicáveis, pelo contrário, para uma natureza formada ao acaso, existem sucessos verdadeiramente desconcertantes...²¹ (Rostand, 1931, p. 148, tradução minha)

¹⁹ “du monstre, au sens vrai du term”

²⁰ “pourrait-on dire sans lapalissade”

²¹ Est-ce à dire que, malgré de réels avantages sur les théories anciennes, la théorie mutationniste soit elle-même pleinement satisfaisante? Non. Et tout d’abord, du moment qu’on abandonne l’idée darwinienne d’une sélection régulatrice des variations, il n’est guère facile d’admettre que l’évolution se soit faite à coups de variations fortuites. Si, pour une nature fabriquée intentionnellement, il y a bien de erreurs inexplicables, au rebours, pour une nature formée au petit bonheur, il y a des résussites vraiment déconcertantes...

Além disso, uma outra consideração se soma ao problema de as mutações serem entendidas como obra do acaso. Rostand afirma que os diferentes estudos e observações das mutações, sejam elas naturais ou produzidas em laboratório, não têm mostrado a capacidade de realmente produzir uma “evolução”. Considerando que, de acordo com a concepção transformista da origem das espécies, as espécies atuais, como a espécie humana, necessariamente se desenvolveram a partir de outras espécies, de início, muito mais simples que as existentes hoje, é algo necessário que as diferentes mutações intermediárias nesse processo sejam, de alguma forma, “construtivas”, no sentido de serem inovadoras, de apresentarem características ou elementos que não existiam nas espécies das quais descendem.

Então, e este não é, aos nossos olhos, o argumento menos importante, se aparecem mutações de animais sem olhos, sem cabelos, com membros atrofiados, onde a espécie original tem olhos, cabelos, membros normais; ou duplicação de órgãos pré-existentes; ou uma mudança de cor; nunca uma mutação fez aparecer algo realmente novo, o contorno de um órgão, por mais humilde e estranho que seja, no órgão. Por outras palavras, não conhecemos estas mutações verdadeiramente inovadoras e construtivas, sem as quais a evolução das espécies é estritamente inconcebível²² (Rostand, 1931, p. 151, tradução minha).

As mutações então conhecidas e praticadas em laboratório não apresentam, a seu ver, senão sinônimos de fracasso, lapsos na evolução e que o autor não concebe como tendo sido, de fato, as responsáveis pela evolução, que foram essas mutações que “de um pedaço de protoplasma, tirou-se o homem²³” (Rostand, 1931, p. 151). Dessas considerações nasce a questão que é, provavelmente, a mais importante para os objetivos deste trabalho. Ele questiona se as mutações então observadas em sua época, na natureza e em laboratório, e que não revelavam aquela propriedade construtiva e inovadora são, em essência, as mesmas mutações que existiram no passado.

As reflexões de Rostand o levam a uma conclusão interessante. O seu raciocínio é o de que se as mutações que ele observa hoje não podem ter dado origem à vida que conhecemos, então elas (as mutações) devem ser diferentes

²² Ensuite, et ce n'est pas à nos yeux l'argument le moins important, s'il apparaît bien par mutation des animaux sans yeux sans poils, à membres atrophiés, là où l'espèce souche a des yeux, des poils, des membres normaux; ou encore un dédoublement d'organes préexistants; ou encore un changement de couleur; jamais une mutation n'a fait apparaître quelque chose de vraiment nouveau, l'ébauche d'un organe, si humble et maladroit soit-elle, chez organe. En d'autres termes, nous ne connaissons pas de ces mutations vraiment novatrices, constructives, sans lesquelles l'évolution des espèces est proprement inconcevable.

²³ d'un grumeau de protoplasme, aient tiré l'homme.

daquelas que um dia existiram. E como para que a evolução das espécies tenha chegado no nível de complexidade que hoje observamos é necessário que as evoluções tivessem tido algum tipo de característica ou força “construtiva”, “inovadora”, em uma palavra, “evolutiva”, restaria apenas concluir que as mutações atuais perderam tal capacidade.

Parece-nos, com efeito, que existiam, antigamente, e a evolução das espécies não poderia ser explicada sem elas, variações de ordem completamente diferente daquelas que constatamos hoje. As forças, de qualquer natureza, que contribuíram para a diversificação orgânica, estão, no momento atual, ausentes da natureza. Habitamos um velho universo estabilizado, congelado e exausto. A vida não está mais evolutiva, construtiva, ela deu em todos os lugares o que podia dar. Se o protoplasma tivesse sido sempre o que é, a ameba teria permanecido a ameba²⁴ (Rostand, 1931, p. 153, tradução minha).

As reflexões de Rostand se estendem para além da biologia e do mundo orgânico. Ele considera que esse processo de “decadência”, o “esgotamento das forças” da natureza se estende mesmo ao mundo inorgânico. Isso porque a vida, no seu início, necessariamente precisou surgir da matéria inorgânica. Mesmo a matéria em seus aspectos mais fundamentais já não parecem ter nenhuma propriedade construtiva. Ela apenas é capaz de se repetir e de se degradar.

Então, em princípio, o inorgânico foi capaz de manifestar a vida, mas ele não demorou para perder esse poder. Ainda há algum tempo, a vida foi apta a evoluir, a se diversificar, a inovar. Mas, pouco a pouco, as faculdades evolutivas se retiraram dela. Hoje ela não conserva mais, e quem sabe se vai conservar indefinidamente a capacidade de manter-se idêntica a si mesma. Ela lembra, ela não inventa mais. Subsiste de empréstimos do seu próprio fundo. Ele imita e se repete, às vezes cometendo deslizos, e estas são mutações²⁵ (Rostand, 1931, p. 155).

(...)

Notamos que, assim como o mundo inorgânico, o orgânico deve ser considerado como um mundo em retorno. Nós apenas testemunhamos

²⁴ Il nous paraît bien, en effet, qu’il y eut autrefois, et que l’évolution des espèces ne saurait s’expliquer sans elles, des variations d’un tout autre ordre que celles que nous constatons aujourd’hui. Les forces, de quelque nature qu’elles soient, qui contribuèrent à la diversification organique, sont, dans le moment actuel, absentes de la nature. Nous habitons un vieil univers stabilisé, figé, épuisé. La vie n’est plus évolutive, construisante, elle a partout donné ce qu’elle pouvait donner. Si le protoplasme avait toujours été ce qu’il est, l’amibe fût restée l’amibe.

²⁵ Ainsi, dans le principe, l’inorganique fut capable de manifester la vie, mais il ne tarda pas de perdre ce pouvoir. Pendant quelque temps encore, la vie fut apte à évoluer, à se diversifier, à innover. Mais, peu à peu, les facultés évolutives se retirèrent d’elle. Aujourd’hui, elle ne conserve plus, et qui sait même si elle la conservera indéfiniment? que la capacité de se maintenir identique à elle-même. Elle se souvient, elle n’invente plus. Elle subsiste d’emprunts qu’elle fait à son propre fonds. Elle s’imite et se répète, parfois en commettant des lapsus, et ce sont les mutations.

fenômenos de desintegração. Vemos a formação de átomos leves às custas de átomos pesados, nunca o contrário. Vemos a ruína do edifício atômico, nunca a sua recuperação²⁶ (Rostand, 1931, p. 156).

A compreensão do desenvolvimento das ideias de Rostand, observadas em sua própria obra, é fundamental para enxergar as premissas ocultas no texto de Menezes. Toda a argumentação explicitada acima e em especial a influência da teoria mendeliana na compreensão da história das espécies e as críticas de Rostand ao mutacionismo é fundamental para entender as conclusões finais de seu trabalho. Na obra de Menezes, no entanto, não há esse desenvolvimento. O que há é uma alusão descontextualizada e um tanto quanto abrupta das afirmações finais do texto de Rostand em *Le mutationnisme* (Menezes, 1953, p. 96).

O termo “mutação” jamais é utilizado por Menezes, salvo em uma única ocasião em *Grandeza, decadência e renovação da vida*, quando Menezes escreve, em referência às ideias de Rostand sobre a natureza orgânica que “ela se mantém de empréstimos feitos a seu próprio fundo, imita-se e repete-se, por vezes, cometendo erros que são as mutações” (Menezes, 1953, p. 97). Da maneira como o termo “mutação” é apresentado nesse trecho, parece que, na obra de Rostand, as mutações se referem apenas às transformações que ocorrem no momento atual da vida na Terra, como consequência da decadência, o que não é exato. Na verdade, como já explicitado, as mutações, em Rostand, são as responsáveis por toda a evolução da vida na Terra, desde seu início. As mutações compreendidas como “erros” são apenas um tipo específico de mutações.

A despeito da ausência do termo “mutação” ou mesmo “mutacionismo” nos seus textos publicados, o pensamento de Menezes pode ser classificado como “mutacionista”, na medida em que, em grande medida, aceita as propostas formuladas por Jean Rostand sobre as consequências do mutacionismo. Menezes, de fato, toma as conclusões de Rostand sem deixar clara a linha argumentativa que leva até elas e o peso que a influência do mutacionismo possui sobre seu pensamento. Essa análise é interessante por revelar aspectos imprescindíveis, mas ocultos na teoria do autor e que é provável que estivessem presentes em *Sociedade e sacrifício*, ao menos se levarmos em conta o título de seus capítulos jamais

²⁶ Remarquons aussi bien que le monde inorganique, tout de même que l'organique doit être regardé comme un monde sur le retour. Nous n'y assistons qu'à des phénomènes de désintégration. Nous y voyons la formation d'atomes légers aux dépens d'atomes lourds, jamais l'inverse. Nous constatons la ruine de l'édifice atomique, jamais son relèvement.

publicados, *O mutacionismo e Jean Rostand e Mutaç o social e Biologia*. Ela oferece também uma base mais sólida para reconstituir os contornos gerais de todo o sistema de pensamento de Florentino Menezes que se desenha, simultaneamente, a partir e também em contraposição às teses de Rostand.

A tese de Jean Rostand a respeito da decadência do mundo orgânico é a base para a construção do novo sistema de pensamento de Menezes, mas não sem submetê-las   críticas. Em realidade, a construção do sistema decorre das críticas que direciona a algumas conclusões presentes em *L' tat actuel du transformisme* (1931). Florentino Menezes aceita a ideia de que o mundo orgânico tenha perdido a propriedade que era a responsável por fazer surgir e diversificar a vida, mas discorda da tese de que a evolução das espécies no planeta chegou ao fim. A sua proposta é a de que essa tese   válida somente para as espécies não sociáveis, aquelas que vivem unicamente sob a influência da realidade inorgânica e orgânica. As espécies sociáveis, animais ou humanas, no entanto, teriam a seu dispor as "energias" e "forças" provenientes da sociedade e capazes não apenas de interromper o processo de degradação orgânica como o de dar continuidade   evolução e a história do mundo natural.

Mas, se as forças que contribuíram para a diversificação orgânica estão ausentes da natureza, como afirma Jean Rostand, com visão larga de gênio e verdadeiro critério científico, eu ainda lembro que este fenômeno são é observado, no mundo orgânico, quando suas manifestações dependem unicamente da a o dos fatores de natureza orgânica.

No setor social, os fatos têm, atualmente, outra representação.

Uma nova diferenciação, de natureza toda especial, começa a manifestar-se na espécie humana (Menezes, 1953, p.222-223).

De fato, algo dessas suas afirmações podem já ser encontradas na obra de Rostand, quando ele propõe que a evolução cessou em toda a natureza, exceto na espécie humana. Mas Rostand é mais pessimista em suas conclusões. Suas palavras finais, em 1931, são a que é mais provável que a evolução da espécie humana não leve a nenhuma melhoria, mas sim a nossa decadência e a única solução identificada por ele, o único remédio possível, estaria na aplicação do eugenismo (Rostand, 1931, p. 181-183). Florentino Menezes, por sua vez, é otimista, acreditando que uma nova etapa se descortina sobre os nossos olhos, uma etapa mais avançada e, numa palavra, melhor do que tudo o que tivemos até aqui.

Além disso, Menezes acredita que a evolução continua em toda e qualquer espécie que viva em sociedade e não apenas no caso da espécie humana, como o faz Rostand. Essa sua concepção decorre de que Menezes julga ter encontrado na sociedade um fator oposto à natureza orgânica e que é independente dela, além de não ser próprio da espécie humana, mas uma realidade em si mesma. Nesse momento, a respeito da concepção de sociedade em Florentino Menezes e de sua relação com a “natureza”, tem-se outra questão pouco explorada pelo autor em sua obra e que, no entanto, é fundamental para a compreensão de seu sistema de pensamento, posto que o fundamenta. É preciso considerar o que ele significa por “natureza”, parte de uma metateoria de seu pensamento e que ele nunca realizou por conta própria de forma sistemática e de onde provém uma ontologia bastante diferente da que possui Jean Rostand, apesar de ambos partirem de uma base francamente materialista.

5.1.2 Sociedade, natureza e cultura: aspectos metateóricos do pensamento de Florentino Menezes

O nosso autor é seguramente um determinista. Isto é, ele não aceita a existência da liberdade humana. Os eventos de ordem individual e mesmo os eventos históricos, como as guerras, são o produto de processos necessários e inevitáveis. Ainda assim, Menezes concebe uma distinção entre sociedade e natureza, compreendendo a natureza em dois sentidos distintos. Para ele, o mundo social é regido por leis naturais e faz parte do mundo natural e material, ainda que tenha uma dinâmica relativamente independente dos fenômenos biológicos e inorgânicos, e tanto mais independentes quanto mais se processa a evolução das sociedades, como será visto a respeito de suas teses em *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953). Este é o primeiro sentido do termo “natureza” em seu pensamento. Um termo que se refere a tudo o que existe no mundo, seja de ordem inorgânica, orgânica ou social.

O segundo sentido do termo “natureza” é aquele que envolve os fatos de ordem inorgânica e orgânica, por oposição aos fatos sociais, irreduzíveis àqueles dois, como na clássica distinção entre natureza e cultura. É neste último sentido que Menezes afirma que a sociedade surge como uma reação à natureza. Mas esta sua

afirmação não rompe com o seu determinismo ou com o seu monismo. Se estas suas posições parecem ou são contraditórias, ele não empreendeu a respeito delas suficiente dedicação para uma análise mais aprofundada. Tudo o que se poderia referir a uma metateoria do seu pensamento não foi o objeto de seu maior interesse. Se ele tinha respostas para questões como a de como conciliar um pensamento determinista e monista com a dualidade entre natureza e cultura, ele não as explicitou e de todo esta e outras questões da mesma ordem permanecem vagas e imprecisas em seu texto.

Além disso, nesse momento de sua produção intelectual, Menezes já não se pauta mais no individualismo de Georges Palante e na sua primazia da autonomia dos indivíduos frente à sociedade, uma marca de seu pensamento especialmente nas décadas de 1910 e 1920 (Silva, 1997). Foi também Silva quem primeiro notou essa mudança de perspectiva, ao destacar que em *Grandeza, decadência e renovação da vida*,

Essas ideias, de inspirações durkheimianas, enfatizavam o poder da coerção social sobre o indivíduo e o afastaram de uma posição evolutiva ortodoxa. Se em *Escola Social Positiva*, procurou, de certa forma, ressaltar o indivíduo diante da sociedade, tendendo para uma psicologização da Sociologia, na tentativa de não anular o indivíduo diante da coletividade, em *Grandeza, decadência e renovação da vida* uma análise fixou-se no peso da coerção social sobre o indivíduo (1997, p. 115)

Como afirma Nunes Mendonça, em seu prefácio à *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), Menezes assume uma posição mais próxima à de Émile Durkheim e que Mendonça não se furta de denominar de “sociologista”, significando com isso uma tendência à primazia das causas sociais na compreensão dos fenômenos humanos. Para ser o mais rigoroso possível, é preciso notar que, em *Grandeza, decadência e renovação da vida*, Menezes não se associa explicitamente à Durkheim, sendo a associação feita apenas por Nunes Mendonça, no prefácio. Mesmo assim, tanto a semelhança das ideias é clara, quanto uma referência à coerção em Durkheim de fato existe, em 1946, no capítulo *As pesquisas dos sacrifícios*, momento em que Florentino Menezes associa a noção de “coerção” em Durkheim a sua própria noção de “sacrifício”, em referência ao poder do mundo social sobre os indivíduos. Ele nos diz que “parece que Durkheim atingiu o âmago do problema porque onde há coerção, há domínio, há sacrifício, do que resulta, claramente, a ‘coerção-sacrifício’” (Menezes, 1946al, p. 2). Ao ser reeditado para

compor o livro de 1953 o capítulo *As pesquisas dos sacrifícios* teve essa parte suprimida, embora o conjunto do texto e das ideias nele presentes tenha permanecido inalterados. De todo modo, trata-se de uma reorientação interessante, na medida em que Durkheim representa, para a sociologia francesa de sua geração, uma oposição bem demarcada ao pensamento de intelectuais como Georges Palante, René Worms e Gabriel Tarde, intelectuais nos quais Menezes frequentemente se apoia, especialmente no primeiro momento de sua produção intelectual (Silva, 1997; Souza, 2022).

Mas a reorientação da sua visão da Sociologia para uma perspectiva mais próxima a de Durkheim que a de seus opositores, como Palante, Worms e Tarde, não é construída de forma explícita e há ainda diferentes momentos em seus textos nos quais ele retoma ideias desses intelectuais. Apesar disso, sua visão do mundo social como possuindo uma existência autônoma e soberana ante os indivíduos em detrimento de uma concepção de sociologia mais identificada com a biologia ou com a psicologia, isso é, mais próxima à Durkheim que à Palante ou Worms é provavelmente a maior e mais significativa transformação que ocorre nas bases de seu pensamento.

5.2 O SOCIALISMO ARISTOCRÁTICO E A QUINTA ECLOSÃO DA VIDA

Todo o pensamento de Florentino Menezes culmina na ideia de que as sociedades humanas caminham para o último estágio de desenvolvimento da espécie, no sentido biológico e também no de sua estrutura econômica e política. Mas a especificidade presente no que ele denomina de “quinta eclosão da vida” ou de “era social humana” aparece somente quando comparada com a história anterior da evolução das espécies. Conforme o próprio autor, no capítulo *Dificuldade de observação dos fenômenos sociais*:

Com esta orientação, e para alcançar, mais facilmente a finalidade deste livro e obter exemplos mais frisantes e provas mais ligeiras, julguei que deveria mostrar as fases elementares da evolução e suas formas mais afastadas, para que ficassem mais definidos os seus contrastes violentos (Menezes, 1953, p. 112-113)

É dessa forma que ele inicia a sua exposição em *Grandeza, decadência e renovação da vida* e estabelece as bases para a constituição de todo o restante de seu sistema: Menezes descreve quatro diferentes momentos pelos quais teria passado a vida ao longo de sua história no nosso planeta e as relações que essas fases sustentaram com as influências do mundo social.

5.2.1 As cinco eclosões de vida

O primeiro momento da vida na Terra, que o autor denomina de sua “primeira manifestação” ocorre no período “paleozóico inferior”, “resultado da ação intensa das energias físico-químicas que dominavam o planeta” (Menezes, 1953, p. 82). Nesse período, a vida teria se desenvolvido apenas nos oceanos, naquilo que ele denomina de “Era dos peixes”. No fim dessa Era foi que a vida pôde se estender à terra e passar ao “período carbonífero”, que aparece como a segunda eclosão de vida, “vida, na verdade, ainda inferior, de formas grosseiras e pouco evoluídas, mas luxuriante e de porte gigantesco” (Menezes, 1953, p. 83). O período carbonífero é descrito pelo autor como um período de plantas gigantes, dada a abundância de ácido carbônico na atmosfera. Também é um período de animais gigantes. Lagartos de quatro metros, insetos de proporções imensas são trazidas como ilustração através de H.G.Wells²⁷ e de J. Langlebert²⁸.

O que se segue do “período carbonífero” é a “era dos répteis”, descrita por Menezes como “a mais grandiosa”. Sobre a era dos répteis é importante reter as considerações do autor a respeito do tamanho do cérebro. “Eles possuíam um cérebro muito reduzido, uma espécie de intumescência da medula espinhal, este fato é de um valor inestimável para a tese sustentada, neste livro, o que demonstrarei no momento oportuno” (Menezes, 1953, p. 85). O valor inestimável desse fato, nos diz o autor, está na percepção de que “a inferioridade mental dos répteis depende do pouco desenvolvimento do seu cérebro que não evoluiu

²⁷ H.G.Wells se notabilizou pelas suas histórias ficcionais, mas nos anos de 1919 e de 1920 escreveu, respectivamente, *The outline of History* e *A short History of the world*, romances não-ficcionais e que foram “escritos para as massas”. São obras de divulgação científica. Não está claro qual dos dois livros ou se ambos exerceram tamanha influência no nosso autor (além disso, o segundo é uma trabalho realizado a partir do primeiro), mas as ideias de Wells a respeito da história do planeta Terra e dos períodos evolutivos são uma constante na obra de Florentino Menezes em 1953.

²⁸ A referência a Langlebert parece dizer respeito ao livro *História Natural*, publicado pelo autor nos anos de 1930 (ou pelo menos foi traduzido para o português nos anos 30). As obras de Langlebert eram utilizadas no Brasil como manuais didáticos para o ensino de Física, Química e também História Natural (Meloni, 2019).

convenientemente, por falta de estímulo social”. Para Menezes, os dinossauros são uma consequência do desenvolvimento do reino biológico, no período que denomina de Mesozoico, ainda não afetadas pelo reino social, de forma que são criaturas isoladas e marcadas pelas consequências do seu isolamento. Essa “era dos répteis” foi a terceira eclosão da vida e conheceu também a sua decadência, “não podendo fugir das leis eternas da matéria” (Menezes, 1953, p. 87).

Após essa decadência, surge “um novo verão”, expressão que ele empresta de H.G Wells, e então surge a “quarta eclosão da vida”, no período médio do Genozoico (Menezes, 1953, p. 87). Para o autor, os seres que surgiram aqui não se igualaram em tamanho ao período dos répteis, mas a vida de fato encontrou “fases mais elevadas da classificação zoológica.” É a Era dos mamíferos, que se difere da era dos répteis principalmente por terem vivido nela os primeiros “animais educáveis”. “É o começo da existência associativa, entre os vertebrados, embora temporária e pouco definida e, conseqüentemente, o aumento visível do cérebro, quando comparada ao dos répteis” (Menezes, 1953, p. 89).

Menezes encerra a exposição das diferentes fases da vida na Terra, presentes logo no primeiro capítulo de *Grandeza, decadência e renovação da vida*, com uma série de ideias centrais. Aqui, ele deixa claro que existe uma tendência no mundo natural de que as influências que primeiro fizeram surgir a vida no planeta caminham para “um total esgotamento” (Menezes, 1953, p. 90). Os desenvolvimentos da vida até a quarta eclosão de vida, a era dos mamíferos, foram gestados pelas “energias do mundo físico-químico”, de forma que nosso autor não diferencia o “biológico” do “físico-químico”, por vezes também denominado por ele de “inorgânico”. Ainda que um pequeno desenvolvimento mental, resultado de forças sociais rudimentares, exista, ela foi muito pequena, diz-nos ele. No entanto, o período atual da natureza é tal que ela “não pode nem poderá mais despertar uma nova eclosão de vida que depende unicamente dos fatores inorgânicos” (Menezes, 1953, p. 90).

A quinta e última fase da evolução da vida é também denominada pelo autor da “era social humana”. Conforme apresentado em *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), a quinta eclosão da vida é a última fase do desenvolvimento dos organismos biológicos na Terra, mas não mais levados adiante somente pelas “forças” da matéria inorgânica. A influência determinante decorre do

mundo social. Assim, no capítulo *Uma nova eclosão de vida*, Menezes nos apresenta essa última fase da evolução da seguinte forma:

O mundo orgânico, com o homem, entrou em uma nova fase.
 Fase que se define pelas manifestações superiores da vida, em que a existência orgânica alcançou o ponto mais elevado de sua evolução.
 Fase da criação do tipo humano, fase de perfeição, de beleza artística e das manifestações luminosas do talento e do gênio.
 Fase que pode suscitar a decadência do mundo orgânico, criando assim uma nova era, toda intelectual, superior e artística.
 Eu a concebo através de uma observação minuciosa como a Era Social Humana, porque todas as manifestações superiores da vida, na época atual, vieram da existência social e são o resultado do esforço milenário das sociedades humanas (Menezes, 1953, p. 223-224).

Florentino Menezes não fornece muito mais elementos que esses em sua exposição que pudessem nos dizer no que consistem mais precisamente tais “energias” sociais. O que chama atenção, no entanto, é que *Uma nova eclosão de vida* foi também publicado em 1946, no *Sergipe-Jornal*, mas entre as duas versões do capítulo existe uma distinção importante. Essa distinção revela a fecundidade exegética de se ler as duas versões da obra como partes de uma mesma totalidade, pois elas são complementares.

5.2.2 A quinta eclosão da vida e a revolução socialista

A argumentação se desenvolve em ambas as versões do texto de maneira idêntica, até que se insere o debate a respeito das aristocracias. Em ambos, Menezes concebe que “nas sociedades, a diversificação provoca sempre o aparecimento de uma nova aristocracia”, o que é uma característica presente em seu pensamento desde a década de 1910 (Silva, 1997). Exemplar, quanto à centralidade da índole aristocrática de seu pensamento, são as palavras presentes logo nas primeiras páginas de *Grandeza, decadência e renovação da vida*, quando Menezes afirma que a existência de uma aristocracia é uma consequência necessária das leis naturais que regem a evolução na natureza e também em sociedade:

Os processos de diferenciação que orientam a evolução inorgânica, orgânica e social estão a mostrar que a natureza é aristocrática e tirânica. Pelas citações que faço, no decorrer deste trabalho, observa-se que os mais ilustres e os mais notáveis cientistas, aqueles que orientam a marcha da

cultura humana, reconhecem (...) ser a diferenciação o processo básico, em que se firmam desenvolvimento e o progresso das sociedades.

E como aceitar a diferenciação e a desigualdade é reconhecer a necessidade de uma aristocracia, conclui-se que as sociedades civilizadas não podem se manter sem classes, isto é, sem a existência de uma aristocracia.

E esta aristocracia determinada, produzida e criada pela ação invencível das leis que regem a evolução humana, apresentará no futuro um aspecto e uma seleção inteiramente intelectuais (Menezes, 1953, p. 7).

No entanto, no *Sergipe-Jornal*, ele afirma que “atualmente, as sociedades civilizadas marcham para a realização desta aristocracia que apresentará um aspecto intelectual e será absolutamente firmada com o advento das democracias econômicas” (Menezes, 1946a, p. 2). Já em 1953, no livro, o autor afirma apenas que “Atualmente, as sociedades civilizadas marcham para a realização de uma aristocracia que apresentará um aspecto absolutamente intelectual” (Menezes, 1953, p. 223). A referência às “democracias econômicas” acrescenta aos textos um novo nível de compreensão.

A “democracia econômica” se refere ao debate extensamente desenvolvido pelo autor nas publicações em 1946 e segundo o qual uma verdadeira sociedade democrática não pode se desenvolver apenas nos termos de uma democracia política, ou seja, uma democracia na qual apenas os direitos políticos, como o do voto, são compartilhados. Esse é o caso, a seu ver, de todas as sociedades capitalistas no mundo, com os EUA, a Inglaterra e mesmo o Brasil que naquele momento, imediatamente posterior ao Estado Novo, estava passando por um processo de redemocratização. No entender de Menezes, uma verdadeira democracia seria uma democracia que além de política fosse também econômica.

Assim, em *Democracia e capitalismo*, capítulo previsto para a parte V de *Sociedade e sacrifício*, e publicado apenas no *Sergipe-Jornal*, Menezes argumenta que

Existe uma lamentável confusão provocada intencionalmente pelos escritores que defendem o regime capitalista. É uma nova defesa do capitalismo, toda original e simulada. Tornou-se já um hábito mental denominar-se de democracias ocidentais (em contraposição à organização socialista-soviética) os países de regime capitalista que possuem uma estrutura política democrática (Menezes, 1946b, p. 2).

Diante dessa concepção, Menezes propõe que se deve observar o fenômeno com um olhar sociológico, “classificar o fato, como os cientistas conscienciosos ou

ainda isolar o fenômeno, como fazem os microbiologistas para estudar um germe patológico”. Sua argumentação segue com a defesa de que o ideal democrático se realiza somente com a aproximação das classes mais elevadas com as mais desfavorecidas, isso é, com uma democracia econômica:

Para mim, o ideal democrático é aquele que aproxima as classes menos elevadas das mais favorecidas da fortuna, daqueles que o destino colocou nas regiões encantadoras do vértice delicioso da pirâmide.
Sociedade democrática é aquela que realiza este ideal dentro das possibilidades humanas.
Democracia é o regime que se firma inteiramente no ideal democrático.
Democracia política, quando realiza este fenômeno no setor político.
Democracia econômica se esta realização se manifesta no cenário econômico (Menezes, 1946aa, p. 2).

Contrariamente à ideia de que sociedades como os Estados Unidos e Inglaterra formaram verdadeiras democracias, em *Democracia e Socialismo*, capítulo também previsto para a partir V de *Sociedade e sacrifício*, mas publicado apenas em jornal, Florentino Menezes sentencia que:

É possível ainda um país realizar uma democracia perfeita que se estenda ao setor político e econômico, mas neste caso, aparece uma elite intelectual como um resultado magnífico e uma seleção toda baseada na justiça, na inteligência e no trabalho” (Menezes, 1946af, p. 2).

A quinta eclosão da vida, portanto, não é apenas uma teoria a respeito da ação das sociedades sobre as formas orgânicas da vida na terra e que levam a uma sociedade humana aristocrática e guiada pela inteligência e pela cultura. Essa mesma aristocracia intelectual “será absolutamente firmada com o advento das democracias econômicas” (Menezes, 1946ao, p. 2), ou seja, no advento do socialismo.

Também o surgimento da inteligência como o fundamento das aristocracias não é muito simplesmente a ação das “energias naturais”, mas um resultado mesmo da revolução social e econômica que leva ao socialismo. Conforme explica o autor em *A escolha dos dirigentes*, as sociedades do futuro, formadas por aristocracias intelectuais, deveriam ocupar-se de formar todos os seus administradores em uma cultura sociológica, de modo a realmente prepará-los para serem responsáveis pelo destino das sociedades. Diferentemente das sociedades capitalistas, nas quais ele julga imperar, na seleção de suas classes dirigentes, o poder econômico e a fraude,

as sociedades socialistas teriam realizado o ideal de um governo inteiramente intelectual e selecionado pelo mérito e pelo talento intelectual. O autor retoma as suas teses em *Escola Social Positiva* (1917) e reafirma-as, confirmando a presença do ideal socialista ainda no seu pensamento na década de 1940 e em estreita relação com o restante de seu sistema intelectual.

Já em mil novecentos e dezessete defendi estas doutrinas na Escola Social positiva, como se poderá ver pelo trechos seguintes:

“(…)

Esperamos que, após a futura revolução (socialista) a qual, parece, está próxima, surgirá outra sociedade e com ela outras aristocracias, não ignorante, como a de outrora, nem ridícula, como a hodierna, porém em tudo intelectual, formada pelo escol dessa época e firmando-se no poder, pelo talento e pela força de seu espírito que a fará ocupar o ponto que a natureza lhe marcou”.

A evolução não pára um só momento.

A humanidade marca, rapidamente, através de um longo martírio, para a nova civilização, a civilização socialista, mais justa, mais aperfeiçoada, mais intelectual e mais brilhante! (Menezes, 1946h, p. 2).

5.3 A NOÇÃO DE SACRIFÍCIO E A OPOSIÇÃO ENTRE INDIVÍDUO E SOCIEDADE

A primeira parte do sistema de Florentino Menezes diz respeito às suas propostas para o futuro da humanidade e que envolvem uma nova fase evolutiva guiada pelas “forças sociais” e não mais aqueles decorrentes da matéria orgânica. Mas se o que ele denomina de “quinta eclosão da vida” como uma “era intelectual” somente adquire completo significado quando compreendemos suas ideias a respeito do socialismo e das aristocracias intelectuais, a maneira concreta através da qual o autor compreende a ação das sociedades sobre os indivíduos também somente pode ser plenamente compreendida ao adentrarmos na sua reflexão sobre o que ele denomina de “sacrifícios”.

De fato, em 1953, Menezes primeiro apresenta o que seria a decadência do mundo orgânico e somente retorna ao tema da quinta eclosão da vida no final da obra, após desenvolver longamente a extensão do poder das sociedades sobre os indivíduos biológicos e a maneira mesma como esse poder se exerce. Isso decorre do fato de que somente com o entendimento do quanto as sociedades são influentes em relação ao mundo orgânico é que Menezes poderia realmente propor sua tese da quinta eclosão da vida. Não por acaso, o tema das cinco eclosões da vida permanece em suspenso durante toda a segunda, terceira e quarta partes de

Grandeza, decadência e renovação da vida, as quais, de uma forma ou de outra, se dedicam sobre a influência das sociedades sobre seus elementos, os indivíduos e, como tal, realizam o objetivo descrito por Menezes para a sua obra, em 1946, quando afirma que

A finalidade deste trabalho é tornar ainda mais clara a força renovadora da sociedade e a influência do fenômeno social sobre as manifestações de caráter biológico, ou melhor, determinar com segurança o poder da sociedade sobre as manifestações orgânicas dos seus elementos (Menezes, 1946at, p. 2).

Seu objeto é a relação entre a sociedade e os indivíduos. Os indivíduos são compreendidos como entidades biopsicológicas redutíveis à matéria inorgânica e são opostos, como na oposição entre natureza e cultura, mas não de forma irreconciliável, às sociedades. Dessa relação entre indivíduos e sociedade decorre todos os outros elementos pertinentes de seu sistema e a centralidade da noção de sacrifício, que constitui o elemento mediador ou o instrumento através do qual a sociedade age sobre os indivíduos.

5.3.1 O poder do mundo social sobre os indivíduos animais e humanos

O tratamento da relação entre a sociedade e os indivíduos se inicia já com a reflexão sobre as sociedades animais, quando Menezes expõe o quanto a biologia das sociedades de insetos, como a das abelhas e a das formigas, e também as sociedades de castores são moldadas pelas determinações ou demandas das sociedades. A ideia central é a de que a existência dos “tipos orgânicos”, tais como as abelhas e formigas “só podem ser concebidos com a existência social”. Segundo ele, os insetos, quando isolados, “distinguem-se, pela deficiência de suas funções psíquicas”. No entanto, quando em coletivo eles “apresentam então certas possibilidades notáveis e um desenvolvimento psíquico apreciável” (Menezes, 1953, p. 101). O efeito do social sobre os insetos como formigas produz nelas modificações profundas em seus organismos.

Estas transformações profundas e monstruosas de caráter orgânico mostram, claramente, a força criadora das sociedades de insetos que é capaz de modificar fortemente os indivíduos, criar tipos e orientar o fenômeno sexual para formas tão originais que nos causam admiração e assombro (Menezes, 1953, p. 102).

No caso da sociedade dos castores, a análise de Menezes é diferente. Não se trata de que a sociedade tenha realizado neles transformações no corpo. Na verdade, as limitações de seus corpos parecem ser os únicos impeditivos que o levam a considerar os castores como inferiores aos seres humanos.

Apesar das condições orgânicas inferiores dos castores, a sociedade ainda uma vez se manifestou providencial para os seus elementos. Permitiu ao tímido roedor uma multiplicação assombrosa, protegendo-o das perseguições dos animais carniceiros e agindo de modo que ele pudesse reconhecer o valor e os direitos de sua companheira. Concedeu-lhe ainda o descanso das horas de lazer, livre de sustos e preocupações (Menezes, 1953, p. 104).

Sua reflexão sobre a relação entre indivíduo e sociedade prossegue no conjunto de capítulos componentes da 3ª Parte de *Grandeza, decadência e renovação da vida*, denominada *O poder renovador das sociedades humanas*. No capítulo *Sociedade e o indivíduo*, Menezes inicia sua argumentação tratando do conceito de “sociedade” e o quanto ele varia de autor para autor e de modo algum possui uma delimitação única e amplamente aceita. No seu livro, afirma, ele “estuda a sociedade, em sua máxima extensão e concebe sua influência, através de suas manifestações complicadíssimas que se estendem em um círculo imenso” (Menezes, 1953, p. 116) Ou seja, a sua concepção de sociedade não é nem um pouco precisa e o autor parece dizer apenas que compreenderá esta noção (a de “sociedade”) da forma mais abrangente possível.

Seu tratamento sobre a influência que ela possui sobre os indivíduos é muito mais preciso. Para Menezes, os indivíduos são vítimas de uma “prisão social” que os determina, a despeito de eles mesmos serem uma realidade complexa, ao mesmo tempo física, intelectual e moral:

O indivíduo encarado como elemento social, é um produto da evolução do organismo coletivo e aparece, como um ser complexo físico, intelectual e moralmente.

Traz, portanto, impresso em seus caracteres anatômicos, em suas funções fisiológicas, na inteligência desenvolvida ou inculta e na moral sublimada ou grosseira, como um enigma representado aos cultores da ciência, o resultado do desenvolvimento da sociedade (Menezes, 1953, p.117).

Os indivíduos podem até aperfeiçoar-se biologicamente, mas eles não têm meios de fugir da ação da sociedade. Ela não pode ser destruída nem combatida, na sua opinião, posto que é invisível. Esta prisão só termina com a morte. Até porque ela está impressa no fisiológico, no anatômico e nas mentes.

A situação do homem diante do social é a de um verdadeiro encarcerado. A prisão social é a pior das cadeias, porque, para ela, não há remissão. Só termina com a morte.

Além disso, não pode ser destruída, nem mesmo combatida, porque é invisível. E é exatamente isto o que define e caracteriza a prisão social. É nesta intangibilidade que está sua força (Menezes, 1953, p. 117).

[...]

As sociedades atuais criaram um novo meio, o meio social humano, e modificaram de tal modo os processos de evolução, renovando e orientando a vida, em um determinado sentido que, hoje, impossível seria conceber-se o homem fora da existência coletiva.

E esta renovação da vida foi tão poderosa, tão intensa e tão brilhante que é possível afirmar-se, sem exagero, embora de um modo figurado, que as sociedades humanas plasmaram os seus próprios elementos (Menezes, 1953, p. 120)

Essa prisão social exerce sua influência sobre os indivíduos e sobre a própria evolução biológica, no sentido de que as sociedades, ao lado da natureza inorgânica, passam a ser responsáveis também pelos processos que guiam o surgimento e o desaparecimento das espécies no planeta. Sua influência não se faz sentir apenas no nível moral ou na mentalidade das sociedades, mas mesmo na biologia dos indivíduos que as compõem,

A ação da sociedade não se limita apenas à mentalidade individual, às suas realizações de caráter psicológico, mas se exerce, ainda, sobre as manifestações dos próprios fenômenos orgânicos, relativos às funções fisiológicas e à estrutura anatômica do ser humano.

Ela não exerce, sobre o indivíduo, apenas uma coerção no sentido social, mas ainda uma coerção biológica, que se efetua por meio intermédio das próprias leis biológicas que são modificadas em sua essência íntima, afastadas de sua direção pelo determinismo da existência social (Menezes, 1953, p.135).

Mas também não se trata de um determinismo social extremo. No capítulo *Os fenômenos biológicos e a existência social*, Menezes faz questão de destacar a influência conjunta da natureza inorgânica e das “forças sociais” sobre os indivíduos. Ele nos diz que:

1º - A evolução orgânica dos animais que têm uma existência isolada processa-se sob a influência única dos fatores inorgânicos.

2º - A evolução orgânica dos animais que possuem uma existência social intensiva realiza-se sob a influência dos fatores inorgânicos e sociais.

3º - A evolução orgânica do homem nas sociedades de civilização muito intensa, efetua-se sob a ação dos fatores inorgânicos e da influência direta da sociedade.

Mas o que é de grande importância e deve ser observado com absoluto critério é o fato de os seres humanos sofrerem modificações de natureza biológica, que podem ser determinadas pelos fatores resultantes da existência social (Menezes, 1953, p. 144).

A necessidade de enfatizar a influência conjunta dos fatores inorgânicos e da sociedade sobre a evolução orgânica do homem diz respeito a uma das consequências inevitáveis da teoria da decadência do mundo orgânico e que Menezes aceita como uma das bases de seu pensamento. Conforme Rostand (1931), e sustentado pelo próprio Menezes, os fatores inorgânicos perderam a sua capacidade criadora, construtiva, ou o que quer que seja de suas “energias” ou “forças” que um dia guiaram a evolução das espécies. A tal ponto essa tese se ramifica, que Rostand afirma mesmo que a própria estrutura subatômica começa já a se deteriorar e põe em dúvida a capacidade do mundo natural de se manter idêntica a si mesma, de preservar a realidade e as leis que um dia ela deu origem.

Essa imagem de um universo em decadência é aceita por Menezes, mas ao mesmo tempo combatida por ele a partir da ideia de que a sociedade é capaz de continuar a história e a evolução dos seres vivos a partir de suas próprias energias. O grande problema dessa formulação, e que o autor um dia teria de enfrentar, é a de que a “sociedade” não é vista por ele como uma instância material, tanto quanto ela não se reduz à soma dos indivíduos. Os indivíduos estão, antes, presos dentro dela e submetidos às suas determinações. A “sociedade” é uma entidade autônoma e, por isso mesmo, uma realidade em si mesma, mas que é, ao mesmo tempo, oposta à realidade material, à matéria inorgânica. Menezes parece compreender essas questões quando escreve no capítulo *Sociedade e evolução* que:

É sabido que os homens primitivos se reuniram em sociedade como um recurso instintivo para a defesa em um meio áspero e adverso. Foi, portanto, um processo de reação contra a ação violenta dos fatores inorgânicos e a perseguição constante dos animais ferozes que os rodeavam.

Sendo assim, dirão talvez: como admitir que a evolução humana se processe dentro das sociedades civilizadas, sob a ação dos fatores

inorgânicos em harmonia com os fatores sociais que, logicamente, deveriam combater-se?

E como conceber que o homem tenha tornado incapaz de evoluir sem a ação do meio social, quando é verdade que sua existência não pode ser concebida fora da influência dos fatores inorgânicos, isto é, fora do meio social e do meio inorgânico, que representam dois domínios diversos na existência universal? (Menezes, 1953, p. 124).

Esse é, provavelmente, o maior problema do sistema constituído por Menezes em sua articulação com as ideias de Jean Rostand e, no entanto, ele não o responde. Menezes contenta-se em entregar o problema à “complexidade dos fenômenos sociais” e que estariam nos levando a um futuro desconhecido e que não se pode prever. Ele nos diz que “entretanto, esta complexidade fantástica foi a grande conquista da evolução no nosso planeta que vai assim arrastando o homem para um destino desconhecido” (Menezes, 1953, p. 124), o que é contrário aos pressupostos evolucionistas sobre os quais se sustentam as suas ideias e que pregam por um estudo da história que é não apenas científico, mas exato e preditivo.

O que se segue da argumentação de Menezes, no entanto, não é menos importante. Trata-se da introdução da noção de sacrifício em sua obra. No seu sistema de pensamento, a noção de sacrifício ocupa uma posição particularmente relevante, pois é aquela que medeia a relação entre os indivíduos ou a “natureza” e a sociedade. Além disso, a noção de sacrifício também é o centro de todas as críticas do autor às sociedades de sua época, seja com relação ao socialismo, ao catolicismo e mesmo aos temas da fome crônica, da loucura, da educação e da opressão das mulheres.

5.3.2 A centralidade da noção de sacrifício no sistema de pensamento de Florentino Menezes

O sacrifício é um tema antigo nas Ciências Sociais, particularmente na Antropologia. Em texto clássico e pioneiro sobre o tema, Marcel Mauss e Henri Hubert (2005) remontam as análises sobre os sacrifícios a autores como James Frazer, em seus estudos pioneiros de Antropologia evolucionista. Mauss e Hubert também concluem que todo e qualquer sacrifício nas sociedades humanas possui uma base fundamentalmente religiosa. Para eles, “O sacrifício é um ato religioso que só pode se efetuar num meio religioso e por intermédio de agentes essencialmente

religiosos” (2005, p. 26), o que auxilia no início da compreensão do tratamento oferecido por Menezes a esse termo.

Etimologicamente, “sacrifício” significa “tornar sagrado”. Florentino Menezes, em muitos momentos se refere à sociedade como uma “deusa soberana”, importando para o seu pensamento a linguagem religiosa do cristianismo, apesar de seu ateísmo declarado e de todas as críticas que empreende ao catolicismo. Mesmo que Menezes não propriamente defina esse termo como um conceito em momento algum de sua obra, apreende-se que um “sacrifício”, no seu pensamento, é *toda ação ou condição que implique em um prejuízo ou sofrimento ao indivíduo em função da conservação da coletividade*.

No seu pensamento, toda e qualquer sociedade, seja ela animal ou humana, se vale do instrumento do sacrifício como uma forma de regular aqueles que as compõem, de direcioná-los às atividades ou funções que melhor atendem aos interesses da coletividade. Nas sociedades animais, uma vez que movidos por instinto, a imposição dos sacrifícios é sempre feita da forma mais eficaz possível. Nas sociedades humanas, no entanto, dotados do que o autor chama de “mentalidade” ou “razão” e já não mais guiados pelo instinto, há equívocos e injustiça (Menezes, 1953, p. 165-166). Os “sacrifícios” estão intimamente relacionados à noção de sofrimento e eles podem ir desde trabalhos precários até a entrega da própria vida, em guerras, por exemplo.

São também “sacrifícios” as modificações impostas pelas sociedades na biologia dos seus indivíduos. Seu poder seria tão grande que, em vista de conservar a coletividade, ela modifica a anatomia e a fisiologia dos seus elementos, de forma a melhor predispor cada um às funções às quais eles são destinados. Nesse caso, as sociedades de insetos, como a das abelhas, são um exemplo perfeito para o autor. Tratam-se de sociedades nas quais as modificações no organismo são tamanhas que diferentes tipos de abelhas são anatomicamente criados para atender a apenas um único conjunto de funções, como a de procriar, por exemplo. Na espécie humana isso também ocorre, embora os sacrifícios que são impostos aos seres humanos e aos seus corpos sejam considerados por ele como o fruto de uma sociedade injusta e, como tal, que provoca nos seus elementos sofrimentos desnecessários.

5.3.2.1 Tipologia e pesquisas sobre os sacrifícios: a questão de sua utilidade

Em sua tipologia dos diferentes tipos de sacrifícios, eles podem ser conscientes ou inconscientes ao indivíduo; podem ser voluntários ou involuntários e mesmo úteis ou inúteis. Os sacrifícios são conscientes quando o indivíduo sabe que está sendo vítima dele e inconsciente quanto ele não tem essa percepção. Pode ser ainda voluntário, quando o indivíduo empreende-o por livre vontade, ou involuntário, quando é coagido ao sacrifício (Menezes, 1946c, p. 2). Especialmente essa última oposição parece dever muito à reflexão de Durkheim sobre o suicídio, a quem Menezes faz referência em trecho já citado anteriormente, quando fala da noção de “coerção” na obra de Durkheim, e associa-a a sua própria noção de sacrifício, de modo a destacar o caráter coercitivo dos sacrifícios, tal como Menezes os compreende (Menezes, 1946a, p. 2).

Por fim, os sacrifícios podem ser ainda úteis ou inúteis, conforme sirvam ou não para a conservação da coletividade. Da sua classificação dos diferentes tipos de sacrifício, a oposição mais relevante para a construção de seu sistema é aquela sobre a utilidade ou não dos sacrifícios, pois dela decorre o critério para definir aqueles sacrifícios que são justos e necessários e aqueles que são injustos e devem ser preservados. No final das contas, a classificação dos sacrifícios entre voluntários ou involuntários e conscientes ou inconscientes não é muito desenvolvida pelo autor e esbarra em algumas questões necessariamente impostas pelo seu determinismo e que terminará por concluir que, a despeito da vontade dos indivíduos, invariavelmente a sua conduta é sempre pré-determinada pelas leis necessárias da natureza e da história.

A presença do critério da utilidade para a conservação das sociedades é tão forte na obra de Menezes e tão profundamente constitutiva de seu sistema de pensamento e de sua proposta política para as sociedades humanas que, mesmo em 1953, quando o autor realiza uma autocrítica com relação ao valor da piedade e da compaixão, a utilidade do sofrimento continua sendo o critério primordial. O sofrimento humano é visto pelo autor como algo a ser evitado e mesmo repudiado, mas apenas quando desnecessário e, portanto, injusto. O objetivo último de toda reflexão sociológica não é, para ele, a equidade, a felicidade ou o bem estar individual, mas sim a preservação ou conservação do coletivo a partir da imposição de sacrifícios necessários e que serão livres de sofrimento “na medida do possível”.

Não obstante, a distinção dos sacrifícios deve ocorrer de forma a provocar o menor sofrimento possível aos indivíduos. Eles devem ser distribuídos a partir de

suas competências e aptidões naturais por uma elite intelectual e com formação sociológica:

Torna-se indispensável, portanto, estabelecer um sistema múltiplo de pesquisas a fim de se verificar a extensão dos sacrifícios nas sociedades. Estes sacrifícios devem ser estudados, criteriosamente, com o fim de distingui-los, separando-os, conforme sejam inúteis ou úteis para a existência social (Menezes, 1953, p. 214).

Menezes prevê a necessidade de instituições especificamente voltadas à pesquisa, ao inventário e a catalogação dos diferentes tipos de sacrifícios e sofrimentos impostos pelas sociedades. Sua missão não é a de acabar com o sofrimento humano, mas a de racionalizar a distribuição do sofrimento em sociedade, de forma a que existam apenas sacrifícios necessários e úteis à coletividade.

5.3.2.2 Os sacrifícios inúteis e as críticas à sociedade moderna

Menezes identifica e analisa uma série de sacrifícios. As temáticas sobre as quais ele se insurge não são, em momento algum, alvo de pesquisas empíricas. São, mais frequentemente, abordados a partir de investigações de outros autores, mas trabalhados a partir de seu sistema e dos conceitos de “sacrifício”, de “quinta eclosão da vida” e também das suas críticas à sociedade capitalista. As críticas ao capitalismo formam o centro das análises do autor a respeito dos sofrimentos inúteis nas sociedades atuais. De certa forma, toda as outras temáticas sobre as quais ele se debruça terminam retornando a ela, tanto aqueles temas que ocupam uma parte considerável de sua escrita, como a crítica ao catolicismo, quanto aqueles temas trabalhados por ele de forma mais pontual, como o da educação, o da loucura, da fome crônica e o tema da desigualdade entre homens e mulheres.

Para Florentino Menezes, as principais causas dos sacrifícios nas sociedades atuais estão todas relacionadas à estrutura mesma da sociedade capitalista. São eles:

1. A distribuição injusta e ilógica da riqueza humana;
2. A posse de avultados capitais e de extensas e redondas propriedades pelos particulares;
3. O processo de seleção social, quando baseado na força, no dolo, na simulação e na mentira (Menezes, 1946m, p. 2).

Conseqüentemente, as opções que o autor nos apresenta para “sanar o mal” são uma distribuição justa da riqueza, que não ofenda a dignidade humana, e a socialização dos bancos, grandes capitais, propriedades, empresas, etc. Menezes concebe o capitalismo como um sistema que se sustenta a partir de uma “seleção social” fraudulenta e baseada em critérios econômicos. Segundo ele, embora nenhuma nação, salvo a URSS, tenha alcançado o seu ideal de sociedade, todos os governos ao redor do mundo caminham rumo à destruição do capitalismo:

Os governos de todas as nações civilizadas procuram, atualmente, nos setores que estão sob a sua imediata dependência, substituir, dentro dos interesses do Estado burguês, a “seleção capitalista” (seleção social efetuada com os processos injustos do capitalismo) por uma seleção intelectual intensiva.

A organização capitalista já não corresponde ao progresso das sociedades e os seus processos de seleção absurdos, desajustados da época e baseados na força esmagadora do dinheiro, contrastam, violentamente, com a mentalidade humana, hoje, vitorioso em todas as nações cultas e que trabalha pelo advento de um mundo todo firmado nos sentimentos de piedade, de justiça e de solidariedade humanas (Menezes, 1946m, p. 2).

Ainda em *Causas sociais dos sacrifícios*, capítulo publicado somente no *Sergipe-Jornal*, Menezes afirma ser a sociedade soviética de sua época a realização do seu ideal. Ele concebe a URSS como uma sociedade perfeitamente justa, livre das mazelas do capitalismo e regida por uma elite intelectual em tudo esclarecida a respeito das leis da história e da sociedade e concebe-a como a realização, na história, das previsões realizadas por ele para o destino da humanidade em *Escola Social Positiva*, de 1917:

E, na verdade, tive uma satisfação imensa, uma felicidade inaudita, “alegria de sétimo dia”, ao ver minhas previsões realizadas, porque eles, os verdadeiros dominadores do *regimen* capitalista, os ambiciosos aristocratas do dinheiro, foram severamente castigados na Rússia para depois se extinguirem.

Hoje, vinte e oito anos depois, baseado na verdade esmagadora dos fatos, e na observação imparcial do que se realizou na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e vai se realizando na Polônia, na Tchecoslováquia, na Noruega e na Inglaterra continuo firme, na mesma ordem de idéias, inabalável na defesa do ideal socialista (Menezes, 1946o, p. 2).

Na esteira de suas críticas ao capitalismo, seguem-se as críticas ao catolicismo. Para ele, a Igreja Católica é uma aliada ideológica do capitalismo e não realiza, de fato, o que ele considera serem os reais ensinamentos da moral cristã. A

União Soviética representaria a aplicação mais completa da moral cristã. O nazismo, por outro lado, seria baseado numa moral fundada na força e na violência. Ao mesmo tempo, enquanto o socialismo da URSS estaria buscando salvar o mundo do capitalismo, Menezes diz haver grupos nas igrejas e nos jornais (ele muito claramente se refere a grupos católicos) que trabalham pela defesa do fascismo (Menezes, 1946s, p.3), explicitamente associando o catolicismo ao nazifascismo. A Igreja Católica, tal como ele a concebe, não teria se mantido fiel aos ideais cristãos e seria, na verdade, uma instituição moldada a partir dos princípios do capitalismo e que se dedica à sua defesa e ao combate ao socialismo. No capítulo *De antropóide a imperador*, por exemplo, Menezes se refere ao papa²⁹ como “Capitalista do vaticano”.

Assim como a Igreja, o sistema educacional nas sociedades de sua época são vistos pelo autor como sendo instituições que se destinam a “ocultar a verdade”. Em *Para que iludir?*, após afirmar que não se deve ocultar “da mocidade” que uma nova eclosão de vida virá com o socialismo, Menezes se refere diretamente às instituições de ensino. Ele afirma que os sistemas de ensino defendem, por vezes, veladamente, o sistema capitalista e oculta da juventude a verdade de ele ser um regime cruel (Menezes 1946ac, p. 2). É interessante lembrar que, ao longo de toda a década de 1930, Menezes foi professor de Sociologia no Colégio Atheneu Sergipense, e foi também um dos primeiros autores de um livro didático de Sociologia no país, o *Tratado de Sociologia* (1931), um manual didático que faz referência à *Escola Social Positiva* (1917), mas que não defende explicitamente os ideais socialistas do autor (Souza, 2022).

Os temas da fome crônica, da loucura e das injustiças impostas às mulheres como tendo causas sociais e também como sendo sacrifícios inúteis são os únicos exemplos de sacrifício que estão presentes tanto em 1946 quanto em 1953. Suas críticas ao capitalismo, ao sistema de ensino e ao catolicismo somente foram publicadas em 1946. Mas, em *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), a relação que o autor estabelece entre os temas da loucura, da fome e das mulheres com o capitalismo não é apresentada. É, na verdade, reprimida. Somente em 1946 os três capítulos dedicados a tais temas revelam essa ligação intrínseca, embora

²⁹ Apesar de, em momento algum de sua obra, Menezes se referir ao papa pelo nome, o que talvez indique que ele se referia mais à posição de papa que a algum papa em específico, o Papa do período era Pio XII, cujo papado se estendeu de 1939 até 1958, ano de sua morte.

não se possa dizer que, para Florentino Menezes, o capitalismo é a causa última de tais problemas.

A fome crônica como um problema social e um sacrifício inútil imposto às pessoas é uma reflexão retirada diretamente do trabalho de Josué de Castro, *Geografia da fome*, publicado pela primeira vez em 1946. A fome crônica, em Castro, se refere a uma nutrição inadequada presente em diversas dietas em todo o Brasil, ainda que por vezes mascarada por uma alimentação farta. Trata-se, portanto, de uma “fome invisível”. Menezes retoma as ideias de Castro a partir da lógica de seu próprio sistema de pensamento, traduzindo as teses dele em sua linguagem. Assim, Florentino Menezes fala da fome crônica como uma “fome sacrifício” (de modo semelhante à associação feita por ele entre “sacrifício” e a noção de “coerção” na obra de Durkheim) e que é resultado da luta pela existência entre as classes. Enquanto as classes capitalistas, as mais favorecidas, se alimentam bem, as demais sofrem com o dilema da fome (Menezes, 1946f, p. 2).

A respeito da loucura, Menezes defende que a sociedade moderna cria condições de vida que são excessivamente artificiais, não naturais e isso faz com que os indivíduos tenham dificuldade de se adaptar a ela. A loucura estaria relacionada, portanto, ao desajuste social e o seu tratamento precisa envolver um reajuste e não apenas a observação de fatos como a sífilis ou o alcoolismo. Mas, no caso da loucura, o capitalismo não parece estar na causa desse desajuste, que o autor entrega a outros fatores, como a religião e a moral sexual:

A moral sexual e a religião, quando muito artificiais, em suas exigências, influem com eficiência na manifestação do fenômeno.

Os processos educativos têm uma influência notável, principalmente quando atuam com exagero para uma adaptação forçada da criança a um meio social por demais afastado das condições naturais (Menezes, 1946d, p. 2).

Antes de serem contribuintes para o desajuste dos seres humanos pelos seus contrastes com “condições naturais” de vida, as sociedades capitalistas são trazidas pelo autor como exemplos de sociedade que obtiveram sucesso em remediar o problema:

Na civilização capitalista, pode-se apresentar os Estados Unidos como exemplo admirável, nesse processo de adaptação que acabo de expor, do ser humano ao meio social.

Neste assunto, o povo Norte-Americano tem manifestado uma grande sabedoria com sua tradicional tolerância quando se trata das exigências

artificiais e antinaturais da sociedade para um amortecimento necessário da exaltação do instinto sexual a uma adaptação mais ou menos equilibrada à existência social (Menezes, 1946d, p. 2).

O socialismo, no entanto, permanece como um exemplo de sociedade ideal, de forma que ele também considera a URSS como um exemplo de sociedade a respeito dos determinantes sociais da loucura:

O povo soviético representa outro exemplo muito brilhante, porquanto a civilização socialista tem conseguido processos de adaptação felicíssimos que impõe um mínimo possível de sacrifício às massas humanas ((Menezes, 1946e, p. 2).

Por fim, as injustiças impostas às mulheres são apresentadas pelo autor como sendo um dos sacrifícios injustos mais relevantes, uma vez que existentes nas mais diferentes sociedades humanas e nos mais diferentes períodos históricos. Menezes explicitamente considera as mulheres “vítimas da sociedade” (1953, p. 182), submetidas a todo tipo de “sacrifícios” a fim de atender aos interesses dos homens.

Existem também classes condenadas ou preferidas para o sacrifício, quando ele se impõe à mentalidade da época, como os escravos, os servos e os proletários.

Neste particular, as mulheres obtiveram sempre um lugar de destaque e, na maioria dos casos, foram alvo da preferência dos seus egoístas companheiros, relativamente à sua escolha para os mais diversos e os mais estranhos sacrifícios.

Na Índia, a mulher viva era queimada viva na fogueira que tinha que conseguir os restos mortais de seu esposo.

Entre os polinésios, também este fato se verificava e, muitas vezes, eram as mulheres sacrificadas na morte de seus maridos (Menezes, 1946j, p. 2).

Nas sociedades modernas, no entanto, Menezes considera que os inúmeros sofrimentos impostos às mulheres tendem a diminuir, tanto no capitalismo quanto no socialismo. Os Estados Unidos e a Inglaterra são considerados por ele como vanguarda no que diz respeito aos direitos das mulheres. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, por sua vez,

parece ter resolvido satisfatoriamente o problema, libertando a mulher dentro das possibilidades sociais e de acordo com sua natureza biológica, dos sacrifícios inúteis com que a antiga sociedade a tortura (Menezes, 1946l, p. 2).

Menezes preserva na sua reflexão sobre os sacrifícios impostos às mulheres um caráter fatalista que acompanha também suas reflexões sobre a fome. Ele considera que os sacrifícios devem ser evitados ou atenuados “na medida do possível” e, por vezes, respeitando a própria “natureza biológica” dos indivíduos.

Ao mesmo tempo, o fato de ele não definir um critério para determinar o que é ou não “possível” em certo momento histórico deixa margem para que o autor tome posturas claramente na contramão da mentalidade bastante conservadora da sociedade sergipana na qual vivia. Em 1953, por exemplo, no capítulo *A sociedade e a mulher*, é acrescentada a proposta de lei elaborada por Nunes Mendonça, seu ex-aluno, discípulo intelectual e também, naquele momento, deputado estadual e que previa a criação de um Instituto de Assistência e Recuperação Social. Esse instituto seria responsável por prestar assistência social às prostitutas, compreendidas por ambos como vítimas de um sacrifício e sofrimento desnecessário e injusto imposto pela sociedade aos seus corpos. No seu primeiro artigo consta o objetivo da instituição:

Art. 1º Fica criado o instituto de Assistência e recuperação social (I.A.R.S.), com a finalidade de fazer a profilaxia da prostituição e prestar assistência material e moral às decaídas, procurando assim possibilitar-lhes a reabilitação (Menezes, 1953, p. 193).

Não há notícias, no entanto, de que o instituto por eles idealizado tenha sido efetivado. No seu trabalho sobre Nunes Mendonça, Josefa Eliana Souza (2003) considera que isso se deveu à mentalidade fortemente conservadora no estado de Sergipe à época.

5.4 CONCLUSÃO

Apesar de jamais ter sido publicada integralmente, *Sociedade e sacrifício* está longe de ter se perdido completamente na história. *Sociedade e sacrifício* representa, em relação ao pensamento de Florentino Menezes, nas décadas de 1940 e 1950, o mesmo que *Escola social positiva* (1917) representou para o seu pensamento nas décadas de 1910 a 1930. Dois momentos de sua produção com inúmeros pontos em comum, mas também com distinções notáveis. Diferentemente do livro de 1917, *Sociedade e sacrifício* somente pode ser compreendida quando se

depreende os seus argumentos e sua estrutura geral a partir dos vestígios que nos são deixados em duas publicações parciais, em 1946 e em 1953.

A leitura conjunta das publicações no *Sergipe-Jornal*, em 1946, e do livro *Grandeza, decadência e renovação da vida*, em 1953, permitem depreender dois pontos fundamentais do sistema de pensamento do autor no período em análise e que não são imediatamente transparentes quando essas publicações são tomadas isoladamente. A primeira é a relação intrínseca entre a sua proposta da quinta eclosão da vida como um período de profunda predominância da cultura e da razão humana sobre a sua natureza biológica e a revolução social de caráter socialista e de índole aristocrática. O socialismo aristocrático e a quinta eclosão da vida, em Florentino Menezes, são uma única e a mesma realidade. A segunda relação é aquela que se estabelece entre as suas críticas ao capitalismo e sua análise de temas específicos, mas de grande relevância na constituição geral do livro publicado em 1953, a saber os temas da loucura, da fome crônica e dos sofrimentos impostos às mulheres. Esses temas, assim como também o tema do catolicismo e o da educação dos jovens são pensados por Menezes em sua relação intrínseca com o capitalismo e com o despontar, para ele evidente, de uma sociedade socialista então em curso.

Esse sistema se compõe da articulação criativa de teorias provenientes da Europa, com especial atenção à produção do intelectual Jean Rostand. Menezes é também devedor de todo o ideário evolucionista e científico presente no Brasil, e também em Sergipe, desde ao final do século XIX e que se valia de uma associação estreita entre as ciências naturais, notadamente a biologia, e aquelas ciências que se propunham a pensar o mundo social. Ainda assim, as teses formuladas por Menezes não são simples cópias, mas formulações originais e mesmo críticas àquelas das quais ele parte para a constituição de seu próprio pensamento. É notável que, especialmente em 1953, o autor parta de uma base predominantemente evolucionista, e de um evolucionismo estreitamente relacionado ao darwinismo social, e sustente formulações amplamente contrária ao determinismo biológico sobre o mundo social.

Essa leitura das suas duas publicações como uma mesma totalidade, no entanto, não está isenta de pressupostos e de interpretações que, ainda que fundamentadas nos documentos, poderiam muito bem não ser validadas pelo autor. Esse problema apenas se fortalece quando se considera que cada uma das

publicações foi realizada em momentos diferentes do tempo, separadas por sete anos uma da outra. É imprescindível, portanto, a fim de obter uma compreensão tão rigorosa quanto possível do pensamento de Florentino Menezes, que se leve em consideração a relação que sua obra sustenta com o contexto histórico nas quais elas foram efetivamente publicadas e capaz de revelar aquilo que cada publicação deve ao seu contexto específico.

A necessidade de se relacionar a obra ao seu contexto não parte, todavia, de uma exigência exclusiva da teoria. O próprio material empírico ainda na fase da observação da realidade, demanda esse movimento metodológico, sem o qual o rigor da pesquisa estaria comprometido (Fernandes, 1997). Seja em 1946, seja em 1953, os contextos que se apresentam na investigação são bastante peculiares e, embora relativamente próximos no tempo, suficientemente diferentes para requerer, em cada caso, uma atenção particular. Não obstante, é constitutiva da Sociologia do Conhecimento (1986) a tese de que mesmo o sentido expressivo de uma obra não pode ser plenamente compreendido a partir de sua mera leitura internalista. Somente a apreensão conjunta de seu sentido documental, ultimamente fornecido pelo seu contexto social, pode permitir uma interpretação tão rigorosa quanto possível do sentido pretendido pelo autor.

6 “SOCIEDADE E SACRIFÍCIO”, UM LIVRO DE COMBATE

“Sociedade e Sacrifício” é o título de um projeto jamais publicado integralmente por Florentino Teles de Menezes. Ele foi, no entanto, parcialmente publicado pelo seu autor em 1946, no periódico sergipano *Sergipe-Jornal*, uma ação que se destinava à divulgação da obra. Este capítulo enfatiza a conjuntura cultural e política da década de 1940 e as suas relações com o conteúdo interno efetivamente publicado de *Sociedade e Sacrifício* em 1946. Desta feita, ele se estrutura em duas partes.

A primeira consiste em oferecer uma visão geral do momento cultural e político vivido em 1946 a partir do seu passado recente. O segundo momento se destina à compreensão das implicações desse mesmo contexto histórico (1) na seleção dos capítulos de *Sociedade e sacrifício* escolhidos para serem publicados no *Sergipe-Jornal* e (2) no conteúdo efetivo de tais capítulos em relação ao conjunto do sistema de pensamento do autor. Ao analisar a relação entre contexto histórico e o pensamento de Menezes efetivamente publicado no *Sergipe-Jornal*, este capítulo concentra-se em três eixos: a presença da noção de sacrifício no pensamento do autor, as críticas ao capitalismo e a defesa do socialismo e, por fim, as críticas à Igreja Católica. Essa seleção decorre do fato de que os temas que compõem esses eixos são aqueles que mais se destacam no *corpus* e aqueles que mais se beneficiam, para a sua compreensão, da incursão na conjuntura cultural e política daquele momento.

Trata-se, como tal, da exploração dos sentidos documentais fundamentais para a correta interpretação do seu pensamento, conforme a Sociologia do Conhecimento de base mannheimiana (1986). Como orientação analítica geral, parte-se do debate a respeito da relação entre secularização e autonomia intelectual na história da Sociologia brasileira, levando em consideração especialmente as particularidades da condição periférica da sociedade sergipana, tanto economicamente quanto culturalmente, na década de 1940.

6.1 A CONJUNTURA CULTURAL E POLÍTICA EM 1946

O estado de Sergipe de 1946 se caracteriza por uma efervescência tanto política quanto cultural dos grupos tendentes à esquerda do espectro ideológico. Isso se deve ao processo de redemocratização então em curso, com a queda do Estado Novo (1937-1945) e a consequente suspensão de uma série de políticas ditatoriais de censura e repressão até então em vigor. Não obstante, esses fenômenos não se restringiram ao nível nacional, mas possuem importantes bases no cenário mundial, marcado pelo término da Segunda Grande Guerra e o panorama geopolítico que então se constituiu. No Brasil e também em Sergipe - talvez até mais fortemente neste estado que na maioria dos outros estados, por conta do bombardeamento alemão na sua costa, em 1942 - vive-se, com a vitória dos Aliados, um clima de fortes tendências antitotalitárias e antinazifascistas. Além disso, o socialismo e o comunismo adquirem uma nova luz, guiados pelo despontar da URSS no pós-guerra. É nesse cenário que Menezes, pela primeira vez em muitos anos, torna o seu pensamento público. Um pensamento que, não coincidentemente, é declaradamente socialista, democrático, antinazista e ateu.

A redemocratização do sistema político brasileiro em curso a partir da década de 1945 se constituiu em oposição ao período imediatamente anterior a ele. O Estado Novo (1937-1945) entra para a historiografia como um período emblemático, sobretudo do ponto de vista cultural, pois teceu fortes alianças com as camadas intelectuais da sociedade brasileira, envolvendo-os em uma política cultural fortemente centralizadora ao mesmo tempo que abria espaço para intelectuais de diferentes filiações, de católicos a socialistas. O Estado, portanto, possuía alguma complexidade interna, variando conforme o público, seja o público considerado culturalmente apto, seja a grande massa da população iletrada e que deveria ser educada. Essa distinção é elucidada por Mônica Velloso em *Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual* (1982), a partir de uma distinção do trabalho intelectual que recorta os espaços de produção cultural em dois níveis de inserção política. Seu estudo abarca as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*. Ambas eram estreitamente associadas ao governo estadonovista e funcionavam como meios oficiais de divulgação de sua ideologia, com uma distribuição ampla sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Por um lado, Velloso demarca os intelectuais de um *ethos* predominantemente “político-teórico”, à exemplo de Azevedo Amaral e Oliveira Vianna e, por outro, intelectuais de *ethos* “político-militante”, como o próprio Getúlio Vargas em seus discursos. Vargas chegou mesmo a ser eleito para a

Academia Brasileira de Letras, com um discurso de posse que, em 1943, criticava duramente os intelectuais em “torres de marfim” e cujo representante máximo à época ainda era Machado de Assis, fundador da academia.

De ambos os lados dessa oposição, tanto os político-teóricos quanto os político-militantes, o distanciamento hierárquico entre mundo intelectual e o restante da sociedade era nítida e revela a visão que a intelectualidade brasileira tinha de si como um grupo à parte e portador do sentido do futuro da nação. Na década de 1920, essa característica apenas se intensifica com o impacto da Primeira Guerra e a quebra do paradigma segundo o qual a Europa seria o apanágio da civilização e da evolução humana (Compagnon, 2014). Com a Era Vargas, que se estende de 1930 a 1945, o movimento nacionalista ganha forças e compõe a base mesma da ideologia do governo (Velloso, 1997). Nesse cenário, os intelectuais atribuíam a si mesmos o papel de profetas da sociedade brasileira e de pais pedagogos das massas incultas.

O Estado Novo empreende então políticas culturais fortemente associadas à censura e à doutrinação de cunho predominantemente conservador. Realiza prisões, torturas e força ao exílio principalmente intelectuais de esquerda e alguns conservadores, embora não de forma indiscriminada, dado a sua forte política de integração dos intelectuais à máquina estatal (Fausto, 2001, p. 208). Do seu conservadorismo, apesar das diferenciações internas ao regime, predomina a aliança entre Vargas e a Igreja Católica desde o início da década de 1930 e cujo marco simbólico é a inauguração do Cristo Redentor no Corcovado em 1931 (Fausto, 2001, 186). Em Sergipe, o cenário não é diferente. O golpe e a consolidação do novo regime ocorre em sintonia com os interesses da Igreja, sobretudo na luta contra o espectro do comunismo. A respeito do início do Estado Novo, o historiador sergipano Ariosvaldo Figueiredo nos diz que “o interventor Eronides Ferreira de Carvalho prende militantes comunistas e detém inimigos políticos. A mais leve suspeita, em Sergipe, dá cadeia, tudo feito com o apoio e aplauso da Igreja Católica” (1990, p. 20).

Essa aliança com a Igreja foi um importante fator de integração da população brasileira ao regime, assim como o foram as diversas políticas direcionadas aos trabalhadores urbanos, operadas concomitantemente à desmobilização dos sindicatos e outros meios de reivindicação política. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por exemplo, data de 1943, enquanto o salário mínimo é

implementado em 1940. Simultaneamente, o governo investe fortemente na propaganda, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e de suas diversas extensões a nível estadual, seja através da imprensa, do rádio ou do cinema. Contribui, assim, especialmente após 1942, para formar uma imagem pública de Getúlio Vargas como o “mito Vargas”, o “pai dos pobres”, e em uma escala que antes nunca vista no país (Gomes, 2005 , 212-236).

Conforme Dantas (2004), em Sergipe, o período pré-1930 foi politicamente estável, no sentido de que a participação política era suprimida pela dominância das elites, sobretudo as agrárias. Foi com a revolução de 1930 que esse cenário começou a mudar e a trazer maior diversidade. Assim, ao longo da década de 1930, ocorre a diminuição do poder oligárquico, tendo em vista a ampliação da máquina estatal e de um processo de democratização do qual, aliás, Menezes participou ativamente quando militou pelo voto secreto e pelo voto feminino (Silva, 1997). A partir de 1933, diversos grupos se inserem no plano político, alguns grupos se sindicalizam e institui-se a justiça eleitoral, o voto feminino e o voto secreto (Dantas, 2004, p. 77). É um período de intensa participação política dos mais diferentes setores da sociedade, inclusive socialistas em um nível até então inédito na história do estado.

Com a instituição do Estado Novo, Sergipe passa a ser governado por um interventor diretamente indicado por Vargas. O que se segue após 1937, por parte dos seus diferentes interventores, representando a ditadura, é, nas palavras de Ibarê Dantas, a “desarticulação e desmobilização crescente da sociedade civil” (2004, p. 109). Entre 1937 e 1945, Sergipe contou com três interventores. O período inicial do Estado Novo foi marcado pela intervenção de Eronides de Carvalho e se estendeu até 1941. Foi também o período mais repressivo.

Getúlio Vargas e Eronides Ferreira de Carvalho estão atentos aos problemas econômicos e sociais, mas a atenção maior dos dois está voltada para os subversivos, de modo especial os comunistas, ora na ilegalidade. A política não deixa nenhum descansar. Agora mesmo, como é noticiado pela “Folha da manhã”, o capitão Felisberto Batista, Delegado Especial, “descobre nova articulação do Partido Comunista no Rio de Janeiro”, feitas 200 Buscas e Apreensões e 101 prisões”. Os comunistas, segundo a Polícia, procuravam “envolver o Exército” (12/12/1939). Em Aracaju, os comunistas, às vezes os integralistas, são recolhidos à cadeia. Em benefício da ordem e da paz social (Figueiredo, 1990, p. 47)

Eronides de Carvalho iniciou acertando contas com todos os seus adversários. Ele exonerou todos os chefes do executivo municipal e militares que não eram de sua confiança e aposentou diversos civis. “Em outros Estados”, afirma Ariosvaldo Figueiredo em *História política de Sergipe* (1990, p. 26), “os censores são brandos, em Sergipe a censura é dura, constante, não tolera nenhuma crítica, qualquer questionamento”. Os mais beneficiados foram os senhores de açúcar, chegando mesmo a se tornar prefeitos municipais (Dantas, 2004, p. 83). Nas interventorias que se seguem à de Carvalho há momentos de maior relaxamento da repressão, sobretudo quando da transição de uma interventoria à outra, mas o quadro geral ditatorial persiste.

É bastante pertinente afirmar que a política cultural do governo Vargas, desde 1930, trouxe benefícios em Sergipe. Oliveira (2015) destaca que um importante componente da ação do Estado sobre a cultura sergipana foi o fortalecimento desta última em múltiplos aspectos, apesar da centralização e das práticas de censura. No que se refere ao sistema educacional, por exemplo, e a partir das diretrizes da Escola Nova, o número de escolas primárias salta de 432, em 1933, para 635 em 1942 (Dantas, 2004, p. 105). Data de 1938 a criação do *Centro Cultural Sergipano*, destinado a incentivar a produção intelectual. Desse período, destacam-se o trabalho de intelectuais que até o presente século XXI são lembrados pela historiografia e pela sociedade Sergipana. Tem-se, por exemplo, as obras de José Calazans, Fernando Porto, Felte Bezerras, Orlando Dantas, Garcia Moreno, Mário Cabral, Epifânio Dória, João Carlos de Almeida, dentre outros (Oliveira, 2015, p. 15).

Mas, concordantemente à análise de Velloso (1997), a política cultural do Estado Novo precisa ser analisada em dois sentidos, tendo sempre em mente o público ao qual ela se destinava e a perspectiva que o governo e os seus intelectuais tinham deste público. Quando nos referimos às práticas culturais destinadas às massas iletradas, ou seja, às práticas culturais promovidas através da imprensa, a ordem do dia era mais frequentemente autoritária e repressiva. No caso sergipano, até 1934, embora já em um governo centralizador, não há registros de atentados sistemáticos contra os jornais. “A sociedade estava bem demarcada por divisões político-ideológicas, mas havia uma convivência mais ou menos respeitosa entre os grupos sociais e políticos” (Dantas, 2004, p. 107). Após o golpe, em 1937, e o início da intervenção de Eronides de Carvalho, no entanto, o quadro se inverte e as publicações passam por grande controle político. Conta-se com prisão de

estudantes e jornalistas, censura e fechamento de jornais e perseguição a adversários políticos. A historiografia registra o *Correio de Aracaju* e o *Sergipe-Jornal* como os principais jornais a resistirem à força do Estado Novo (Dantas, 2004, 108).

Conforme nos aproximamos de 1946, acentuam-se os fatores que levaram à derrocada de Vargas, que já estava no poder há quinze anos desde a revolução de 1930. Esses fatores devem-se menos à conjuntura interna do país e muito mais ao desenrolar da geopolítica mundial. Foi a inserção do Brasil no quadro internacional de então que “impulsionou as oposições e abriu caminho para divergências no interior do governo” (Fausto, 2001, p. 212). A posição de Vargas em relação à Segunda Guerra já antes de 1942 era tendente ao lado Aliado, mas marcado por uma indefinição. Uma indefinição que somente termina com os eventos de 5 a 17 de agosto de 1942, quando três navios mercantes brasileiros foram afundados pelo submarino alemão U-507, deixando mais de 600 mortos. Há então grandes manifestações populares e naquele mesmo mês o Brasil entra na guerra.

Do ponto de vista sergipano, o evento é mais significativo. O ataque das forças alemãs ao Brasil em 1942 ocorreu nas costas da Bahia e de Sergipe. Em Aracaju, capital de Sergipe, os resultados do ataque são visíveis, com os mortos sendo trazidos pelo mar. A população vê em primeira mão os efeitos da guerra, conforme os corpos desfigurados e os sobreviventes em condições degradantes chegam do mar. Tanto a sociedade civil quanto a polícia se mobilizam contra os estrangeiros residentes na cidade, no sentido da busca por infiltrados e traidores (Maynard, 2003, p. 75). A casa de Nicola Mandarino, um italiano, foi depredada por populares no centro da cidade e tanto ele quanto Herberty Merby, um alemão que havia feito várias declarações em apoio à Alemanha, foram investigados pela polícia.

Logo no segundo semestre de 1942, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a orientação do governo em relação à guerra mudou e a imprensa e os cinemas passaram a adotar posições claramente antinazistas. No cinema, por exemplo, são recepcionados filmes que se dedicavam a representar os alemães como pessoas a serem combatidas. O primeiro destes filmes é “Confissões de um Espião Nazista”, de origem norte-americana. No jornal *Correio de Aracaju*, ele foi divulgado como um filme que “Hitler daria tudo para destruir” (Maynard, 2013, p. 161). Conforme a Segunda Guerra se desenrolava, os filmes que tratavam de temas relacionados a ela mantiveram uma presença constante na capital aracajuana.

Aqueles que se referiam aos alemães tiveram uma presença muito maior no Brasil que os que retratavam os japoneses, definindo o nazismo como inimigo de forma bastante clara.

Mas a guerra crescentemente perde apelo e mesmo a divulgação dos filmes nos jornais já não enfatizam mais o conflito, mas elementos da própria trama (Maynard, 2013, p. 204). Em 1945, as notícias sobre o conflito começam a perder espaço para as disputas de ordem nacional e local na sucessão política e os inimigos nazistas já não eram a prioridade. A oposição ao governo começa a explorar a contradição de que o Brasil possuía um governo ditatorial e, ao mesmo tempo, apoiava as democracias ocidentais e os ideais de liberdade política. O suporte ideológico aos autoritarismos começa a desmoronar e o país se vê tomado por uma tendência democrática e antinazista. Nesse novo cenário, Vargas perde força e finalmente é deposto, instaurando-se um processo de redemocratização.

O ano de 1946 antecede por pouco um novo momento de crescente repressão na história do país e cujos contornos já se vêem em 1947, mesmo que à margem da legalidade. Ainda assim, o período no qual Menezes publica as suas teses no *Sergipe-jornal* está imerso num clima geral esperançoso com relação às recém conquistadas liberdades, ainda que repleto de dúvidas e incertezas. Dessas liberdades destacam-se as dos grupos de esquerda se manifestarem, grupos que assistem a um grande crescimento na esteira das transformações do cenário internacional com a ascensão da URSS do pós-guerra.

6.2 O LIVRO COMO PROJETO E COMO PÁGINA DE JORNAL

O cenário que se desenha em 1946 é, portanto, bastante propício àqueles grupos e indivíduos que se opuseram ao Estado Novo, especialmente aos grupos de esquerda. O *Sergipe-Jornal* foi o periódico escolhido por Florentino Menezes para a divulgação de sua obra inédita, *Sociedade e sacrifício*, no final de 1946. Trata-se de uma escolha que demarca um posicionamento político por parte do autor.

Como nos informa Andreza Maynard (2013, p. 22), o *Sergipe-Jornal* passou a circular, em Aracaju, em 24 de julho de 1949, e sua redação, gerência e oficinas se localizavam na Rua São Cristóvão, n. 18. Até o ano de 1942, ele manteve um perfil leal ao Estado Novo. Após 1942, no entanto, ele passa às mãos de dois advogados:

Mário Cabral e Paulo Costa. Eles “chegaram a desafiar o DIP e DEIP/SE. Em 1945, Paulo Costa foi preso. Os textos passam a ser menos comportados, com mais ousadia, a diagramação também mudou, ficando mais limpa”. Dantas (2004) também nota que ao lado do *Correio de Aracaju*, o *Sergipe-Jornal* foi um dos únicos periódicos durante o Estado Novo a fazer frente às práticas de censura e se posicionar publicamente em oposição ao sistema então estabelecido “o que ajudou a conformar, ao lado das crescentes denúncias de violência no interior do estado, a corrosão do regime e também a aumentar a polarização política (Dantas, 2004, p. 108).

Sociedade e sacrifício estava previsto para ser um livro com um total de quarenta e três capítulos e que se dedicaria a uma multiplicidade de temas. A maior parte da obra se concentraria na análise da relação entre os fatores sociais e biológicos e o quanto as “energias sociais” interferem na evolução da vida na Terra. No entanto, em 1946, Florentino Menezes optou pela divulgação de sua obra por meio de uma seleção daqueles capítulos que eram mais concordantes com as características do *Sergipe-Jornal*, um periódico notadamente voltado à crítica das injustiças sociais e à oposição aos grupos conservadores a partir de um viés de esquerda. Na sua carta, Menezes explicitamente direciona ao jornal os capítulos da 5ª Parte de *Sociedade e sacrifício*. “O meu livro, sr. Redator”, ele afirma, “é um livro de combate, ou melhor, é um livro de defesa, de defesa da verdade” (Menezes, 1946a, p. 2). E complementa afirmando que

Se procuro acolhimento, para o meu livro, nas páginas de ouro e nas colunas fulgurantes do “Sergipe-Jornal”, é porque estou convicto de que o seu talentoso e destemido Redator, uma das glórias intelectuais de Sergipe, possui também a mesma ânsia de justiça, a mesma vontade de combater os maus, o mesmo desejo de ver a sociedade transformada, para menor desdita e para a felicidade desta sacrificada planta humana (Menezes, 1946a, p. 2).

E ainda:

Os capítulos do meu livro que desejo publicados combatem sinceramente todos os sacrifícios, todos os despotismos e os erros funestos dos administradores sem cultura sociológica, em suas manifestações sociais as mais disfarçadas e lutam ainda com veemência pela felicidade da planta humana.

Espero que eles encontrem acolhimento nas colunas fulgurantes do *Sergipe-Jornal* que combatem com destemor o sacrifício humano e lutam

com heroísmo pela felicidade do povo e pela grandeza da Pátria (Menezes, 1946a, p. 2).

Mas o teor da seleção dos textos realizada para o *Sergipe-Jornal* é ainda mais específico do que o autor deixa entrever quando os descreve como capítulos que refletem sobre os “sofrimentos humanos”. Quase todos os capítulos que provém da 5ª Parte de *Sociedade e sacrifício* se direcionam ao debate envolvendo a crítica ao capitalismo e a defesa do socialismo. Mesmo capítulos como, por exemplo, *Para que iludir?*, que reflete sobre a questão da educação dos jovens ou *De Antropóide a Imperador*, que direciona críticas à Igreja católica, estão intrinsecamente relacionados às críticas do autor à sociedade capitalista, na medida em que, para Menezes, tanto o sistema de ensino de sua época quanto a Igreja católica eram instituições associadas à ideologia burguesa.

A carta que Florentino Menezes escreveu a Paulo Costa e cujo conteúdo foi citado acima foi publicada pelo periódico em 12 de setembro de 1946, sob o título *Carta aberta do prof. Florentino Menezes*, como um anúncio para as publicações que se seguiram. O *Sergipe-Jornal* publicaria, a partir daquele dia, um total de dezoito capítulos de *Sociedade e sacrifício*, entre os meses de setembro e dezembro. Florentino Menezes é, provavelmente, o interlocutor do jornal a publicar mais vezes no período em consideração. No entanto, nenhum dos seus textos jamais esteve na primeira página, uma decisão editorial a respeito da qual não há maiores informações. De todo modo, Florentino Menezes muitas vezes dividiu espaço com outros interlocutores, às vezes com textos do próprio Paulo Costa, e que figuravam na primeira das quatro páginas que sempre compunham o periódico.

A posição dos seus textos no *Sergipe-jornal* é, portanto, algo a se considerar. Como toda relação discursiva, ela não compreende apenas a troca linguística ou a comunicação efetiva de uma mensagem, mas compreende também quase sempre uma troca econômica, material ou simbólica (Bourdieu, 2008). No caso específico da publicação em jornal, a decisão editorial e a relação que se estabelece entre um interlocutor externo e os editores implica uma negociação que pode ser ou não explícita. Isso ocorre por uma série de motivos. O espaço em um jornal impresso é limitado. O *Sergipe-Jornal*, por exemplo, possuía publicações em quatro páginas. As matérias mais rentáveis ou julgadas como tendo maior relevância ocupam quase

sempre a primeira página de um jornal. A despeito disso, as matérias de Menezes ocuparam sempre a segunda.

A primeira página do Sergipe-Jornal possuía sempre matérias voltadas a temas de interesse social e político, não apenas no contexto local sergipano, mas também no contexto nacional e internacional. A primeira publicação de Menezes é apenas um dia posterior àquele no qual se promulga a primeira constituição brasileira após o fim do Estado Novo. Desde já, nota-se que o nome “Florentino Menezes” não possui peso ou influência suficiente para ser publicado, ao lado desse acontecimento histórico, na primeira página. Apenas Paulo Costa é nomeado na primeira página como Diretor do Jornal. Nesse mesmo dia, uma matéria em explícita referência a Tobias Barreto declara o fim de um período cujo direito era apenas fundamentado na força e nomeia Vargas nada além de um “salvador improvisado”. A matéria se intitula *Vencida a prepotência pelo direito* e não traz autor, sendo, portanto, de autoria de Paulo Costa.

Menos de uma década transcorrida e eis que se abrem outra vez as portas do Parlamento nacional para abrigar os representantes do povo, os mandatários escolhidos pelo sufrágio universal varridos daquela mesma casa pelos caprichos e pela desmedida ambição de um “salvador” improvisado. Nada como um dia depois do outro... O direito, em 1937, era a força do Ditador, era mistificação impressionante do “plano Cohen”, era a mentira administrativa transformada em pingues vantagens materiais para os trabalhadores e para os funcionários; era, enfim, o embuste político das pretensões mais absurdas, destilado, melifluamente, em risonhas promessas de toda espécie.

[...]

Como houve, na história pátria, os mártires da inconfidência, teria de haver também nesses anos de angústia e de aflição, de decretos-leis e de iniquidades reiteradas, os que se não deixaram vencer pelas miraculosas dádivas do Estado Novo: - os mártires da Democracia. Um José Américo de Almeida, um Otávio Mangabeira, um Pedro Ernesto, um Manoel Rabelo, um Eduardo Gomes, pioneiro dessa cruzada que acaba de dar ao Brasil a sua constituição (Costa, 1946, p.1).

Nessa mesma data, a composição do restante da primeira página do jornal é a seguinte: como manchete em destaque, ocupando a parte superior da página: “A candidatura de José Américo de Almeida à Vice-Presidência da República Representa uma conquista popular, democrática, contra as tendências do reacionarismo desenfreado”. Ao lado esquerdo, uma matéria sob o título *Cindido o P.S.D: Fracassa a unidade do Partido Queremista*. Um pouco abaixo outra matéria sob o título *Fracassou a revolução na Venezuela*. E ao lado direito da página uma série de questionamentos sob o título *O povo quer saber*. Trata-se de um

componente comum das primeiras páginas do *Sergipe-Jornal* e que emitia questionamentos às autoridades locais sobre problemas de igual interesse local. Nesse mesmo dia, por exemplo, as questões são, dentre outras:

Por que há tantos diaristas nos Serviços de Luz e Força, a consumir anualmente a quase totalidade da receita arrecadada? haverá mesmo necessidade de tão numeroso “batalhão” ou se poderá com boa vontade diminuir tão dispendioso efetivo?! Quando será que os serviços industrializados do Estado, adquiridos no primeiro governo Maynard Gomes como fontes de receita, passarão a dar menos prejuízo aos cofres públicos, de si mesmo já tão depauperados? Se o Estado tanto carece de serviços gráficos, a ponto de encomendá-los no Rio e em São Paulo, porque não aparelha e não reorganiza a Imprensa Oficial, capacitando-a a atender todas as encomendas oficiais, transformando-a numa fonte de receita, ao invés de como agora está, numa fonte perene de prejuízos? Qual o motivo por que, insistentemente, o deputado Leite Neto vem telegrafando aos prefeitos pessedistas deste Estado? Será para que eles comecem a desenvolver atividades eleitorais, valendo-se do cargo, como o fizeram na eleição passada, ou será receoso de que muitos deles vão engrossar a ala dissidente do P.S.D chefiada pelo deputado Gracho Cardoso? Até quando perdurará a lamentável situação da Escola Industrial de Aracaju, tendo à sua frente o engenheiro Clodovaldo Passos, julgado incapaz para a função pela última comissão de inquérito que aqui esteve. (O povo [...], 1946, p. 1)

Ocupando partes diminutas das páginas há duas propagandas. Uma é a de uma pomada que se destina a ulcerações e queimaduras e a outra dedicada ao tratamento de dores nas costas, em letras pequenas.

A divulgação de que o jornal publicará, nos tempos seguintes, o livro do intelectual Florentino Menezes através da sua *Carta aberta* somente aparece na segunda página. Ao lado dela, apenas uma outra matéria de teor político, mas tratando de tema concernente à sociedade Norte-Americana e intitulada *Liberdade de imprensa em todo mundo*. Todo o restante da página compõe-se de uma multiplicidade de produtos à venda e ocupam dois terços do espaço. Vendem-se relógios feitos com “a mais alta tecnologia suíça”, um óleo fixador de cabelos, um novo método das estrelas de Hollywood para a perda de gordura. Há também uma matéria divulgando um material educacional sobre epilepsia, um remédio laxante e antiácido e um outro destinado ao combate às espinhas.

No que se segue das edições do *Sergipe-Jornal*, Paulo Costa publica matérias sobre temas diversos, sempre bastante engajados politicamente. Frequentemente, as suas matérias, sempre na primeira página, se veem acompanhadas dos capítulos do livro de Menezes, na página seguinte. Em 27 de setembro, Paulo Costa publica *A utopia da mesa redonda*, no qual critica a política

conciliatória de Freitas Brandão, recém chegado a Sergipe como interventor federal e que havia proposto reunir os partidos PSD, UDN e PR em uma política conciliatória, mas deixou de fora o PTB e o PCB. Nesse dia 27, a segunda página do jornal publica *Sociedade e loucura*, de Florentino Menezes, no qual defende a origem social da loucura como um desajuste dos seres humanos a condições de vida artificiais. Em 14 de outubro, *Marcha-á-ré* no qual Costa retoma a crítica à atuação de Freitas Brandão como governador de Sergipe, mas agora no sentido da sua administração da máquina pública. No mesmo dia, era publicado na segunda página do jornal *Causas sociais dos sacrifícios*, de Florentino Menezes, no qual define a origem dos sacrifícios nas sociedades capitalistas. Um dia depois, Costa publica *Terra de ninguém*, relatando o problema de ainda existirem em Sergipe extensões de terra ainda não aproveitadas, além de criticar as condições de vida das sociedades rurais. Na mesma edição, está o capítulo *Criadores de doutrinas*, de Florentino Menezes, no qual defende a origem social dos gênios.

A editoração do jornal e a posição dos textos de Florentino Menezes em relação a de outros autores nas suas páginas é interessante, pois põe em questão o reconhecimento devido ou não pelo intelectual na sociedade Sergipana daquele período. Essa é, de fato, uma das grandes questões da biografia de Menezes, especialmente na década de 1940, com a sua aposentadoria compulsória do Atheneu Sergipense e o seu crescente distanciamento dos círculos sociais aracajuanos e mesmo familiares. Menezes se isola cada vez mais e parece manter contato apenas com alguns de seus amigos próximos. É notável também que ele mesmo destaca a falta de reconhecimento da qual se sentia vitimado e o quanto considerava indigno de sua posição a condição de vida que levava, com um salário muito abaixo do qual estava habituado e também tendo que realizar ele mesmo as suas atividades domésticas.

Não há maiores informações sobre as decisões editoriais do *Sergipe-Jornal* no período em questão. A relação entre a posição de seus textos nas páginas do periódico e o reconhecimento intelectual do autor na sociedade sergipana da época permanece, portanto, como uma hipótese de pesquisa a ser melhor explorada em futuras investigações. Além disso, não há dúvidas de que, mesmo não ocupando uma posição destacada, os textos de Menezes possuíam o perfil político-ideológico necessário para figurar nas páginas do *Sergipe-Jornal*, tanto quanto seus textos e os do periódico sergipano se relacionavam com seu contexto cultural e político a partir

de posições bastante próximas no espectro político-ideológico da época. Tanto Menezes quanto Paulo Costa assumiram posições no jornal que eram abertamente contrárias ao governo de Vargas durante o Estado Novo, e, de modo geral, aos grupos conservadores que compunham a cena cultural e política sergipana naquele momento, desde as elites econômicas até a Igreja Católica. O primeiro elemento de *Sociedade e sacrifício* a sustentar uma relação intrínseca com sua conjuntura histórica é nada menos que a própria noção de “sacrifício”.

6.3 A NOÇÃO DE “SACRIFÍCIO” E OS EFEITOS DA GUERRA EM SERGIPE

O debate sobre os sacrifícios e o sofrimento humano surge na obra de Florentino Menezes de forma tardia. Até 1930 não há registro de “sacrifício” ser uma noção central nas reflexões do autor. Isso não é mais o mesmo em 1946, como demonstrado no capítulo anterior. Além disso, paralelamente ao aparecimento desse novo debate, Menezes tece uma crítica à filosofia de Friedrich Nietzsche a respeito do valor da piedade, o que implica em uma mudança nas bases morais de seu pensamento. Uma compreensão sociológica dessas transformações não pode deixar de se questionar a respeito dos impactos da Segunda Guerra, especialmente após o ambiente de medo e insegurança instaurado na capital aracajuana em 1942, com o torpedeamento do submarino U-507 em suas praias. Trata-se de uma hipótese de pesquisa que possui alguma sustentação no conteúdo do texto em análise.

Essa hipótese se torna ainda mais consistente quando se compreende a Segunda Guerra Mundial como um acontecimento que intensificou os sentimentos que o mundo intelectual latino-americano já detinha sobre a Europa desde a Primeira Guerra (Compagnon, 2014). Um sentimento de crescente oposição aos valores eurocêntricos que tomavam o velho continente como marco da civilização e do progresso. Sua marca mais conhecida no Brasil é, sem dúvidas, a intensa busca pela identidade nacional após a década de 1920. No caso específico de Florentino Menezes, o efeito mais perceptível parece ter sido o favorecimento de uma posição moral mais altruísta. Logo em uma das primeiras páginas publicadas no *Sergipe-jornal* o autor traz a guerra como exemplo do sacrifício humano imposto pelas sociedades modernas. A guerra seria

um dos exemplos mais eloquentes deste martírio constante imposto pela sociedade aos seus elementos.

Desde a época obscura e longínqua em que o “Sapiens” ainda mal apumado abandonou as árvores que os homens se despedaçam nos campos de batalha.

A proporção que a civilização se desenvolve, os processos de matar se aperfeiçoam em um crescendo de destruição tão violento que desperta um sentimento de assombro e terror quando se lança o olhar para o futuro e os sacrifícios tremendos das novas gerações (Menezes, 1946c, p. 2).

De fato, a percepção de que as desigualdades sociais originam sofrimento já estava presente em seu pensamento anteriormente a 1946. Em *Tratado de Sociologia* (1931), por exemplo, pode-se ver uma menção ao termo:

Foi Karl Marx o primeiro sociólogo que pode, com espírito verdadeiramente científico, ter uma intuição penetrante e, com visão larga de gênio, fazer um estudo seguro e completo das classes sociais, de sua influência, de sua constituição íntima, de seus sofrimentos, do seu destino finalmente na vida e na evolução dos povos (MENEZES, 1931, p. 166).

Mas de forma alguma o termo “sofrimento” representa aí uma noção central na exposição de suas ideias. Representa menos ainda um elemento imprescindível, como o será depois, para pensar a relação entre o meio social e o indivíduo ou o universo biológico. No capítulo *O indivíduo e os grupos sociais*, também no *Tratado de Sociologia*, o centro do debate a respeito da relação entre os indivíduos e a sociedade diz respeito à questão de se o indivíduo é ou não a unidade básica do tecido social ou se existe algo para além dos indivíduos que compõem um grupo e suas interrelações. A esse respeito, Menezes defende uma posição muito mais próxima do individualismo de Georges Palante ao afirmar que

Para alguns sociólogos, a verdadeira célula social é o indivíduo, é nele que vão terminar as análises desenvolvidas pelos diferentes pesquisadores e são ainda eles, os indivíduos que, por um processo sintético, formam as sociedades.

Estou de pleno acordo com este modo de pensar e de julgar os fatos nem posso compreender como alguns escritores combatem esta doutrina, manifestação clara e concisa da verdade sociológica (Menezes, 1931, p. 162-163)

Também, na análise que faz Adriana Silva de *Escola social positiva* (1917), não se vê nada da noção de sacrifício como um elemento central das teses do autor. Antes, “sociologia, evolução, classificação social, seleção e socialismo serão os

assuntos estruturais da *Escola Social Positiva*” (1997, p. 60) Com respeito à relação entre os indivíduos e a sociedade, a autora nos diz que ele preferia a definição de “sociedade” de Palante, ou seja, como “um agrupamento de indivíduos reunidos sob o império de determinadas circunstâncias e necessidades” (Silva, 1997, p. 66). Uma compreensão de “sociedade” que se opõe àquela defendida por ele a partir da década de 1940, entendida como uma realidade autônoma e soberana em relação aos indivíduos.

É apenas em 1946 que Menezes começa a acionar a noção de sacrifício como parte fundamental de seu sistema intelectual. Trata-se de uma das transformações mais significativas em sua trajetória. *O sacrifício humano* é o primeiro capítulo publicado no *Sergipe-Jornal* e é também aquele especialmente indicado por Paulo Costa ao seu público. Juntamente com *Causas sociais dos sacrifícios*, *O ilogismo das massas* e *As pesquisas dos sacrifícios*, são eles que nos oferecem uma teoria ampla do sacrifício nas sociedades e, mais especificamente, do sacrifício nas sociedades capitalistas.

No início da sua exposição em *O sacrifício humano* o termo “sacrifício” possui uma acepção bastante literal e se vale de um repertório notadamente evolucionista e eurocêntrico. O início de sua exposição já evidencia sua postura eurocêntrica ao tomar o “espírito primitivo” como sendo “confuso” e cuja compreensão não poderia ocorrer por meio do raciocínio, notadamente porque a essas sociedades faltaria o componente da racionalidade. Assim, afirma Menezes,

O espírito pueril, sonhador e místico do primitivo era confuso e não se deve procurar explicá-lo pelo raciocínio. Mas verifiquemos simplesmente que, entre os neolíticos, o ato de semear era sempre acompanhado de um sacrifício humano. Não um sacrifício qualquer, porém o de um rapaz especialmente escolhido, tratado com a maior deferência, adorado mesmo até o momento de sua imolação, como uma espécie de deus-rei do sacrifício (Menezes, 1946b, p. 2)

Por outro lado, existiriam também os sacrifícios menos cruéis, que não levam à morte, mas também não deixam de ser sangrentos, “como a amputação de falanges dos dedos e ferimentos voluntários” (Menezes, 1946c, p. 2). Menezes se refere ao sofrimento nesse primeiro momento de sua construção teórica em termos que lembram a análise de Pierre Clastres (2014) sobre a tortura nas sociedades primitivas, na medida em que compreendem o sofrimento como um recurso de que dispõem essas sociedades para fazer inscrever nos corpos suas determinações e

leis em nome da coletividade. No entanto, Menezes não vê nos sofrimentos impostos aos indivíduos, como o vê Clastres, uma forma de “escrita da lei” sobre o corpo que se destina a inculcar nos membros daqueles grupos um senso de pertencimento e de não distinção. Para o nosso autor, tais sofrimentos são tão somente o resultado de uma mente confusa e irracional ao operar um mecanismo comum a toda e qualquer sociedade.

Conforme a exposição continua, ela se torna mais sofisticada e são introduzidas as oposições entre sacrifícios que são conscientes aos indivíduos e os que são inconscientes e também de sacrifícios úteis ou inúteis à coletividade. Aqui, a noção de “sacrifício” adquire a centralidade que possui em seu sistema de pensamento, tal como exposto no capítulo precedente deste trabalho, isto é, como um mediador da relação entre a natureza e a cultura, oposição que em outros momentos se explicita na relação entre indivíduo e sociedade. Os sacrifícios são apresentados como uma espécie de mecanismo através do qual cada elemento contribui parcialmente para a preservação e o funcionamento da ordem social. É neste sentido que o fenômeno da guerra como um sacrifício imposto aos indivíduos e todas as formas de sacrifícios oriundas, por exemplo, das desigualdades entre as classes sociais e próprias da sociedade capitalista de sua época são vistas pelo autor como sendo paradoxais.

Em uma clara oposição entre natureza e cultura como dois pólos diferentes, Menezes afirma que o “pensamento, a experiência e a cultura modificam profundamente o cenário, nas sociedades humanas” (Menezes, 1946b, p. 2), uma vez que agem como substitutos dos instintos. Ao reagir à natureza, a sociedade origina novas exigências, novos sacrifícios, ao invés de terminar ou amenizar os sofrimentos impostos pelo mundo natural. Disso decorria o seu caráter paradoxal, pois, nas suas palavras,

A sociedade representa uma reação contra o meio natural, ou melhor, contra o meio inorgânico e mesmo biológico e concorre, neste caso, para a vitória da vida e o progresso da espécie.
Devia, portanto, facilitar, em absoluto e tornar mais suave e mais amena, em todas as suas modalidades, a existência individual (Menezes, 1946b, p. 2).

No entanto, não é isso o que ocorre. Em realidade, diz o autor, se os indivíduos formam sociedades e, com isso, são capazes de escapar daquela modalidade de sacrifícios mais cruéis e próprias do mundo natural,

é para submeterem uma grande parte dos seus elementos, a outra modalidade de sacrifícios, nascidos da existência social e, às vezes, necessários a sua conservação.

Esta contradição aparente é um dos fenômenos mais interessantes, verificados na longa e exaustiva evolução humana.

A sociedade age, domina, modifica, transforma.

Cria novos tipos, eleva e enobrece o homem, mas sacrifica a maior parte dos seus elementos, com ferocidade incrível exigindo-lhe um trabalho exaustivo e impondo-lhe um sofrimento interminável (Menezes, 1946b, p. 2).

Menezes, de fato, associa à sociedade, por oposição à natureza, uma certa propriedade não declarada e que o permite afirmar o dever da existência social de “tornar a vida mais amena” e de “contribuir para o progresso da espécie”. A premissa oculta na citação acima decorre das suas bases evolucionistas e positivistas. São elas que o fazem ver no que ele compreende como a passagem da natureza à cultura, uma etapa do processo civilizatório que vai do mundo natural e bárbaro ao mundo civilizado, segundo um ponto de vista eurocêntrico da história. O sofrimento cumpre assim uma finalidade bastante específica, mesmo teleológica, posto que associada à uma visão unilinear e determinista da história. Ele cumpre a função de conservar a unidade social e demandar de cada indivíduo a justa medida da sua contribuição ao progresso e desenvolvimento da civilização rumo ao futuro.

Mas simultaneamente a esta concepção unilinear da história universal sempre presente em sua produção desde a década de 1910 e que persiste ainda no seu pensamento na década de 1950 existe também a presença marcante de uma desilusão para com as promessas da Europa e desse mesmo positivismo. Nessa desilusão, reside a chave para que se compreenda o salto analítico que oferece às noções de sacrifício e de sofrimento uma posição central em sua obra da década de 1946. Em sua afirmação de que o desenvolvimento dos processos de matar que acompanham o desenvolvimento da civilização desperta sentimentos de “assombro e de terror quando se lança o olhar para o futuro e os sacrifícios tremendos das novas gerações” (Menezes, 1946c, p. 2), Florentino Menezes praticamente vivifica a tese de Olivier Compagnon, segundo a qual, a partir de 1914, com os horrores da Grande Guerra, o mundo intelectual começa a olhar para Europa diferentemente.

“O espetáculo oferecido pelas nações beligerantes a partir de agosto de 1914”, afirma Compagnon, “assinala um defeito moral, um desmentido da fé positivista no progresso contínuo da humanidade, um aniquilamento da razão” (2014, p. 249). A partir de 1914, a Europa “é, portanto, alvo de uma profunda desilusão entre as elites latino-americanas, devido à Grande Guerra” (Compagnon, 2014, p. 259). Dessa desilusão, são encontrados indícios em jornais, na literatura, no cinema e mesmo no pensamento de uma série de intelectuais brasileiros do período, desde Rui Barbosa à Alberto Torres. Tanto no Brasil quanto na Argentina e na América Latina, de forma geral, as décadas seguintes, de 1920 e 1930 foram especialmente marcadas por uma crise identitária que levou à busca pela ressignificação das identidades nacionais.

No caso sergipano, através da obra de Menezes, pode-se observar os efeitos da Primeira Guerra já no momento mesmo do seu desenrolar. Em *Escola Social Positiva* (1917), por exemplo, em resposta à posição de Hamon³⁰, segundo a qual a humanidade tenderia cada vez mais à internacionalização e à homogeneidade, Menezes questiona:

Perguntamos a Hamon se a invenção da pólvora, dos fuzis, das metralhadoras, da artilharia, das granadas, dos obuseiros 420, dos dreadnoughts³¹ e dos submarinos também concorre para a solidariedade entre as nações e para um estreito afeto entre todos os homens? (Menezes, 1917, p. 73)

A historiografia, como aponta Compagnon, tendeu durante muito tempo a datar essa desilusão em relação à Europa em meados dos anos 40 “logicamente cega pela onda de choque que produziram no mundo inteiro as 60 milhões de vítimas da Segunda Guerra Mundial e o genocídio judeu”. No entanto, “os anos 1939-1945 não fizeram senão acentuar uma dinâmica intimamente ligada ao sismo de 1914, que fratura tanto a fé que os europeus podiam ter em si próprios quanto a das elites latino-americanas nas virtudes do Velho Continente” (Compagnon, 2014, p. 251).

Essa visão em relação ao progresso da civilização de fato se mostra na noção de sacrifício em Menezes, nunca propriamente definida como um conceito, mas sempre associada à ideia de sofrimento. Mas ela se mostra ainda mais clara

³⁰ “Hamon” muito provavelmente se refere ao anarco socialista francês Augustin Hamon, que viveu entre 1862 e 1945. A respeito do autor, conferir o trabalho de Lubek e Apfelbaum (1989).

³¹ Trata-se de um tipo de navio de guerra encouraçado que foi predominante no início do século XX.

nas transformações morais pelas quais passam o pensamento do autor, sobretudo quando das suas críticas à Nietzsche sobre o valor da piedade. Pois nestas críticas observa-se a maneira como ele reage ante a ideia do sofrimento humano anteriormente e após a década de 1940.

Em 1912, anteriormente aos acontecimentos da Primeira Guerra, e também em 1917³², no momento preciso do seu desenrolar, Menezes é um defensor do ideal aristocrático e crítico do que considera serem as falsas ilusões da igualdade e da fraternidade absolutas. Mesmo que a sua obra se afirme socialista, Menezes recrimina toda e qualquer postura que tenha diante do sofrimento uma posição “piedosa” e “fraca”. Em *Escola Social Positiva* ele delimita muito claramente dois tipos de socialismos, o dos piedosos e os dos fortes:

Assim os que aceitam os valores morais cristãos, os piedosos, os democratas, aqueles que se sentem assaltados pela dor, ao fitarem o espetáculo horrível da miséria e se comovem da sorte das classes sofredoras, todos eles são socialistas e lutam pela igualdade.

Em seus sistemas figura sempre uma sociedade ideal, onde os homens, em uma perfeita solidariedade livre do sofrimento e da miséria, bons e piedosos, seriam os mansos cordeiros de um enorme rebanho.

Outros, em razão do ideal aristocrático que afagam, por seus instintos mais fortes e caráter inquebrantável, aborrecem as ideias partidárias das multidões.

O espetáculo da miséria e da dor não lhes abate o forte coração; repelem qualquer ideia de igualdade, pouco lhes importando, embora, sabe se estão com a verdade ou não (Menezes, 1917, p. 14).

Desses dois pólos morais, Menezes se posiciona ao lado daqueles que preferem pelo ideal aristocrático, por oposição aos “piedosos”. “Não queremos”, diz ele, “uma sociedade ideal onde os homens vivam em uma felicidade perene e inconcebível igualdade”. E sentencia, afirmando que “se o mundo deve ser governado por uma aristocracia, ao menos seja esta quanto possível bela e genial” (Menezes, 1917, p. 12).

Nesse momento, a influência de Friedrich Nietzsche sobre o seu pensamento é explicitamente declarada, tanto com relação ao ideal aristocrático, quanto com relação a crítica ao valor da piedade, uma das marcas da filosofia moral de Nietzsche (Silva, 1997). Em 1946, no entanto, o autor empreende uma autocrítica na

³² O texto ao qual se faz referência aqui é a introdução de *Escola Social Positiva*, publicado em 1917. No entanto, como o autor mesmo indica, ele fora publicado originalmente anos antes, em 22 de agosto de 1912, no jornal *Diário da manhã*, em Aracaju. É por esse motivo que atribui-se aqui estas ideias a dois momentos diferentes e através de uma mesma citação, pois trata-se de uma série de afirmações realizadas em 1912 e depois reafirmadas em 1917, quando a Primeira Guerra estava em curso já há três anos.

forma de uma crítica às ideias daquele filósofo. Embora não deixe de defender o ideal aristocrático e a perspectiva segundo a qual o capitalismo deve ser superado por uma sociedade na qual a inteligência seja mais significativa que o poder econômico, tal como o fazia em 1917 (Silva, 1997), em 1946, a piedade é vista como “a mais completa e a mais bela das virtudes”. Em outros momentos, Menezes é explicitamente crítico em relação às suas ideias das décadas de 1910 e 1920 quando, por exemplo, em *Grandeza, decadência e renovação da vida*, ele abertamente declara ter se equivocado quanto à piedade (Menezes, 1953, p. 237-250).

Nesse momento da sua produção intelectual, Menezes considera que a piedade surgiu na humanidade através da civilização e está associada a ela na mesma medida em que a ausência de sociedade e civilização implicam a ausência de piedade. Por isso, por exemplo, “a piedade não pode existir entre animais como os répteis, de vida absolutamente isolada”. Através do valor da piedade, a sociedade impõe aos indivíduos o dever da solidariedade e “defende, por este meio, sua própria existência. É uma lei de conservação” (Menezes, 1946s, p. 2).

Mais do que se opor às críticas de Nietzsche à piedade e à sua aceitação destas críticas em *Escola Social Positiva* (1917), Florentino Menezes deixa claro o quanto essa autocrítica possui relação com os eventos da Segunda Guerra, especialmente quando ele atribui ao nazismo “uma aplicação da filosofia de Nietzsche”:

No ponto de vista moral o nazismo foi uma aplicação da filosofia de Nietzsche, uma verdadeira ressurreição do paganismo adaptado às condições de vida moderna, uma nova eclosão do “estado Dionisíaco” que elevou a Alemanha de Hitler a uma terrível e fragorosa derrota (Menezes, 1946r, p. 2).

A relação por Menezes identificada entre Nietzsche e o nazismo, acompanhada da forte onda antinazifascista da sociedade sergipana daquele momento, certamente contribuem para compreender a revisão direcionada por ele às suas teses sobre o valor da piedade.

Dessa forma, os anos que se seguiram às duas grandes guerras mundiais e, especialmente aqueles associados à realidade sergipana durante a década de 1940, se refletiram na trajetória intelectual de Florentino Menezes. Desde a alçada do sacrifício a uma noção central no seu sistema teórico até uma transformação na

base moral de sua sociologia, esses eventos se tornam evidentes em sua obra. Em *Sociedade e sacrifício*, conforme foi publicado em jornal, em 1946, a compreensão dessas transformações passam diretamente pelas críticas que então o autor dirige à sociedade capitalista. Pois por mais importante que a noção de sacrifício seja em seu sistema teórico, em 1946, a crítica aos sacrifícios inúteis e aos sofrimentos humanos é, antes de tudo, uma crítica especificamente ao sofrimento no capitalismo.

6.4 A CRÍTICA AOS SACRIFÍCIOS INÚTEIS COMO CRÍTICA AO CAPITALISMO

Conforme Florentino Menezes direciona suas proposições teóricas à realidade social e empírica, ele o faz ou como crítica ao mundo social atual ou como proposição de uma sociedade futura. Essa divisão em dois movimentos é um instrumento heurístico que se mostra fértil na interpretação sociológica de sua obra, especialmente quando da análise das transformações pelas quais ela passa. O primeiro movimento é o da crítica aos sacrifícios e sofrimentos impostos pela sociedade aos indivíduos. O segundo, é o da defesa de uma sociedade futura, baseada na inteligência. Em cada um dos movimentos nos quais Menezes materializa o seu projeto intelectual, seja em jornal, em 1946, seja em livro, em 1953, ele os realiza diferentemente. Em 1946, *Sociedade e Sacrifício* tratará da crítica aos sacrifícios oriundos especificamente do sistema capitalista, enquanto a sua proposta de sociedade futura será orientada por uma defesa da sociedade socialista e, mais especificamente, uma defesa explícita da sociedade soviética de sua época.

O raciocínio do autor opera de modo funcionalista. As sociedades realizam demandas a cada indivíduo a fim de continuar existindo. Em outros termos, cada membro da coletividade possui uma função específica à qual estão atrelados encargos. Às vezes o que se exige é tempo de trabalho. Outras vezes exige-se a entrega total do corpo no sentido, por exemplo, da prostituição, que o autor analisa em 1953 como um sacrifício inútil imposto às mulheres. É também esse o caso da guerra, que exige o sacrifício literal da vida. A explicação para esta tendência social ao sacrifício Menezes remete “à base mesma da estrutura social, nas manifestações íntimas do fenômenos coletivos”.

Três fatos sociais seriam as principais causas dos sacrifícios e sofrimentos inúteis e poderiam ser evitados. São causas que o autor elenca como que se referindo ao sacrifício humano em geral, mas que se referem diretamente aos sacrifícios nas sociedades capitalistas. São eles (1) a distribuição injusta e ilógica da riqueza humana, (2) a posse de avultados capitais e de extensa e rendosas propriedades pelos particulares e (3) o processo de seleção social, quando baseado na força, no dolo, na simulação e na mentira (Menezes 1946m, p. 2). Aqueles que ocupam os estratos sociais mais elevados e que estão mais seguros da guerra ou das doenças são os mais ricos. Os mais pobres, por sua vez, se veem submetidos a trabalhos que exigem deles condições insalubres e por vezes arriscadas a sua segurança pessoal.

O capitalismo é considerado por Menezes como uma forma social “corrompida”. Segundo ele, a seleção social, ou seja, os mecanismos através dos quais os indivíduos ascendem socialmente, seria baseada na mentira, no roubo e na fraude. A partir de Georges Palante, Menezes defende que “a maior parte do tempo, a sociedade cumpre quase inconscientemente sua lei de conservação: mente, mata, rouba, usurpa com soberana tranquilidade” (Menezes, 1946c, p. 2). Uma concepção que não sofre muitas alterações desde a *Escola Social Positiva* (Silva, 1997), salvo pela adoção de uma base moral mais altruísta.

A base da crítica do autor ao capitalismo, portanto, reside na ideia de que nele tais exigências ocorreriam em função do poder econômico ou da fraude e não do mérito individual. Dessa forma “corrompida” de sociedade, resultam uma série de mecanismos cuja única função seria a manipulação e a ilusão das massas e se destinariam tanto à preservação dos interesses das classes dominantes quanto à luta contra o socialismo. Em *Para que iludir?*, publicado em 21 de novembro de 1946, atribui à tendência dos governos fascistas de sua época a fornecer melhores condições de trabalho e de vida às classes populares como uma estratégia consciente. Ela serviria para desmobilizar politicamente as classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo, dificultar o avanço da ideologia socialista. Essa análise deve muito pouco àquilo que dirá a historiografia brasileira sobre os contornos gerais da política socioeconômica varguista, por exemplo (Fausto, 2001).

Muitas vezes um chefe de Estado toma uma orientação que tem como fim claro favorecer o operariado, prejudicando aparentemente os interesses dos capitalistas.

Exultam de alegria os operários e se movimentam na surdina os proprietários e os capitalistas que apoiam o governo de comunista. Entretanto, todos erram, os operários e os capitalistas. Somente o governo acertou. Aquele pequeno aumento dos míseros salários dos pobres e o diminuto imposto na bolsa recheada dos ricos decretados pelo governo de consciência fascista tiveram uma finalidade oculta, que não foi apreendida pela mentalidade média da sociedade. O grande fim oculto deste prestidigitador genial do pensamento humano foi diminuir as agitações operárias, sempre inconvenientes para a segurança do Estado, prestigiar o regime capitalista pelas concessões feitas e afastar indefinidamente a vitória do socialismo e de uma seleção social firmada em bases absolutamente intelectuais” (Menezes, 1946ag, p. 2).

No que se segue de sua crítica, Menezes elenca uma série de políticas que, a seu ver, nada mais são do que “doses homeopáticas de piedade”, destinadas a retardar o avanço do socialismo. Na sua lista estão os diversos planos de seguro social, a participação dos operários no lucro das empresas e a divisão de terras em pequenas propriedades (Menezes, 1946ag, p. 2). Outras formas de sustentar a sociedade capitalista são analisadas em *A luta contra o socialismo e o ilogismo das massas humanas*. Por “ilogismo” Menezes se refere ao que considera ser uma característica própria das “massas humanas”: a ausência de pensamento racional e a confusão mental. A partir da autoridade de Gustave Le Bon, famoso autor de *Psicologia das multidões* (1895), ele argumenta que apenas uma camada estreita da sociedade, composta daqueles com formação sociológica, são capazes de discernir a natureza dos sacrifícios e injustiças sociais.

Esta dificuldade dos fatos sociais serem apreendidos com segurança, pelas massas humanas, tem um valor imenso para as cogitações deste livro. É exatamente esta deficiência de observação que tem favorecido o império do sacrifício na espécie humana (Menezes, 1946aj, p. 2).

Num certo sentido, as publicações do autor em jornal são uma forma de ir contra essa tendência de o pensamento racional e crítico ser ausente da maior parte da humanidade. Ao se posicionar como sociólogo e como conhecedor das leis do mundo social e das causas dos sacrifícios, Menezes espera contribuir para esclarecer àqueles de “mentalidade média” e fazer deixar de reinar a ignorância sobre as injustiças do capitalismo. Trata-se, como ele mesmo disse em sua carta a Paulo Costa, de “um livro de combate”.

Para o restante dos seres humanos, impera a confusão que faz tomar os sacrifícios impostos pela sociedade como o produto da vontade divina ou das leis da natureza. Mais uma vez, o autor opõe as leis da natureza às leis da sociedade,

sem que com isso ele deixe de lado o seu determinismo. O que se deixa de ver sem a cultura sociológica é o determinismo do mundo social, que, com leis necessárias, impõe os sacrifícios aos indivíduos. Esse mesmo conhecimento das leis sociais e das leis do desenvolvimento histórico das sociedades é o que permitiria aos seres humanos romper com os sofrimentos inúteis do capitalismo e promover uma sociedade mais justa. Somente uma formação sociológica seria capaz de dissipar os “ilogismos” causados não apenas pela educação tendenciosa do mundo capitalista, mas também por toda uma outra série de estratégias veladas. Na sua essência mais básica, essas estratégias consistiram em demonstrar ao proletariado que elas poderiam levar uma vida tão boa quanto aquela que eles levariam no socialismo, sem necessariamente transformar a estrutura social (Menezes, 1946ag, p. 2).

A respeito de uma formação “verdadeiramente sociológica”, no entanto, o autor era cético. Florentino Menezes, que foi professor catedrático de Sociologia no Colégio Atheneu Sergipense na década de 1930 e que escreveu um dos primeiros livros didáticos de Sociologia do país, o *Tratado de Sociologia* (1931)³³, escreve:

A defesa da organização capitalista é feita hoje racionalmente, com a aplicação de métodos científicos.

Ela atinge, de um modo intensivo, os institutos de educação, com os programas oficiais.

O ensino de sociologia, nas democracias políticas defende verdadeiramente o regime capitalista, do mesmo modo que defendeu o fascismo na Itália de Mussolini e o nazismo na Alemanha de Hitler.

Os programas de Sociologia nas nações capitalistas referem-se com prolixidade a diversos assuntos, afastando-se, às vezes, dos seus verdadeiros limites talvez para despistar a mocidade ociosa de descobrir a verdade” (Menezes, 1946ac, p. 2).

É bastante claro hoje, e talvez mesmo à época, que Menezes poderia ter direcionado essas mesmas críticas às políticas de trabalho e de cultura do governo

³³ A este respeito é importante observar que, conforme já tivemos a oportunidade de analisar noutra ocasião (Souza, 2022), o manual didático de sociologia de Florentino Menezes apenas muito vagamente toca no tema do socialismo. Quando o faz, o autor tão somente menciona as suas publicações anteriores, sem desenvolver as ideias nelas presentes. A tal ponto esta ausência é evidente no manual que durante uma boa parte do período de consecução desta investigação sobre o seu pensamento uma das hipóteses de pesquisa era a de que, desde 1930, Menezes havia abandonado completamente o seu ideal socialista em prol de interesses mais relacionados às ciências biológicas. Uma hipótese que se sustentava na ausência quase absoluta do tema nos seus dois últimos livros publicados ao qual tivemos acesso: no seu manual, de 1931 e no livro de 1952, *Grandeza, decadência e renovação da vida*, no qual ele também não tece defesa ao socialismo. Seu livro de 1934, ao qual não tivemos acesso, *A ilusão comunista e a realidade soviética*, possui um título que é ambíguo em relação à posição nele adotada sobre o tema. Somente com a redescoberta de *Sociedade e Sacrifício* (1946), no *Sergipe-Jornal*, esta hipótese veio por terra. Infelizmente não existem tantas informações sobre a relação entre o seu manual de sociologia e o contexto cultural e político do período. Ele não deixou comentários diretos sobre o tema e tampouco restaram versões diferentes desta obra.

Vargas. Poderia tê-los relacionado, por exemplo, com a Consolidação das Leis do Trabalho, já em 1943, ou ainda a instituição do salário mínimo, em 1940. No entanto, Menezes se desvia completamente de sua realidade local, seja regional ou nacional, e, muito embora proceda de modo mais empírico e menos retórico e teórico, ele direciona todo o seu olhar à análise da sociedade europeia. Mais especificamente, a respeito das posições da classe operária inglesa de sua época frente a esse tipo de política. No seu entender, os ingleses deveriam servir como exemplo às demais nações, pois, afirma o autor, eles não se deixavam iludir por tais estratégias.

Com esta política maquiavélica, aparentemente avançada, eles, os conservadores reacionários do regimen capitalista, conseguem às vezes iludir a boa fé do operário.

Mas, quando os trabalhadores possuem uma mentalidade igual à do proletário inglês, os fatos se passam de um modo diferente.

O Partido Trabalhista inglês não se deixou enganar com uma ilusória participação nos livros, mas está exigindo uma socialização salvadora dos meios de comunicação e das indústrias básicas. (Menezes, 1946ah, p. 2)

Essa posição distanciada dos problemas e dilemas da sua realidade local difere consideravelmente o seu texto daqueles demais textos encontrados no *Sergipe-Jornal* no mesmo período, especificamente direcionados aos problemas enfrentados pela sociedade sergipana e brasileira daquela época. Apesar de Menezes compartilhar de posições político-ideológicas semelhantes às do jornal, na medida em que são posições contrárias aos grupos conservadores e marcadamente associadas ao socialismo e aos grupos de esquerda, o eurocentrismo presente nos seus textos e a distância em relação aos problemas concretos de sua realidade local é algo a ser considerado.

6.5 EM DEFESA DO SOCIALISMO OU EM DEFESA DOS INTELECTUAIS?

Para que ocultar que a situação de verdadeira penúria de parte de alguns intelectuais arrasta-os a defenderem o regime socialista onde ocupariam uma posição digna, de acordo com a sua cultura mental!?! (Menezes, 1946ac, p. 2).

Se, nas publicações no *Sergipe-Jornal* (1946), a crítica aos sacrifícios inúteis é abordada a partir da crítica ao capitalismo, a defesa da sociedade futura é uma defesa da sociedade socialista e, mais especificamente, uma defesa da sociedade

soviética de sua época. No entanto, o socialismo é defendido sob uma justificativa muito peculiar, posto que aristocrática e meritocrática. Para o autor, a classe trabalhadora não é a responsável por fazer mover a história. Os intelectuais seriam os agentes da revolução.

O debate em torno do confronto entre capitalismo e socialismo ocupa a maior parte das publicações no *Sergipe-Jornal*. Quando os capítulos não são diretamente consagrados à questão do socialismo como seu tema principal, alguma menção a ele pode ser sempre identificada no decorrer do texto. O período entre os dias 25 de outubro e 13 de novembro é o mais profícuo no assunto, tendo o jornal publicado um total de quatorze números contendo textos de Menezes que dissertam apenas sobre esse tema. Nesse período estão contidos os capítulos XI: *Vitórias Socialistas*, XII: *Democracia e Capitalismo*, XIII: *Para que iludir?*, XIV: *Democracia e Socialismo*, XV: *A luta contra o socialismo* e XVI: *O ilogismo das massas humanas*. São publicações nas quais o autor centra o debate do socialismo na distinção entre as noções de “democracia econômica” e “democracia política”, uma conceituação diretamente relacionada com o momento de redemocratização político então vivido em todo o Brasil. No caso da experiência da redemocratização em Sergipe, essa é a parcela de seu texto que mais diretamente indica o seu posicionamento junto a Paulo Costa e ao *Sergipe-Jornal*.

Cumprir notar que, no capítulo anterior, a relação entre o tema da democracia, do socialismo e da quinta eclosão da vida foi abordado exclusivamente do ponto de vista da lógica interna do sistema intelectual de Florentino Menezes. Mas a questão da democracia está intrinsecamente relacionada ao contexto social e político vivido por Menezes no ano de 1946, sem o qual as suas reflexões sobre os temas da democracia econômica e da democracia política e do socialismo não são plenamente compreendidas.

Segundo o que Menezes diz ser “a moda intelectual do momento”, a democracia estaria sendo compreendida apenas em referência ao setor político e não ao econômico. A “moda intelectual do momento” sem dúvidas se refere ao processo de redemocratização então em curso no Brasil após os anos da ditadura varguista, embora o autor faça apenas uma referência a esse processo, quando afirma que “hoje, no Brasil, se trabalha heroicamente para o estabelecimento da democracia política” (Menezes, 1946ab, p. 2). Por isso afirma que “o capitalista é, no momento presente, uma expressão social sem significação lógica, verdadeiramente

absurda, um ser inútil, completamente desajustado da época de civilização” (Menezes, 1946y, p. 2). A partir dessa concepção, ele interpretava qualquer disputa ou luta socialista no interior de outras nações como um sinal claro dos tempos.

Não obstante considerar que as conquistas socialistas estariam se estendendo a todo o mundo e que a sua vitória era um fato necessário e já decidido pelas leis da história, apenas a URSS teria conquistado o que o autor considerava ser uma verdadeira democracia. Em *Causas sociais dos sacrifícios*, por exemplo, ele não se furta de apresentar a URSS como o “o maior padrão de glória humana”:

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas apresenta-se, hoje, à observação imparcial dos sociólogos, como um exemplo magnífico, cujos resultados obtidos foram dos mais brilhantes e dos mais eloquentes, porque a União Soviética é, hoje, e sem contestação, o maior padrão de glória humana (Menezes, 1946ai, p. 2).

E completa, apresentando mais uma vez sua perspectiva dos intelectuais como o centro do processo revolucionário.

Os governos de todas as nações civilizadas procuram, atualmente, nos setores que estão sob a sua imediata dependência, substituir, dentro dos interesses do Estado burguês a “seleção capitalista” (seleção efetuada com os processos injustos do capitalismo) por uma seleção social intelectual intensiva ((Menezes, 1946ai, p. 2).

Menezes destaca não apenas as conquistas e as movimentações das classes trabalhadoras, mas sobretudo os avanços em relação aos intelectuais, vistos pelo autor como uma classe social independente das demais. Conforme as civilizações “avançam” e “evoluem”, mesmo que sob o regime capitalista, elas tenderiam então a promover cada vez mais a classe social dos intelectuais aos postos de maior destaque. Não mais a ascensão social baseada no privilégio econômico, mas a ascensão baseada na inteligência, uma “seleção social intelectual intensiva”.

O verdadeiro ideal democrático apenas se constituiria com a aproximação, o máximo possível, das classes sociais, daquela dos estratos superiores com aquela dos estratos mais baixos. Isso não significa, no entanto, uma utopia plena de igualdade. Menezes persiste na sua concepção aristocrática da sociedade, na qual os indivíduos se diferenciam pelo mérito da inteligência, do talento e do esforço. Seguindo ainda os passos de Palante e de Nietzsche, ele considera que a

verdadeira democracia, isto é, a democracia política e econômica deve realizar tal ideal “dentro das possibilidades humanas” (Menezes, 1946ab, p. 2).

É justamente por a verdadeira democracia ser não apenas política, mas sobretudo econômica, que todo o movimento ou a “moda”, como ele denomina, pela qual passava o Brasil à época, seriam expressões de caráter conservador e reacionário. Apesar de apoiar a necessidade do movimento de redemocratização e de acreditar na necessidade da democracia política, o sentido do seu texto é o de afirmar que qualquer movimento que exija apenas direitos políticos age tão somente no sentido da continuidade do capitalismo em um momento histórico que ele considerava ser claramente “progressista”, no sentido de que estava às margens da “evolução” que levaria ao socialismo.

O autor nos fala da democracia política como uma falsa democracia, uma forma pela qual os “democratas-políticos”, os “falsos democratas”, buscam enganar as massas humanas em prol do capitalismo. Eles a teriam tornado algo conservador e reacionário. Considera ainda que havia no Brasil de então poucos reais democratas. Na sua linha de raciocínio, afirmar a aproximação de alguém com os seus ideais democráticos significa o mesmo que aproximá-lo da defesa do ideal socialista. Aliando-se à figura de Paulo Costa, Menezes encontra neste período de redemocratização e de ampla crítica a toda forma de totalitarismos uma porta aberta para a crítica às ações do Estado. Ele não menciona em momento algum nenhuma família importante de Sergipe ou o nome de Maynard Gomes, por exemplo. Uma única vez em todo o texto, no capítulo *A escolha dos dirigentes*, ele faz uma clara referência à Getúlio Vargas, mesmo que não o cite diretamente:

Basta lembrar a inflação no Brasil.
Ainda hoje o povo brasileiro passa fome, sofre, derrama lágrimas de sangue e clama pelo advento da justiça.
E tudo isso porque?
Devido a um erro de natureza social, o erro da inflação... naturalmente provocado pela falta de cultura especializada de um ditador brasileiro.
Como é fácil de observar, a falta de conhecimentos sociológicos de um chefe de Estado pode aniquilar um país e ser causa de sacrifícios tremendos (Menezes, 1946h, p. 2).

Como o resultado da falta de especialização sociológica dos governantes são “erros funestos à sociedade”, ele argumenta que as sociedades futuras deveriam ministrar cursos preparatórios de sociologia para todo aquele que decidisse ser o

governante de um país. Assim como é preciso estar preparado para ser um médico ou um engenheiro, diz o autor, também é necessário uma formação para que se possa dirigir o curso de uma nação.

As futuras sociedades de organização socialista precisam de um regime muito mais completo.

É necessário que as leis sociais do futuro auxiliem, mais eficientemente, as multidões, em seus métodos democráticos, para a escolha dos seus dirigentes, com um processo prévio de seleção intelectual especializada. (Menezes, 1946g, p. 2)

Da necessidade da especialização das classes dirigentes e da formação de um conhecimento sólido e especializado em sociologia decorre a proposta de um “sistema múltiplo de pesquisas, a fim de se verificar a extensão dos sacrifícios nas sociedades”. Como tal, sua proposta ou programa de pesquisas, a fim de classificar os diferentes tipos de sacrifícios como úteis ou inúteis e a necessidade do domínio da sociedade por uma classe dirigente e intelectual, com formação sociológica, está diretamente relacionada com sua posição a respeito do Estado Novo e do governo Vargas. São propostas que surgem, embora ele não o declare explicitamente, como respostas à inflação e, de modo geral, ao que compreendia como incompetência do governo de Getúlio Vargas, ao longo das décadas de 1930 e 1940.

Embora o Estado Novo tenha se tornado conhecido pela inserção de diferentes grupos intelectuais no aparato estatal e o próprio Vargas fosse reconhecido como um intelectual à época, Menezes parecia insatisfeito com a orientação conservadora do governo, mantendo-se distante dele. Ao longo da década de 1930 e 1940, o autor manteve-se restrito às suas atividades no interior do Colégio Atheneu sergipense, como professor de Sociologia e publicou apenas um único livro, em 1934, dedicado à questão soviética. É possível que a sua antipatia com a política do Estado Novo em relação aos intelectuais se devesse à sua concepção de sociologia amplamente relacionada com o socialismo e refratária às tendências conservadoras do governo, inclusive no caso sergipano, com o interventor Heronides de Carvalho, por exemplo.

Em se tratando de suas reflexões sobre democracia no Brasil, cumpre destacar que Menezes não dedica grande parte da sua reflexão sobre ao problema da relação entre democracia, desigualdade e a da identidade nacional, nos moldes com os quais muitos dos intelectuais de sua época se dedicaram a elas, isto é, a

partir da questão da miscigenação. São questões clássicas do pensamento social brasileiro, mas que em grande medida escapam às preocupações do autor nesse momento. Quando se refere aos limites da democracia política no Brasil, no entanto, ele menciona, na publicação de 05 de novembro de 1946, que um dos méritos brasileiros, por oposição à países como Inglaterra, é o de ter realizado melhor o que ele denomina de “democracia moral e genésica”, referindo-se, com isso, ao que então se entendia como a igualdade entre as diferentes raças humanas. Para o nosso autor, portanto, o Brasil seria uma sociedade na qual impera a democracia racial, sem distinções ou desigualdades de raça. Com isso, embora ele não se dedique a questões como a da relação entre miscigenação e identidade nacional, por exemplo, ele parece estar explicitamente aceitando o mito da democracia racial no Brasil.

6.6 OS CAPITALISTAS DO VATICANO

A Igreja Católica foi o terceiro centro de atenção privilegiado das críticas de Florentino Menezes. Nas publicações de 1946 o debate sobre a relação entre catolicismo, capitalismo e nazismo perde espaço apenas para a defesa do socialismo aristocrático. Ainda assim, todo o tema das críticas de Menezes à Igreja giram também em torno das críticas ao capitalismo. Não é por acaso que o autor se insurge tão veementemente sobre esta instituição. Desde o início de sua trajetória, ele a teve como opositora. Além disso, mesmo que a sua presença no cenário cultural e político-ideológico não fosse mais a mesma desde a onda positivista que se proliferava pelo Brasil a partir do final do século XIX, a Igreja Católica jamais deixou de ser uma força relevante. Ela se torna especialmente presente após a década de 1930, com a sua aliança com Vargas, um momento no qual ela se dedica à oposição aos movimentos de esquerda, sobretudo comunistas, e busca a retomada das posições perdidas para o cientificismo.

Como informa Lima (1995), nas décadas de 1920 e 1930, floresceu o anticomunismo em todo o país, sustentado pela aliança entre Estado e Igreja. Uma figura importante neste cenário de busca pela retomada da hegemonia cultural é Jackson Figueiredo e o *Movimento Católico Leigo no Brasil*. Em termos regionais, a instituição de maior destaque no início do século XX é a *Diocese de Aracaju* que, por

meio de sua ação no jornal *A Cruzada* (1918), empenhou grandes esforços na desmobilização do *Centro Socialista Sergipano*, idealizado por Florentino Menezes. Na década de 1930, ocorre a fundação do *Centro Dom Vital* em Aracaju (1932) e do *Centro Operário Católico* (1935), ao mesmo tempo que as atividades do *A Cruzada* (1935) são retomadas.

A Igreja Católica era, conforme Figueiredo (1990, p. 11) a igreja das classes dominantes, das elites econômicas, e o jornal *A cruzada* era o seu porta-voz. Nesse veículo, as suas posições políticas e ideológicas eram divulgadas em todo o estado. Pode-se dizer mesmo que *A cruzada* empreendeu uma guerra contra as posições contrárias às suas.

“A Cruzada” é trincheira do reacionarismo e do obscurantismo, não abre mão do seu maniqueísmo fascista: “Quem não está comigo, está contra mim”. O jornal doutrina: A ordem da III internacional é a infiltração nas classes armadas. Na Rússia e no México foram fuziladas dezenas de milhares de homens e mulheres por terem religião. Se V. Ex. tem coração para amar a Deus, à Pátria e à Família faça alguma coisa urgente em benefício da contra-propaganda que os integralistas querem desenvolver de um modo intensivo” (2/6/1935). É do mesmo dia artigo de Nelson Sampaio, oficial do Exército, redator de “A cruzada”: “O Rotari era uma sociedade que encarnava o laicismo em sua última e perigosa expressão, a indiferença religiosa. Não é permitido a um católico aderir ao Rotari” (2/6/1935). “A Cruzada” reafirma: “A aliança Liberal Nacional é mais um grande embuste armado à boa-fé do povo. Nada tem de Aliança. Nada tem de libertadora. nada tem de nacional. É, sim, comunismo, conforme declarado o próprio Luiz Carlos Prestes” (9/6/1935) (Figueiredo, 1989, p. 11).

Além disso, a Igreja conta não apenas com uma grande presença em todo o estado e nos seus municípios, mas também com uma imprensa própria e bastante organizada, com a qual ela se constitui como uma das maiores forças políticas e ideológicas de então.

Homens como Leopoldo de Araujo Souza prestigiam a administração do Interventor Eronides Ferreira de Carvalho, antipatizado pela sua violência. Mas, depois de Eronides de Carvalho, do usineiro e do grande fazendeiro, ninguém, em Sergipe, é mais forte do que a Igreja Católica, verdadeiro poder de fato. Poder organizado. Atuante. O pensamento, no Estado, é acompanhado e policiado pelo jornal “A cruzada”, órgão da Ação Católica Diocesana, dirigido pelo padre João Moreira Lima e com Conselho Redacional ou de imprensa constituído do monsenhor Mário Vilas Boas, cônego Carlos Costa, desembargador Simão Teles Menezes Sobral, Manoel Cândido dos Santos Pereira, Garcia Rosa, Francisco da Graça Leite, José Ludovice, Elias Carmelo, Guilherme Nabco Maciel, Wolney Loureiro Tavares, Auélio Vieira, Olegário Silva, capitão Nelson Sampaio e Cícero Sampaio, Secretário do Centro D. Vital (Figueiredo, 1989, p. 11).

Isso sem contar com o amplo apoio que recebe das elites locais.

O jornal tem representante na maioria dos municípios sustentado, também, por donativos financeiros, especialmente da elite (João de Souza Sobrinho, Manoel Rollemberg Rodrigues da Cruz, Marieta Prado, Idalina Cruz, etc.) (Figueiredo, 1990, p. 11).

Após 1941, com o posicionamento da União Soviética do lado das democracias ocidentais, a Igreja reorienta a sua postura diante do comunismo, pois passa a privilegiar o nazismo como inimigo. Passada a guerra, entretanto, “retornam os radicalismos ideológicos”. A Igreja Católica busca intervir publicamente na defesa intransigente de sua fé” (Lima, 1995, p. 134). Entretanto, as insurgências católicas na esfera da cultura não deixaram de enfrentar oposições do lado da corrente cientificista. Do próprio lado católico, a vida filosófica em Sergipe após 1930 poderia muito bem ser dividida a partir de dois lados dicotômicos. “Uma espiritualista, presa à doutrina teológica da Igreja, e uma cientificista, representada por pessoas em maioria católica, mas sem medo da ciência” (Lima, 1995, p. 136).

Ao longo da primeira metade do século XX, muitas posições se definiram em oposição ao catolicismo em terras sergipanas. Na década de 1930, há movimentos que se opõem a este estado de coisas, como na poesia de José Sampaio. O advogado Carlos Garcia pode ser tomado como o líder desse movimento. Florentino Menezes, aliás, é apontado por Lima (1995) como a maior expressão do positivismo em terras sergipanas, como já destacado anteriormente.

Nas publicações de *Sociedade e sacrifício*, no *Sergipe-Jornal* (1946), os ataques à Igreja Católica são abertos. Em poucas palavras, Menezes não apenas se opõe à Igreja Católica por se tratar de uma religião que pretende pela hegemonia cultural e ser avessa ao seu cientificismo ou ao comunismo. Ele acusa a Igreja de ser parte integrante do capitalismo e de suas mazelas e de ser ela mesma uma espécie de instituição capitalista, na medida em que concentra riqueza em grande escala. Não obstante, ela é também caracterizada como reacionária e nazifascista. Apesar disso, em momento algum nós teremos o autor se referindo seja ao jornal *A cruzada*, seja à *Diocese* ou ao *Centro Dom Vital* ou a qualquer outra instituição, movimento ou ator católico de sua realidade local.

Como já dito anteriormente, os capítulos *V: De Antropóide a Imperador*, de 05 de outubro de 1946, *IX: Socialismo, Nazismo, Cristianismo e Piedade*, de 17 de

outubro de 1946 e *X: Onipotência e Piedade*, de 21 de outubro de 1946 são completamente direcionados à crítica a Igreja Católica. O *De Antropóide a Imperador* é apresentado por Menezes como um combate a todas as formas de mentira divulgadas pelos ideólogos do catolicismo. Ele afirma que “Impõe-se, portanto, sempre que for possível, um combate cerrado a todos aqueles que sentem prazer em deturpar a verdade, com o fim oculto de defender doutrinas reacionárias e velhas teorias imprestáveis” (Menezes, 1946j, p. 2). De uma forma bastante irônica, Menezes estabelece uma relação entre o “antropóide primitivo” e o papa, “capitalista do Vaticano”.

Hoje, inteiramente transformado e educado, ele, o antropóide grosseiro das florestas de outrora, dirige institutos científicos e leciona nas universidades das grandes nações civilizadas, alcançando assim o máximo possível da cultura e do talento humano.

[...]

Celebra missas nas Catedrais e trocou as cavernas de outrora, pelas celas sombrias dos conventos.

Frequenta cinema e futebol, vestido de batina e de coroa aberta na cabeça, todo irascível e violento, ergue-se nas tribunas populares, para combater a verdade e lutar ferozmente contra a Rússia soviética e o ideal sublime do socialismo.

Depois, a civilização e o progresso crestaram as flores mais puras do jardim da inocência, desfrutaram o ideal e o sonho e deixaram a consciência empedernida.

Hoje, rodeado de riquezas, com desmedido orgulho e vaidade imensa e uma ostentação que fere o sentimento democrático do mundo moderno, ele, fascinado ainda pelas grandezas efêmeras da vida, ocupa o trono aristocrático - capitalista do Vaticano (Menezes, 1946j, p. 2).

Não são guardadas reservas na polêmica contra a Igreja, salvo aqueles que o impedem de se referir explicitamente à cena local sergipana. Mas os ataques não terminam com a fachada de “capitalista do Vaticano”. Não demora muito para o autor relacionar o catolicismo à defesa do nazifascismo e a criticar o próprio cristianismo como doutrina, embora com mais reservas do que o esperado pelas suas posições em 1917, quando era um defensor da filosofia de Nietzsche e contrário, como esse autor, à piedade. A admiração dele pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, seja com Lenin, seja com Stalin, só encontra equiparação na aversão tida pelo catolicismo.

De fato, a URSS não apenas é considerada por Menezes a nação que melhor conseguiu realizar o ideal democrático e socialista, mas todas as suas ações seriam baseadas na ciência. Sem seguir uma rota única e imutável, a URSS seria uma espécie de laboratório social imenso, na qual, com critério científico, as melhores

soluções são adotadas, enquanto as que se mostram ineficientes ou “não adaptadas aos novos estágios evolutivos da sociedade” (Menezes, 1946r, p. 2) são descartadas. Nesta sua cruzada rumo à sociedade do futuro, Menezes considera que a URSS realizou “no ponto de vista político, a aplicação mais completa e mais perfeita da moral cristã”.

É interessante perceber que a associação entre socialismo e cristianismo aparece aqui como uma crítica ao catolicismo e uma defesa do valor social da piedade. Ao “socialismo cristão”, Menezes contrasta a moral do nazismo³⁴, que seria uma moral da violência e da força (Menezes, 1946s, p. 2). Menezes considera que o valor da piedade tem origens históricas e sociais bastante precisas. Ele teria surgido com o cristianismo, que rompe com a antiga moral romana e pagã e representaria um avanço no desenvolvimento da civilização (Menezes, 1946u, p. 2). O mundo antigo seria cruel e, por isso mesmo, semelhante ao mundo natural. Com a piedade, o autor considera que o cristianismo impôs à sua doutrina um “ilogismo”, pois faz coincidir os atributos da onipotência e da onisciência com a misericórdia, sendo que o mundo criado por esta mesma divindade é um mundo repleto de sofrimento. Trata-se do velho problema da existência do mal na filosofia cristã e à qual Menezes dedica uma boa parte do capítulo X: *Onipotência e Piedade*, de 21 de outubro de 1946. Mas mesmo com essa incoerência na doutrina cristã, haveria no surgimento da virtude da piedade um avanço histórico da humanidade rumo à civilização. O cristianismo possuiria assim o mérito de ter dado um passo que representava a fuga dos sofrimentos que a moral antiga impunha.

Na medida em que a piedade é o resultado do processo civilizacional, “não é lógico”, diz ele, negar esse valor, pois ele representa uma clara evolução e algo que deve ser mantido. Apesar de não aceitar a piedade como uma “virtude, capaz de abrir, depois da morte, as portas de um paraíso” ou como “um narcótico suave, para amortecer os ímpetos instintivos da consciência humana”, o autor aceita esse valor como “um dever sagrado da justiça” (Menezes, 1946s, p. 2). Através do valor da piedade a sociedade estaria defendendo a si mesma e a sua conservação. Nisso reside não apenas o seu valor para o mundo moderno e para a futura sociedade socialista, como também estaria aí o segredo de todas as conquistas do cristianismo. “Este é o

³⁴ Sob o rótulo de “nazismo” o autor compreende uma série de doutrinas, entendidas como variações do nazismo, tais como o integralismo e o fascismo.

cristianismo que Jesus ensinou”, nos diz, “cristianismo de piedade, de amor e renúncia” (Menezes, 1946s, p. 2).

Contrariamente a esse cristianismo real, há aquele aliado ao capitalismo e ao fascismo. O cristianismo que o nosso autor associa diretamente à Igreja Católica.

É o cristianismo capitalista, cristianismo mentiroso dos que vivem, docemente engolfados na riqueza e aplicam a fortuna conquistada na satisfação dos seus instintos cruéis, de sua vaidade imensa e de seu orgulho ridículo.

[...]

É o cristianismo daqueles que combatem, nas igrejas e nos jornais religiosos a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, defendendo assim, pela imprensa e pela palavra, o regime fascista que só produziu no mundo sofrimento, dores, ódios e sacrifícios (Menezes, 1946s, p. 2).

Em uma clara referência aos jornais, Menezes representa o catolicismo como um inimigo. Trata-se de uma posição nada favorável à sua imagem pública em Sergipe, mas que não representa também uma inimizade nova, podendo ser remontada, como já vimos, à década de 1910 e os seus conflitos pela consecução do projeto do *Centro Socialista Sergipano*. Certamente o centro de sua atenção está em *A Cruzada*, mesmo que o autor dele não faça referência em momento algum. A descrição que nos oferece Ariosvaldo Figueiredo permite-nos ter uma imagem da posição ocupada por *A cruzada* no cenário cultural da época:

“A Cruzada” não combate a carestia, não exige mais empregos, melhores salários, não prega nem exalta a democracia. O jornal combate, dia e noite, o comunismo, denuncia líderes sindicais e outros assalariados, faz o que a classe dominante quer e gosta. A cruzada anuncia a promulgação, dia 16/07/1935, da nova Constituição do Estado de Sergipe, está contente porque a Constituição estabeleceu em seu preâmbulo que é “fiel aos princípios espirituais da religião e obediente a Deus” (14/7/1935). A Igreja Católica não apoia os sindicatos, suas lutas e reivindicações, cria suas próprias entidades. Assim, dia 11/8/1935, surge o “Centro operário Católico de Sergipe, criado pelo padre João Moreira Lima, o qual, segundo estudo de 1986 da Universidade Federal de Sergipe sobre a imprensa operária do Estado, visa “salvar o operário Sergipano das malhas da ideologia materialista” (1989, p. 12).

A Cruzada constitui-se, nesse cenário, em um representante dos ideais conservadores. Ele é, portanto, oposto ao *Sergipe-Jornal*, no qual Florentino Menezes divulga seus textos e ao qual declara, desde o primeiro momento de suas publicações, sua afinidade político-ideológica.

6.7 CONCLUSÃO

Sociedade e Sacrifício (1946) é profundamente afetado pela sua conjuntura. Tratava-se de um período histórico marcado pelo início da redemocratização, imediatamente posterior ao Estado Novo e suas políticas de censura, sobretudo aos grupos de esquerda. A Igreja Católica, à nível nacional e local, era já há muitas décadas uma força cultural decisiva e, após 1930, a sua presença junto ao Estado e contrariamente aos socialistas e comunistas apenas aumentou. No âmbito internacional, há os efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre o cenário intelectual, sobretudo o latino-americano, retirando a Europa do ideal de centralidade do processo civilizatório. Os eventos da Segunda Grande Guerra contribuem para aumentar o cisma. Se, no plano geral, os efeitos das guerras foi o da busca por uma identidade nacional brasileira, no caso específico de Menezes ela se faz sentir mais propriamente através de uma mudança no posicionamento moral do autor em direção a um registro mais altruísta. A guerra é especialmente importante pelo bombardeamento alemão, em 1942, nas praias da Bahia e de Sergipe, de forma que aí este contexto se fez sentir mais vivamente. Além disso, paralelamente à redemocratização no Brasil, a URSS desponta no cenário internacional como uma potência, reacendendo as esperanças dos grupos à esquerda. É neste contexto que o autor publica uma série de capítulos de uma obra que, não coincidentemente, é declaradamente socialista, atéia, anticatólica e antitotalitária.

Todavia, é preciso considerar que as condições descritas acima são bastante particulares e mesmo pouco representativas do contexto sociocultural vivido por Menezes na sociedade sergipana, desde que se tome como parâmetro um período maior de tempo. A efervescência cultural e política proveniente da redemocratização fez de 1946 um ano singular, com grande abertura política aos ideais de esquerda e aos grupos opositores aos setores conservadores. Pouco tempo depois, no entanto, essa realidade voltaria a mudar, com a retomada do poder político pelos setores conservadores, notadamente aqueles ligados à Igreja Católica, uma observação que não pode ser ignorada quando da análise das publicações subsequentes do autor, pois que em estreita relação com a questão da relação entre sua autonomia intelectual e liberdade criativa e as limitações decorrentes de seu ambiente sociocultural.

7 “GRANDEZA, DECADÊNCIA E RENOVAÇÃO DA VIDA”, UM LIVRO ANIQUILADO

Este capítulo trata da relação entre *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) e o seu contexto cultural e político no Sergipe da década de 1950. Para tanto, ele se vale da compreensão de que essa obra compreende uma parte do projeto de *Sociedade e sacrifício*, divulgado por Menezes em 1946, mas jamais publicado integralmente. Conforme publicado em 1953, o livro guarda uma série de distinções notáveis, tanto em relação à totalidade do sistema pretendido pelo autor quanto em relação àquilo que já havia sido divulgado nas páginas do *Sergipe-Jornal*. Essas transformações, propõe-se, não podem ser corretamente apreendidas sem que sejam relacionadas ao contexto de retorno dos setores conservadores ao poder e os novos limites então impostos à divulgação das ideias em Sergipe, especialmente quando se tratam das ideias relacionadas ao socialismo. Essa chave interpretativa retoma a problemática da relação entre autonomia intelectual e conservadorismo na história da Sociologia no Brasil e argumenta a favor de sua sua pertinência heurística.

Conforme Florentino Menezes direciona suas proposições teóricas à realidade social e empírica, ele o faz ou como crítica ao mundo social atual ou como proposição de uma sociedade futura. Essa ferramenta interpretativa foi destacada no capítulo anterior como pertinente à compreensão das ideias de Menezes no *Sergipe-Jornal*, e elas também o são em relação à *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953). Em 1953, a crítica à sociedade contemporânea não é uma crítica especialmente voltada à sociedade capitalista, mas uma análise concentrada em problemas pontuais (o da fome crônica, da loucura e do sofrimento imposto às mulheres), sem relação direta com uma concepção sistêmica da sociedade. A única relação existente entre os “sacrifícios” analisados pelo autor é o caráter coercitivo e injusto da ação das sociedades sobre a biologia dos seres humanos. Já a proposta da sociedade futura em nada se confunde com uma sociedade socialista. Trata-se apenas de uma sociedade, ainda aristocrática e intelectual, mas sem que seu surgimento se deva a qualquer revolução social ou reorientação econômica. A sociedade futura, em 1953, surge do desenvolvimento necessário das leis naturais da história, quando muito, através do que o autor diz ser as “energias” da sociedade, que sustam a decadência do mundo orgânico.

O capítulo se divide em dois grandes momentos. O primeiro estabelece a conjuntura cultural e política vivida em Sergipe no início da década de 1950. O segundo momento se concentra sobre o conteúdo efetivo de *Grandeza, decadência e renovação da vida*, mas com ênfase nas transformações operadas na versão final da obra e que a distinguem tanto das publicações no *Sergipe-Jornal*, em 1946, quanto do projeto de *Sociedade e sacrifício*, como uma totalidade e já exposto anteriormente nesta dissertação. Isso porque, cumpre lembrar, a maneira como cada publicação particular, em 1946 e também em 1953, se relaciona com seu contexto específico é precisamente pela distância que elas demarcam em relação à totalidade do projeto do qual foram extraídas, mesmo que esse projeto jamais tenha sido efetivamente publicado pelo autor em um único trabalho.

7.1 A CONJUNTURA CULTURAL E POLÍTICA EM 1953

A publicação de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) ocorre em um contexto bastante diferente daquele encontrado por Florentino Menezes em 1946, com a efervescência do então processo de redemocratização. Tanto o contexto internacional como o nacional se tornaram diferentes. Mesmo a realidade local possui as suas singularidades e não reflete o espírito do governo populista após o retorno de Vargas à presidência.

Sergipe precisa ser compreendido a partir de sua lógica interna e das disputas de poder locais. O final da década de 1940, e início de 1950, constitui-se, nesse estado, em um período de intensificação das disputas políticas internamente às classes dominantes, de forte autoritarismo e da repressão dos grupos oposicionistas, sobretudo aqueles relacionados ao comunismo. *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) se adapta bem a esse novo contexto conservador, sem atrair para si as atenções daqueles contrários aos grupos de esquerda. Suas teses concentram-se sobre a relação entre sociedade e biologia na evolução das espécies. Nesse novo contexto cultural e político, essa obra recupera, de fato, as ideias previstas para compor *Sociedade e sacrifício*, mas esvaziadas de todo o seu conteúdo diretamente relacionado aos temas da defesa do socialismo e da crítica ao capitalismo e à Igreja Católica.

As transformações se iniciam já no contexto internacional. Com o término da Segunda Guerra Mundial, as relações entre as grandes potências começaram a mudar. A Guerra Fria se instaura paralelamente à queda do equilíbrio no leste europeu, com o avanço soviético e a perda da hegemonia pelos Estados Unidos (Fausto, 2018, p. 221). O Brasil, por sua vez, entra em um novo período republicano. O primeiro presidente eleito após a queda do Estado Novo, embora com o apoio de Getúlio Vargas, foi o general Eurico Gaspar Dutra, que governou entre os anos de 1946 e 1951. Nas eleições de 1946, o Partido Comunista Brasileiro participou das eleições e obteve uma votação expressiva. Lançou para a presidência um candidato desconhecido, Yedo Fuiza, e obteve 10% do total dos votos, valendo-se, por um lado, do prestígio de Luiz Carlos Prestes e, por outro, da presença da União Soviética na conjuntura internacional.

Mas foi também, já no governo de Dutra, que começou a repressão ao comunismo. Isso se deveu, por um lado, ao crescimento expressivo do PCB e, por outro, à nova conjuntura internacional. Já em 1947, as tendências ditatoriais ainda presentes no Estado brasileiro se fazem sentir. O Supremo Tribunal Federal decidiu cassar o registro do Partido Comunista. Seguiu-se uma série de ações repressivas em sindicatos por parte do Ministério do Trabalho. “Em janeiro de 1948 completaram-se as medidas que levaram o PCB à clandestinidade. Uma nova lei aprovada pelo Congresso Nacional determinou a cassação dos deputados e vereadores eleitos pela legenda do partido (Fausto, 2018, p.222)”.

Em 1951, Getúlio Vargas retornou à presidência, dessa vez como presidente eleito. Seu mandato encontrava-se no entremeio de duas tendências políticas opostas e ligadas a diferentes visões sobre como deveria ser dirigida a política econômica nacional (Gomes *et al.*, 2007, p. 301). Uma das posições preferia o desenvolvimento autônomo e a defesa das riquezas nacionais; a outra, defendia um desenvolvimento guiado pelo capital externo, mesmo em questões primárias, como a do petróleo. Desde 1945, e sobretudo em sua campanha à presidência, Vargas havia identificado fortemente o povo ao Estado em uma política de teor populista e associada ao desenvolvimento nacionalista. Mas ele também não tinha condições políticas de se distanciar das relações e pressões, sobretudo econômicas, advindas dos Estados Unidos.

O início do governo Vargas foi marcado, portanto, por uma política econômica de ortodoxia e de nacionalismo (Skidmore, 1976). Por um lado, ele se preocupou em

estabelecer ótimas relações com os Estados Unidos, facilitando investimentos privados externos e com uma política cambial flexível. Por outro, iniciava o projeto que daria início à Petrobras, além de propostas de nacionalização de diferentes setores, como a energia elétrica.

Conforme o governo Vargas se estendia, o contexto político tendia a uma nova crise no poder (Fausto, 2018). Carlos Lacerda, com a UDN, principais opositores de Getúlio, empreendiam forte campanha oposicionista. Com relação ao setor militar, o Ministro da Guerra de Vargas sofria crescentes críticas por parte dos oficiais reunidos na “Cruzada democrática” e acusavam-no de manter relações com comunistas e de ter posições antiamericanas. Os comunistas, por sua vez, exigiam de Vargas medidas mais radicais nos setores mais básicos da economia. Ao mesmo tempo, o movimento operário-sindical havia ganhado mais força com o retorno de Vargas e se organizava com vistas a recuperar a força perdida durante o governo Dutra.

Segundo Dantas (2004), mesmo com o retorno de Vargas à presidência e a implementação de um governo de teor populista, isto é, com a inserção dos interesses das massas no processo político, a maneira como essa política é implementada concretamente deve observar as particularidades de cada estado. Em Sergipe, desde 1945, ocorre o acirramento de disputas políticas internamente às classes dominantes que, mesmo em conflito, dominam o cenário político-partidário com muito pouco espaço para a participação popular.

Os partidos políticos eram, então, representantes “do patronato, com predominância dos proprietários rurais agropecuários, todos atuavam dentro de um projeto político semelhante, de orientação conservadora, de defesa da ordem e da propriedade” (Dantas, 1989, p.167). Uma consequência é que o estado de Sergipe enfrenta um dos momentos nos quais o uso da violência e de atos diversos de arbitrariedade na política mais se intensifica. A título de exemplo, em 1951, o deputado Nunes Mendonça, o mesmo que escreve o prefácio do livro de Florentino Menezes publicado em 1953, seu amigo pessoal, é sequestrado a fim de evitar o *quorum* de uma bancada. Não poucas vezes, especialmente nas cidades do interior, as represálias políticas resultaram em assassinatos.

O governo de Arnaldo Garcez (1951 a 1955) é coincidente com o período de intensificação do governo populista de Vargas, incorporando as massas urbanas dentro de um projeto econômico industrializante e nacionalista (Dantas, 2004, 117).

O crescimento da onda anticomunista se inicia já no governo de Rollemberg Leite (1947-1951). Com Arnaldo Garcez não é diferente: “o nível de intolerância com relação às manifestações dos ativistas, comunistas ou não, continuava semelhante ao de seu antecessor, evitando manifestações dos sindicalistas (Dantas, 2004, p.118).

Foi também durante o governo de Arnaldo Garcez que Sergipe assistiu à ação da operação repressiva contra os comunistas pela seção anti-varguista do exército. Com a anuência do governador, instalou-se em Sergipe a famosa sindicância de 1952. “Depois de inquirir oficiais do próprio 28º Batalhão de Caçadores e da Polícia, investiram contra a sociedade civil e prenderam mais de 50 pessoas, entre as quais toda a direção estadual do Partido Comunista” (Dantas, 2004, 119). Enquanto a ação se desenrolava, os líderes políticos locais eram flexíveis, quando não submissos.

Florentino Menezes já não se encontra no mesmo contexto de antes, nem do ponto de vista político, nem do ponto de vista das condições de possibilidade de publicação da obra. Nas primeiras décadas do século, Menezes conseguia ainda custear a publicação dos seus livros, mesmo que em tiragens pequenas, com o seu salário de tesoureiro do Estado, que lhe garantia certa estabilidade e uma posição social relativamente distinta no cenário sergipano. Mas no final da década de 1940, e inícios de 1950, a realidade é outra. Menezes se refere às suas novas condições econômicas em *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), ao descrever a sua obra como um “trabalho intelectual quase aniquilado, diminuído, limitado nas páginas reduzidas de um opúsculo, só para salvar algumas conclusões gerais e a finalidade social do meu livro”. Uma redução que teria razões financeiras:

Na impossibilidade de financiar esta empresa, em vista da elevação exagerada dos preços e não encontrando editor que aceitasse um contrato razoável, compreendi que o problema se apresentava com poucas probabilidades de uma solução favorável (Menezes, 1953, p. 27).

O autor explica que a sua primeira tentativa de publicação da obra ocorreu através do auxílio do deputado estadual Nunes Mendonça em um projeto à Assembleia Legislativa de Sergipe, o Projeto de Lei de número 15 de abril de 1951 e que foi transcrito para a versão final do livro (Menezes, 1953, p. 49-57). Essa iniciativa de Mendonça já foi citada anteriormente neste trabalho, no capítulo

dedicado à biografia de Menezes, e continha também uma revisão da aposentadoria do autor, que foi apenas parcialmente aceita pelo Estado, o que lhe causou grande sofrimento.

Fracassada a iniciativa de Mendonça, em 1951, Menezes somente publicou a sua obra com o auxílio do Movimento Cultural de Sergipe, recém fundado por José Augusto Garcez, aparentado “por consideração” do então governador Arnaldo Garcez. Augusto Garcez é proveniente da elite rural sergipana, de uma elite tradicionalmente ligada aos grupos políticos dominantes do estado. A expectativa familiar, como nos informa Guaraná (1925) era a de que Garcez seguisse adiante com os negócios da família, proprietária de engenhos no estado. Mas desde sua juventude ele se mostrava mais interessado com o mundo das letras e o exercício intelectual. Nele, especialmente após a década de 1950, Menezes e outros intelectuais do estado encontraram uma âncora, internamente à elite estadual, para publicizar os seus trabalhos.

O Movimento Cultural de Sergipe foi fundado, em 1953, com o objetivo de auxiliar os “intelectuais pobres do estado”. Ele surge nesse momento devido a dois fatores principais. Primeiro, a ascensão de Arnaldo Garcez ao governo do estado. Conforme Santos (2018), Arnaldo Rollemberg Garcez (1911-2010) tinha como mentor político o pai de José Augusto Garcez, o coronel Sílvio Garcez. Em segundo lugar, Sílvio Garcez morre em 1951, deixando parte da herança a Augusto Garcez. Contrariando as expectativas da família, Augusto Garcez finalmente pode exercer plenamente suas atividades de mecenas da intelectualidade sergipana.

No seu ano de nascimento, O Movimento Cultural de Sergipe “recebeu incentivo direto do estado, através do uso da rádio emissora oficial do estado e da gravação dos discos” (Santos, 2018, p. 64). Esse fato ilustra a relação de proximidade mantida por Augusto Garcez com Arnaldo Garcez, então governador e apadrinhado de seu pai. Além disso, diferentemente de Menezes, Augusto Garcez não restringiu os seus interesses à esfera intelectual. Em 1954, ele entrou na disputa político-partidária como candidato a deputado estadual, embora não tenha sido eleito. Cumpre salientar também que, apesar de terem o emblema do Movimento, as obras por ele publicadas eram editadas em tipografias terceirizadas, seja pela famosa Livraria Regina ou ainda pelo Curso de Tipografia e Encadernação da Escola Industrial de Aracaju, dentre outras (Santos, 2018, p. 68). Pelo menos no caso da sua primeira obra editada, a de Florentino Menezes, o custeio partiu

diretamente de Augusto Garcez. Mas o movimento possui também uma série de apoiadores e recebia doações. A própria Igreja Católica, como nos informa Santos (2018, p. 64), divulgou o Movimento através do jornal *A Cruzada*, um indicativo da inserção de Augusto Garcez internamente aos grupos conservadores.

A relação de Augusto Garcez e do Movimento Cultural de Sergipe com os grupos que compunham a elite conservadora do estado à época é bastante conhecida pela historiografia sergipana, mas as consequências dessa relação no conteúdo mesmo da produção cultural então realizada ainda prescinde de maior aprofundamento. O caso das transformações na obra de Florentino Menezes é especialmente interessante de ser analisado, pois nos revela todo um conjunto de supressões em relação ao original realizados de forma sistemática e orientados a partir de princípios claramente relacionados aos interesses dos grupos dominantes à época e aos quais o autor inegavelmente se aliou a fim de publicar a sua obra. Foi sob o mecenato dessa elite, e, portanto, necessariamente inserindo-se em suas redes de relações e de interesses, que *Grandeza, decadência e renovação de vida* (1953) encontrou condições para ser finalmente publicado como livro.

Que essa aliança prática entre o autor e o mecenas entra em conflito com as ideias anteriormente analisadas (as de 1946) não é mistério, pois a família Garcez era notadamente conservadora, tanto em termos das relações políticas e econômicas, tendo origem na oligarquia rural, quanto no quesito ideológico-cultural, sob os auspícios do catolicismo. De fato, as razões de Florentino Menezes não são de todo claras, senão no interesse duplo: o de ver a sua obra publicada em livro, uma forma de publicação que representava grande prestígio naquela sociedade; e também o interesse de fomentar a produção cultural em Sergipe, bem como a sua própria presença como sociólogo e intelectual do estado, uma presença que desde pelo menos a sua aposentadoria era cada vez menor. O fato é que esta aliança parece ter tido consequências muito maiores sobre a obra de Menezes do que ele pôde admitir. É o que uma análise interna e comparativa dos trabalhos do autor, aliada à compreensão da sua conjuntura cultural e política e de suas condições sociais de possibilidade de publicação permitirão demonstrar.

7.2 “LIMITADO NAS PÁGINAS REDUZIDAS DE UM OPÚSCULO”

Diante desse novo cenário político e cultural, não é difícil de hipotetizar que Florentino Menezes não encontraria, como em 1946, um ambiente favorável à defesa dos seus ideais socialistas e, especialmente, de suas críticas aos setores conservadores e governistas agora no poder, especialmente com o retorno de Vargas à presidência. Essa linha de investigação parece encontrar alguma validade, especialmente quando se observa que *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) e as publicações no *Sergipe-Jornal*, em 1946 - também do projeto de *Sociedade e sacrifício* como uma totalidade - se diferenciam especificamente nas partes do texto que mais tangenciam a nova conjuntura político-cultural da década de 1950, isto é, aquelas partes que são mais voltadas à defesa do socialismo e à crítica aos setores conservadores, como as oligarquias rurais e a Igreja Católica.

Grandeza, decadência e renovação da vida (1953), ao contrário do que era previsto para *Sociedade e sacrifício*, não se posiciona abertamente e de forma mais ou menos direta e explícita em relação aos dilemas políticos e econômicos de seu momento histórico, seja àqueles que se referem à realidade local ou às da esfera nacional e internacional. Ela é, antes, uma obra quase completamente centrada no debate a respeito da relação entre os “fatores sociais” e os “fatores orgânicos”, tal como expresso nas teorias da decadência do mundo orgânico e na teoria da quinta eclosão da vida.

Diferentemente do que ocorreu nas publicações no *Sergipe-Jornal*, em 1946, o livro publicado em 1953 simplesmente não toca no tema do socialismo aristocrático. Tampouco propõe uma revisão das ideias defendidas em 1946. Menezes ainda considera o momento em que vivia como sendo o palco de grandes transformações na “história evolutiva da humanidade”, transformações que seriam levadas a cabo pelos intelectuais e que terminariam por instituir uma “nova humanidade”, não apenas mais civilizada, mas também mais justa, a despeito da suposta existência necessária das aristocracias.

Sem que isso cause qualquer surpresa, a sociedade do futuro defendida em *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) é aristocrática, assim como em 1946. Uma aristocracia de intelectuais e que seria eleita a partir do mérito e não da fraude ou do usufruto do poder econômico e político. Mas não há indícios de qualquer proposta que se refira à coletivização dos meios de produção ou à extinção da propriedade privada e dos grandes capitais, em suma, de todo o conjunto de propostas que conferiam ao seu pensamento o caráter “socialista” de que ele se

valia. Essa grande ausência na exposição das ideias de Menezes, em 1953, ocorre por meio de uma série de supressões textuais, tanto mais notáveis quanto são sistemáticas. Elas verdadeiramente conferem uma “nova face” ao pensamento do autor, sem que, no entanto, se possa dizer que Menezes está realizando alguma espécie de autocrítica ou revisão do seu próprio sistema.

O primeiro e mais notável conjunto de transformações encontrado em *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) ocorre pela supressão completa de uma série de capítulos, notadamente aqueles que estavam previstos para compor a quinta parte de *Sociedade e sacrifício* e que foram publicados no *Sergipe-Jornal*, em 1946. Na lista dos capítulos publicados, em 1946, e que foram excluídos do livro de 1953 estão: *A escolha dos dirigentes*, no qual Menezes critica a administração do país no período recente (Estado Novo) por não ter formação sociológica e a responsabiliza pela inflação; *De antropóide a imperador* e *Socialismo, nazismo, cristianismo e piedade*, nos quais se refere ao Papa como um capitalista do vaticano e associa o catolicismo ao nazifascismo; *Causas sociais dos sacrifícios*, no qual define as causas dos sacrifícios inúteis na sociedade de sua época como decorrentes do sistema capitalista; *Democracia e capitalismo* e *Democracia e socialismo*, nos quais defende a necessidade da igualdade econômica e não apenas em termos de direitos políticos e define o processo de redemocratização então em curso como reacionário, pois apenas pretenderia por implementar direitos políticos; *Vitórias socialistas*, *A luta contra o socialismo*, *Para que iludir?* e *O ilogismo das massas humanas*, nos quais mais diretamente realiza a defesa do socialismo.

Essa grande ausência de títulos originalmente previstos para compor o livro, como observa-se pelo índice de *Sociedade e sacrifício* publicado em dezembro de 1946 (Menezes, 1946a, p. 2), retira da obra aquilo que ela tinha de mais politicamente engajado. O que resta do projeto original de *Sociedade e sacrifício* são capítulos cujo conteúdo é representativo das partes de I a IV, explicitamente direcionadas ao debate sobre a relação entre sociedade e biologia a partir da teoria da decadência do mundo orgânico e da teoria da quinta eclosão da vida.

Arelado à retirada de todos esses capítulos, há um conjunto de transformações no texto menos facilmente perceptíveis, mas igualmente orientados especificamente aos temas compreendidos pelos capítulos citados acima, temas relacionados ao “socialismo aristocrático”. São nessas transformações, verificáveis

naqueles capítulos já publicados em 1946, e reeditados para compor a obra de 1953, que o caráter sistemático das supressões realizadas se torna mais evidente.

Os capítulos que estavam presentes nas publicações do *Sergipe-Jornal*, em 1946, e foram publicados também no livro, em 1953, sofrendo algumas alterações, foram: *A fome crônica*, *Sociedade e loucura*, *A sociedade e a mulher*, *As pesquisas dos sacrifícios* e *Uma nova eclosão de vida*, que mantiveram exatamente os mesmos nomes.³⁵

A primeira transformação a se destacar ocorre em *Uma nova eclosão de vida*, que é, provavelmente, o capítulo mais importante para a compreensão do sistema de pensamento de Florentino Menezes, como já apresentado anteriormente neste trabalho. Entre as duas versões do capítulo, aquela publicada em jornal e a publicada no livro, há a retirada do trecho que relaciona diretamente o projeto de sociedade futura elaborado por Menezes à existência de uma “democracia econômica”. No *Sergipe-Jornal*, escreve-se que “Atualmente, as sociedades civilizadas marcham para a realização desta aristocracia que apresentará um aspecto intelectual e será absolutamente firmada com o advento das democracias econômicas” (Menezes, 1946a, p.2). Já em *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), o autor afirma apenas que “Atualmente, as sociedades civilizadas marcham para a realização de uma aristocracia que apresentará um aspecto absolutamente intelectual” (Menezes, 1953, p. 223). Para Florentino Menezes, como já exposto anteriormente, um aspecto fundamental de uma sociedade socialista é precisamente a democracia econômica, no sentido da coletivização das riquezas e bens. É provável que essa retirada se deva ao fato de que aqueles capítulos nos quais o tema da relação entre democracia política, democracia econômica e socialismo foram absolutamente suprimidos do livro, em 1953, o que, no entanto, não responde às indagações que também estas supressões suscitam.

Outra modificação semelhante ocorre no capítulo *As pesquisas dos sacrifícios*, no qual o autor insere o debate sobre como, no seu entender, por mais que o cristianismo tenha representado um avanço em relação à antiga moral pagã, o catolicismo acabou destoando-se dos fundamentos da religião cristã e se tornando

³⁵ *O preço do progresso humano*, anteriormente *Criadores de doutrinas*, e também *O sacrifício nas sociedades humanas*, anteriormente *O sacrifício humano*, foram os únicos dois capítulos que já haviam sido publicados em 1946 e que foram publicados também em 1953, mas cujo texto não passaram por alterações. Não coincidentemente, trata-se de dois textos que, já no *Sergipe-Jornal*, não comportam nenhum trecho referente às ideias socialistas do autor ou as suas críticas à sociedade capitalista, ao governo varguista ou à Igreja Católica.

um grande serviçal da “aristocracia capitalista”. O que ocorre no texto reeditado e publicado em livro, em 1953, é que todos os parágrafos nos quais Menezes debate a relação entre os temas do capitalismo, do catolicismo e do socialismo são completamente retirados, restando apenas a crítica teológica à doutrina católica.

Há também as transformações que ocorrem no interior dos capítulos referentes aos temas da injustiça imposta às mulheres, ao tema da fome crônica e ao da loucura. São capítulos muito importantes no todo da obra de 1953, na medida em que são eles que passam a representar as críticas de Menezes às injustiças sociais e ao sofrimento humano nas sociedades contemporâneas na ausência dos outros capítulos previstos para a 5ª parte de *Sociedade e sacrifício*. Também no caso desses três capítulos, as transformações dizem respeito especificamente ao momento dos textos nos quais eles tocam nos temas relacionados ao ideário socialista.

Em *A sociedade e a mulher* a supressão ocorre no momento em que ele argumenta que nas sociedades atuais seria possível observar avanços na condição das mulheres em sociedade e os Estados Unidos e a Inglaterra seriam as civilizações que caminham mais velozmente nesse sentido (Menezes, 1946l, p. 2). Mas isso apenas com respeito às sociedades não socialistas. Cumpre lembrar que, em 1946, a sociedade Soviética de sua época é apontada pelo autor como tendo dado uma solução satisfatória e definitiva a todo o problema.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a julgar pelas informações de autores conceituados e de grande responsabilidade, parece ter resolvido satisfatoriamente o problema, libertando a mulher dentro das possibilidades sociais e de acordo com a sua natureza biológica, dos sacrifícios inúteis com que a antiga sociedade a tortura (Menezes, 1946l, p. 2).

Noutro momento, Menezes se refere explicitamente ao socialismo, quando argumenta que todas as soluções aos problemas das injustiças sociais devem respeitar sempre as possibilidades e os limites de cada momento histórico:

A sociedade medieval foi uma resolução satisfatória naquele momento, a organização capitalista foi outra e o estabelecimento do socialismo na União Soviética representa também uma nova solução do problema para a época de civilização que a humanidade atravessa (Menezes, 1946l, p. 2).

Neste ponto, nós já começamos a adentrar nas distinções entre os textos de 1946 e 1953, pois que a URSS, com a implementação do socialismo, teria

solucionado a questão dos sofrimentos injustos impostos às mulheres é algo que somente é defendido no *Sergipe-Jornal*. O texto de 1953, do seu início até o momento em que afirma serem os Estados Unidos e a Inglaterra a vanguarda dos direitos às mulheres, permanece idêntico ao original. A partir daí, logo quando deveria existir a afirmação de a sociedade soviética ter solucionado a questão dos sacrifícios inúteis impostos às mulheres, existe um corte e somos levados diretamente a uma parte do texto que, em jornal, somente é publicado no dia seguinte, no dia 09 de outubro de 1946. No que se segue do capítulo após a retirada da parte do texto que se referia de forma explícita ao socialismo, não há mais supressões. Todo o restante do que havia sido publicado no *Sergipe-Jornal* é também publicado em livro, sem alterações.

Em *Sociedade e loucura*, em ambas as versões do capítulo, Menezes defende o mesmo argumento: o de que a loucura possui causas sociais e está ancorada no desajuste dos indivíduos às condições artificiais da sociedade moderna. Naquilo que há de fundamental ao capítulo não existe distinção entre o que foi publicado no *Sergipe-Jornal* (1946) e em *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953). Uma única modificação foi feita no capítulo, justamente no momento em que o autor se refere ao socialismo, assim como no caso de *A sociedade a mulher*.

Após destacar que a loucura possui como causa o desajuste social, Menezes introduz a ideia de que determinadas sociedades lidam melhor com esses desajustes que outras. Os Estados Unidos, segundo ele, devido a sua tradição tolerante, teria “manifestado uma grande sabedoria” com relação às “exigências artificiais e anti-naturais da sociedade”. Em 1953, não consta a declaração feita no *Sergipe-jornal*, de que “O povo soviético representa outro exemplo muito brilhante porquanto a civilização socialista tem conseguido processos de adaptação felicíssimos que impõem um mínimo possível de sacrifício às massas humanas” (Menezes, 1946e, p. 2).

O que se passa com o capítulo *A fome crônica*, o último dos “três capítulos notáveis”, expressão de Nunes Mendonça no *Prefácio* de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), não é diferente dos dois casos anteriores, a respeito dos temas da mulher e da loucura. A maior parte do capítulo é preservada, salvo pela sua parte final. Essa transformação, no entanto, altera quase completamente o sentido da tese defendida. Muito claramente, o autor inverte, de uma edição à outra,

o núcleo das suas preocupações. Como já foi exposto anteriormente, em 1946, ele trabalhava a fome como o resultado da luta entre duas sociedades, duas classes, como um mal na sociedade capitalista. Em 1953, no entanto, ele trabalha a fome como um problema, de fato, mas como um elemento de comparação às sociedades humanas em oposição às sociedades animais. E não mais no sentido de uma crítica ao capitalismo e às classes dirigentes.

Em ambas as versões, a fome é um sacrifício inútil imposto a uma classe em detrimento de outra. “Tudo isso é causa de um sacrifício constante para as classes infelizes da sociedade, para aqueles que um destino cruel vedou para sempre a ascensão ao vértice delicioso da pirâmide social” (Menezes, 1953, p. 178). Mas, em 1946, a “fome crônica” é apresentada como o resultado da sociedade capitalista, na qual duas classes inimigas lutam de forma irreconciliável: “uma que se firma vitoriosa no vértice encantador da pirâmide social e a outra que se comprime asfixiada, torturada pela fome, vencida e quase esmagada em suas bases deletérias (Menezes, 1946f, p. 2).

Em 1953, no entanto, esse trecho de crítica ao capitalismo é retirado e a questão é compreendida a partir da reflexão sobre as diferenças entre as sociedades humanas e as sociedades animais, da seguinte forma:

É com tristeza que se observa este fenômeno na civilização maravilhosa do Homo sapiens, quando é verdade que as sociedades das abelhas, das formigas e das térmitas não conhecem esta desdita...
Estes insetos dispensam cuidados imensos às gerações que despertam para a vida e que formarão a sociedade do futuro.
Os animais de vida absolutamente isolada se não protegem seus filhos, também não vivem em sociedade e não possuem, em consequência das condições de vida de sua existência solitária, deveres para com seus semelhantes.
Mas, as sociedades humanas tornaram-se tão complexas que o Homo sapiens torturado pela luta da vida e pelos mil problemas que lhe impõem as condições variadíssimas e complicadas da existência coletiva, não conseguiu ainda realizar os seus ideais mais sublimes e deixa, amargurado que as crianças morram de fome e de abandono (Menezes, 1953, p. 179).

Por fim, há as críticas que o autor empreende, em 1946, à Igreja Católica, não menos ligadas à crítica à sociedade capitalista, como já foi visto nos capítulos anteriores deste trabalho. Todos os capítulos que antes possuíam a Igreja Católica como tema central, como o capítulo *De antropóide a imperador* foram simplesmente retirados. No entanto, o debate com o catolicismo e, sobretudo, com o cristianismo não foi abandonado por completo. É principalmente nos capítulos finais da obra, em

A formação do tipo humano e Civilização e Piedade, que nós podemos ainda encontrar muito do debate travado já em 1946. Podemos também observar melhor o caráter daquilo que, a respeito da contenda entre Menezes e o catolicismo, foi preservado ou suprimido na versão final.

Embora *A formação do tipo humano e Civilização e piedade* remontem, em diversos momentos, de forma clara, a certos temas tratados no *Sergipe-Jornal*, nestes capítulos não há menção às publicações anteriores, em 1946. Eles são apresentados ao leitor como capítulos inteiramente novos. E, de fato, em grande medida eles o são. Se eles retomam certos debates já apresentados no *Sergipe-Jornal*, é de forma momentânea e mesmo quando certos trechos das publicações em jornal são completamente reaproveitados em sua composição, eles não dão o teor da estrutura total dos capítulos.

A formação do tipo humano, por exemplo, inicia da mesma forma que o capítulo *Para que iludir?*, publicado em jornal no dia 31 de outubro 1946. Ambos iniciam com uma dedicatória aos jovens.

É para os moços que me dirijo, para eles estas verdades, em uma época econômica, em que o dinheiro venceu a virtude, a inteligência, o talento a justiça e o gênio, em que os processos educativos e as teorias pedagógicas insistem em educar, enganando (Menezes, 1953, p. 225).

Mas no que se segue da argumentação do autor há uma diferença fundamental. Em 1946, ao se referir às mentiras que seriam ditas aos jovens, tais mentiras decorrem do sistema capitalista e do fato de que, nessas sociedades, os sistemas de ensino atuam contrariamente ao socialismo, ocultando dos jovens o destino inevitável da humanidade. Em 1953, no entanto, não há referência ao socialismo ou ao capitalismo como um sistema econômico a ser combatido. A ênfase se encontra nos problemas clássicos da teologia católica e das contradições existentes no fato de o Deus cristão ser, ao mesmo tempo, onisciente, onipotente e se arrepender dos seus atos.

Não posso compreender como um livro admitido como sagrado é tão ilógico e tão contraditório e cita fatos tão absurdos que se afastam em absoluto dos ensinamentos da ciência.

Um Deus onipotente e onisciente não pode arrepender-se, O arrependimento não é um atributo divino.

É, sim, um predicado absolutamente humano.

Um Deus que faz queixas e se mostra arrependido reconhece o seu erro e um Deus que erra não é onisciente (Menezes, 1953, p. 226).

Do que se segue do capítulo, não existe relação com o conteúdo das publicações no *Sergipe-jornal*, sendo direcionado ao debate de como a sociedade, ao longo do tempo, teria aperfeiçoado os hominídeos até o surgimento do homem moderno, civilizado.

Em *Civilização e Piedade*, diferentemente de *Onipotência e Piedade*, não há referência alguma ao catolicismo, tampouco ao nazismo, ao capitalismo ou ao socialismo. O que resta do que foi publicado, em 1946, é a autocrítica do autor e que é, na verdade, uma crítica à Nietzsche, a partir da defesa do valor da piedade como inerentemente ligado à vida social. Fora a sua parte inicial, dedicada à crítica a Nietzsche como alguém que se opunha à piedade pela falta de um conhecimento sociológico especializado, o restante do capítulo se concentra sobre o Movimento cultural de Sergipe e a figura de Augusto Garcez, patrocinador da publicação de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953).

Essa parte do capítulo referente à Augusto Garcez é fundamentalmente elogiosa, especialmente em relação ao Movimento Cultural de Sergipe, que é apresentado por Menezes como um movimento dedicado a auxiliar os intelectuais pobres de Sergipe e fomentar a produção cultural do estado de forma geral. Parte desse capítulo foi declamado por Florentino Menezes, também em 1953, na apresentação que fez de seu livro na rádio difusora de Sergipe, em um programa idealizado por Augusto Garcez e que se valia, para funcionar, de recursos provindos diretamente da máquina estatal, então sob o governo de seu parente Arnaldo Garcez.

Há também, é claro, modificações na obra que não foram realizadas em trechos relacionados à posição socialista do autor e que podem, e provavelmente devem, ser tomadas como simples revisões textuais, talvez com consequências teóricas para a exegese de seu pensamento ou mesmo meramente estilísticas. Como exemplo, tem-se o momento do capítulo *As pesquisas dos sacrifícios* no qual o autor busca explicar o motivo de existir, segundo ele mesmo afirma, uma tendência ao sacrifício em toda e qualquer sociedade. A resposta que ele oferece faz parte de duas referências, uma a Gabriel Tarde e outra a Émile Durkheim. Primeiro, Menezes recusa uma explicação a partir da noção de imitação, referindo-se às teorias de Gabriel Tarde: “A imitação, unicamente, não explica a sociedade, como queria Tarde” (Menezes, 1946a, p. 2). Em seguida, ancora a sua

resposta em Durkheim, a partir de uma associação de palavras, já discutida anteriormente, entre os termos "coerção" e "sacrifício". A partir de uma leitura de Durkheim, em bases claramente positivistas, Menezes afirma a necessidade inerente às leis sociais e, a partir disso, a indissociabilidade entre a sociedade e os sacrifícios (Menezes, 1946a, p. 2). Em *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953), no entanto, todo esse debate é retirado do capítulo e não há indícios de que a remoção tenha algo a ver com qualquer associação de tais ideais com sua posição socialista.

Outro exemplo de mudança na composição dos textos que também não parece se relacionar com o socialismo do autor é o momento do capítulo *A sociedade e a mulher* no qual ele insere o projeto de lei elaborado por Nunes Mendonça para a criação do *Instituto de Assistência e Recuperação Social*. De fato, a criação do instituto é debatido por Menezes a partir de seu próprio referencial analítico e, como tal, compreende-o como parte de um projeto necessário de análise dos sacrifícios nas sociedades humanas a partir de estudos especializados e destinados a promover uma distribuição mais equânime dos sofrimentos. Mas não há associação entre o instituto e a proposta da sociedade socialista aristocrática, apesar de, em 1946, o autor propor que a URSS era a única nação no mundo que resolveu de forma definitiva o problema dos sofrimentos inúteis e injustos impostos às mulheres. Mas tampouco a inserção do projeto de lei no texto parece se dever a qualquer conexão tida ou não por ele com essa questão em específico. Ela se deve à amizade e a compatibilidade de ideias entre Menezes e Nunes Mendonça, como fica claro no próprio texto.

No entanto, é difícil aceitar que as ideias retiradas dos capítulos e trechos concernentes à posição socialista se deva a critérios estritamente intelectuais, isto é, a simples mudança no pensamento de Menezes ou ainda uma mera decisão editorial afastada de seu contexto cultural e político imediato. Uma dificuldade que se impõe por uma série de razões, para além do caráter sistemático e dos critérios específicos que orientaram a editoração da obra. O próprio Florentino Menezes demonstra a sua insatisfação com a versão final de *Grandeza, decadência e renovação da vida*, ao afirmar:

reuni apenas as conclusões essenciais de meu trabalho, *Grandeza, decadência e renovação da vida*, para não perder totalmente um esforço de mais de seis anos, última consequência de minhas pesquisas em Sociologia

e de um trabalho intelectual excessivo, durante quarenta anos, que esgotou minha saúde e diminuiu minha existência.

E mesmo assim, esta publicação ainda me arrastou a um sacrifício econômico doloroso e a um sofrimento moral inaudito, o de ver o meu último trabalho intelectual quase aniquilado, diminuído, limitado nas páginas reduzidas de um opúsculo, só para salvar algumas conclusões gerais e a finalidade social do meu livro (Menezes, 1953, p. 29).

Trata-se de uma série de afirmações curiosas, especialmente se as observarmos à luz do que agora sabemos sobre o que o autor previa para compor a totalidade de sua obra. Primeiro, porque o seu livro não parece “salvar apenas algumas conclusões gerais”. Ele, de fato, parece elaborar o cerne do sistema de pensamento do autor, isto, é sua crítica à teoria de Jean Rostand e a proposição da quinta eclosão da vida, através da influência da sociedade sobre a biologia dos seres vivos e mesmo sobre as leis da evolução das espécies.

De fato, o socialismo aristocrático não é elaborado na obra, o que pode ser o motivo das reclamações do autor. Além disso, se a finalidade de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) foi, como ele o afirma, a de “salvar a finalidade social do livro”, era de se esperar que ela desse mais destaque aos capítulos previstos para a 5ª parte de *Sociedade e sacrifício*, mais orientados à reflexão crítica sobre a sociedade de sua época, que às partes de I a IV, nas quais seriam trabalhadas as reflexões a respeito da relação entre as forças sociais e as biológicas.

De todo modo, que o ideal socialista era algo que estava previsto para constar no livro publicado em 1953 é explicitamente denunciado pelo seu prefácio, que elaborou uma resenha da obra e foi escrito por Nunes Mendonça ainda em 1952, apenas um ano antes da efetiva publicação do livro pelo Movimento Cultural de Sergipe. No prefácio, lê-se que

O Autor estuda com segurança e equilíbrio os fenômenos econômico e político, concluindo pela superioridade do regime socialista, onde os sacrifícios impostos aos homens são menores e a organização social conduz a uma democracia econômica e, simultaneamente, a uma aristocracia intelectual, do mérito e do trabalho.

Creemos que ele tem razão. As ideias igualitárias, a extinção das classes, caíram no descrédito. Os regimes mais evoluídos só podem conduzir ao predomínio da inteligência e da cultura, à justiça na desigualdade, como diria Ingenieros. Se o socialismo conseguir reunir à democracia econômica a liberdade política, e permitir, assim que o homem possa livremente externar o seu pensamento ou agir com segurança, sem receio de polícias políticas e de campos de concentração, gozando das liberdades essenciais à pessoa humana, ter-se-á tornado o regime por excelência, capaz de

realizar, tanto quanto possível, no atual estágio da evolução, a felicidade do homem sobre a terra.

O sacrifício, porém, jamais desaparecerá por completo das sociedades. Ele é o preço da existência social (Menezes, 1953, p. 41).

E, no entanto, mesmo constando no prefácio da obra, o socialismo não marca nenhuma presença. Sobre o processo de editoração de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) e sobre a influência de Augusto Garcez, seu patrocinador, sobre sua forma final, existem muito poucas informações. Pode-se apenas conjecturar as razões que levaram o autor a excluir completamente de sua obra sua tese do socialismo aristocrático, uma constante em seu pensamento desde, pelo menos, *Escola Social Positiva* (1917) e, de fato, a posição intelectual e política pela qual ele se tornou mais conhecido. A inserção da obra em um contexto muito mais conservador que o de 1946, com o retorno das antigas elites oligárquicas ao poder certamente auxiliam a compreender as pressões que então se exerciam sobre a obra, especialmente ao observarmos as dificuldades econômicas vividas pelo autor e, conseqüentemente, a associação estreita que ele foi obrigado a compartilhar com essa mesma elite, a partir de Augusto Garcez, para ver, enfim, sua última obra publicada.

7.3 CONCLUSÃO

Grandeza decadência e renovação da vida (1953), longe de ser uma obra completa, é, na realidade, uma parte de *Sociedade e sacrifício*, livro jamais publicado integralmente por Florentino Menezes. O que resta do projeto divulgado, em 1946, é completamente esvaziado de seu conteúdo mais orientado politicamente, especialmente quando se trata do tema do socialismo e também de suas críticas à Igreja Católica e à classe política dominante.

Embora se apresente como um trabalho completo e fechado em si mesmo, *Grandeza decadência e renovação da vida* (1953) somente pode começar a ser plenamente compreendido após um duplo movimento. O primeiro é o de estabelecer a sua distância em relação, por um lado, às publicações no *Sergipe-Jornal*, em 1946, e, por outro, à totalidade do sistema de pensamento pretendido pelo autor para *Sociedade e sacrifício*. Esses elementos foram fornecidos pelo terceiro, quarto e quinto capítulos desta dissertação. Ao estabelecer a distância do livro de 1953 em

relação ao que Menezes compreendida como a totalidade de seu sistema e também em relação àquilo que havia sido efetivamente divulgado em jornal, constata-se o caráter sistemático das alterações realizadas nos seus textos entre 1946 e 1953 e o seu critério político.

Somente então pode-se, finalmente, voltar a atenção ao contexto cultural e político da sociedade sergipana no início da década de 1950, com o retorno ao poder dos setores conservadores, sendo estes também os financiadores da publicação do livro. As razões por detrás das transformações operadas entre o projeto de *Sociedade e sacrifício* e a publicação efetivamente realizada em 1953 se tornam muito mais claras quando remetidas ao novo contexto cultural e político da obra e também aos grupos que foram os seus financiadores, através do Movimento Cultural de Sergipe. É inegável que Menezes se associa, para ver sua obra finalmente publicada, aos setores conservadores da sociedade sergipana aos quais ele se opunha abertamente ainda em 1946. Por outro lado, não há indícios empíricos suficientes para se falar de qualquer intervenção direta de Augusto Garcez, fundador do Movimento Cultural de Sergipe, e financiador direto dos custos de publicação de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) sobre o processo editorial.

Ainda assim, muitas são as razões que levam a buscar fora de uma leitura internalista do texto os fundamentos da versão final de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953). Primeiro, pelo caráter sistemático e orientado a questões bastante específicas das transformações no texto. Segundo, pela ausência de indícios, no interior da obra, de que Menezes esteja revendo suas ideias em relação àquilo que era defendido em 1946. De todo modo, tal como publicado em 1953, atendo-se quase exclusivamente à questão teórica a respeito das relações entre sociedade e biologia e entre a sociedade e os indivíduos, em um viés explicitamente evolucionista, Menezes entrega um trabalho ou, mais corretamente, uma seleção de suas ideias, muito melhor adaptado ao seu novo contexto cultural e político conservador que aquelas divulgadas no *Sergipe-Jornal*, em 1946.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se debruçou de forma aprofundada sobre o pensamento de Florentino Teles de Menezes entre a década de 1940 e 1950 a partir de um *corpus* que se constituiu de duas de suas publicações: *Sociedade e sacrifício*, mais especificamente os capítulos publicados no periódico *Sergipe-Jornal*, em 1946, e *Grandeza, decadência e renovação da vida*, publicado como livro, por Menezes, em 1953, com o auxílio e financiamento do Movimento Cultural de Sergipe. Apesar de serem apresentadas separadamente uma da outra e, especialmente, de o livro de 1953 ser direcionado aos leitores como um trabalho completo e fechado em si mesmo, a leitura conjunta das duas publicações revelou que elas formam uma mesma totalidade, que não pode ser apreendida quando cada uma das publicações são tomadas separadamente. Não obstante, as razões desta distância entre duas publicações tão intrinsecamente associadas em um mesmo todo coerente somente começam a se esclarecer quando se observam as relações que cada uma delas sustenta com o seu contexto histórico e social específico.

Essa totalidade, que pode ser apreendida a partir da leitura conjunta das duas publicações, constitui um sistema de pensamento sociológico articulado e com a pretensão de fundar uma concepção original do mundo social. Mais do que isso, esse sistema de pensamento articula as ideias de Florentino Menezes a respeito da relação entre a influência da sociedade sobre a biologia dos seres vivos e também suas concepções socialistas a respeito da natureza da sociedade capitalista e de sua proposta de revolução social rumo ao que ele denomina de “socialismo aristocrático”. Essa articulação entre sociedade, biologia e socialismo é precisamente o que desaparece, mediante uma série de supressões sistemáticas, entre as publicações de 1946 e a de 1953. Particularmente, *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953) viu-se completamente destituída de todas as proposições socialistas de Menezes, constituintes de seu modo de pensar desde o início de sua produção intelectual, na década de 1910.

Ao se debruçar sobre as possíveis razões dessas transformações entre os trabalhos do autor, a investigação foi guiada pela perspectiva da Sociologia do Conhecimento segundo a qual uma correta interpretação de sua produção somente poderia ocorrer com referência ao sentido documental, ultimamente social, de seu

pensamento. Ao expor os seus principais resultados, esta dissertação se subdividiu em seis capítulos.

O primeiro deles definiu a orientação analítica do trabalho e sua inserção no debate contemporâneo especializado. Como exposto, a dissertação se constituiu a partir de uma concepção interpretativa da análise sociológica e tomou como base analítica os pressupostos da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim. Ao mesmo tempo, essa proposta interpretativa do pensamento de Florentino Menezes foi orientada por uma série de questões concernentes ao debate contemporâneo sobre o pensamento social no Brasil, especialmente no que diz respeito às relações entre os centros culturais e as periferias e suas consequências sobre a autonomia e a criatividade intelectual.

O segundo capítulo se concentrou sobre a biografia do autor, seu pensamento e sua relação com o contexto social sergipano na primeira metade do século XX, palco de toda a produção intelectual de Florentino Menezes. Esse contexto foi marcado pela crescente urbanização e o conseqüente florescimento do ideário cientificista. Apesar disso, o cenário sergipano ainda era, indubitavelmente, marcado pelas dificuldades impostas ao pensamento racional e científico. Por um lado, pelo caráter ainda incipiente de seu desenvolvimento econômico e a dominação da política e dos meios de divulgação das ideias pelas elites rurais. Por outro, pela forte presença de uma mentalidade conservadora de base religiosa, sobretudo católica, e em estreita relação com as elites econômicas locais.

O terceiro capítulo centrou sua análise nas relações entre os textos que compõem o *corpus* desta dissertação, ou seja, entre os capítulos de *Sociedade e sacrifício* publicados em jornal, em 1946, e o livro *Grandeza, decadência e renovação da vida*, publicado em 1953. Nele, argumenta-se que uma leitura conjunta desses textos (isso é, a partir da hipótese de que eles formam uma totalidade, apesar das distâncias entre as publicações) permite reconstituir os traços gerais da totalidade do pensamento de Florentino Teles de Menezes, totalidade pretendida por ele, mas jamais realizada em uma única publicação.

O quarto capítulo da dissertação finalmente expôs, de forma aprofundada, o sistema de pensamento indicado no capítulo anterior. Foi defendida a ideia de que a leitura conjunta das publicações no *Sergipe-Jornal*, em 1946, e do livro *Grandeza, decadência e renovação da vida*, em 1953, permitem depreender dois pontos fundamentais do sistema de pensamento do autor no período em análise e que não

são imediatamente transparentes quando essas publicações são tomadas isoladamente. A primeira é a relação intrínseca entre a sua proposta da quinta eclosão da vida como um período de profunda predominância da cultura e da razão humana sobre a sua natureza biológica e a revolução social de caráter socialista e de índole aristocrática. A segunda relação é aquela que se estabelece entre as suas críticas ao capitalismo e sua análise de temas específicos, mas de grande relevância na constituição geral do livro publicado em 1953, a saber os temas da loucura, da fome crônica e dos sofrimentos impostos às mulheres.

No quarto capítulo também se pôde demonstrar que esse sistema se compõe da articulação criativa de teorias provenientes da Europa, com especial atenção à produção do biólogo Jean Rostand. Menezes é também devedor de todo o ideário evolucionista e cientificista presente no Brasil, e também em Sergipe, desde ao final do século XIX, e que se valia de uma associação estreita entre as ciências naturais, notadamente a Biologia, e aquelas ciências que se propunham a pensar o mundo social. Ainda assim, as teses formuladas por Menezes não são simples cópias, mas formulações originais e mesmo críticas àquelas das quais ele parte para a constituição de seu próprio pensamento.

O quinto capítulo se concentrou na análise interna daquilo que foi efetivamente publicado de *Sociedade e Sacrifício* no periódico *Sergipe-Jornal*, em 1946 e na sua relação com a conjuntura cultural e política daquele período. Expôs-se que se tratava de um período histórico marcado pelo início da redemocratização, imediatamente posterior ao Estado Novo e suas políticas de censura, sobretudo aos grupos de esquerda. A Igreja Católica, à nível nacional e local, era já há muitas décadas uma força cultural decisiva e, após 1930, a sua presença junto ao Estado e contrariamente aos socialistas e comunistas apenas aumentou. No âmbito internacional, há os efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre o cenário intelectual, sobretudo o latino-americano, retirando a Europa do ideal de centralidade do processo civilizatório. Os eventos da Segunda Grande Guerra contribuem para aumentar o cisma. Se, no plano geral, os efeitos das guerras foi o da busca por uma identidade nacional brasileira, no caso específico de Menezes ela se faz sentir mais propriamente através de uma mudança no posicionamento moral do autor em direção a um registro mais altruísta. A guerra é especialmente importante pelo bombardeamento alemão, em 1942, nas praias da Bahia e de Sergipe, de forma que aí este contexto se fez sentir mais vivamente. Além disso,

paralelamente à redemocratização no Brasil, a URSS desponta no cenário internacional como uma potência, reacendendo as esperanças dos grupos à esquerda. É neste contexto que o autor publica uma série de capítulos de uma obra que, não coincidentemente, é declaradamente socialista, atéia, anticatólica e antitotalitária.

Por fim, no sexto e último capítulo da dissertação, a ênfase finalmente recai sobre a publicação de *Grandeza, decadência e renovação da vida*, em 1953, seu conteúdo interno, especialmente no sentido das supressões realizadas na obra, e na sua relação com o contexto cultural e político daquele momento. Trata-se de um capítulo que pressupõe todos os anteriores e efetivamente termina o ciclo da investigação aqui empreendida. Não há indícios empíricos suficientes para se falar de qualquer intervenção direta dos setores políticos conservadores que estavam relacionados ao Movimento Cultural de Sergipe, financiador da obra, por intermédio de seu fundador, Augusto Garcez, sobre o processo editorial da obra. Ainda assim, muitas são as razões que levam a buscar fora de uma leitura internalista do texto os fundamentos da versão final de *Grandeza, decadência e renovação da vida* (1953). Primeiro, pelo caráter sistemático e orientado a questões bastante específicas das transformações no texto. Segundo, pela ausência de indícios, no interior da obra, de que Menezes esteja revendo suas ideias em relação àquilo que era defendido por ele em 1946, especialmente quando se sabe que, ao menos no que diz respeito ao seu socialismo, tais ideias constituíram as bases de suas reflexões desde o início de sua produção intelectual, desde a década de 1910.

De todo modo, tal como publicado em 1953, atendo-se quase exclusivamente à questão a respeito das relações entre sociedade e biologia e entre a sociedade e os indivíduos, em um viés explicitamente evolucionista e direcionado das questões políticas de sua época, Menezes entrega um trabalho ou, mais corretamente, uma seleção de suas ideias, muito melhor adaptado ao seu novo contexto cultural e político conservador que aquelas divulgadas apenas poucos anos antes, em 1946, no Sergipe-Jornal.

Como questões a serem exploradas por pesquisas futuras, destaca-se o distanciamento do autor em relação ao debate nacional de que era contemporâneo no Brasil, especialmente no que diz respeito ao debate sobre o futuro da nação e sobre a questão racial, particularmente na sua produção das décadas de 1940 e 1950. Além disso, a análise da relação entre as ideias de Menezes e sua conjuntura

social demonstra que a sua produção foi grandemente afetada pelo seu contexto, particularmente o seu contexto social local, em Sergipe. Por outro lado, nas décadas de 1940 e 1950, o cerne das suas preocupações e a formulação de seus problemas de pesquisa apenas muito tangencialmente se voltam à reflexão e à análise direta dessa sua realidade social imediata. Menezes, antes, se volta à humanidade em geral e à sua história no grande esquema das coisas, seja, por exemplo, com relação à história da evolução das espécies na Terra, seja em relação à revolução socialista e aristocrática, em referência, quase que absoluta, aos países do norte global.

O paradoxo de sua produção reside precisamente em que ela somente pode ser plenamente compreendida a partir da sua posição duplamente periférica em relação aos centros culturais globais (pois que se encontrava em Sergipe e não nos centros culturais do país, como São Paulo e Rio de Janeiro), mas, ainda assim, Menezes ignora (ou salta) o debate e as questões nacionais de sua época para se pôr diante de interlocutores e de questões concernentes à esfera internacional, mais especificamente, aos países do norte global.

É possível mesmo hipotetizar que, apesar de ter consciência, desde, pelo menos, 1912, ao justificar a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, dos limites impostos pela sua posição social e geopolítica à sua produção intelectual, essa mesma distância que o separa dos centros culturais de sua época parece alimentar, no autor, uma concepção de si e de sua obra que é mistificada e mistificadora de suas possibilidades reais, ditadas pela estrutura social na qual ele se encontrava. Não sem razão, o final de sua vida é marcado por grande sofrimento, um sofrimento particularmente relacionado à falta de reconhecimento de que se considerava vítima, a despeito de muitas vezes mostrar-se resignado.

A reflexão especializada sobre o autor tende a se concentrar e a destacar a necessidade da análise das causas de seu desconhecimento pela História da Sociologia no país e de sua falta de reconhecimento intelectual, mesmo pelos seus conterrâneos. Mas, apesar da relevância da questão, parece também pertinente destacar o problema dos motivos que o levaram a um investimento intelectual tão intensivo e, por vezes, extremamente desgastante em um contexto social tão adverso, não apenas à produção intelectual e cultural em geral, mas especialmente à Sociologia, da forma com ele a compreendia, isto é, tanto pela sua pretensão científica de viés positivista, seja pela sua pretensão revolucionária socialista.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Maria Araújo de. Lívio de Castro e um outro olhar sobre a mulher no século XIX. **Apresentado em XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007.
- ALVES, E. M. S.; COSTA, P. R. S. M. Aspectos históricos da cadeira de sociologia nos estudos secundários (1892-1925). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 6, n. 2 [12], p. 31-52, jul. 2006.
- ALVES, Francisco José. Introdução ao pensamento historiográfico de Felisberto Freire (1858-1916). **TOMO - Revista do NPPCS-UFS**, São Cristóvão, n. 1, p. 89-102, jun. 1998.
- ARRUDA, Maria. A modernidade possível: Cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais. In: MICELI, Sérgio (org.). **Histórias das Ciências Sociais no Brasil**. Vértice, Editora dos tribunais: IDESP, 1989, p. 72-110.
- AZEVEDO, Fernando de (Org.). **As ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- BAIARDI, Daniel Cerqueira. **Conhecimento, evolução e complexidade na filosofia sintética de Herbert Spencer**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-10022009-125210/>. Acesso em: 04 nov. 2023.
- BARBOSA, Ivan. “Considerações sobre as dimensões políticas do conhecimento em Karl Mannheim”. **Latitude**, v. 13, n. 1, p. 57–79, 2019.
- BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. **Dados**, v. 53, n. 4, p. 889–919, 2010.
- BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BEIGEL, Fernanda (Org.). **The politics of academic autonomy in Latin America**. Farnham: Ashgate. 2013.
- BOTELHO, André. Sequências de uma sociologia política brasileira. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v.50, n.1, p.49- 82. 2007.
- BOURDIEU, P. A casa kabyle ou o mundo às avessas. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 8, n. 8, p. 147-159, 1999. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v8i8p147-159. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/52774>. Acesso em: 3 nov. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

BRASIL JUNIOR, Antonio. **Passagens para a teoria sociológica**: Florestan Fernandes e Gino Germain. São Paulo: Hucitec, 2013.

BRITO FILHO, José de Oliveira; ANDRADE, Adênia Santos. As faces e sociabilidade das ruas joão pessoa e laranjeiras. In: VI Colóquio internacional "educação e contemporaneidade", 6., 2012, São Cristóvão. **Anais do VI Colóquio Internacional "Educação e contemporaneidade"**. São Cristóvão: Ufs, 2012. p. 1-12. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10114/26/25.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2023.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, p. 271–301, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique; HOLANDA, Sérgio Buarque de; LOVE, Joseph; *et al.* **O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História geral da civilização brasileira / Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda Tomo 3, O Brasil republicano).

CARVALHO, Alex Menezes de. **Ascensão profissional no jornalismo**: redes de relações pessoais, investimento na carreira e inserções políticas na imprensa em sergipe. 2018. 245 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

CELLARD, A. Análise documental. In: POUPART, J. *et al.* (Eds.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Coleção Sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CERQUEIRA, H. E. A. D. G.. Breve história da edição crítica das obras de Karl Marx. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, n. 4, p. 825–844, out. 2015.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

COELHO, Gabriel. Sociologia do conhecimento e da ciência: da sua emergência a Pierre Bourdieu. **Sinais**, Vitória, v. 21, n. 2, p. 266-294, jul. 2017.

COMPAGNON, Olivier. **Adeus à Europa**: a américa latina e a grande guerra (argentina e brasil, 1914-1939). Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CONNELL, Raewyn. **Southern theory: the social sciences and the global dynamics of knowledge**. London: Polity. 2007.

CONSOLIM, M. (2011). Um concorrente de Durkheim: René Worms e a Revue Internationale de Sociologie. In M. Oliveira & R. Weiss (Orgs.), **David Émile Durkheim**: a atualidade de um clássico (p. 25-54). Curitiba, PR: Ed. UFPR.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. Oliveira Vianna e o problema institucional brasileiro. In: **Cadernos de Sociologia e Política**. Fórum de alunos do IUPERJ. Rio de Janeiro, 2005.

COSTA, Paulo. Vencida a prepotência pelo direito. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 1-1. 19 set. 1946. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15202>. Acesso em: 28 jun. 2022.

DANTAS, Ibarê. Florentino Teles de Menezes, o sociólogo pioneiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, [S. l.], v. 1, n. 39, p. 203–225, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/18788>. Acesso em: 3 nov. 2023.

DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE 1912-2012**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012.

DANTAS, Ibarê. **Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

Emmanuel Franco. Florentino Teles de Menezes. **Revista Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, 1983/1987, Aracaju, 1987, p. 101/104.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERNANDES, Florestan. A reconstrução da realidade nas Ciências Sociais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n. 1, p. 47–56, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe, Vol. 3**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

FILHO, Enno Dagoberto Liedke. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, v. 7, n. 14 14 (jul./dez. 2005), p. 376–437, 2005.

FISCHER, Jean-Louis. Jean Rostand. **Revue d'Histoire des Sciences**, v. 31, n. 21, p. 63-172, 1978.

FONTES, Anglaé D'ávila. **IHGSE pede socorro**. 29 nov. 2021. Instagram: @IHGSE. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CW3yzwwpAP2/>. Acesso em: 30 set. 2023.

FONTES, José Maria. Tratado de Sociologia. **Renovação**, n. 13, 1931.

FREITAS, Itamar. **A "Casa de Sergipe": historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913/1929)**. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. <http://itamarfo.blogspot.com/2010/10/casa-de-sergipe-historiografia-e.html>.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: Editora Record, 1990.

GALO, Silvio, O indivíduo e a sociedade. In. PALANTE, Georges. **As antinomias entre o indivíduo e a sociedade**. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. [s.l.]: Atlas, 2008.
GOMES et al. **O Brasil Republicano, v.10: sociedade e política (1930-1964)**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História geral da civilização brasileira; t. 3; v, 10).

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2005.

GOMES, Ângela; FAUSTO, Boris; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil republicano, vol 10: Sociedade e Política (1930-1964)**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História geral da civilização brasileira / Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda Tomo 3, O Brasil republicano).

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: [Governo do Estado de Sergipe], 1925.

GUSMÃO, Luís de. A crítica da epistemologia na sociologia do conhecimento de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, v. 26, p. 221–239, 2011.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX; 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEIM, Wiebke. Conceptualizing circulation of knowledge in the social sciences. In: Keim, Wiebke et al. (Org.). **Global knowledge production in the social sciences: made in circulation**. Farnham: Ashgate. 2014.

LEPSIUS, M. R.. "Economia e sociedade": a herança de Max Weber à luz da edição de sua Obra completa (MWG). **Tempo Social**, v. 24, n. 1, p. 137–145, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

LIEDKE FILHO, Enno D.. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, [S.L.], n. 14, p. 376-437, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-45222005000200014>.

LIMA, Jackson da Silva. **Os estudos filosóficos em Sergipe**, Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: representações geográficas da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan. 1999.

LUBEK, Ian; APFELBAUM, Erika. Les “Études de psychologie sociale” d'Augustin

Hamon. **Hermès**, [S.L.], v. 5-6, n. 2, p. 67, 1989. CAIRN. <http://dx.doi.org/10.4267/2042/15119>.

Luiz Antonio Barreto. Florentino Menezes, um intelectual múltiplo. **Revista de Aracaju**, n. 10, Prefeitura Municipal de Aracaju, 2003. p. 209/221.

MAIA, J. M. E.. História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 24, n. 1, p. 111–128, jan. 2017.

MAIO, M. C., 1995. O mito judaico em Casa Grande e Senzala. **Arché**, ano IV, nº 10. Rio de Janeiro: Faculdades Cândido Mendes.

MAIO, M. C.; LOPES, T. D. C.. Entre Chicago e Salvador: Donald Pierson e o estudo das relações raciais. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 30, n. 60, p. 115–140, jan. 2017.

MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, 252 p. ISBN: 978-85-7541-517-7. Available from: doi: 10.7476/9788575415177. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/djnty/epub/maio-9788575415177.epub>.

MAIO, Marco Chor. **A história do Projeto Unesco**: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997.

MAIO, Marcos Chor. O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 5, p. 375–413, 1998.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 41–99, 1999.

MANNHEIM, K. On the interpretation of “weltanschauung”. Em: **Essays on Sociology of knowledge**. Tradução: Paul Kecskemeti. London: Routledge & Kegan Paul, 1959. p. 33–83.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. *In*: MARTINS, J.S. (Org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 77–131.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. **O sacrifício**. São Paulo: Cosac Naif, 2005.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **De Hollywood a Aracaju**: a segunda guerra mundial por intermédio dos cinemas (1939-1945). 2013. 220 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108462/000745559.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MELONI, R. A.; ALCÂNTARA, W. R. R. Materiais didático-científicos e a história do ensino de ciências naturais em São Paulo (1880-1901). **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e207546, 2019.

MENDONÇA, Nunes. A verdade sobre o fundador do IHGS. **Revista Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, 1965-1978, Aracaju, 1978, n. 27. p. 109/111.

MENDOZA, Edgar S. G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, p. 440-470, 2005.

MENEZES, F. **Estudo chorographico e social do Brasil**. Aracaju: Typ. Amaral de Antonio do Amaral Canuto, 1912.

MENEZES, Florentino Teles de. A escolha dos dirigentes: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo IV, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 03 out. 1946g. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15224>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. A escolha dos dirigentes: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo IV, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 04 out. 1946h. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15225>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. A fome crônica: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo III. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 01 out. 1946f. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15222>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. A luta contra o socialismo: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XV, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 09 nov. 1946ah. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15309>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. A luta contra o socialismo: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XV, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 11 nov. 1946ai. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15312>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. A luta contra o socialismo: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XV,. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 08 nov. 1946ag. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15306>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. A sociedade e a mulher: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo VI, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 09 out. 1946k. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15229>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. A sociedade e a mulher: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo VI, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 10 out. 1946l. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15230>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. A sociedade e a mulher: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo VI. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 08 out. 1946j. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15228>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. As pesquisas dos sacrifícios: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XVII, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 20 nov. 1946am. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15325>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. As pesquisas dos sacrifícios: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XVII, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 21 nov. 1946an. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15328>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. As pesquisas dos sacrifícios: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XVII. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 19 nov. 1946al. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15323>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Causas sociais de sacrifícios: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo VII, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 12 out. 1946n. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15232>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Causas sociais de sacrifícios: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo VII, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 14 out. 1946o. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15233>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Causas sociais de sacrifícios: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo VII. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 11 out. 1946m. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15231>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Conclusões: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XIX, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 28 nov. 1946ar. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15342>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Conclusões: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XIX, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 29 nov. 1946as. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15344>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Conclusões: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XIX. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 27 nov. 1946aq. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15339>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Criadores de doutrinas: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo VIII, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 16 out. 1946q. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15235>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Criadores de doutrinas: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo VIII. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 15 out. 1946p. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15234>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. De antropóide a imperador: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo V. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 05 out. 1946i. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15226>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Democracia e capitalismo: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XII, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 28 out. 1946aa. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15245>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Democracia e capitalismo: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XII, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 29 out. 1946ab. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15246>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Democracia e capitalismo: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XII. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 26 out. 1946z. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15244>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Democracia e socialismo: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XIV, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 06 nov. 1946ae. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15250>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Democracia e socialismo: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XIV, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 07 nov. 1946af. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15304>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Democracia e socialismo: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XIV. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 05 nov. 1946ad. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15249>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. **Escola social positiva**. Aracaju: Imprensa Popular, 1917.

MENEZES, Florentino Teles de. Finalidade deste trabalho: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XX. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 02 dez. 1946at. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15350>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. **Grandeza, decadência e renovação da vida**. Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe, 1953.

MENEZES, Florentino Teles de. Índice: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XX. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 03 dez. 1946au. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15353>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. O ilogismo das massas humanas: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XVI, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 13 nov. 1946ak. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15317>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. O ilogismo das massas humanas: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XVI. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 12 nov. 1946aj. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15314>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. O sacrifício humano: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo I, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 25 set. 1946c. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15211>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. O sacrifício humano: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo I. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 23 set. 1946b. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15204>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Onipotência e piedade: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo X, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 22 out. 1946v. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15240>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Onipotência e piedade: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo X, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 23 out. 1946w. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15241>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Onipotência e piedade: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo X, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 24 out. 1946x. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15242>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Onipotência e piedade: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo X. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 21 out. 1946u. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15239>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Para que iludir: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XIII. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 31 out. 1946ac. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15247>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Socialismo, Nazismo, Cristianismo e Piedade: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo IX, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 18 out. 1946s. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15237>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Socialismo, Nazismo, Cristianismo e Piedade: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo IX, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 19 out. 1946t. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15238>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Socialismo, Nazismo, Cristianismo e Piedade: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo IX. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 17 out. 1946r. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15236>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Sociedade e loucura: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo II, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 27 set. 1946e. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15209>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Sociedade e loucura: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo II. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 26 set. 1946d. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15208>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Sociedade e Sacrifício: carta aberta do prof. florentino menezes. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 19 set. 1946a. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15202>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Uma nova eclosão de vida: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XVIII, continuação. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 23 nov. 1946ap. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15333>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Uma nova eclosão de vida: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XVIII,. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 22 nov. 1946ao. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15331>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino Teles de. Vitórias socialistas: trechos do livro inédito, "sociedade e sacrifício", Capítulo XI. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 2-2. 25 out. 1946y. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15243>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MENEZES, Florentino. **A Ilusão Comunista e a Realidade Soviética**. Rio de Janeiro, SNT, 1934.

MENEZES, Florentino. **A Velhice**. Aracaju, mimeo, 1959.

MENEZES, Florentino. **Classificações das Sociedades**: Estudo de Sociologia. Aracaju, Voz do Operário, 1931.

MENEZES, Florentino. **Complemento a O Voto Secreto**. SNT, 1925.

MENEZES, Florentino. **Desenvolvimento Intelectual dos Povos**. Aracaju, Typ. Operária, 1916.

MENEZES, Florentino. **Escola Social Positiva**. Aracaju, Imprensa Popular, 1917.

MENEZES, Florentino. **Estudo Chorográfico e Social do Brasil**. Aracaju, Typografia Amaral, 1912.

MENEZES, Florentino. **Estudo de Sociologia**: O Processo de Seleção nas Sociedades. Aracaju, SNT, 1926.

MENEZES, Florentino. **Grandeza Decadência e Renovação da Vida**. Aracaju, Movimento Cultural de Sergipe, 1953.

MENEZES, Florentino. **Influência do Clima nas Civilizações**. Aracaju, SNT, 1926.

MENEZES, Florentino. **Influência dos Fatores Geográficos na Formação da Sociedade Brasileira**. Aracaju, Typ. Operária, 1916.

MENEZES, Florentino. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe: Discurso pronunciado pelo acadêmico Florentino Teles por ocasião da fundação do "Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe". **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. n. 1, v. 1, 1913. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/12036>. Acesso em: 4 nov. 2023.

MENEZES, Florentino. **Leis de Sociologia Aplicadas ao Brasil**. Aracaju, Typ. Xavier, 1913.

MENEZES, Florentino. **O Voto Secreto**. Aracaju, Typ. Moderna, 1924.

MENEZES, Florentino. **Tratado de sociologia**. Aracaju: [s.n.], 1931.

MEUCCI, Simone. **Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil**: da sistematização à constituição do campo científico. 2006. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de

Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/praxis/250>. Acesso em: 01 nov. 2023.

MEUCCI, Simone. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 31–66, 2007. DOI: 10.5433/2176-6665.2007v12n1p31. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3386>. Acesso em: 2 set. 2023.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sergio. Intelectuais Brasileiros. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. 2. ed. São Paulo/Brasília: Editora Sumaré/Anpocs/Capes, 1999.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, Sérgio (org.). **Histórias das Ciências Sociais no Brasil**. Vértice, Editora dos tribunais: IDESP, 1989, p. 72-110.

MIGUEL, Jean Carlos. Sociologia do conhecimento e da ciência: da sua emergência a Pierre Bourdieu. **Sinais**, Vitória, v. 21, n. 1, p. 68-84, set. 2017.

MOEHLECKE, Renata. As excêntricas fontes da juventude do doutor Voronoff. **Agência Fiocruz de Notícias: Saúde e ciência para todos**. Rio de Janeiro, p. 1-1. 13 nov. 2007. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/as-exc%C3%AAAntricas-fontes-da-juventude-do-doutor-voronoff>. Acesso em: 18 fev. 2023.

SOUZA, Moisés. **Biologia e sociedade no manual didático de Sociologia de Florentino Teles de Menezes**. Curitiba: Anais do 12º Seminário Nacional de Sociologia e Política, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/12snsep/483985-biologia-e-sociedade-no-manual-didatico-de-sociologia-de-florentino-teles-de-menezes/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

MOTTA, Alda Britto da; WELLER, Wivian. Apresentação: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. **Sociedade e Estado**, v. 25, p. 175–184, 2010.

NOGUEIRA, Oracy. A sociologia no Brasil. In: FERRI, G.M; MOTOYAMA, S. (Orgs.). **História das ciências no Brasil**. São Paulo: EDUSP/EPU-CNPq, 1978, v. 3.

OLIVEIRA, Rianne Pereira de. **A imprensa sergipana e as notícias do Brasil cultural no período Vargas: (1930 - 1945)**. 2015. 23 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em História, Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

O povo quer saber. **Sergipe-Jornal**. Aracaju, p. 1-1. 19 set. 1946. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/15202>. Acesso em: 28 jun. 2022.

Onfray, Michel. **Physiologie de Georges Palante**: Pour un nietzschéisme de gauche, Paris, Grasset, 2002.

PAIVA, Vanilda. Oliveira Vianna: nacionalismo ou racismo? **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 3, n. 6, 1976. Disponível em: <<https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2597>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

PALANTE, Georges. **As antinomias entre o indivíduo e a sociedade**. São Paulo: Intermezzo Editorial, 2019.

PIERSON, Donald. Ecologia humana. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 53, p. 219–227, [1947] (2019).

PIERUCCI, A. F.. Economia e sociedade: últimos achados sobre a "grande obra" de Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 41–51, out. 2008.

PIERUCCI, Antônio Flávio de; HOLANDA, Sérgio Buarque de; LOVE, Joseph. **O Brasil republicano, v. 11: economia e cultura (1930-1964)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História geral da civilização brasileira / Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda Tomo 3, O Brasil republicano).

PINHEIRO, Sérgio; HOLANDA, Sérgio Buarque de; LOVE, Joseph. **O Brasil republicano, v. 9: sociedade e instituições (1889-1930)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História geral da civilização brasileira / Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda Tomo 3, O Brasil republicano).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil: nascimento e expansão. **Ciência & Trópico**, v. 20, n. 2 SE-ARTIGOS, 2011.

RAMOS, J. S. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCB, 1996, pp. 59-82. ISBN: 978-85-7541-517-7. Available from: doi: 10.7476/9788575415177. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/djnty/epub/maio-9788575415177.epub>.

RIBEIRO, J. Freire. O adeus da academia a Florentino Menezes. **Revista da Academia Sergipana de Letras**, no. 20., 1959.

ROMERO, Sílvio. **Provocações e debates** (Contribuição para o estudo do Brazil Social). 1910. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br//handle/bbm/4992>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

ROSTAND, Jean. **État présent du transformisme**. Paris: Librairie Stock, 1931.

SANTOS, Elissandra Silva. **Livraria Regina**: notas sobre a aventura do livro em Aracaju (1918-1976). São Cristóvão, 2004.

SANTOS, Nivalda Menezes. **O Celibato Pedagógico Feminino em Sergipe nas Três Primeiras décadas do século XX**. Uma análise a partir da trajetória de Leonor Telles de Menezes. São Cristóvão, 2006. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação). NPGED, POSGRAP, UFS.

SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996. Disponível em: <<https://openresearchlibrary.org/content/8d36bc3f-df05-426e-a5af-4df134ffc0a1>>. Acesso em: 9 abr. 2022.

SANTOS, Silvaney Silva. **José Augusto Garcez, uma trajetória no campo intelectual sergipano (1938-1972)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SANTOS, Washington. **Florentino Menezes e a propaganda socialista em Sergipe nos anos de 1920**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História), Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

SCHWARCZ, L. M. O olhar naturalista: entre a ruptura e a tradução. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 35, p. 149-167, 1992. DOI: 0.11606/2179-0892.ra.1992.111334. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111334>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930**. [s.l.]: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Adriana Elias Magno da. Florentino Menezes: Um pioneiro da sociologia no Brasil. **Revista TOMO**, [S. l.], 1998. DOI: 10.21669/tomo.v0i0.4911. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/4911>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SILVA, Adriana. **Florentino Menezes: um sociólogo brasileiro esquecido**. 1997. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, Fernanda Xavier da. As quatro faces de Oliveira Vianna. **Política & Sociedade**, v. 14, n. 30, p. 132–159, 2015.

SILVA, José Calazans Brandão da. O desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 26, v. 21, p. 123 – 134, Aracaju: 1965.

SILVA, M. DE F. DOS S.; NUNES, E. D.. Josué de Castro e o pensamento social brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 11, p. 3677–3688, nov. 2017.

SILVEIRA, José. **Florentino Menezes: ensaio**, 1934.

SIMONDS, Arthur P. **Karl Mannheim's sociology of knowledge**. Oxford: Clarendon Press, 1978.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. [s.l.]: Paz e terra, 1976.

SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. Para uma história da Sociologia em Pernambuco: uma tentativa de periodização. **Estudos de Sociologia**, v. 1, n. 9, p. 7–29, 2003.

SOUZA, Suely. **“Habilitado” ou “inhabilitado”**: os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875-1947). 2016. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2016.

SOUZA, Cristiane Vitória de. **A república das letras em Sergipe (1889-1930)**. 2001. 211 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001.

SOUZA, Josefa Eliana. **Nunes Mendonça: um escolanovista sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2003.

STENSETH, N. C.; ANDERSSO, N. L.; HOEKSTRA, H. E. Gregor Johann Mendel and the development of modern evolutionary biology. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, n. 119 v. 30, Jul. 2022.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], n. 9, p. 57-74, dez. 1997. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39298>. Acesso em: 18 fev. 2023.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 205–224, 2010.

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**, p. 260–300, 2005.

WELLER, Wivian; BASSALO, Lucélia De Moraes Braga. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 391–408, 2020.

WELLER, Wivian; SANTOS, Gislene; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; et al. Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: uma forma de análise das visões de mundo. **Sociedade e Estado**, v. 17, p. 375–396, 2002.